



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA PPG/CASA

CONVIVÊNCIA CONTÍNUA COM ESGOTOS A CÉU ABERTO: MODOS DE  
SUBJETIVAÇÃO DE HABITANTES DE PARINTINS-AMAZONAS

PAULO CESAR VIEIRA ARCHANJO

MANAUS  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA PPG/CASA

PAULO CESAR VIEIRA ARCHANJO

CONVIVÊNCIA CONTÍNUA COM ESGOTOS A CÉU ABERTO: MODOS DE  
SUBJETIVAÇÃO DE HABITANTES DE PARINTINS-AMAZONAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, na área de concentração de Dinâmicas Socioambientais.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi

MANAUS  
2016

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A669c Archanjo, Paulo Cesar Vieira  
Convivência contínua com esgotos a céu aberto: modos de  
subjetivação de habitantes de Parintins-Amazonas / Paulo Cesar  
Vieira Archanjo. 2016  
260 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Maria Inês Gasparetto Higuchi  
Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na  
Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Esgotamento Sanitário. 2. Ambiente. 3. Tolerância. 4. Parintins.  
I. Higuchi, Maria Inês Gasparetto II. Universidade Federal do  
Amazonas III. Título

## TERMO DE APROVAÇÃO

Data de aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. JOSÉ LUIZ PEREIRA DA FONSECA - UFAM

---

Prof. Dr. RAIMUNDO NONATO PEREIRA DA SILVA – UFAM

---

Prof. Dr. JOÃO D'ANUZIO MENEZES DEAZEVEDO FILHO – UEA

---

Prof. Dra. THEREZINHA DE JESUS PINTO FRAXE - PPG/CASA-UFAM

---

Prof. Dra. KATIA HELENA SERAFINA C. SCHWEICKARDT - PPG/CASA-UFAM

Dedico este trabalho a minha mãezinha,  
Terezinha de Jesus Faria Vieira (In  
memoriam). Razão de minha existência.

## AGRADECIMENTOS

Ouvi dizer desde o início do curso que escrever uma tese é um ato solitário. E é verdade. Mas é verdade também que experimentei, em muitos momentos, a solidariedade de pessoas que de alguma forma contribuíram para a conclusão de meu estudo.

O momento mais difícil foi o súbito falecimento de minha mãe há poucos dias de minha qualificação. Mas, tive apoio de minha família e amigos para superar tamanha perda.

O meu primeiro agradecimento é para minha Mãe. Agradeço a ela, minha maior incentivadora, por seu amor incondicional. Sei que a senhora aonde estiver sempre estará ao meu lado. Obrigado D. Terezinha.

Meus agradecimentos aos moradores da cidade de Parintins que aceitaram participar de minha pesquisa de campo.

Agradeço a minha esposa, Elaine, meus filhos Phelipe e Paulinho, pela paciência, pelo carinho, pelo incentivo. Obrigado Elaine pelas leituras críticas que fizeste sobre meu trabalho, pelo companheirismo, pelo afeto, pela compreensão. Seria injusto se não agradecesse também ao canal infantil Nick Junior, sem ele prendendo a atenção do meu comportado filho (Paulinho), seria bem mais complicado escrever este trabalho.

Agradeço também o constante incentivo e carinho de meus irmãos Junior, Pedro e Andrea, pessoas que me ajudaram a superar alguns momentos de dificuldade desta longa caminhada. Não posso deixar de agradecer também aos meus sobrinhos e sobrinhas, meus sogros Edson e Francisca, pelo apoio e afeto.

Agradecimento especial a minha orientadora, professora Maria Inês Gasparetto Higuchi, pela paciência e pela suas valiosas contribuições para a concretização desta tese. Aprendi muito com ela. Quando a conheci senti que tinha muito ainda a aprender e ela se mostrou ser uma grande orientadora, superando positivamente qualquer expectativa. Obrigado por tudo professora, sou eternamente grato.

Á amiga Sandra Helena, pelas trocas de informações, pelas leituras, por escutar minhas angústias intelectuais. Obrigado aos colegas da turma de doutorado 2012. Agradecimento às professoras Jesuete Pacheco Brandão e Alem Silva pelas leituras e comentários.

Meu muito obrigado ao PPG/CASA, na pessoa do professor Henrique, por, em 2012, ter ousado em interiorizar o programa, oferecendo a oportunidade de cursar as

disciplinas em Parintins. Quero dizer que eu não teria condições de fazer este curso caso fosse oferecido em Manaus.

Agradeço à Fundação de Amparo de Pesquisa do Amazonas – FAPEAM, pela concessão de uma bolsa de estudo, benefício fundamental para concluir meu trabalho.

Meus agradecimentos também para a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, por ter concedido licença de 3 anos e 3 meses para eu que pudesse estudar.

Por fim, não posso deixar de agradecer a todos os professores do PPG/CASA que fizeram parte dessa caminhada: Sandra Noda, Hiroshi Noda, Terezinha Fraxe, Wilma Araújo, Guilherme Marchand, Henrique Pereira, Elenise Scherer, Andrea Waichman e Dirceu Gama. Meu muito obrigado pelos aportes teóricos.

## RESUMO

Em Parintins-AM, em função de sua precariedade no esgotamento sanitário, há um grande volume de águas servidas nas vias e que, posteriormente, são lançadas sem tratamento no entorno hídrico da cidade, situação que impacta negativamente na qualidade de vida de seus residentes. A aparente tolerância na convivência com o esgoto a céu aberto foi o ponto de partida deste estudo para analisar as subjetivações de moradores residentes em três bairros em cuja ruas havia ocorrência de esgoto a céu aberto. O estudo desenvolvido a partir da estratégia de multimétodos que incluiu um estudo documental da história da formação de hábitos urbanos, a descrição física do lugar e entrevistas semiestruturadas como outras técnicas associadas, revelou um cenário socioambiental complexo. No processo histórico, a medicina social como estratégia biopolítica foi importante para compreender a higienização da sociedade em nome da modernidade e a consequente influência na constituição dos modos de subjetivações dos sujeitos. A revolução olfativa do século XVIII contribui para entender os odores, que foram redefinidos com o tempo, e com eles seus limites de tolerância. Redefinidos no espaço e no tempo também foram os conceitos de sujo/limpo que permitiram problematizar como esses moradores lidam com o lançamento de águas servidas nas vias e o desejado distanciamento dado ao que se considera sujo, constituindo elementos de socialidade espacial. Os dados revelam que para muitos dos entrevistados lançar esgoto a céu aberto nas ruas é um costume local difícil de ser mudado, que ora pode ser percebido como problema e ora como algo parte de uma paisagem constituída pelos costumes locais, mas sobretudo, passivamente vivido pelo “outro”, cuja tolerância é justificada pela continuidade do estado lastimável dos esgotos a céu aberto. Anos de convivência com o esgoto a céu aberto produziu um fenômeno de aparente passividade e tolerância diante do problema do esgotamento sanitário doméstico. Essa aparente permissividade tende a potencializar o problema de insustentabilidade ambiental, em decorrência do contínuo lançamento de águas servidas sem qualquer tratamento, seja nas ruas ou nos rios que margeiam a cidade. Assume-se neste estudo, que apesar de estratégias que intentavam higienizar costumes entre os moradores de Parintins, desde o início do século XX, algumas posturas estimadas pelos preceitos da modernidade como anti-higiênicas persistem na atualidade, sobretudo o costume de lançar águas servidas nas vias. Tal comportamento nos permitiu considerar que se trata de um ato de soberania, auto-subjetivação destes moradores ante as investidas civilizatórias, resultando em uma modernidade incompleta.

Palavras-chave: Esgotamento Sanitário, Ambiente, Tolerância.



## ABSTRACT

In Parintins city in Amazon State in function the precarious service in its sanitary sewage there is a large volume of served water on the streets and then it has been thrown by the people through sewer system without any treatment and this situation causes impact on a negative way in the life quality about its population. The apparent tolerance in the population's convivence to open sewer was the starting this study to analyze the selves subjectivities about resident people who belong to three districts in which there was occurrence of open sewer on their respective streets. The study was developed from the multimethod strategies that included a documental study about urban formation habits history, the local physical description and semi structured interviews like other associated techniques revealed a complex environmental social picture. In the historical process, the social medicine was an important factor used like a biopolitical strategy to understand the social hygiene action of this society in name of the modernity and the consequent influence in the constitution of ways about people's selves subjectivities. The olfactive revolution of the XVIII century contributed to understand the odours that were redefined along the time and with this revolution the tolerance limit kept joynd themselves. The concept about dirty/cleaning were redefined in the space and in the time too, which contributed to detect the problems about how the people who live in these three districts get dealing to water problem that is served on the streets and the given distancement wish about of what is considered dirty that constitute spacial sociable elements. The data reveal the answers about many interviewed people when they said that use open sewer on the streets is a many people's local habit that is difficult to get changed it, which is accepted by the other people on a passive way and this tolerance is justified by the deplorable situation about open sewer in the city. In the many people's covivence to open sewer for many year produced a phenomenon of tolerance and passivity apparent in front of household sanitary increasing. This apparent permission convivence about open sewer use tend to raise to power the environment unsustainability problem in function of continuous growing of served water without any treatment whatever be this consume from the streets or from the rivers which are around the city. It assumes itself in this study that even had been used new strategies that intended to hygiene new habits for the people who live in Parintins, realized itself that this behaving come from the beginning of XX century and some postures have been estimated by the precept of modernity like an antihygienical precept and it continues for today, above of all the behaving of throwing water on the streets. This kind of behaving allowed us consider that it treat itself of a sovereignty act of these people, their selves subjectivities in face of the civilization investing which results in an incomplete modernity.

Key words: Sanitary Sewage, Environment, Tolerance.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Localização de Parintins no Estado do Amazonas.....	21
FIGURA 2 - Festival de Parintins .....	23
FIGURA 3 - Imagem aérea de Parintins .....	26
FIGURA 4 - Mapa de Parintins com localização dos bairros escolhidos para investigação .....	27
FIGURA 5 - Distribuição dos participantes em função de sua ocupação no trabalho ..	41
FIGURA 6 - Casa localizada na Rua Caetano Prestes, próximo ao Rio Amazonas .....	64
FIGURA 7 - Construção datada de 1907 localizada a margem do Rio Amazonas .....	65
FIGURA 8 - Águas servidas nas ruas da cidade .....	109
FIGURA 9 - Lançamento de águas servidas no Rio Amazonas .....	112
FIGURA 10 – Lançamento de águas servidas no Bairro da União .....	112
FIGURA 11- Vala com Esgoto a céu aberto .....	113
FIGURA 12 - Estação de bombeamento do bairro Itaúna II .....	118
FIGURA 13 - Lixão de Parintins .....	125
FIGURA 14 - Graus de concordância sobre a afirmativa de que esgoto só faz mal para saúde se ele entrar em contato físico com as pessoas .....	138
FIGURA 15 - Poça formada de esgoto em pleno verão amazônico .....	141
FIGURA 16 - Rua com baixo declive e obstruções .....	142
FIGURA 17 - Rua com médio declive.....	142
FIGURA 18 - Graus de concordância à afirmativa de que o odor do esgoto a céu aberto não é sempre ruim .....	143
FIGURA 19 - Vala aberta para escoar água do jirau .....	156
FIGURA 20 - Graus de concordância sobre a afirmativa de que em Parintins é costume lançar águas servidas nas ruas .....	168
FIGURA 21 - Grau de concordância sobre a afirmativa de que muitos moradores lançam águas servidas nas ruas .....	170
FIGURA 22 - Águas servidas jogadas do Rio Amazonas .....	172
FIGURA 23 - Imagem de Satélite do Lago do Macurany e expansão urbana .....	173
FIGURA 24 - Esgoto que corre em vala azulejada para facilitar a limpeza .....	180
FIGURA 25 - Rua com entulhos no bairro União .....	197
FIGURA 26 - Rua a “pior das piores” .....	198
FIGURA 27- Graus de concordância sobre a possibilidade dos moradores não se incomodarem em conviver com esgoto a céu aberto .....	210
FIGURA 28 - Imagens relacionadas a precariedade do saneamento .....	213
FIGURA 29 - Principais problemas da cidade de Parintins.....	215
FIGURA 30 - Graus de concordância sobre a existência da prática dos moradores de reclamarem do esgoto a céu aberto.....	216
FIGURA 31 - Intolerância dos entrevistados em viver próximo ao esgoto.....	218
FIGURA 32 - Costume dos entrevistados em comprar alimentos próximos ao esgoto.....	221
FIGURA 33 - Esgoto a céu aberto na entrada da feira do bagaço.....	222
FIGURA 34 - Costume de consumir alimentos próximo a esgoto a céu aberto.....	223

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bairros Investigados .....	28
Quadro 2 - Alguns Locais de lançamento de esgoto no perímetro urbano de Parintins.....	111

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Evolução da população urbana de Parintins entre 1970 e 2010 .....	25
Tabela 2 - Nível de Escolaridade .....	40
Tabela 3 - Ações consideradas adequadas para o esgotamento das águas servidas ....	160

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental  
ASCALPIN- Associação dos Catadores de Lixo de Parintins  
CMP – Câmara Municipal de Parintins  
CONAMA- Conselho Nacional de Meio Ambiente  
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais  
ETE - Estações de Tratamento de Esgoto  
FSESP - Fundação Serviços de Saúde Pública  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2011  
IGHA Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas  
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MPE - Ministério Público do Estado  
MS - Ministério da Saúde  
OMS - Organização Mundial de Saúde  
PLANSAB - Plano Nacional de Saneamento Básico  
PMSB - Planos Municipais de Saneamento Básico  
PNAD - Programa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos  
SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins  
SEDUC - Secretaria de Educação do Amazonas -  
SEMALP - Secretaria de Meio Ambiente e Limpeza Pública  
SEMOSB - Secretaria Municipal de obras  
SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas  
SESP - Sistema Especial de Saúde Pública  
SIS - Síntese de Indicadores Sociais  
SNIS- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento  
SUS - Sistema Único de Saúde  
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UEA - Universidade do Estado do Amazonas  
UFAM - Universidade Federal do Amazonas  
UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas  
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância  
WHO - World Health Organization

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1. ÁREA DE ESTUDO</b> .....	20
1.1 Aspectos histórico.....	20
1.2 Aspectos econômicos e sociais.....	22
1.3 Urbanização.....	24
1.4 Aspectos geográficos.....	25
1.5 Locus da pesquisa.....	27
<b>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	29
2.1 Técnicas de pesquisa .....	31
2.1.1 Pesquisa documental.....	31
2.1.2 Observação dirigida .....	32
2.1.3 Entrevistas semiestruturadas.....	33
2.2 Procedimentos de análises de dados .....	35
2.3 Procedimentos éticos.....	37
2.4 Limitações desta pesquisa .....	38
2.5 Sujeitos da pesquisa .....	39
2.6 Organização da Tese .....	41
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	43
<b>1. HIGIENIZAÇÃO E MODERNIDADE</b> .....	43
1.1 Higieneização e Modernidade das urbes.....	44
1.1.1 Higieneização e cultura .....	47
1.1.2 Higieneização como resultado de relações de poder .....	53
1.2 O Desejo de Higienizar e Modernizar Parintins .....	57
1.2.1 A produção de sujeitos higienizados .....	66
1.2.2 Higienização e refinamento dos costumes.....	70
1.2.3 Higienização e Desodorização.....	77
1.2.4 Medicalizar para Higienizar.....	79
Considerações Finais .....	86
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	88
<b>2. SANEAMENTO BÁSICO E SAÚDE EM PARINTINS</b> .....	88
2.1 Saneamento e saúde: definições e situação atual no Brasil.....	89
2.1.1 Saneamento básico na cidade de Parintins .....	94
2.2. Esgotamento Sanitário .....	95
2.2.1 Esgotamento sanitário e sua legislação.....	102
2.2.2 Esgotamento sanitário na história da cidade de Parintins.....	105
2.2.3 Esgotamento sanitário na realidade atual de Parintins.....	108
2.3 Abastecimento de Água .....	114
2.3.1 Abastecimento de água na história de Parintins .....	115
2.3.2 Abastecimento de água atual em Parintins .....	117
2.4 Resíduos Sólidos Urbanos.....	119
2.4.1 Gestão dos resíduos sólidos na história parintinense.....	120
2.4.2 Gestão de Resíduos sólidos atual em Parintins.....	123
Considerações Finais .....	126
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	128
<b>3. SANEAMENTO E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELOS MORADORES DE PARINTINS</b> .....	128
3.1 Significados sobre Saneamento.....	128

3.2	Significados sobre Esgoto Doméstico.....	133
3.3	Significados sobre Esgoto a Céu Aberto.....	135
	Considerações Finais .....	147
	<b>CAPÍTULO 4.....</b>	<b>149</b>
	<b>4 PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE CONVÍVIO COM O ESGOTO A CÉU ABERTO .....</b>	<b>149</b>
4.1	A prática cotidiana de se afastar das águas servidas .....	149
4.2	Conflitos advindos do lançamento de águas servidas .....	152
4.2.1	Pias da discórdia .....	153
4.2.2	A invasão das águas servidas.....	155
4.3	Esgoto a céu aberto, soluções e agentes responsáveis .....	157
4.3.1	Ações consideradas adequadas para o esgotamento das águas servidas .....	159
4.3.1.1	O esgoto doméstico nas ruas: um “jeitinho” dos moradores na falta de políticas públicas.....	162
4.3.1.2	O esgoto doméstico nas ruas: uma cultura local.....	166
4.3.1.3	Solução para destinação final do esgoto a céu aberto.....	170
4.5	Ações tomadas diante do problema do esgoto a céu aberto .....	174
4.6	O complicado puxirum da desinfecção das ruas .....	181
	Considerações Finais .....	183
	<b>CAPÍTULO 5.....</b>	<b>185</b>
	<b>5. A TOPOGRAFIA DO SUJO E DO LIMPO.....</b>	<b>185</b>
5.1	Significados de sujo – sujeira.....	185
5.2	Significados de rua/cidade limpas.....	188
5.3	Significados de cidade/rua sujas .....	191
5.4.1	Percepção dos moradores sobre do estado de higidez de Parintins .....	193
5.5	O que leva as rua e cidade de Parintins a ficarem suja?.....	199
5.5.1	Sentimentos em viver em uma rua/cidade sujas .....	204
	Considerações Finais .....	207
	<b>6. A (IN)TOLERÂNCIA DOS MORADORES NO CONVIVER COM O ESGOTO A CÉU ABERTO .....</b>	<b>209</b>
6.1	O olhar sobre a vizinhança e sua relação com esgoto a céu aberto: pouco incômodo, pouca reclamação .....	209
6.2	Sobre a própria convivência com o esgoto a céu aberto .....	218
6.3	A (in)tolerante proximidade de alimentos com esgoto a céu aberto .....	220
	Considerações Finais .....	230
	<b>PALAVRAS FINAIS.....</b>	<b>232</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>234</b>
	Apêndice A.....	253
	Apêndice B .....	254
	Apêndice C .....	255
	ANEXO A.....	258
	ANEXO B .....	259

## INTRODUÇÃO

O Brasil, em pleno século XXI, está aquém de criar e manter um complexo de saneamento ambiental que privilegia a saúde humana e o equilíbrio ambiental. São gravíssimos os problemas de saneamento básico, com destaque ao esgotamento sanitário inadequado e sua relação com as doenças.

Por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 (Pnad), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados atestam que 1 em cada 3 domicílios no Brasil não estão conectados à rede coletora de esgoto. Porém, na região norte, os números são mais preocupantes, pois apenas 21,2% das residências estão conectadas a rede de coleta. Soma-se a isto o fato de que 39% do esgoto gerado no Brasil não é tratado, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2013).

Esse problema tem impacto direto na saúde das pessoas. Em 2009, a Organização Mundial de Saúde – OMS, advertiu que 88% das mortes por diarreia no mundo têm como causa, a precariedade do saneamento básico, atestando, assim, uma relação direta desta doença com a falta ou precarização de saneamento (WHO, 2009). Ainda para a OMS, é preciso investir mais em saneamento, pois a cada dólar investido, seria economizado 4,3 dólares com gastos em saúde no mundo (Ibid., 2014). Percebe-se, deste modo, que o saneamento precário impulsionam problemas de saúde pública, sociais, ambientais e de cidadania.

Tais dados levam não só a refletir sobre esse problema socioambiental, mas a necessidade de discussões na busca de soluções para tais problemáticas. A legislação ambiental é uma das iniciativas vigentes que mostram um movimento da sociedade, embora não ocorram garantias efetivas de aplicações da mesma. A gestão ambiental também apresenta fragilidades pela ausência de normatizações, recursos ou interesse político.

Ao reconhecer a gravidade da situação sanitária no país e os impactos negativos à qualidade de vida das pessoas, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), elegeram como tema da campanha da fraternidade 2016, “Casa comum, nossa responsabilidade”, tema ambiental que busca refletir sobre a precariedade do saneamento básico no país,



principalmente, entre cidadãos que vivem a precarização do acesso a água, coleta de lixo e esgotamento sanitário.

O esgoto na história do Brasil é um antigo e contemporâneo problema de descaso e omissão por parte das autoridades. Seu déficit de rede de coleta esgoto doméstico é um retrato do país que, no passado, pouco fez e, no presente, por não ser prioridade, caminha em passos lentos para resolução do problema em todo território nacional (REZENDE; HELLER, 2008).

Neste cenário, Parintins, no Amazonas, é uma cidade que integra esses índices de precarização e falta de esgotamento sanitário adequado. O serviço de coleta de esgoto na cidade é muito precário e o de tratamento inexistente. Muitos domicílios e comércios optam por descartar suas águas servidas em via pública, acumulando-as nas sarjetas gerando odores dos mais diversos. Essas águas servidas é que compõem o chamado esgoto a céu aberto na cidade. Não há estudos em Parintins que mensurem a quantidade de tais eflúvios domésticos lançados nas ruas nem seus impactos diretos na saúde e qualidade ambiental, decorrentes da proximidade entre residentes e esgoto.

Esgotos a céu aberto e seres humanos no meio urbano de Parintins convivem estranhamente lado a lado, bem como os habitantes da Europa do período medieval e, boa parte da Idade moderna e contemporânea. Nessa lógica de mundo, o alto nível de tolerância das pessoas às imundícies permitia o convívio com os mais variados tipos de rejeitos. Padrões de limpeza e sujeira foram sendo, gradualmente modificados, ao longo da história das sociedades, como também o grau de tolerância a eles (RODRIGUES, 1995).

Este estudo parte do princípio que o conceito de sujeira não é absoluto, haja vista que é resultado de dada cultura, são categorias mentais criadas e mantidas por mecanismos sociais diversos. Sujeira é, basicamente, desordem (DOUGLAS, 2012). Mas sujeira também é percebida como ameaça a higiene.

Fez-se necessário uma imersão na história da higienização das sociedades ocidentais para se compreender os possíveis influxos presentes na contemporaneidade de Parintins e suas possíveis implicações nos modos de subjetivação dos residentes que convivem com o esgoto a céu aberto. É importante enfatizar que tal processo de higienização, desencadeado há séculos, trouxe consigo medidas de desodorização e desinfecção das cidades, de seus habitantes e a obsessão pela limpeza corporal (CORBIN, 1987. VIGARELLO, 1996).

O foco central da pesquisa é a compreensão dos modos de subjetivações dos residentes na convivência contínua com o esgoto a céu aberto na cidade de Parintins, buscando identificar e analisar as condutas dos moradores relacionadas com as águas servidas despejadas em via pública. Por *convivência contínua*, compreende-se uma relação de proximidade e de coexistência, marcado por uma temporalidade extensa e geograficamente delimitada entre os moradores da cidade, em contato diário com o esgoto oriundo das águas servidas.

O conceito de subjetivação estabelece uma forma de compreender, posicionar e agir, a partir de suas diferentes racionalidades e sensibilidades, sobre as expectativas, visões de mundo, as práticas e as posições das pessoas que vivem esta situação. Para Foucault (1984, 1995), modos de subjetivação dizem respeito à constituição dos sujeitos.

Este estudo penetra, inicialmente, nos aspectos históricos de medidas que tencionavam a normalização de hábitos dos moradores de Parintins. Considerados inadequados e obstáculo para o desejo de modernização urbana no final do século XIX, tais hábitos e costumes foram alvos de normatizações, como ainda são na contemporaneidade. A problematização dessa realidade não seria completa sem o olhar dos que hoje lá vivem. Nesse sentido, investigou-se a subjetivação de moradores que, em última instância, emerge como resultado de processos psicossociais, históricos e políticos.

Pretendeu-se evidenciar a contribuição da medicina social como estratégia biopolítica, na constituição dos sujeitos residentes na cidade de Parintins, em campos como: a higiene e a moral. Técnicas de poder que buscavam produzir normas em consonância com os princípios civilizatórios europeus, mas que, muitas vezes, entravam em choque com os hábitos dos residentes locais (FOUCAULT, 1995). Percebe-se a tentativa de refinar costumes por meio de preceitos higienistas, resultando um choque entre o tradicional e moderno.

A inquietação intelectual que, inicialmente, serviu como motivação para a pesquisa foi perceber o contato próximo entre os moradores da cidade de Parintins com o esgoto a céu aberto. Tal contato se efetiva no espaço urbano em geral, onde águas servidas estão quase sempre presentes, seja nas portas das residências, nos mercados, nas escolas, nas lanchonetes, nas inúmeras bancas de churrasquinhos, entre outros lugares.

Na cidade inúmeras residências e comércios lançam suas águas servidas em via pública criando um grande volume de rejeitos hídricos, que navegam nas sarjetas e são lançados sem nenhum tratamento no ambiente hídrico. A presença deletéria dos esgotos

é o que nos intrigou e o convívio, aparentemente, tolerante dos moradores com tal realidade.

É importante destacar a relação que tenho com o tema saneamento básico. Há mais de 10 anos tenho acompanhado a luta pela sobrevivência dos catadores de resíduos sólidos de Parintins. Em meus primeiros contatos, no ano de 2001, deparei-me com pessoas que trabalhavam fazendo coleta dentro do lixão municipal sem nenhum tipo de amparo do poder público.

Em 2012, os catadores foram retirados de forma compulsória da lixeira. Nessa experiência cotidiana com os catadores, um fato influenciou minha opção pela escolha de meu objeto de pesquisa. Uma senhora que labuta há mais de 20 anos como catadora, certo dia me confidenciou, que apesar de seu lucro ter diminuído ao deixar de coletar recicláveis dentro da lixeira, ela, no entanto, havia restituído à possibilidade de sentir odores. Sensação essa, segundo ela, comprometida em função dos longos anos de sua vida convivendo diariamente com odores exalados na lixeira. O caso desta catadora do lixão fez-me refletir sobre a postura das pessoas que convivem, diariamente, nas proximidades com o esgoto a céu aberto na cidade de Parintins, conduzindo-me a formular uma série de interrogações.

A pergunta norteadora que serviu como eixo central deste estudo é a seguinte: Que modos de subjetivação estão subjacentes no convívio, aparentemente, passivo diante de esgotos a céu aberto que perduram anos na cidade de Parintins? A partir deste questionamento basilar outras questões emergiram como elementos de reflexão:

Quais os significados atribuídos pelos residentes que convivem com esgotos a céu aberto em Parintins a uma cidade/rua limpa/suja? Em que medida os hábitos amazônicos estão implicados nessa aparente tolerância com esgotos a céu aberto nas vias públicas de Parintins? Em uma sociedade impelida pela deseabilidade de higienização, por que esta não se aplica à realidade de Parintins a um saneamento adequado no despejo de esgoto nas vias públicas?

O objetivo geral foi analisar a subjetivação dos moradores a partir da convivência contínua com os esgotos a céu aberto nos diferentes espaços da cidade de Parintins-AM. A investigação caracteriza-se como pesquisa do tipo qualitativa, descritiva, exploratória. As técnicas escolhidas para coletar as informações foram: Pesquisa documental; Observação dirigida; e Entrevistas semiestruturadas incluindo escalas sociais. Participaram deste estudo como sujeitos da pesquisa 45 indivíduos, divididos em 3 bairros

investigados: Itaúna II, Centro e União. Para analisar os dados, recorreu-se a análise de conteúdo.

A investigação que versou sobre análise dos modos de subjetivação dos residentes da cidade de Parintins na convivência com esgotos, entre outros fatos, é relevante socialmente por conectar-se com problemas que podem colocar em risco a sustentabilidade ambiental, em função, principalmente, dos efeitos deletérios sobre os seres humanos. A pesquisa mostra-se original e relevante cientificamente por propor um debate histórico social que envolve uma discussão a respeito de possíveis influxos da *dermaché* higienista europeia sobre a produção dos modos de subjetivação na Amazônia, especificamente entre residentes que convivem com o esgoto a céu aberto de Parintins.

Acrescenta-se, ainda, a contribuição da investigação para o diálogo interdisciplinar, ao propor estudar um problema concreto oriundo da precarização do esgotamento sanitário de Parintins, a partir de um enfoque histórico, psicossocial e político, que possa auxiliar a desvelar a complexidade do problema que se quer investigar.

Esse diálogo tem a ver com minha própria trajetória. Bacharel em Ciências Sociais e Licenciado em História, sou mestre em gestão ambiental. Atualmente, trabalho como professor da Secretaria de Educação do Amazonas - SEDUC, mas já atuei no magistério superior, ocasião onde pude colocar em andamento projetos ambientais. Entre os projetos destaco a participação na organização e fundação da Associação dos Catadores de Lixo de Parintins em 2007, onde até a presente data continuo a contribuir com ações voltadas ao fortalecimento da entidade.

## **1. ÁREA DE ESTUDO**

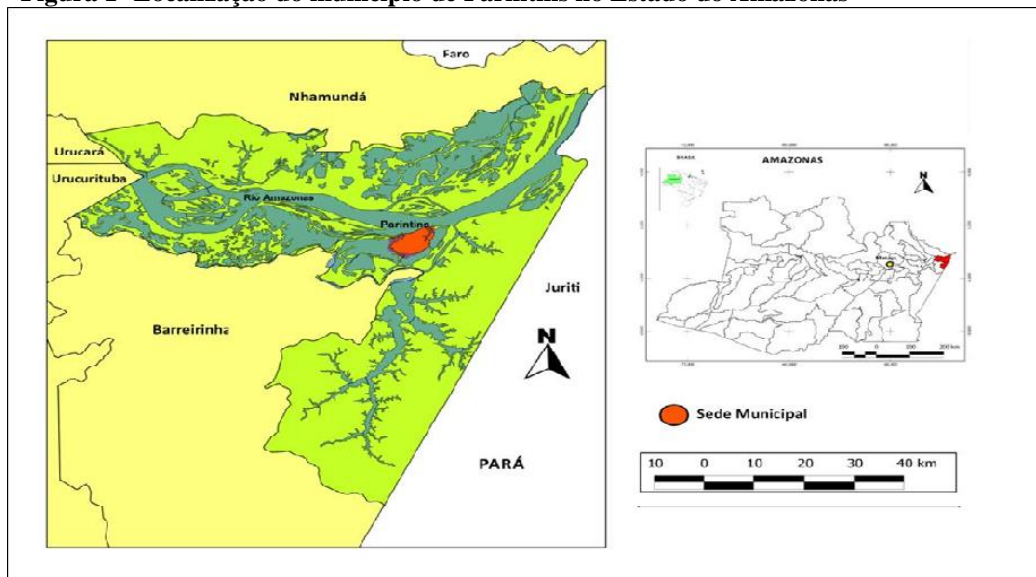
Com a finalidade de contextualizar a área de estudo para o leitor da tese, nesta seção exibir-se-á alguns aspectos relacionados à evolução histórica de Parintins e seu processo de urbanização, sua localização geográfica, dados sociais e sobre a economia local, além de apresentar o lócus da pesquisa.

### **1.1 Aspectos históricos**

A investigação foi realizada na cidade de Parintins, localizada no baixo Amazonas, distante de Manaus 450 km em linha reta. O município de Parintins faz fronteira com o Estado do Pará, podendo ser considerada, segundo os padrões amazônicos, uma cidade de

médio porte. A cidade foi edificada em uma ilha chamada de Tupinambarana, em referência aos índios Tupinambás que habitavam a região (BITTENCOURT,2001).

**Figura 1- Localização do município de Parintins no Estado do Amazonas**



**Fonte:** JDM Azevedo Filho,2016.

A região onde está localizada a cidade de Parintins foi povoada intensamente por índios Parintintins e pelos Tupinambás, que ao longo do processo de colonização foram sendo mortos ou expulsos para outras regiões da Amazônia. Para Cerqua (2009), os Parintintins faziam parte do grupo dos Tupis e a palavra Tupinambá significa homem viril, homem forte.

Em 1796, Parintins recebeu um contingente de escravos negros e outros agregados sob o comando do Capitão José Pedro Cordovil, instalando uma fazenda de gados. Em 1803, por determinação do Conde dos Arcos, o povoamento foi elevado à categoria de missão e passou a se chamar Vila Nova da Rainha, em alusão à Rainha D. Maria I, de Portugal, que nomeia para dirigi-la o frei José das Chagas. Negros e índios eram a maioria da população de Parintins no início de sua fundação (BITTENCOURT, 2001).

No ano de 1833, a missão foi elevada à categoria de Freguesia, passando a ser chamada Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Tupinambarana. E pelo decreto nº. 146 de 24 de Outubro de 1848, a Freguesia recebeu o nome de Vila Bela da Imperatriz. Somente no ano de 1880, pela Lei nº. 499, a Vila Bela da Imperatriz foi elevada à categoria de cidade, recebendo o nome de Parintins (BITTENCOURT, 2001). Parintins destacava-se economicamente pelas atividades extrativas e pela produção de juta.

## 1.2 Aspectos econômicos e sociais

As atividades econômicas de Parintins historicamente sempre estiveram ligadas ao setor primário. Para Saunier (2003), Parintins atravessou 3 períodos de crescimento econômico: o período extrativista, com destaque a pesca do pirarucu; o período do cacau e da produção de juta. Este último foi marcado pela sua grande produção e geração de renda.

Atualmente, no setor primário destaca-se a criação de bovinos e bubalinos. Dados da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas (SEPLAN) indicam que município possui o segundo maior rebanho do Estado com, aproximadamente, 14.000 mil bubalinos e 124.000 mil bovinos (SEPLAN, 2013).

A exemplo de muitos municípios do Amazonas, Parintins tem sua economia aquecida somente na época do pagamento do funcionalismo público e dos benefícios dos aposentados. Recentemente, foi publicado um artigo pela revista Exame, de autoria de Mariana Desidério, informando que a cidade de Parintins possui, proporcionalmente, o maior contingente de pessoas trabalhando no setor público do Brasil em relação ao total de trabalhadores formais. Exatos 62,71% dos trabalhadores formais são servidores públicos, totalizando 3.971 trabalhadores (DESIDÉRIO, 2015).

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2012, Parintins possui renda per capita de R\$ 6.504,35 reais, posicionando-se em 5º lugar em relação aos demais municípios do Amazonas.

Por outro lado, segundo dados fornecidos pelo Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), existem 50.055 pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$77,00. Esse número de pessoas equivale a quase metade da população do município e atesta grande quantidade de famílias pobres. Segundo, ainda, o MDS, 12.913 famílias recebem o Bolsa Família. Esses dados oferecem possibilidades de inferir que, aproximadamente, a metade da população do município vive na da linha extrema de pobreza. Para o MDS, a extrema pobreza no Brasil equivale a exatamente a R\$ 77,00 mensais.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do IBGE, publicado em 2012, Parintins ocupa o segundo lugar no estado do Amazonas com destaque para os bons índices de educação, 0,605. No entanto, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2011 (IFDM), põe o município de Parintins em 2.651º, colocação geral no ranking nacional.

A economia atinge seu ápice no período do festival folclórico, que compreende os meses de abril a junho. As agremiações folclóricas, Garantido e Caprichoso, recebem uma volumosa quantia de recursos dos seus patrocinadores para colocar o “boi” na arena<sup>1</sup>, ou seja, para a apresentação durante os três dias de festival. Este período é marcado por contratações de trabalhadores para exercer diversas atividades nas confecções de alegorias e roupas utilizadas nas três noites de apresentação, o que movimenta a economia local.

Conhecido em quase todo o Brasil, o festival folclórico de Parintins, atrai todos os anos milhares de pessoas, de várias partes do país, que chegam até a ilha para brincar de boi-bumbá. Boi Garantido representado pela cor vermelha, Caprichoso pela cor azul, são os protagonistas do espetáculo. Em geral, a população da cidade praticamente dobra com a chegada dos visitantes, como duplica também o consumo de energia, água, produção de lixo e lançamento de esgotos a céu aberto<sup>2</sup>.

**Figura 2 - Festival de Parintins**



**Fonte:** [http://www.brasil.gov.br/turismo/2015/01/festival\\_parintins.jpg/@images/image.jpeg](http://www.brasil.gov.br/turismo/2015/01/festival_parintins.jpg/@images/image.jpeg). Acesso em: 07 set. 2015.

O festival de Parintins é o principal produto econômico do município, atraindo milhões de recursos para os bumbás, mas também recebendo investimentos em infraestrutura para a cidade, principalmente por parte do governo estadual. Obras de

---

<sup>1</sup> A arena ou local onde os Bois Bumbás se apresentam durante o último final de semana de junho é chamada de Bumbódromo.

<sup>2</sup> Existência, na face em trabalho ou na sua face confrontante, de vala, córrego ou corpo d'água onde habitualmente ocorre lançamento de esgoto doméstico; ou valeta por onde escorre, na superfície, o esgoto doméstico a céu aberto (IBGE, 2014, p. 201).

recapeamento asfáltico, construção e pinturas de meios-fios, entre outras, ocorrem, em especial, no período que antecede o festival.

### **1.3 Urbanização**

Parintins é a segunda cidade mais populosa do Amazonas, perdendo somente para a capital do Estado. O processo histórico de urbanização parintinense foi lento e acompanhou o ritmo das atividades econômicas na região. De um pequeno povoado, habitado em sua maioria por indígenas, a cidade gradativamente foi crescendo de forma não ordenada.

O crescimento desordenado da cidade criou problemas sociais em Parintins, visto, até então, principalmente, em cidades de maior porte. O fluxo migratório é constante, tanto intramunicipal, com o deslocamento de habitantes da zona rural para zona urbana, como o deslocamento vindo de outros Estados que, aqui, chegam em busca de melhores condições de vida. Nas palavras de Souza (2013), a cidade de Parintins recebe continuamente pessoas oriundas da zona rural em função da “[...] da falta ou deficiência de políticas públicas para o campo[...].” (Ibid., p. 19).

Pelos dados de Bitencourt (2001), a população estimada de Parintins, em 1873, estava entre 5.200 e 5.500 habitantes. Entre 1873 e 1919 não há dados sobre o contingente populacional de Parintins. Segundo informações ainda de Bitencourt, a população em Parintins, em 1920, já era de 14.607 habitantes. Não está claro, no entanto, se este total de habitantes é referente à cidade ou o município de Parintins.

A partir da década de 70, a população de Parintins progressivamente cresce com o aumento do fluxo migratório, principalmente, de nordestinos, mas também de outros estados brasileiros (SOUZA, 2013). Até hoje é grande o número de nordestinos na cidade, sendo sua principal ocupação laboral a atividade comercial.

Nos últimos 40 anos, a cidade teve um forte crescimento populacional, principalmente nas décadas de 70 e 80. Em 1970, a população no município era de 16.747, subindo para 29.504 dez anos depois e atingindo 69.890 no último censo realizado em 2010 (IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).



**Tabela 1 - Evolução da população urbana de Parintins entre 1970 e 2010**

<b>Ano</b>	<b>População</b>
<b>1970</b>	16.747
<b>1980</b>	29.504
<b>1991</b>	41.591
<b>2000</b>	58.125
<b>2010</b>	69.890

**Fonte:** Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

A cada década a cidade ganha novos bairros. Somente na década de 2010 foram criados 06 novos bairros, quase todos proveniente de ocupação de terras. No total, são 25 bairros que existem na cidade (SOUZA, 2013). O bairro da União foi o último a ser criado, tendo sua ocupação iniciada em 2009.

Com o aumento populacional novos bairros tendem a surgir, alguns de forma desordenada, impactando negativamente na flora, fauna e nos recursos hídricos, já que a tendência é que essas novas habitações lancem suas águas servidas no ambiente aquático que circunda a ilha de Parintins.

#### **1.4 Aspectos geográficos**

A Ilha de Tupinambarana tem 45 km<sup>2</sup> de extensão. Está situada a 52 metros de altitude em relação ao nível do mar. Possui uma temperatura média anual de 35°. A cidade foi construída sobre a ilha Tupinambarana, estando rodeada pelo Rio Amazonas, e pelos lagos do Parananema, Aninga e Macurany, que completam o abraço de 360 graus sobre a cidade, conforme a Figura 3.

**Figura 3 - Imagem aérea de Parintins**



**Fonte:** <http://amazoniaacontece.blog.uol.com.br/>,2013. Acesso em: 03 mai. 2015.

Em relação à vegetação na área urbana prevalecem florestas de várzea e terra firme. Em função desta realidade, parte da cidade tem sido periodicamente alagada nos períodos de cheia das águas na região. Várias ruas, residências e comércios são inundados neste período.

Entre os problemas trazidos pelas inundações estão os transbordamentos de fossas secas presentes ainda em muitas residências da cidade, aumentando os riscos de doenças de veiculação hídrica neste período.

Por intermédio da Lei Orgânica de Parintins, em 1990, foram criadas áreas de proteção ambiental (APA), são elas: a bacia hidrológica do Parananema, Aninga, Macurany, Francesa e o complexo do Macuricanã, na parte pertencente ao município de Parintins. Os quatros primeiros têm sofrido com o desmatamento constante, derrubada das matas ciliares, além de servirem de depósitos para destinação final das águas residuárias<sup>3</sup>.

O crescimento demográfico dos últimos anos na cidade de Parintins foi seguido de expansão de ocupações humanas em todas as direções, margeando os cursos d'água e incrementando ameaça para a sustentabilidade, haja vista o processo de desmatamento da mata nativa, a precarização do saneamento básico e seus impactos negativos ao ambiente.

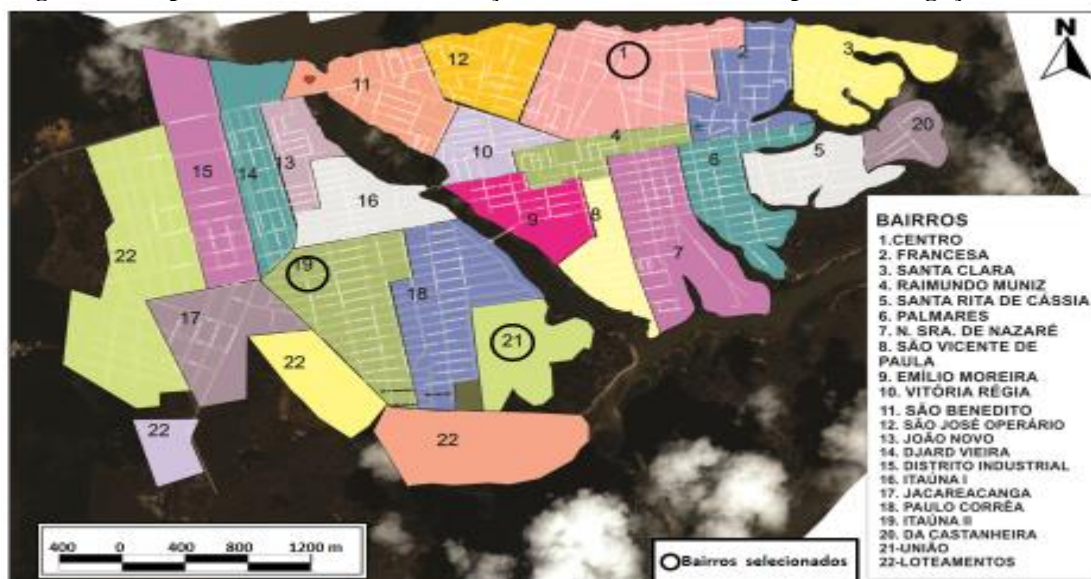
---

<sup>3</sup> Por água residuária entende-se “Líquido que contém resíduo de atividade humana” (ABNT- NBR, 7229, 1993).

### 1.5 Lócus da pesquisa

Para a pesquisa foram escolhidos três bairros: Itaúna II, Centro, e União. A escolha do bairro centro deu-se em decorrência de ser o mais antigo e pela sua importância socioeconômica para a cidade de Parintins. Os demais bairros foram escolhidos por meio de um sorteio previamente realizado.

**Figura 4 - Mapa de Parintins com localização dos bairros escolhidos para investigação**



**Fonte:** Imagem GoogleEarth (2011); Perímetro urbano (2006); PMP. Organizadores: JD AZEVEDO FILHO; A BENTES (2015).

Os três bairros escolhidos para a investigação atendem o critério pré-estabelecido para participarem da pesquisa, ou seja, todos possuem situações de lançamento de esgoto doméstico<sup>4</sup> em suas ruas. A seguir, apresenta-se um quadro resumo sobre os bairros participantes da investigação.

<sup>4</sup> Para ABNT esgoto doméstico é a “Água residuária de atividade higiênica e/ou de limpeza” (ABNT-NBR 7229, 1993).

### Quadro 1 - Bairros Investigados

	<p><b>Bairro Centro</b> - Também conhecido como a “frente da cidade”. A primeira área de ocupação humana foi a orla da cidade. Em muitas vias públicas desta localidade, encontra-se esgoto a céu aberto. O centro há o predomínio de casas de alvenaria.</p>
	<p><b>Bairro Itaúna II</b> - Fundado na década de 90, a partir da desapropriação da fazenda Itaúna (SOUZA, 2013). A partir de sua fundação o bairro recebe muitos migrantes oriundos do campo e de outras cidades (MARINHO e SCHOR, 2009). É o bairro muito populoso, com problemas de esgotamento sanitário em todas as suas ruas, além da presença de lixo e entulhos nas vias.</p>
	<p><b>Bairro da União</b> - Fundado em 2010, é bairro de ocupação recente. Há o predomínio muito grande de edificações de madeira. Há ruas com muitos buracos, outras totalmente intransitáveis, e outras sem asfalto. Aqui, também há em todas as vias, ocorrência de esgoto a céu aberto. Em todos os dias da observação constatou-se grande quantidade de entulhos das vias dos bairros. O trânsito de bicicletas, triciclos e carroças e motos, predominam no bairro.</p>

Fonte: ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2014.



Diferentemente do bairro Centro, Itáúna II e União foram originados de ocupações fruto do processo de urbanização contínua de Parintins nas décadas de 80 e 90. Eram locais sem a mínima infraestrutura que, paulatinamente, foram recebendo alguns investimentos como água, energia e, posteriormente, asfalto. Como observa Camilo Souza (2002), expansão de bairros feito sem nenhum planejamento criando sérios problemas ao meio ambiente. E continuam a impactar negativamente, inclusive com o lançamento de águas servidas no lago do Macurany.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

A investigação caracteriza-se como pesquisa do tipo qualitativa, descritiva, exploratória. A pesquisa qualitativa está pautada na interpretação de fenômenos sociais, buscando uma profunda compreensão do contexto pesquisado enquanto processo. Esta característica processual a caracteriza como sendo uma abordagem flexível. É consenso que pesquisa qualitativa é, na sua essência, interpretativa.

Para Bicudo (2011), a pesquisa qualitativa “[...] admite um leque diversificado de procedimentos, sustentados por diferentes concepções de realidade de conhecimento” (Ibid., p. 24). Segundo Denzin e Lincoln (2006), essa pesquisa possui múltiplas práticas interpretativistas e uso de multimétodos. Ela se inscreve no campo interdisciplinar e pode ser compreendida como “[...] uma atividade situada que localiza o observador no mundo” (Ibid., p. 17). Minayo (1994) e Chizzotti (2006) afirmam que o método qualitativo surge das limitações dos métodos matematizáveis em investigar a percepção da subjetividade humana e a intuição.

O eixo epistemológico da pesquisa está centrado no enfoque fenomenológico-hermenêutico, pois há uma relação entre o fenômeno e a essência. Neste caso, o eixo científico está baseado na compreensão dos fenômenos por meio da interpretação dos significados das pessoas que convivem nas proximidades com esgotos a céu aberto. Para Leff (2003), ao trazer os sentidos explícitos e implícitos, a linguagem aparece nos conceitos hermenêuticos como uma possibilidade de renúncia à verdade absoluta.

A hermenêutica, como processo de compreensão, pode contribuir como poderosa ferramenta auxiliar desveladora de significados adormecidos na relação sociedade-natureza. Os sentidos que estão submersos, que não se revelam ao imediato das sensações, se constituem um grande desafio para o investigador. Nesse caso, encontra-se nos

fundamentos da Fenomenologia Hermenêutica, um método possível de contribuir para desvelar os sentidos ocultos.

Em função dos objetivos propostos pelo projeto, optou-se pela estratégia de priorizar o qualitativo em relação ao quantitativo. Os dados quantitativos são interpretados qualitativamente. Os procedimentos quantitativos, nesta versão, são subsidiários dos qualitativos. Evidentemente que dados qualitativos podem ser analisados quantitativamente.

A investigação do ambiente foi executada por meio de observações dirigidas. O objetivo foi compreender a interação fruto desta interface complexa pessoa/lugar.

[...] devido à grande complexidade das relações pessoa-ambiente, para seu entendimento convém aproveitar perspectivas disciplinares e teóricas diferentes, o que implica, necessariamente, uma abordagem multimétodos. O fato das estratégias de investigação terem origem em áreas de conhecimento distintas (...) ou se embasarem em teorias alternativas dentro de uma mesma área (...), pode possibilitar uma compreensão mais ampla de determinados fenômenos sociocomportamentais desde que o pesquisador se preocupe com a integração das informações coletadas, justificando assim, sua opção por múltiplos pontos de vista (GUNTHER; ELALI; PINHEIRO, 2011, p. 247).

A abordagem sobre o esgoto a céu aberto sucedeu dentro da perspectiva plural do saneamento ambiental. Seu estudo exige uma análise dentro do paradigma da complexidade ambiental, observando a aproximação e interação multi e interdisciplinar. Neste sentido, justifica-se o multimétodo na investigação, para dar conta das multiplicidades de conhecimentos necessários para a compreensão do fenômeno estudado.

O estudo realizado foi de natureza exploratória. Oliveira (2007, p. 65) enfatiza que “[...] um estudo exploratório é realizado quando o tema escolhido é pouco explorado, sendo difícil a formulação e a operacionalização de hipóteses”. Apolinário (2007, p. 87) corrobora com tal ideia ao afirmar que o principal objetivo da pesquisa exploratória é “[...] aumentar a compreensão de um fenômeno pouco conhecido, ou de um problema de pesquisa ainda não perfeitamente delineado”.

Durante o levantamento bibliográfico, constataram-se significativas evidências que apontam para inexistência de pesquisas na área do tema proposto, tendo como lócus a cidade de Parintins. Por isso a opção pela pesquisa do tipo exploratória.

Como a pesquisa não intenciona a manipulação deliberada de variáveis, pode-se considerá-la como não experimental. As situações de pesquisa como, por exemplo, o odor do esgoto e seus possíveis efeitos sobre os moradores entrevistados já ocorreram e não foram provocadas pelo pesquisador de forma intencional.

A análise investigativa foi executada em seu contexto natural, nas palavras de Sampieri et al., (2006, p. 225), a pesquisa não-experimental são “estudos que se realizam sem a manipulação deliberada de variáveis e nos quais observam-se os fenômenos apenas em seu ambiente natural para depois analisá-los.”

Para auxiliar nas descobertas de existência de relações entre variáveis no processo investigativo, recorreu-se à pesquisa descritiva. Para Gil (2007, p. 42) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Michel (2009), por sua vez, defende que a pesquisa descritiva se caracteriza pela análise com precisão dos fenômenos em seu ambiente natural. Durante a investigação buscou-se descrever os fenômenos estudados (percepções e pensamentos), não interferindo nas relações de causalidade entre as variáveis analisadas, analisando e interpretando a visão dos sujeitos da pesquisa sobre o tema estudado.

## **2.1 Técnicas de pesquisa**

As técnicas escolhidas para coletar as informações foram: Pesquisa documental; Observação dirigida; e Entrevistas Semiestruturadas incluindo escalas sociais.

### **2.1.1 Pesquisa documental**

Este instrumento permitiu realizar uma revisão de documentos que serviram como fontes de evidências, tais como: documentos oficiais, publicações parlamentares como discursos políticos e códigos de postura municipal, documentos privados, fotografias, reportagens de jornais impressos e digitais, obras acadêmicas acerca do tema, laudos técnicos, dados estatísticos em documentos oficiais, entre outros. A revisão documental acrescentou novos parâmetros ao pesquisador, deixando mais claro o objeto investigado e suas proposições.

Os objetivos da pesquisa documental neste estudo foram: auxiliar na compreensão de como ocorreu a evolução histórica do saneamento básico, em particular do sistema de esgotamento sanitário na cidade de Parintins; as normas de higienização que reverberavam no cotidiano dos moradores a partir do início do século XX; a legislação pertinente ao tema de pesquisa, o funcionamento atual do sistema de esgotamento sanitário com as áreas assistidas.

São acervos históricos que contêm livros de Atas, Leis e relatórios do executivo municipal que vão desde o período das Intendências no município de Parintins já na

primeira década do século XX, disponibilizados pelo setor de arquivos da Câmara Municipal de Parintins.

A pesquisa documental também foi realizada na biblioteca pública municipal de Parintins; no setor de Vigilância Sanitária de Parintins; no Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IGHA); na Imprensa Oficial do estado do Amazonas; no Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins; na Secretaria de obras e na Secretaria de Meio Ambiente de Parintins. Além de documentos oficiais, a pesquisa se estendeu aos jornais da primeira metade do século XX, que circulavam no Estado do Amazonas.

No Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, foi possível recuperar parte da história do saneamento básico de Parintins, por intermédio de relatórios de governadores do estado do Amazonas, de Superintendentes de Parintins, além de acervos de periódicos parintinenses do início do século XX, como *Parintins* e *O Tacape*.

Infelizmente, quase toda a documentação investigada, que faz parte do acervo da Câmara Municipal de Parintins, se encontra em estado precário de conservação, carecendo de investimentos para recuperar e digitalizar. Situação semelhante foi encontrada também em algumas documentações do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas.

No entanto, merece louvor a iniciativa da Câmara Municipal de Parintins, em cooperação com o Instituto Memorial de Parintins, que produziram uma obra dividida em 3 volumes, intitulada “História e Memória Política do Município de Parintins”. A obra traz parte da história da Câmara Municipal de Parintins no período compreendido entre 1947 a 1963.

### **2.1.2 Observação dirigida**

Buscou-se por meio da observação realizar análise qualitativa dos contextos tendo como fundo a compreensão do cenário em que se desenvolve a investigação. O pesquisador não está inserido no processo rotineiro dos indivíduos e acaba percebendo fatos que poderiam passar despercebidos por eles.

Como se trata de uma observação de caráter público, pois ocorreu sempre nas ruas da cidade de Parintins, acredita-se que tal técnica de coleta seja classificada como observação simples. Na opinião de Gil (2008, p. 102) este tipo de observação está “[...] apropriada para o estudo das condutas mais manifestas das pessoas na vida social [...]”.

A observação ocorreu nos três bairros selecionados. Os esgotos que foram observados são de origem profilática (higienização) e de cocção (cozinha). Dentro de



cada bairro selecionado para observação utilizaram-se os seguintes critérios para escolhas das ruas: a partir do levantamento das quadras que possuem esgoto foi feito um sorteio para observação. Foram objetos de observação duas quadras de três ruas do centro da cidade, uma quadra das ruas em frente aos currais dos Bois Garantido e Boi Caprichoso, e uma quadra em duas ruas de cada bairro participante da pesquisa. No caso dos currais, foram incluídos pela importância desses lugares na vida social da cidade.

O protocolo com roteiro para observações sistematizadas é composto de um Diário de campo com anotações de data, tempo de duração, entrevistas espontâneas, sequência de acontecimentos observados, contextualização do estado da rua e eventos (chuvas, secas, festas, ação de limpeza pública, etc.) ocorridos que possam ter influenciado ou determinado o estado da rua e despejos. Na pesquisa, utilizou-se também de levantamentos fotográficos.

### **2.1.3 Entrevistas semiestruturadas**

Essa técnica é largamente utilizada nas pesquisas qualitativas proporcionando uma interação informativa direta entre os sujeitos, possibilitando captar os significados. Para Ludke e André (1986, p. 34) a maior vantagem da entrevista é a captação imediata das informações. Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 381) explicam que o objetivo das entrevistas “[...] é obter respostas sobre o tema, problema ou tópico de interesse nos termos, a linguagem e a perspectiva do entrevistado (‘em suas próprias palavras’).”

Para coleta de evidências juntos aos moradores entrevistados<sup>5</sup> foi utilizada entrevistas do tipo semiestruturadas que se baseiam em assuntos anteriormente estabelecidos. Segundo Sampieri et al. (2006), por não ser estruturada esse tipo de entrevista concede liberdade para o entrevistador de introduzir novos questionamentos durante o processo. No entanto, Taylor e Bogdan (1987) advertem que a guia deve ser utilizada apenas para não esquecer os temas. Entre as vantagens da aplicação dos formulários com entrevistas, Giroux e Tremblay (2004) elencam as seguintes: a) Permite compreender bem as respostas dos entrevistados; b) Permite responder possíveis perguntas do entrevistado; c) Permite fazer perguntas sobre temas sensíveis e pessoais; d) Permite controlar a qualidade das respostas proporcionadas (Ibid.).

As entrevistas também foram úteis para conhecer a história sanitária de Parintins, pois, pelos levantamentos realizados, há uma carência muito grande de fontes escritas e

---

<sup>5</sup> Na investigação, denominou-se as pessoas escolhidas para fazerem parte da coleta de dados como: moradores entrevistados, sujeitos da pesquisa, informantes ou, ainda somente, como entrevistados.

iconográficas que contemplem a temática da pesquisa. Por isso, a oralidade foi um instrumento importante de coleta de evidências.

Para as entrevistas recorreu-se a diferentes ferramentas para a coleta: gravações de áudio (autorizada pelo entrevistado<sup>6</sup>), cadernos para a transcrição do conteúdo da entrevista na íntegra e fotografias. O modelo de entrevistas utilizado na coleta de dados da pesquisa encontra-se em anexo (Apêndice C).

As perguntas estão articuladas com a categoria principal da pesquisa: convivência dos moradores nas proximidades dos esgotos a céu aberto presentes nas vias. Na primeira seção das entrevistas, as perguntas foram direcionadas para saber quais estratégias utilizadas pelos moradores entrevistados para afastar as águas servidas de seus domicílios. Em seguida, buscou-se compreender o entendimento deles sobre saneamento e esgoto a céu aberto. No momento seguinte, os sujeitos da pesquisa expuseram suas concepções sobre sujo e o limpo, inclusive opinando sobre as condições de limpeza da cidade Parintins.

As escalas foram utilizadas na segunda seção do formulário de pesquisa, onde se coletou informações sobre as percepções acerca das próprias condutas e também de outros moradores em relação à convivência com esgoto a céu aberto. As escalas são instrumentos que representam valores de maneira quantificável, medindo também características de uma variável. Percebeu-se que os moradores entrevistados não se limitavam a responder somente as opções dadas pelo investigador, eles, em geral, procuravam justificar suas respostas. Assim, na coleta de dados, as escalas foram acompanhadas de notas explicativas dos entrevistados, o que enriqueceu e facilitou as análises dos dados.

As escalas sociais envolvem medições quantitativas complexas. Uma das modalidades utilizadas nas medições são as Escalas de Atitude e Opinião. Ao se referir ao conceito de atitude, Gil (2008, p. 137) relaciona-a com disposições de ordem dinâmicas oriunda do ambiente em que as pessoas estão inseridas. Do ambiente deriva as “experiências pessoais”.

Utilizou-se na coleta de dados a escala de Likert (Apêndice C). A escala de Likert é um instrumento de medição para coletar dados referentes a atitudes. Nesta técnica de coleta os informantes são incitados a se manifestarem diante de afirmações ou juízos de valor. A escala solicita graus do tipo: concorda/discorda, sempre/nunca.

---

<sup>6</sup> Quatro moradores entrevistados não permitiram a gravação das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos moradores dos bairros escolhidos para a coleta. Para evitar problemas relacionados à disponibilidade, foi mantido contato prévio com os sujeitos da pesquisa, para explicar o teor da pesquisa e, em seguida, agendar um dia e hora que fosse mais conveniente para que ele possa participar da entrevista. No entanto, a maioria dos moradores convidados a participar da investigação optava em responder, naquele momento, dispensando o retorno do investigador para outra data.

Antes do início da coleta de dados por meio das entrevistas semiestruturadas, foram aplicados 5 formulários pilotos entre moradores que atendiam as pré-condições já mencionadas para participarem da pesquisa. Tal estratégia foi importante para fazer alguns reajustes nos instrumentos utilizados para colher informações.

## **2.2 Procedimentos de análises de dados**

Coletados os dados, chegou-se ao momento mais laborioso da investigação: análise dos dados. Não há consenso entre os diversos especialistas sobre o procedimento mais adequado, talvez aquele que procure diminuir ao máximo os efeitos da subjetividade do pesquisador. O rigor científico, não como sinônimo de verdade ou objetividade, deve ser perseguido em todas as etapas do processo de construção da pesquisa.

Perez Serrano (2008) afirma que “Não contamos com textos precisos que expliquem detidamente o processo de redução e análise de dados” (Ibid., 2007, p. 101). Yin (2010, p. 155) também percebe que a análise das evidências é a etapa mais difícil do estudo de caso. Afinal a subjetividade na pesquisa de contorno qualitativo faz parte do processo, onde o principal instrumento de investigação é o pesquisador.

Recorreu-se à análise de conteúdo nesta pesquisa, pois os objetivos propostos requerem uma técnica que permita a leitura e interpretação de qualquer documento de expressão verbal ou escrita, além de ferramenta rica para interpretar a exteriorização discursiva. Para Olabuenaga e Ispizúa (1989), tal técnica permite acessar fenômenos da vida social, por meio da codificação, interpretação e inferências de mensagens em estado bruto, oriundas de múltiplas fontes. Um dos principais estudiosos da análise de conteúdo é Laurence Bardin.

Para Bardin (2011, p. 41) a análise de conteúdo pode ser entendida como “conjuntos de instrumentos [...] que se aplicam aos discursos[...]”. Esses conjuntos de técnicas possuem como ponto comum a “hermenêutica controlada, baseada na dedução”,

o que Bardin denomina de inferência. Assim, este autor conceitua análise de conteúdo como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (2011, p. 48).

A compreensão dos modos de subjetivação dos moradores de Parintins, na convivência com o esgoto a céu aberto, possui foco na mensagem dos sujeitos da pesquisa. Neste sentido, a análise de conteúdo é adequada à natureza desta investigação por estar orientada para a interpretação do universo semântico dos entrevistados, com seus respectivos valores e posturas verbalizadas.

Acrescente-se a isto o fato da análise de conteúdo poder ser empregada tanto na pesquisa qualitativa (presença/ausência em certas características de conteúdo), como na quantitativa (frequência de conteúdo) ou métodos mistos (aspectos híbridos) (BARDIN, 2011). Por meio da análise de conteúdo, buscou-se a compreensão da realidade exteriorizada pelos moradores entrevistados e a interpretação que fazem dos significados a sua volta.

Como não há um modelo consagrado de análise de dados, a princípio a pesquisa adotou a proposta de Sampieri et al. (2006). Descrever-se-á, em linhas gerais, as estratégias que esses autores propõem para a interpretação das informações colhidas no campo, no qual foi acolhida esta investigação.

No primeiro momento, revisou-se o material coletado organizando e classificando adequadamente, conforme critérios como data, local, sujeitos, temas, etc. Na segunda etapa, criou-se um plano de trabalho que continha a revisão de dados e registros executados na coleta de informações. Prosseguiu-se com a codificação dos dados, codificando as unidades de análise em categorias, para, em seguida, buscar possíveis regularidades e vinculações entre as categorias.

Após realizar a descrição, regularidades, relações e significados das categorias, houve a articulação ao contexto de sua ocorrência. Tal vinculação entre categorias e contexto da investigação permite a descrição de pessoas, eventos, fatos e a busca de padrões. O contexto da investigação deve ser explicitado e reconstruído nas pesquisas que utilizam análise de conteúdo. Na última etapa, buscou-se respaldar a investigação,

assegurando a confiabilidade e validade dos resultados obtidos pela pesquisa (SAMPIERI et al., 2006).

Durante a análise os dados foram classificados e ordenados de forma a se articularem com o problema da investigação, procurando frequências e regularidades nos constructos das categorias de análises emergentes no processo de tabulação de dados. As categorias são importantes instrumentos de comparação e contrastes possíveis. Esses padrões, regularidades e tendências são os objetivos das análises qualitativas (SERRANO, 2008). No caso das escalas sociais, após a coleta de dados, foram igualmente tabuladas em busca de frequências e relações entre variáveis.

A validade pode ser compreendida como grau que as conclusões da pesquisa correspondem com a realidade estudada, ou seja, ela corresponde à aproximação da exatidão. Para Gómez (2007, p. 186) “É importante assegurar a validade da investigação tanto para nós como investigadores como para o resto da comunidade acadêmica”.

Para alcançar a validade ou credibilidade da pesquisa empregou-se como estratégia um exercício de triangulação de diferentes fontes de informações de dados coletados. Flick (2004, p. 237), ao tratar sobre triangulação de dados, afirma que é uma estratégia que lança mão de uma multiplicidade de combinações de métodos “[...] grupos de estudos, ambientes locais e temporais e perspectivas teóricas distintas no tratamento de um fenômeno”.

Através de um exame cruzado de informação se pode obter dados de grande interesse que permitam não somente o contraste dos mesmos, como também ser um meio de obter outros dados que não foram percebidos em um primeiro nível de leitura da realidade (SERRANO, 2008, p. 81, tradução nossa).

A triangulação como estratégia pode potencializar a credibilidade, assegurando que entre os dados seja possível reduzir as probabilidades de contradições e incoerências presentes nos dados levantados.

Como parte do esforço para alcançar a validade da pesquisa, durante o processo de construção da tese, utilizou-se um de investigador externo para avaliar criticamente o resultado das análises dos dados da investigação.

### **2.3 Procedimentos éticos**

O presente estudo não envolveu exposição dos sujeitos a situações de risco. Contudo, caso o mesmo ocorresse, como, por exemplo, riscos emocionais, trabalhar-se-ia para minimizá-los e eliminá-los, de forma a tornar a pesquisa confortável para os

sujeitos envolvidos. Os benefícios advindos deste estudo implicarão em um avanço sobre a compreensão da temática relacionada ao contexto das percepções de grupos humanos sobre saneamento básico. A participação foi voluntária mediante pleno conhecimento acerca do tema abordado.

Os moradores entrevistados foram escolhidos entre os bairros já selecionados (Itaúna II, Centro e União) e por residirem em ruas com ocorrência de esgoto a céu aberto. Além desse critério, os sujeitos da pesquisa são todos maiores de 18 anos e possuidores de qualquer grau de escolaridade.

Os moradores entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), constando os objetivos da pesquisa e demais esclarecimentos do processo sigiloso pelo qual se construiu essa pesquisa.

O projeto de pesquisa foi submetido para apreciação do Conselho de Ética na Pesquisa (CEP), da Universidade Federal do Amazonas e foi aprovado conforme o parecer número 953.381, onde consta que o protocolo de pesquisa atende a Resolução 466/12 (Anexo A).

#### **2.4 Limitações desta pesquisa**

A coleta de dados foi realizada entre os meses de setembro e dezembro de 2014. Os meses de setembro e outubro foram os que apresentaram maiores dificuldades para a coleta de informações, pois este período coincidiu com a campanha eleitoral e alguns moradores se mostravam inseguros e desconfiados em participar da investigação, mesmo depois dos devidos esclarecimentos. Percebeu-se que o tema da pesquisa requeria um posicionamento dos entrevistados em relação às políticas públicas com vistas ao saneamento básico, o quê, em muitos casos, resultavam em duras críticas a municipalidade.

Como reflexo do ambiente de insegurança, no referido contexto, alguns exigiam, mesmo antes da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que participariam na condição de manter seu anonimato. No entanto, quando eram solicitados para assinarem o nome no TCLE, alguns desistiram de participar da pesquisa alegando que seriam identificados e poderiam sofrer alguma represália. Mesmo contra argumentando que sua identidade iria permanecer em absoluto sigilo, 3 dos contatados não aceitaram participar da pesquisa.

Essa experiência revelou que na cidade há um ambiente de incerteza e intranquilidade por parte de alguns moradores, que, por alguns motivos, temem serem

alvos de represálias por exporem o que pensam sobre a situação sanitária de Parintins. Um dos contatados afirmou ser funcionário público do município e, por isso, achou por bem não participar da investigação. Outro problema que emergiu durante a coleta foi a situação conflitante trazida pelo TCLE, pois neste clima de suspeição o fato de solicitar a assinatura do entrevistado no documento, já causava insegurança por parte de alguns deles. Assim anonimato, para determinados participantes da pesquisa, é seus nomes não constarem em nenhum documento.

## **2.5 Sujeitos da pesquisa**

Participaram da pesquisa como sujeitos da pesquisa 45 indivíduos, divididos nos quatro bairros investigados. Foram critérios de inclusão dos sujeitos participantes: maiores de 18 anos, de ambos os sexos, sem determinação de grau de escolaridade, que fossem moradores dos bairros investigados há, pelos menos, 2 anos. Outro critério de escolha dos participantes da pesquisa era residir em ruas onde ocorre o problema de esgoto a céu aberto, para isso foi feito um levantamento prévio das ruas onde a presença de esgotos mais se destacava.

A faixa etária dos 45 participantes da pesquisa está entre 18 anos a 63 anos de idade, com ligeiro predomínio entre 20 e 30 anos. Procurou-se saber também o número de pessoas corresidentes com os moradores entrevistados. Constatando-se que a média de habitantes é de 7,3 moradores por habitação. Este número é mais que o dobro da média nacional que é 3,3 de habitantes por domicílios, mas também é bem superior a mediana de Parintins, calculada pelo Censo 2010, que é de 4,9 residentes por habitação (IBGE, 2010). Foram identificadas residências com até 14 moradores durante as investigações.

O tipos de construção das moradias entre os entrevistados variaram entre alvenaria e madeira, sendo que as casas de madeira tiveram um leve predomínio sobre as de alvenaria. A predominância de residências feitas de madeira localizam-se nos bairros do Itaúna II e União, principalmente neste último. Há também casas que possuem parte edificada em madeira, parte em alvenaria. Neste caso, observou-se que, geralmente, é a frente da residência que é feita de alvenaria e os demais cômodos de madeira. No centro, residências contruídas de tijolos dominam o cenário. Coincidência ou não, nas primeiras décadas dos século XX, as autoridades de Parintins proibiram a construção de casas feitas de material que não fosse de alvenaria (LIVRO DE LEIS, 1935-1937).

O tempo de residência dos moradores entrevistados nos respectivos bairros também é variável. No centro da cidade foi onde se encontrou sujeitos da pesquisa com

maior tempo de moradia. Segundo Souza (2013), o Itaúna II é um bairro que surgiu na década de 90. E o bairro União foi criado em 2010, portanto, onde os moradores mais antigos estão há, no máximo, 5 anos residindo.

Constatou-se também que a ampla maioria dos entrevistados reside em casa própria. Por trás de uma aparente irrelevância, sendo dono de um imóvel, deduz-se que os moradores são detentores de liberdade para efetuar obras de melhorias sanitárias na residência, incluindo é claro o esgotamento sanitário.

Em relação ao nível de escolaridade dos moradores participantes, 56% informaram não possuir educação básica<sup>7</sup> completa. Neste grupo também há 7% que declararam somente ler e escrever. Os que afirmam ter concluído a educação básica são 20% e 16% dos sujeitos da pesquisa revelaram já ter concluído curso superior.

**Tabela 2 - Nível de Escolaridade**

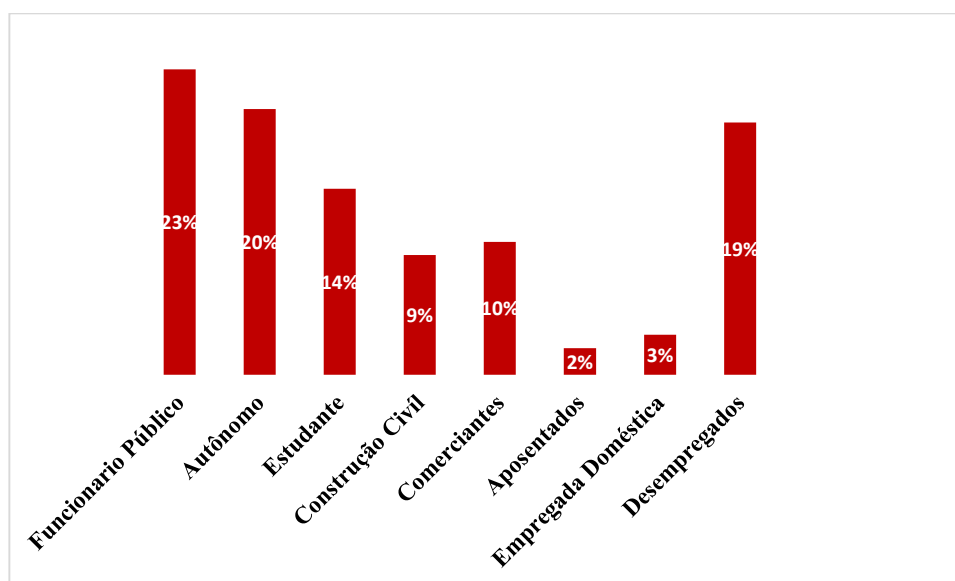
<i>Nível de Escolaridade</i>	<i>%</i>
Lê e Escreve	7%
Ensino Fundamental Incompleto	20%
Ensino Fundamental Completo	16%
Ensino Médio Incompleto	13%
Ensino Médio Completo	20%
Cursando Ensino Superior	8%
Curso Superior Completo	16%

**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2014.

Foi constatado que os moradores entrevistados também possuem diversas ocupações (Figura 5): onde 23% se declararam funcionários públicos; 18% autônomos; 14% estudantes; 9% da construção civil; 10% do comércio; 3% domésticas e 2% aposentados. Há também 19% dos informantes que se declaram desempregados. Lembrando que, para o IBGE, são considerados desempregados aqueles indivíduos que estão à procura de emprego. Segundo o IBGE, a taxa no Brasil de desempregados é de 8,3%, no segundo trimestre de 2015. Os demais informantes afirmam que sua ocupação é de dona de casa.

<sup>7</sup> A educação básica, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9394 de 1996), é composta por três etapas: educação infantil (atende crianças até 5 anos em creches de 0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos); ensino fundamental (tem duração de 9 anos, dividido em séries iniciais, que vão do 1º ao 5º ano e séries finais que compreendem do 6º ao 9º ano); ensino médio (é a etapa final da educação básica e possui três anos de duração).



**Figura 5: Distribuição dos participantes em função de sua ocupação no trabalho**

Fonte: ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de campo, 2014.

Os dados sobre a ocupação dos entrevistados coincidem com informação publicada em 2015 pela revista Exame, onde aponta Parintins como a cidade que possui o maior número proporcional de funcionários públicos do Brasil (DESIDÉRIO, 2015).

Em linhas gerais, este é o perfil socioeconômico dos moradores entrevistados: possuem nível de escolaridade relativamente baixo; há prevalência de funcionários públicos, como principal ocupação; praticamente todos residem em casas próprias, com taxa alta de habitantes por domicílio e moram, em média, há 7 anos em seus imóveis.

## 2.6 Organização da Tese

A presente tese está dividida em 6 capítulos. No capítulo 1, a proposta foi relacionar o processo de higienização e modernização das urbes, que teve como epicentro a Europa do século XIX e seus impactos em solo brasileiro, especificamente na cidade de Parintins, posto que há evidências a sugerirem o recebimento de influxos do principal centro irradiador da modernidade da região norte, a Manaus da Bellé Époque. O fundamental é compreender se tais desejos de modernização e, com ele, a limpeza e o embelezamento urbano, reverberaram também nos comportamentos (principalmente sanitários) dos cidadãos parintinenses.

No capítulo 2, discutiu-se a evolução histórica do saneamento básico na cidade de Parintins. Apresenta-se qual a condição atual dos resíduos sólidos (principalmente a destinação final), a questão do abastecimento de água e a situação do esgotamento

sanitário. Ao longo da seção, buscou-se, ainda, relacionar esgoto sanitário com temáticas relacionadas à saúde, sustentabilidade e à legislação vigente que trata sobre o tema.

O capítulo 3 marca o início da apresentação dos dados coletados junto aos moradores entrevistados. Nesta parte da tese, os sujeitos da pesquisa esclarecem quais seus entendimentos sobre saneamento, esgoto e esgoto a céu aberto.

No capítulo 4, os moradores entrevistados revelaram suas estratégias utilizadas no cotidiano para afastarem do interior de seus domicílios as águas servidas produzidas neste ambiente. Isto inclui os possíveis esforços despendidos pelos entrevistados para mitigar os efeitos negativos causados pela presença do esgoto a céu aberto da proximidade de suas residências. Nesta seção, os entrevistados opinaram também sobre as formas que eles julgam apropriadas para executar o esgotamento sanitário e os responsáveis por tal ação.

O foco do capítulo 5 é compreender as plurissignificações do sujo e do limpo para os moradores entrevistados. Nesta seção, os sujeitos da pesquisa externaram os significados de rua/cidade suja/limpa avaliando o estado de higidez de Parintins e explicando o que sentem em viver numa urbe com problema de limpeza.

O capítulo 6 finaliza a tese discutido as condutas de (in)tolerância dos moradores entrevistados em relação ao esgoto a céu aberto. Os sujeitos da pesquisa são inquiridos, em um primeiro momento, a refletirem sobre as condutas alheias na convivência com as águas servidas e, no segundo momento, discorrem sobre seus próprios comportamentos. Ao final de cada capítulo é apresentada uma consideração final.

## CAPÍTULO 1

### 1. HIGIENIZAÇÃO E MODERNIDADE

Neste capítulo, discute-se a relação entre a higienização das urbes, decorrentes do movimento de modernização das cidades no final do século XIX e a primeira metade do XX, e seus influxos nos modos de subjetivação de seus moradores. Tendo como foco a cidade de Parintins, adentra-se na sua história para versar sobre as políticas públicas voltadas para o aformoseamento e higienização, além de suas influências no saneamento e nos hábitos de seus residentes.

Há entendimento que para tentar compreender os atuais modos de agir e pensar dos moradores diante do esgoto a céu aberto é preciso voltar ao passado, especificamente ao início do século XX, momento em que valores trazidos pela modernidade europeia como a higienização e embelezamento urbano, acalentavam o desejo das elites parintinenses que tentavam reproduzir aqui preceitos civilizatórios oriundos da Europa.

Neste sentido, a leitura do passado pode ajudar a entender o peso de tal modernização na constituição do pensamento amazônico, em particular do parintinense, em relação aos esgotos presentes nas ruas e a utópica ideia de formação de uma identidade sanitária nos trópicos. A apreensão histórica constitui-se, assim, um instrumento importante para apreender os modos de subjetivações na contemporaneidade dos participantes da pesquisa.

A higienização da sociedade em nome da modernidade e a conseqüente influência na constituição nos modos de subjetivações dos sujeitos são discutidos neste capítulo a partir da categoria foucaultiana de biopolítica. A tese não pretende, no entanto, demonstrar a origem dos atuais modos de subjetivação em relação ao esgoto a céu aberto (até porque códigos sanitários na Amazônia sempre existiram, não sendo inaugurado por europeus), mas defender que o Biopoder, reverberou em certa medida na constituição dos sujeitos, contribuindo para redefinir conceitos e práticas sanitárias dos moradores de Parintins.

Formulam-se algumas discussões em torno das categorias limpo e sujo, tão caras para esta tese. Para isso, o texto utiliza das contribuições de teóricos como Rodrigues (1995), Vigarrello (1996), Douglas (2012), Ashenburg (2008), Bueno (2007), entre outros.

Outra categoria versada foi a dos odores, discutida a luz de enfoque histórico/social, baseado nos aportes teóricos de Alain Corbin (1987). É importante esclarecer que não se trata de analisar o saneamento de Parintins no contexto histórico da modernidade e seus influxos na constituição dos sujeitos, a partir da percepção olfativa, mas de situar o olfato como sentido importante para classificação do salubre e do insalubre, do tolerável e do intolerável; e tal percepção é também fruto de construções históricas.

Enfim, objetiva-se estabelecer, nesta sessão, uma conexão entre as estratégias de normatização, capitaneadas pela medicina social com seu conjunto de métodos higienistas e sua habilidade de agir nas condutas dos sujeitos, potencializando novas subjetivações sobre o saneamento urbano de Parintins.

### **1.1 Higienização e Modernidade das urbes**

O termo modernidade não surge durante a Revolução Industrial, mas é nesta fase da história da Europa ocidental que este termo é fortemente difundido, o associando ao progresso indefinido proporcionado pelas inovações tecnológicas. O progresso converteu-se em doutrina entre as elites econômicas e a intelectualidade. Tendo como epicentro a Inglaterra, a Revolução Industrial, paulatinamente, internacionaliza-se, tornando-se o mais marcante evento da história do mundo, atrás somente das invenções das cidades e da agricultura (HOBSBAWN, 2007).

Descobertas encetadas pelo avanço da ciência suscitaram adorações ao novo. O antigo, o arcaico e o velho são vistos como entraves para o avanço ilimitado, para a criação do novo, para a completude da modernidade. Le Goff (1984, p. 376), avalia o moderno como a ruptura com o passado, quando “o moderno é exaltado por intermédio do antigo”. Para Lefebvre (2001), o desencadear das reformas urbanas foi o processo de industrialização, que rompe com o modelo de cidades pré-industriais.

Dupas (2006) também compartilha da ideia que o antigo, aos poucos, passa por um processo de degeneração e o novo converte-se no apanágio da modernidade.

A era moderna emergiu com ideias, planos e propostas futuristas, e com intolerância em relação aos credos da Renascença - sobretudo o culto aos antigos -, que passaram a ser rotulados como antiquados, ao passo que a palavra *moderno* adquiriu conotação de elogio. As novas descobertas da ciência passaram a ser uma espécie de "marcadores" dessa mudança cultural (DUPAS, 2006, p. 13).

Antony Gidens opina que a “[...] modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (1991, p. 8). Hobsbawn (2005), no entanto, argumenta que se instituem as sociedades ocidentais como modelos de progresso, poder e riqueza. De fato, o modo de vida da Europa tornou-se o espelho, o parâmetro a ser imitado entre as elites brasileiras. Copiava-se de roupas até modelos de edificações europeias.

Modelos de construções de ruas, avenidas, praças, prédios públicos e particulares são reinventados, e deveriam ser orientados por uma arquitetura que expressasse o progresso e a modernidade. Cidades reformadas eram consideradas verdadeiras vitrines, pois deveriam passar imagem de uma nação próspera e segura, estando no trilho do progresso e da modernidade, seduzindo cada vez mais investidores. Neste sentido Mesquita assevera que:

A sociedade “civilizada” da Europa convencionou que a imagem da “cidade moderna” deveria apresentar aspecto seguro, civilizado e belo. Equipar esses espaços com os princípios requisitados era promover uma série de melhoramentos urbanísticos e arquitetônicos; instalar uma série de serviços públicos, assessorados pela indústria, e promover o embelezamento da cidade (2009, p. 84).

Neste cenário, o crescimento da industrialização nas cidades, converteu esta em signo de prosperidade e modernidade, mas também em espaço de profundas e irreconciliáveis contradições. O adensamento populacional levou as autoridades a planejar intervenções urbanísticas que primavam pela estética, funcionalidade e uma preocupação crescente com a higiene.

O moderno deveria sobrepor-se ao antigo, eliminado ou escondendo tudo o que representasse o tradicional, rompendo com o passado para evoluir rumo ao crescimento ilimitado. Em geral, tais reformas urbanas, como a de Paris, foram executadas de maneira autoritária (MESQUITA, 2009).

O progresso alavancado pelas novas tecnologias industriais transformou diretamente, além do planejamento urbano, a cotidianidade das pessoas. Assim, a modernidade criou não somente influxos nos novos traçados simétricos das vias, no embelezamento das urbes, mas também impactos em hábitos e costumes da população citadina, em especial as pessoas pobres (DIAS, 2007).

No Brasil, o projeto de modernização das urbes tinha como referência o modelo europeu, onde valores e modelos foram incorporados pela elite dirigente brasileira. “A palavra de ordem é sintonizar-se com a Europa, ou melhor, “civilizar-se” o mais rápido possível [...] (HARSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 26)”.

Este imenso trabalho de cambiar e melhorar as cidades estava a cargo, principalmente, de engenheiros e médicos sanitaristas (BENEVOLO, 2001). De todo esse processo de modernização urbana, Mumford (1982, p. 513), acredita que o legado mais positivo tenha sido o investimento em obras de prevenção contra epidemias. Houve um contra ataque da cidade industrial, uma “reação que produziu contra seus próprios maiores descaminhos; e para começar a arte do saneamento ou da higiene pública”.

Rezende e Heller (2008, p. 66-67), recordam o caráter democrático das enfermidades. Pois “as doenças, em suas formas endêmicas ou epidêmica, causadas por uma série de problemas oriundos da falta de saneamento, atingiam todas as classes sociais sem distinção”. Obras de saneamento deveriam ser universalizadas, já que os ricos não estavam imunes a tais enfermidades. O saneamento deveria estar nas modernas cidades, daí a importância crescente do médico sanitarista.

O avanço do conhecimento científico conferiu poderes para a medicina além de seu aspecto curativo. Os médicos passam a ser os higienizadores da sociedade. Bem como os arquitetos, a medicina também é convocada para participar do planejamento urbano e, paulatinamente, vai ganhando cada vez mais espaço entre os tomadores de decisões, outorgando poderes pela via do saber para intrometer-se no espaço mais privado possível (FOUCAULT, 1979, 1998, 2005).

A medicina curativa e social converte-se em um pujante dispositivo<sup>8</sup> de poder que age na formação dos sujeitos, servindo aos desígnios do processo civilizatório burguês e com ele os preceitos higienizadores, contribuindo com a normalização da sociedade.

O pensar e o agir dos moradores diante do esgoto a céu aberto, seria resultado de processos de subjetivação que agem sobre os sujeitos há muitas décadas. E é de uma época (início do século XX) que parâmetros de modernidade europeia desembarcaram na ilha Tupinambarana e com eles o desejo de modernizar, mas não sem antes enveredar esforços para tentar enquadrar seus habitantes.

---

<sup>8</sup> Para Revel, analisando os conceitos de Foucault, dispositivos são “[...] operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder” (REVEL, 2005, p. 39).

Percebe-se, assim, a importância de discutir a relação de interdependência entre modernidade e higienização, como fatores que contribuíram para transformar comportamentos. O redimensionamento da limpeza/sujeira são partes importantes deste processo, pois são categorias que sofreram influxos da modernidade. O olhar sobre a sujeira, sobre o mau odor e de quem é supostamente possuidor de exalações malcheirosas, passaram por processos de subjetivações engendrados por uma medicina social e moderna, que, segundo Foucault (1979), estava ligada a economia capitalista.

### 1.1.1 Higienização e cultura

A moderna noção de higienização no mundo ocidental foi estruturada historicamente a partir do século XVIII, de forma lenta e heterogênea. Da convivência com as “imundices” da Idade Média, ao processo de assepsia burguesa vai se criando, paulatinamente, um sentido de repulsa ao sujo, percebido, agora, como algo ameaçador das frágeis vidas humanas. Tal processo de higienização trouxe consigo políticas públicas de desodorização e desinfecção das cidades e de seus habitantes, e com elas veio a obsessão pela limpeza corporal (DOUGLAS, 2012; CORBIN, 1987). A cidade asséptica passa a ser signo de modernidade e civilidade.

A limpeza se transformou ao longo do tempo em uma prática obsessiva nas sociedades modernas, sendo um ideal a ser perseguido, pois representa a beleza e a ordem (DOUGLAS, 2012). Sigmund Freud, em sua obra *O Mal-Estar na Civilização*, também refere-se à ordem e a limpeza como compulsão humana. Sujeira, desordem devem ser afastadas, repelidas.

[...] não nos surpreende a ideia de estabelecer o emprego do sabão como um padrão real de civilização. Isso é igualmente verdadeiro quanto à ordem. Assim como a limpeza, ela só se aplica às obras do homem. “[...] A ordem é uma espécie de compulsão a ser repetida, compulsão que, ao se estabelecer um regulamento de uma vez por todas, decide quando, onde e como uma coisa será efetuada” (FREUD, 1996, p. 113).

A higiene passa a se constituir como elemento de cidadania, havendo uma aproximação entre auto responsabilidade e moral. Instituiu-se, ao longo do tempo, uma compulsão pela limpeza e, por consequência, um sentimento de temor pela sujidade. Sujo e limpo possuem plurissignificações que foram se alterando paulatinamente no tempo e

no espaço. Hábitos que eram toleráveis por muito tempo, aos poucos são considerados intoleráveis.

Basta lembrar que algumas condutas consideradas adequadas no passado, hoje podem ser consideradas indesejáveis. Por exemplo, no mundo medieval, defuntos e resíduos humanos localizavam-se em áreas centrais das cidades, hábitos que persistem ainda em boa parte da idade moderna. De acordo com Rodrigues (1995), o meio urbano europeu, ainda no século XVIII, mantinha certos hábitos medievais, pois, acumulavam nas vias urbanas excrementos e carniças de animais, sobras de alimentos, detritos lançados, além da presença de matadouros, que juntos ajudavam a formar o odor urbano.

Somente a partir de 1794 é criado na França um departamento governamental de Higiene Pública, desencadeando gradativamente uma cruzada higienizadora nas urbes. O lixo e os mortos foram alvos de ações que objetivavam lançá-los para fora da cidade. Porém, as transições foram sendo efetivadas de forma lenta, mas não sem resistência, inclusive na área médica, pois se especulava sobre as propriedades terapêuticas do lixo. “Vários doutores insistiam em pensar que as feridas poderiam ser curadas se o paciente mergulhasse a perna doente no esgoto, nos poços ou nos excrementos” (RODRIGUES, 1995, p. 44).

No Brasil colonial tinha-se “a sujeira como hábito”, afirma Araújo (1993). Ruas sujas, sem calçamentos, com esgotos a céu aberto e excrementos de animais espalhados em todas as direções, eram comuns nas grandes cidades, o que imaginava das pequenas cidades e povoados. No entanto, o autor não se refere à limpeza corporal, mas principalmente a sujeira no espaço público.

O banho também é outro bom exemplo sobre as variações de entendimento sobre o limpo e sujo. O corpo sem banho era tolerável na Europa durante séculos. No século XVI, a condenação da igreja volta-se para o ato de banhar-se, associado à depravação e ao incentivo a condutas devassas, mas também pesava o fato da água se tornar escassa nas grandes cidades. Nos ambientes palacianos da França do século XVII, o mau odor era corriqueiro (DEL PRIORI, 2001). E a Europa habitua-se com a quase ausência de banho por mais de duzentos anos, que vai adentrando discretamente nos ritos da cotidianidade nos séculos seguintes (ASHENBURG, 2008).

Vigarello (1996), por sua vez enfatiza que, durante muito tempo, o limpo estava associado à roupa e não ao corpo. Desta maneira, bastava trocar a roupa para a higienização estar completa. Para o autor havia a ideia que água facilitava o surgimento de enfermidades que penetrariam pelo corpo, já que a pele seria permeável, podendo



receber fluidos contaminados de moléstias. O banho, assim, era visto como uma ameaça à manutenção da saúde. Nos séculos, XVI e XVII, a estratégia para evitar o contato da pele com água era o asseio seco, estar asseado não era estar ‘lavado’. Trocar de roupa, somente as íntimas, já era estar higienizado, medida suficiente para prevenção de doenças.

A contribuição de Vigarello (1996) é relevante ao afirmar que, a higienização imposta à sociedade mudou radicalmente os comportamentos das pessoas, criando hábitos novos enquadrados nos emergentes padrões societários. O autor lembra ainda que, as regras de higiene no século XVII não eram prescritas por nenhuma autoridade sanitária, mas sim por manuais de boas maneiras.

Esse hábito de não se banhar entre os europeus tinham o aval da medicina. Entre os casos que refletem sobre o temor que o banho representava para a saúde, cita-se o fato ocorrido em 1526, quando o monarca inglês Henrique VII, tomou conhecimento que o diplomata francês, que iria recebê-lo em audiência, havia tomado banho há três semanas, o rei com receio de ser contaminado por moléstias, solicitou o adiamento do compromisso diplomático (BUENO, 2007).

A chegada dos conquistadores foi o encontro entre civilizações completamente distintas. Entre as principais diferenças estava a concepção de limpeza entre portugueses e indígenas. Os nativos, bem nutridos, com dentes brancos, habitualmente tomavam vários banhos ao dia, de tanto banharem-se, na concepção dos colonizadores, assemelhavam-se a anfíbios. Por outro lado, os portugueses barbudos sem banho ou higiene adequada exalavam mau cheiro. “Os barbudos raramente tomavam banho [...] mesmo quando se achavam em sua terra natal, costumavam lavar-se ‘de corpo inteiro’ apenas duas vezes por ano” (BUENO, 2007, p. 7).

“Andam muito bem curados e muito limpos [...]”. Este fragmento da carta do cronista da expedição de Cabral mostra a estranheza e certo fascínio pelo cenário que encontraram ao se depararem com os indígenas. O encontro de dois mundos será apenas o início do processo de colonização, que trouxe consigo, entre outros legados, a tentativa de europeização dos trópicos, com seus hábitos, normas e, por que não dizer, seus odores (BUENO, 2007). Culturas diferentes tinham concepções de limpeza e sujeira distintas.

Índios, negros e caboclos formavam, como ainda formam, a base da população de Parintins no início do século XX. Obviamente que estes sujeitos já possuíam seus próprios padrões de higienização antes da tentativa de estabelecer hábitos alheios aos seus. Habitantes de uma vasta região com abundância de água, os indígenas mantinham-se bem asseados conservando o que Del Priore (2001, p. 59) chama de verdadeira “liturgia

sanitária e profilática”. Banho não era novidade na vida do amazônida, já para o europeu a água foi redescoberta no século XVIII.

Na mesma linha de argumento, Rodrigues (1995) defende que a noção de limpo e de sujo é uma construção cultural. Desta forma, o limpo é relativo, sendo historicamente estabelecido. É uma crítica aos posicionamentos etnocêntricos e ao processo de hegemonização da noção unívoca de limpeza. Sujeira não é conceito absoluto, mas estará sempre relacionada à negação da ordenação, ofendendo os sistemas de classificação.

A obra de Rodrigues, “A Invenção Social do Lixo”, é uma reflexão sobre a outridade, quando expõe a situação do homem medieval e seu íntimo convívio com seus rejeitos, excrementos e a decomposição de cadáveres. Para este autor, o medievo era balizado por outra lógica, que não permite julgamento com o olhar da contemporaneidade. É preciso tolerar o diferente.

A carga simbólica sobre o limpo e o sujo aproxima Rodrigues (1995), da teoria da antropóloga britânica Mary Douglas. Para ambos, limpeza e sujeira são classificações sociais. Limpar é um ritual de demarcação de fronteiras, muito mais que manutenção de salubridade, afirma Mary Douglas (2012), em sua obra “Pureza e Perigo”. Como produto de nossa cultura, o limpo e o sujo em termos absolutos inexistem, são categorias mentais criadas e mantidas por mecanismos sociais diversos.

Mary Douglas (2012) assevera que a ojeriza social criada entre sujeira e desordem, torna-se perigosa quando se concebe a sociedade dentro do binômio puro e impuro. Tal relação criou inúmeros problemas de perseguições e aniquilamento dos chamados “impuros” na história da humanidade.

Para a referida autora, o sujo é uma ameaça à ruptura do estabelecido, uma vez que não se enquadra nos sistemas de classificação de uma dada cultura, sendo percebido como fator de desequilíbrio social e sinônimo de desordem. Assim, é possível compreender que toda higiene se articula numa história social, sendo o corpo o protagonista nesse processo.

Douglas (2012) explica que a rejeição da sujeira passa por dois estágios: No primeiro, o sujo é considerado o deslocado, o fora de lugar, ameaçador da ordem e, por isso mesmo, deve ser rejeitado. A sujeira, aqui, ainda possui alguma identidade, ainda é nomeada de acordo com sua origem, por isso indesejável e perigosa. No segundo momento, o sujo passa por um processo, é a sua pulverização e decomposição física, o que resulta desse processo é a perda da identidade inicial, estando, agora, imersos em uma massa desforme de rejeitos.

Esta perda de identidade torna o lixo menos ameaçador, pois agora seus componentes estão diluídos. Por isso que ao remexer o lixo corre-se o perigo de restituir a identidade perdida em meio à massa. “Enquanto a identidade está ausente, o lixo não é perigoso” (Ibid. 2012, p. 194). Essa autora conclui que neste último estágio “[...] a sujeira foi criada pela atividade diferenciadora da mente humana, um subproduto da criação da ordem” (Ibid., p. 195). Deste modo, para Douglas, na última fase que corresponde à indiferenciação da forma, a sujeira se converte em um símbolo criativo. Sacrificamo-nos pela pureza e pela ordem em busca da segurança no inalterável.

O cientista social brasileiro Mauro Koury (2011a), acredita que a sujidade conduz de forma inevitável à ideia de fuga, algo a ser evitado, ser impedido de ser sentido, algo feio e abominável. A sujeira ainda representa alguém indecente, indecoroso e imoral. Sujeira pode relacionar-se a moralidade, posto que o convívio com as sujidades “[...]provocam um sentimento moral de rejeição que, se levada a extremo, leva a busca de exclusão ou de extermínio do agente contaminador, ou provoca vergonha ao ambiente” (Ibid., p. 241).

Sobre a limpeza e a história do banho, Katherine Ashenburg (2008) escreveu uma obra intitulada, “Passando a Limpo o Banho: da Roma antiga aos dias de hoje”. A autora descreve a história da vida privada de épocas distintas, onde corrobora com a ideia de que não há versão verdadeira sobre o limpo e sujo, pois “Cada cultura tem sua própria definição de limpeza [...], onde o aceitável e o inaceitável é uma questão de escolha” (ASHENBURG, 2008, p. 9).

Para a citada autora, limpeza parece para muitos, algo de inevitável, atemporal e universal. Mas ela adverte que isso é um equívoco, pois além do aspecto cultural a limpeza como conceito está em constante mutação. Ashenburg acredita também que a limpeza é um dos símbolos importantes da modernidade e o banho corporal foi umas das maneiras de materializá-la, já que a volta da ablução estende-se lentamente a partir da segunda metade do século XVIII (ASHENBURG, 2008).

Ao final de sua obra, Ashenburg (2008) chama a atenção para o grande desperdício de água e energia para manter os padrões modernos de higiene, e tais padrões causarão espanto aos nossos descendentes no final do século XXI, pois o conceito de limpeza passa por constantes processos de ressignificações.

O sociólogo Norbert Elias (1994), em sua obra “O Processo Civilizador: uma história dos costumes”, faz uma interessante contribuição à história cultural ao estudar as determinações externas aos indivíduos para formação de certos padrões de conduta entre

os Séculos XVI e XVII. No prefácio de sua obra, o autor revela que nem sempre as pessoas se comportaram de forma civilizada, assinalando que se um homem da sociedade contemporânea voltasse no tempo até a idade média, constataria “[...] nele muito do que julga ‘incivilizado’ em outras sociedades modernas” (Ibid., p. 9).

Elias considera que muitos julgariam a higiene na Idade Média dentro de seus padrões atuais de civilização<sup>9</sup> como algo repugnante, o que não necessariamente era abjeta à época. Essas mudanças nos padrões são longas e contínuas. Para o autor de “O Processo Civilizador”, na Idade Média, já haviam códigos de condutas criados por cavaleiros para se diferenciar dos demais, sendo suas regras de conduta uma espécie de identidade do homem cortês. A partir do sec. XVI houve, gradualmente, a mudança da cortesia para a civilidade. É neste século que as condutas vão se tornando mais firmes e as pessoas passam a se observar e controlar.

Ainda para Elias, o processo de formação dos Estados Nacionais modernos, sobre a tutela das Monarquias, atraiu pessoas para o convívio palaciano. Este convívio serviu para lapidar e suavizar costumes medievais. Por sua vez, o Estado absolutista como detentor do monopólio sobre a força contribuiu para polir comportamentos balizados pelo medo da desobediência. Com o advento da Revolução Francesa, no século XVIII, a burguesia, agora detentora de poder político, aproxima-se e amalgama-se com os costumes da vida cortesã e, assim, uma nova ‘civilidade’ nesses novos padrões incluem, obviamente, regras de higiene.

Percebe-se, diante do que foi exposto, que a limpeza é um dos símbolos da modernidade e que, ao mesmo tempo, o limpo e o sujo não se constituem como conceitos universais. Porém, como afirma Ashenburg (2008), produziu-se o arquétipo de sujeira ligada à culpa e limpeza a inocência ou, como diria Douglas (2012), a pureza. Esses arquétipos, sim, estão bem mais globalizados. Assim como a sujeira e limpeza passou a ser associada à determinada classe social, as exalações de odores tiveram o mesmo destino.

---

<sup>9</sup> Para Elias o “O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, as ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir aos tipos de habitações ou a maneira como homens e mulheres vivem juntos, a forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou incivilizada”. Daí ser sempre difícil resumir em algumas palavras tudo a que se pode descrever como civilização[...]. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: a nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, a desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.” (ELIAS, 1994, p. 23).

### 1.1.2 Higienização como resultado de relações de poder

A compulsão pelo limpo é um fenômeno resultante do processo de higienização da sociedade, desencadeado na Europa a partir do século XVIII. Hábitos foram medicalizados e internalizados por mecanismo de dispositivo de poder que estabeleciam novas normas sobre o cuidado de si (FOUCAULT, 1979, 1998, 2005).

Na concepção de Michel Foucault poder não está localizado em um único eixo, e sim em vários, ficando assim, evidente o entendimento que é necessário romper com as concepções clássicas de um domínio centralizador. Dominação para Foucault (1979) não existe de forma absoluta, estática, mas nas relações de poder, onde predomina a instabilidade, a potência, o devir. Nesta concepção foucaultiana, o poder é difuso e, está imerso em uma rede que transcorre toda a sociedade. Reafirmando assim a inexistência de um poder centralizado, capaz de controlar as pessoas, exterior a elas.

O filósofo Roberto Machado (1979), alerta, todavia, que a intenção de Foucault não era diminuir a figura do Estado na malha das relações de poder. Era na verdade uma maneira de negar o Estado como fonte única e central do poder, e que as redes de poderes seriam um mero prolongamento desse fenômeno Hobesiano.

Como não há um poder único que comande a vida, concentrado em um órgão ou entidade, é que é admissível o exercício da liberdade. É neste ambiente de disposições instáveis e incertas nessas relações de poder, que se abre espaço para a contestação, para a criação do novo. Levando-se em consideração esses aspectos, o sujeito para Foucault não é fruto de um poder no sentido clássico, o que atua sobre o indivíduo de maneira unilateral, como o rei e seus súditos obedientes (FOUCAULT, 1979; 1998). Para Foucault, o poder:

[...] deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 2005, p.35).

O poder para Foucault não está restrito a um ponto de onde irradia-se sua dominação. O poder é relacional acima de tudo, estando presente em todo lugar, garantindo, por isso mesmo, uma capilaridade que abrange todos seus membros. Nas

palavras de Neto (2010, p. 25) “As relações de poder se configuram em uma relação de ‘micro poderes’ que não atingem jamais a configuração definitiva, e permanece aberta às inversões de seus nós”. Porém, por mais que tais redes de micropoderes “[...] que ordena os gestos, os comportamentos, o desenho dos corpos [...]”, não derivem do Estado, a dominação burguesa só foi possível historicamente, em função do apoio conferido por tais técnicas de poder.

A dominação capitalista necessitou mais do que a violência e a repressão, o aspecto negativo do poder. Ela produziu também positivities, ou seja, ele produz e transforma. “E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo”. O objetivo de toda esta operação seria: torna-lo útil ao trabalho, e minar sua capacidade de resistência, convertendo-os em pessoas dóceis (MACHADO, 1979, p. 16).

A redefinição do que é sujo, fedorento e intolerável, produziu-se com auxílios de estratégias do biopoder, que atuavam na constituição dos sujeitos. O redimensionamento do olfato, a partir do século XVIII, é bom exemplo de tais mecanismos, pois alguns odores que, no passado, eram considerados toleráveis, por via de um processo de transmutação histórico/cultural, hoje são concebidos como insuportáveis (CORBIN, 1987).

O historiador francês Alain Corbin (1987), afirma que o bom e o mau odor são dignos de serem investigados, em virtude de, historicamente, terem o sentido mais relegado, e sua trajetória é acompanhada de estereótipos negativos. O autor que pertence à corrente da história das sensibilidades quer demonstrar que o olfato possui um profundo sentido social, fundamentando suas proposições por meio de análises que relacionam ordem, vigilância e higiene.

De Buffon a Freud, o olfato foi desprezado e excluído por muito tempo, impedindo que os odores fizessem parte do discurso. “No entanto não é possível mais calar a revolução perceptiva, pré-história do silêncio olfativo de nosso meio ambiente” (CORBIN, 1987, p. 291).

Na obra “Saberes e Odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove”, Corbin valoriza o conhecimento histórico por meio das sensibilidades, a partir do sentido olfativo, descrevendo uma verdadeira ‘revolução olfativa’ na Europa a partir da segunda metade do século XVIII, com paulatino rebaixamentos dos limites de tolerância. Ao discutir como os odores foram sendo redefinidos, pretende compreender como ocorreu tal redução dos limites de tolerância. Odores que já existiam e que antes eram despercebidos, passam a ser intoleráveis (CORBIN, 1987).

Esses níveis de tolerância eram classificados principalmente de acordo com o odor que deles emanavam. Parte dessa intolerância pode ser explicada pelo entendimento que doenças eram transportadas pelo ar, odores contaminados, presentes na atmosfera ou emanados das entranhas da terra. Era a teoria do miasma ou miasmática. Ar contaminado com o cheiro da morte “[...] os miasmus contagiosos que se elevam dos corpos em decomposição” (CORBIN, 1987, p. 21).

Enterrar defuntos em igrejas é um bom exemplo das ações dos miasmas morbíficos para crença médica, que de tolerável passou a ser inconcebível. Era comum o sepultamento no interior de igrejas, em túmulos precariamente lacrados. Durante muito séculos pessoas frequentavam as igrejas respirando os odores emanados dos mortos nela sepultados. Consta na obra “A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX”, de João José Reis (1991), a informação de que, no Brasil, somente a partir de 1825, o governo Imperial investiu contra tal prática, considerando insalubre e destoante com os princípios da modernidade.

A retirada de atividades como a de curtume e abate de animais para o consumo humano das áreas urbanas centrais é outro exemplo de combate aos odores, agora considerados nauseabundos e perigosos. O medo dos miasmas impactou também na arquitetura das cidades. Ruas deveriam ser largas, bem alinhadas e arborizadas para que o ar circulasse livremente prevenindo a proliferação de emanações que flutuavam na atmosfera e que deixavam o ar corrompido (CORBIN, 1987).

As medidas profiláticas da medicina social para controlar os miasmas aprofundam, segundo Corbin (1987), um *apartheid social*, criam a individualização dos odores. O limpo passa a ter uma carga de valores positivos enorme reverberando inclusive na classificação social. Assim além da origem social, local de residência e da cor da pele, o indivíduo era classificado pelo cheiro que emanava. Pode-se então considerar que maior sensibilidade olfativa refletiu também sobre os comportamentos das pessoas.

Corbin (1987) reflete sobre os motivos para extirpar da vida social os odores considerados inaceitáveis, sugerindo uma hierarquização balizada pelo olfato, construídas em interesses burgueses, que, com o discurso de uma melhor qualidade de vida baseada na saúde, utiliza a medicalização social para vigiar e castigar todos aqueles que não viverem de acordo com padrões de higiene pré-estabelecidos. Pessoas e lugares estavam sob constante vigilância olfativa.

Depreende-se que o odor passou a ser um dos mecanismos mais poderosos de classificação social. Pessoas vivendo amontoadas em bairros, os detentos em seus

cárceres, os catadores de lixo, os proletários, todos estão impregnados de odores da miséria e o convívio com eles é perigoso. É preciso afastá-los da burguesia asséptica. Assim “o burguês projeta sobre o pobre aquilo que ele tenta recalcar. A visão que ele tem do povo se estrutura em função da imundície” (Ibid., p. 185).

Nesse cenário, o cheiro fedorento do povo deve ser vigiado, evitado, denunciado, atacado em função da carga simbólica identificada ao intolerável. Desodorizar é a regra a ser observada (CORBIN, 1987). O conhecimento médico, respaldado pelo saber/poder, chancelavam tais argumentos (FOUCAULT, 1979, 1988, 2005). Era a medicalização do olfato atuando sobre os modos de subjetivação das pessoas. O pobre e o rico passaram a ter odores distintos.

É preciso se proteger dos incômodos cheiros dos outros, as emanções sociais da pobreza, que tanto incomodam o “asséptico” burguês, a vigilância olfativa é uma estratégia de segregação, salienta Corbin (1987). Sujo ou o portador das sujidades deve ser evitado e segregado.

A ausência do cheiro importuno permite distinguir-se do povo pútrido, fedorento como a morte, como o pecado, e ao mesmo tempo justificar implicitamente o tratamento que lhe é imposto. Ressaltar a fetidez das classes laboriosas e acentuar com isso o risco de infecção que sua simples presença[...]. Encontra-se assim induzida uma estratégia higienista que assimila simbolicamente a desinfecção à submissão (Ibid., p. 184).

A burguesia cheirosa sente medo do odor nauseabundo da miséria. O olfato detecta a origem social do cidadão, alertando da presença de impurezas perniciosas a saúde. Seus eflúvios aromáticos são estratégias de enganar as aparências, onde o odor é elemento de distinção. A burguesia ao ascender ao poder reproduz alguns hábitos palacianos, entre eles o asseio por perfumes (VIGARELLO, 1996).

A desnaturalização dos odores se efetivava por meio dos perfumes, pois estes corrigiam as emanções suspeitas. Das monarquias até as repúblicas burguesas pós revolução francesas criam-se estratégias de distinção social, sejam por meio de vestimentas, de cor da pele ou de odores (Ibid.).

O bom e mau odor passou a ser associado a determinadas classes sociais, bairros e até distintas culturas. Códigos olfativos “podem servir, e com frequência servem, mais para dividir e oprimir seres humanos do que para uni-los”. Códigos sociais olfativos são poderosas ferramentas para “gerar e manter hierarquias sociais”, construindo-se assim barreiras entre classes sociais, de gênero e étnica (CLASSEN *et al.*, 1996, p. 15-18).



No século XIX, sanitaristas reformadores europeus, empenharam-se em desodorizar os bairros pobres, por meio da expansão da rede de esgoto ou construção de fossas sanitárias. Aos poucos cidades europeias iam perdendo seu odor fecal (CLASSEN *et al.*, 1996).

Essas políticas públicas higienistas de purificação do espaço público e privado são colocadas em marcha a partir do século XVIII e isto incluía, além do combate aos fedores e seus efeitos deletérios, os considerados vagabundos que deveriam obrar na limpeza de esgotos, fossas, varrição e remoção de cadáveres (CORBIN, 1987).

Lugares com emanações pútridas e ameaçadoras como cemitérios, prisões, hospitais, matadouro e, posteriormente, bairros considerados insalubres, foram alvos de medidas de remodelamento. Espaços e corpos emanam mau odor pela falta de asseio. Mas que corpos e lugares são estes? Vigarello opina que os cheiros nauseantes não são emanados pelos

[...] espaços e corpos nobres ou burgueses: os lugares suspeitos são antes de tudo aqueles se acumulam os pobres, e os corpos são aqueles nem sempre protegidos por roupa de baixo. De início trata-se do povo. Desses recenseamentos e das normas subjacentes a eles nascem paulatinamente, depois de 1780, as premissas de uma “higiene pública”, encetando de tempos em tempos o que o século XIX irá desenvolver. Evocar a limpeza é opor-se às “negligências” populares, aos maus cheiros urbanos, às promiscuidades incontroladas (VIGARELLO, p. 163, 1996).

Cidades nos séculos XIX e XX que buscavam incorporar os signos da modernidade trataram de colocar em práticas as ações de desodorização dos espaços públicos e privados. Os odores suspeitos e hábitos que negligenciavam os princípios consagrados de higiene pelo saber médico sanitarista foram alvos de normalizações.

A vontade de aformosear para converter a cidade de Parintins, encravada na floresta amazônica, em um lugar que lembrasse os aspectos de civilidade urbana, estava explícita em alguns documentos investigados. E é disto que tratar-se-á a seguir.

## **1.2 O Desejo de Higienizar e Modernizar Parintins**

A cidade de Parintins, na virada do século XX, era uma cidade acanhada que, até a década de 20, possuía 10 ruas e 9 travessas todas sem calçamento, não tinha abastecimento de água nem energia elétrica. O município, em 1920, tinha uma população de cerca de 15.000 pessoas, com a maioria dos habitantes vivendo na zona rural

(BITTENCURT, 1921). Muito lentamente vai crescendo e recebendo obras que objetivavam aformosé-la e higienizá-la (ARCHANJO, 2014).

Cidades consideradas modernas, segundo os padrões europeus, eram iluminadas, com amplas avenidas, praças e calçamentos, com coleta de esgoto, com abastecimento de água nas residências, com casas construídas sob a égide da mais moderna arquitetura, sem animais vadios nas vias, possuidoras de uma eficiente coleta e tratamento de seus resíduos sólidos, enfim, uma urbe organizada, segura e asséptica (MESQUITA, 2009; DIAS, 2007).

No entanto, luz elétrica, saneamento, ruas limpas e capinadas, eram sinônimos de conquistas materiais ainda em curso em Parintins nos primeiros 50 anos do século XX. A situação de ausência total ou de precariedade de infraestrutura mínima trazia consigo uma carga negativa de falta de civilidade. Quando se trata de modelo civilizacional, Mesquita opina que:

A sociedade ‘civilizada’ da Europa convencionou que a imagem correspondente à ‘cidade moderna’ deveria apresentar aspecto seguro, civilizado e belo. [...] As questões de higiene e segurança pública se impunham como fundamental e justificavam a primeira providência a ser tomada, que era a clarificação dos espaços, através da ordenação racional de suas vias de comunicação (Ibid., 2009, p. 84).

A cidade de Parintins, apesar de suas dificuldades financeiras, relatadas repetidas vezes pelos governantes nos documentos investigados, buscou adequar-se, na medida do possível, aos padrões importados de civilidade urbana. Para isso era necessário investir no aformoseamento urbano. A ideia era que cidade bonita, higienizada, organizada, atrairia novos moradores dispostos a investir, além de visitantes, colaborando com o aquecimento da economia local.

Assim, influenciados pela atmosfera da modernidade, o poder público parintinense buscou higienizar, clarear, deslamear, desodorizar, desinfetar e iluminar a ilha ou, nas palavras da época, aformosé-la. Vários são os documentos que atestam a relação entre civilidade, embelezamento e higienização na cidade de Parintins. Porém, é importante observar que todas essas medidas com o objetivo de embelezá-la ou aformosé-la foram acompanhadas de normatizações que afetaram a vida dos moradores, atuando, portanto, sobre os processos de subjetivações.

No ano de 1903, o Superintendente do município de Parintins, Sr. João Caetano Salgado publica um relatório que tinha, entre outros temas, o embelezamento da cidade.

O Superintendente reconhece que Parintins não é ainda uma cidade “[...] compatível com nossa civilização [...]”, no entanto, afirma que o estado sanitário da cidade é satisfatório. Ao concluir o documento, a citada autoridade acredita que melhoramentos precisam ser urgentemente realizados, como, por exemplo, o nivelamento de praças e os calçamentos de ruas, para que a urbe seja aformoseada. (JORNAL O TACAPE, ed. n° 42, 1903, p. 1).

No Livro de Portarias de 1909 a 1918, pode-se observar esse desejo em promover o aformoseamento urbano, revelando a preocupação das autoridades em criar vias mais largas e interligadas, com quarteirões metricamente padronizados por meio de códigos de posturas do município. Era necessário por em movimento um reordenamento urbano que impactou no redimensionamento de ruas e quarteirões, para aformosear dentro dos parâmetros impostos por modelos arquitetônicos da modernidade.

Apesar de haver documentos que afirmam ser Parintins um povoado rústico (JORNAL PARINTINS, 1908, ed.n°19), outras fontes enaltecem a cidade classificando-a como lugar aprazível e no caminho do progresso. Arnaldo Paes d’Andrade ao escrever, em 1907, sobre o problema do saneamento básico na cidade, informa que Parintins recebe grande quantidade de veranistas, e por este motivo estaria fadada em converter-se na Petrópolis amazonense, mas para que isso possa de fato ocorrer era necessário “saneal-a e embelezal-a” (JORNAL PARINTINS, 1907, ed. n° 10, p. 03). A cidade de Petrópolis, localizada do Estado do Rio de Janeiro, na segunda metade século XIX, era considerada uma “espécie de vila europeia” (SCHWARCZ, 1998, p. 239).

Outro exemplo de desejo de aformoseamento encontra-se no projeto de Lei n° 3 da Intendência Municipal de Parintins de 1929, que, no seu Artigo 1º, prevê a ampliação e modernização do mercado municipal de Parintins. Já o Projeto n° 5 de 1929, estabelece a necessidade de embelezamento da Praça Efigênio de Salles, bem como o aformoseamento da Praça da Matriz (LIVRO DE ATAS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1928-1935).

Alguns projetos elaborados pelos Intendentes para cidade de Parintins procuravam incentivar a arborização como fator de embelezamento urbano. A Portaria N° 165 de 1913 determinava o plantio de mangueiras na Rua Caetano Prestes (LIVRO DAS PORTARIAS. SUPERINTENDÊNCIA DE PARINTINS, 1909-1918). Dando prosseguimento ao desejo de arborização, a Intendência, no ano de 1917, adquire mudas para arborizar outras ruas da cidade. O governo parintinense também determinava que as mangas da arborização pública fossem colhidas á mão, sob a inspeção de um fiscal da municipalidade (Ibid., 1917).

Já em 1930, o Intendente José D'Oliveira Martins apresentou projeto que solicitava a arborização da Avenida Dr. João Correa, atual Avenida Amazonas (LIVRO DAS ATAS. Câmara Municipal de Parintins, 1928-1935). Ainda sobre incentivos para o embelezamento urbano, a Lei nº 207 de 1930 estimula moradores da Avenida Amazonas a plantarem mangueiras em frente de seus terrenos, como recompensa teriam dois anos de isenção de imposto de aforamento do terreno (Ibid.).

Para o poder público parintinense, a manutenção do embelezamento e higienização da cidade era tarefa também de seus moradores. O princípio é que para ser bela a cidade deveria ser limpa. Moradores eram coagidos a colaborar com a limpeza, caso contrário poderiam pagar multas. Os residentes de Parintins deveriam se empenhar em manter ruas e calçadas de frente a suas casas sempre limpas. Como observa-se na Portaria nº 23 de 18 de outubro de 1909.

Intime aos moradores das cazas situadas dentro do perímetro urbano a mandar capinar em frente das mesmas cazas até o meio da rua, conforme exige o Código de Posturas, dentro do prazo de 8 dias[...] (LIVRO DAS PORTARIAS. SUPERINTENDÊNCIA DE PARINTINS, 1909-1918, p. 14, frente).

A Intendência municipal, por meio de dispositivos legais, policiava a conservação de prédios em Parintins com a justificativa de promoção da salubridade pública. A Resolução nº 3 de 1926, autorizava o poder público a interferir e exigir de proprietários de prédios reparos e limpeza de suas fachadas, além da conservação e restauração de suas calçadas (LIVROS DAS ATAS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1919-1927).

Norma que também merece destaque por expor o desejo de embelezar o meio urbano de Parintins é a Lei nº 14 de 30 de outubro de 1936. A Lei refere-se à estética das casas e solicitava que “os proprietários a conservarem as mesmas pintadas e em perfeito estado de conservação [...]”. O morador que mantivesse a casa bem conservada receberia como recompensa um abatimento de 20% sobre o imposto predial. A Lei ainda ameaça demolir os prédios que se encontrarem em precário estado de conservação (LIVRO DAS LEIS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1935-1937, p. 32, frente).

Sob a justificativa de manutenção da salubridade urbana, a Câmara Municipal, por meio da Lei nº 5 de 1948, também obriga os proprietários de terrenos localizados ao lado de ruas, praças e travessas, “[...] a limparem na enxada a frente e os lados de sua propriedade [...]” (REGISTROS DE LEIS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1947-1948, p. 43, frente). Este desejo de embelezamento urbano atravessou décadas. O Código de Posturas de Parintins de 1978, obrigava os moradores a pintarem suas

residências pelo menos a cada 3 anos, e casas pintadas a cal uma vez ao ano. A obrigatoriedade de embelezamento das residências constava no Capítulo III que trata sobre higiene das habitações, reafirmando a relação de interdependência entre salubridade e beleza.

Situações distintas de salubridade são demarcadoras de fronteiras entre ricos e pobres. Tal argumento também é corroborado por Marins (1998), no qual enfatiza que o processo de aformoseamento potencializa a disciplinarização e o apartamento entre ricos e pobres na apropriação do espaço urbano.

Esse processo de estratificação espacial pode também ser observado na cidade de Parintins. A Lei nº 10 de 1936, por exemplo, revela a intenção do poder público em regular os tipos de construções na cidade. Para isso:

Proíbe a construção de barracas nas principais ruas, praças e travessas da cidade. Entende-se por barraca as pequenas construções, casas construídas de madeira, com palha, ramos ou construções precárias (LIVRO DE LEIS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1935-1937, p. 19, frente).

Esta nova configuração espacial vai balizar o processo de ocupação urbana da cidade ainda por muitos anos. Outro exemplo de exclusão do espaço está na Lei nº 03 de 25 de abril de 1936. Dois artigos desta Lei merecem destaque:

Art.º1 Fica transformada a praça “Silva Jardim” desta cidade em lotes de terras a serem aforados para edificações;  
Art.º4 As casas a serem construídas não poderão ser cobertas de palha ou cavaco, pelo menos as que forem construídas para o lado do proceguimento da rua 25 de Dezembro, sendo as respectivas plantas submetidas a aprovação da prefeitura (LIVRO DE LEIS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1935-1937, p. 16, frente).

O artigo 4º da Lei nº 3 faz uma ressalva que seria permitida a construção de casas cobertas de palhas, desde que estivessem localizadas nas ruas detrás da cidade, não comprometendo a estética da frente perante os olhares dos muitos viajantes que se deslocam pelo rio Amazonas, já que era grande o fluxo de embarcações nesta região. A ideia era passar a imagem de uma cidade organizada, higienizada e com belas construções. Costa (1997, p. 94), afirma que a palha, além de antiestética e insalubre, traz em si o símbolo do passado a ser desqualificado, “[...] e carregava consigo o pecado de trazer à memória toda uma civilização que se buscava desterrar: a indígena[...]”.

Situações similares já haviam ocorrido na cidade de Manaus na virada do século XX. Criaram-se no centro da capital um espaço “higienizado e desinfetado” com ruas

largas, arborizadas, casas arejadas e nas áreas mais afastadas bairros com alta concentração populacional, barracos e ruas sujas. Essas transformações estratificam os espaços urbanos. “A cidade antes espaço comum, modifica-se e estratifica-se segundo uma nova configuração [...]”. Neste novo rearranjo espacial era preciso retirar as pessoas mais pobres do centro das cidades (DIAS, 2007, p. 28).

Retornando a Parintins, o zelo com as ruas da frente ao que parece, sempre foi maior em relação aos cuidados com as demais ruas. Tal afirmação pode ser respaldada por meio do Relatório do Superintendente entregue ao Conselho Municipal em 1923. Diz o Superintendente sobre a limpeza cidade.

Encontrei a cidade, na sua parte mais habitada, [...] as ruas Caetano Prestes, Vieira Junior, Francisca Gomes, Monteiro de Souza, praças Eduardo Ribeiro e Matriz em estado regular de limpeza, o mesmo não acontecendo com as demais vias públicas, onde o matto era bastante crescido, notadamente na rua Amazonas, que por um descuido lamentável se ia inutilizando seu traçado. É que os encarregados das roçagens, faziam estas, em certos trechos, apenas pelo centro, enquanto que os lados o matto foi ficando e desenvolvendo, de modo que já estava uma verdadeira mata [...] (SUPERINTENDENCIA DE PARINTINS, 1923-1924, p. 10, 11).

Em função de sua localização as ruas da frente da cidade eram as mais valorizadas do ponto de vista imobiliário. Por outro lado, na Avenida Amazonas encontravam-se as casas feitas de madeira ou taipa, situadas em vias cobertas pelo mato, sem limpeza regular e remoção de lixo (BUTEL *et al.*, 2011).

Já o artigo 3º e 4º da referida Lei nº 207 de 6 de maio de 1930, faz menção a qualidade do material utilizado na construção de casas, em claro exemplo de intervenção do poder público do âmbito privado.

Art. 3º As casas construídas dentro e fora do perímetro urbano da cidade com uma altura mínima de 25 palmos, cobertura de telhas de barro, madeira de lei caiada [...] a frente revestida de cal ou cimento e com uma calçada de ½ metro de largura, gosará de isenção do imposto predial por espaço de dois anos.

Art. 4º As casas que for construídas nesta cidade tendo a altura mínima de 30 palmos, de madeira de lei ou tijolos, assoalhada, pintada á óleo, com [...] e calçada em frente com 180 centímetros largura, gosará de isenção por dez anos (LIVRO DE TRANSCRIÇÃO DE LEIS. INTENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, 1927-1930, p. 43, verso, p.44, frente).

Há fortes indícios que as autoridades de Parintins, na primeira metade do século XX, tentaram “banir” as famílias mais pobres das ruas próximas ao Rio Amazonas (consideradas mais valorizadas). A ideia era forjar o que Marins (1998) designa de “vizinhanças homogêneas”. Ao se proibir a construção de casas de madeira e palha,

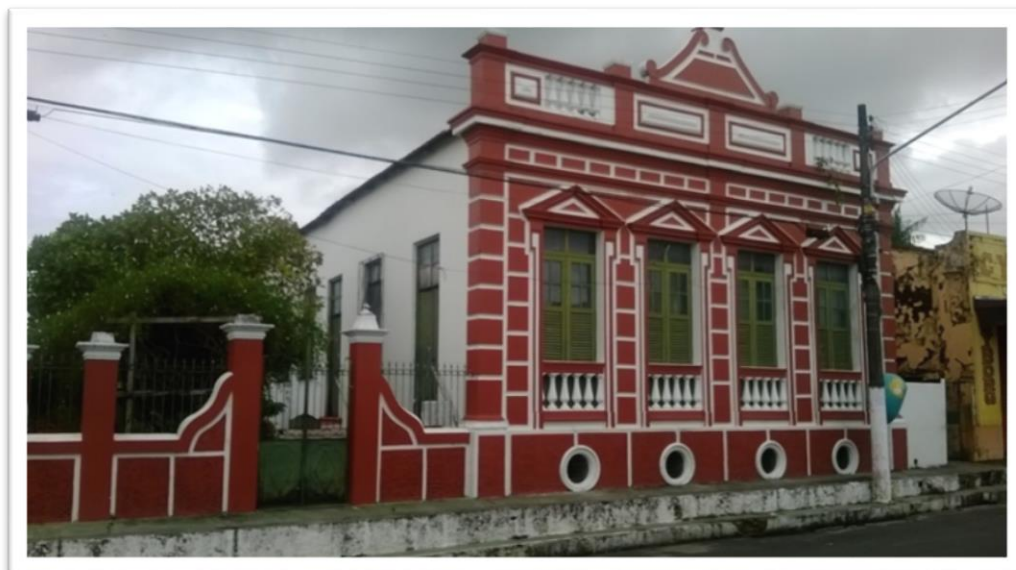
regulamentar a métrica e o tipo de material de construção, o efeito desejado era inviabilizar a construção de residências entre as classes populares em “áreas nobres”, pois tantas exigências aumentaria o custo da obra. O tamanho e o material de construção servia assim como potente estratégia de segregação espacial e social. Além disso, “Harmonizando-se as vizinhanças facilitava o conhecimento da fisiologia urbana [...]” (Ibid., p. 136).

Em relação à prevalência de casas de barro ou madeira, o naturalista inglês Henry Bates ao chegar em Parintins em 1854, descreve as residências locais da seguinte maneira: “[...] um lugarejo muito espalhado, com cerca de setenta casas, muitas das quais muitas delas dificilmente mereceriam esse nome, já que não passavam de meras choupanas de barro cobertas de folhas de palmeiras”. Também chama a atenção para os habitantes indígenas “semi-civilizados”, vivendo em domicílios miseráveis “semi-arruinados” (BATES, 1854, p. 115-117). Era este tipo de habitações que o ímpeto modernizador do início do século XX queria apagar ou esconder.

Apesar do incentivo do poder público para construir casas de alvenaria, como a Lei nº 207 de 1930, a maioria das residências eram feitas de palha e taipa até a década de 50 (SOUZA, 2014). Nas palavras de Dom Arcangelo Cerqua, antigo bispo da prelazia de Parintins, ao justificar a aquisição de uma olaria na cidade pela Igreja Católica, ressaltou o custo para adquirir tijolos de qualidade e que era necessário “[...]tornar Parintins uma cidade respeitável, com habitações e prédios sólidos em alvenaria[...]” (CERQUA, 2009, p. 149). Deduz-se que o termo respeitável aqui tem o sentido de cidade moderna. Até os dias de hoje, Parintins possui muitas casas que não são de alvenaria.

Algumas construções residenciais nas ruas Caetano Prestes e Rui Barbosa que estavam localizadas na frente da cidade (margeando o Rio Amazonas) seguiam o modelo de arquitetura europeia. Atualmente, algumas dessas casas construídas neste estilo ainda podem ser vistas na cidade (Figuras 6 e 7).

**Figura 6 - Casa localizada na Rua Caetano Prestes, próximo ao Rio Amazonas**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de campo, 2014.

Os processos de desapropriação nas áreas próximas ao rio Amazonas com a justificativa de aformoseamento urbano eram recorrentes na cidade de Parintins. O Projeto nº 7 de 1948 é mais um exemplo de como os políticos da ilha se interessavam pela questão. O projeto de desapropriação de uma área próxima ao mercado central é justificado pela necessidade de embelezar e contribuir com o progresso a cidade (LIVRO DAS ATAS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1947, nº1, p. 44).

Percebe-se que é quase regra as justificativas para o embelezamento e salubridade pública, conferidas pelas autoridades do município de Parintins, com vistas à reorganização da cidade e em nome do progresso e da modernidade.

Importante fonte histórica de Parintins, da década de 20, do século XX é a obra de Antônio Bittencourt (1921), que ao descrever as ruas da cidade de Parintins no ano de 1921, faz menção a questões relacionadas à salubridade urbana. Seu pensamento de alargar ruas, construir casas amplas e esteticamente aceitáveis era reflexo da influência do pensamento higienista da época. A respeito da cidade de Parintins, na década de 1920, esse autor faz as seguintes considerações:

É pena que, até agora, não se tenha procurado dar á cidade um arruamento melhor. Não se harmonizar com a beleza do lugar, nem com a higyene, a estreitesa dos quarteirões, notadamente no em que ficam as ruas <Silva Jardim> e <Benjamim Silva>, tão estreito que não dar pra edificar com a frente para a segunda. O mal, porém é remediável: a quase totalidade das casas da rua <Coronel Gomes>, são velhas e não obedecem aos princípios de higyene; por isso, poder-se-ia, desde de já mandar regularizar as ruas travessas e praças, assinalando-se com marcos o respectivo alinhamento, tendo em vista as



dimensões dos quarteirões. Quando se tiver de reconstruir as casas antigas, é fazê-lo no alinhamento novo (BITTENCOURT, 1921, p. 17).

Percebe-se um olhar sanitarista do autor sobre as edificações e topografia da cidade. A falta de alinhamento e rusticidade dos casebres comprometeriam a formosura e sanidade da cidade. No lugar de ruas e quadras acanhadas e desalinhadas, Bittencourt defende que a simetria matemática deveria ser usada para traçar logradouros e quarteirões erigidos ao lado de casas belas e modernas, para compor o futuro cartão de visita da cidade de Parintins. A beleza e higiene deveriam se complementar para dar o toque de modernidade ao lugar.

**Figura 7 – Construção datada de 1907 localizada a margem do Rio Amazonas**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de campo, 2015.

Diante do que foi exposto fica manifesto o papel da medicina social na reorganização da cidade. Mesmo quando a matéria é alargamento de ruas ou determinados modelos de construções prediais, lá está a medicina influenciando nas tomadas de decisões das autoridades municipais. Em 1912, Lourenço Neves ao falar sobre a importância da articulação entre medicina e engenharia, disse que “Os processos médicos de saneamento são sempre combinados com o da engenharia, onde o médico termina sua obra, o engenheiro começa a sua [...]” (NEVES apud HARSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 44).

Todavia, as ações da medicina não tinham impactos somente na engenharia. Para que o desejo de higienizar e aformosear a cidade se concretizasse, era necessário que os moradores de Parintins adequassem seus costumes às normas prescritas pelas autoridades, que buscavam instituir novos hábitos considerados civilizados. Neste aspecto, a medicina social foi um mecanismo que colaborou com a normalização da sociedade.

### **1.2.1 A produção de sujeitos higienizados**

Mudanças nos comportamentos considerados anti-higiênicos ou incivilizados dos cidadãos faziam parte de algumas pré-condições para se instituir cidades híidas e modernas. Em Parintins não foi diferente. Pelo menos desde as primeiras décadas do século XX, autoridades municipais de Parintins estavam imbuídas em higienizar e reorganizar a cidade.

A população de Parintins, no início do século XX, era formada na sua maioria por índios, negros e caboclos. Eram principalmente esses grupos, que deveriam ser submetidos às novas regras de uma elite que buscava polir comportamentos, balizados pelos princípios da modernidade urbana. Mecanismos de poder buscaram o esmaecimento de aspectos considerados atrasados da cultura e agiam na transfiguração dos modos de ser das pessoas (ARCHANJO; HIGUCHI, 2014).

Para operacionalizar tal intento uma pedagogização dos sentidos foi posta em ação por intermédio de dispositivos sutis de poder, que interiorizam nas pessoas a noção de belo e do feio, do sujo e do limpo, enfim do tolerável e do intolerável (FOUCAULT, 1979). Entre tais mecanismos a medicina social teve papel relevante na constituição dos modos de subjetivação dos indivíduos.

De maneira geral, modos de subjetivação são práticas de constituição do sujeito e, tais modos, estão divididos em dois sentidos na teorização foucaultiana. No primeiro sentido, Michel Foucault trata dos modos de subjetivação como modos de objetivação do sujeito. Neste caso, o sujeito é visto como objeto das relações de saber e de poder. No segundo sentido, modos de subjetivação referem-se à maneira pelo qual o sujeito relaciona-se consigo mesmo, ou a maneira como o sujeito constitui-se como sujeito moral, preso a uma identidade que é tida como sua (CASTRO, 2004). Resumidamente, modos ou processos de subjetivação podem assim ser compreendidos a partir de duas análises.

[...]de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos - o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência (REVEL, p.82,2005).

As práticas de objetivação atuam nas subjetividades dos sujeitos, conduzindo-os a processos de assujeitamento, por intermédio de tecnologias disciplinares. Seu objetivo é a produção de um corpo docilizado “[...]que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado[...].” (FOUCAULT, 1984, p.138).

A objetivação do sujeito se produz no que Foucault denomina de “práticas divisoras” onde “o sujeito é dividido no seu interior em relação aos outros” (FOUCAULT, 1995, p.231). Os sujeitos são individualizados (distinguidos) e disseminados em torno de um eixo normativo, criando exclusões sociais e espaciais. Produz-se assim, por exemplo, termos dicotômicos como o louco/são, o criminoso/honesto e, como também o sujo/limpo, neste sentido, práticas divisoras são práticas de exclusão (FOUCAULT, 1995). O sujeito para Foucault é produzido por meio destas práticas de objetivação, sendo sujeitos individual e coletivamente.

A biopolítica e suas técnicas de poder fazem parte também destas práticas de objetivação que agem na constituição dos sujeitos. Poder este que atua na regulação e ampliação da vida, do equilíbrio da população, da homeostase, intervindo na maneira de viver em geral como, por exemplo, na higienização e alimentação (FOUCAULT, 2005).

O poder disciplinar é uma técnica focada no sujeito e que “[...] produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 297). Entretanto a biopolítica age sobre a regulamentação das populações. Apesar de diferentes, os polos (disciplina/regulações) são complementares estando acoplados, posto que, o biopoder necessita de mecanismos disciplinares que afetam o corpo individual. A biopolítica se utiliza da demografia, da estatística, da criminologia e da medicina social para exercer tal controle, objetivando controlar tudo o que se passava na população, por meio de técnicas normalizadoras da vida objetiva (FOUCAULT, 2005).

A norma, segundo Foucault, é o elemento que circula tanto nos mecanismos disciplinares (corpo) como nos regulamentadores (população), agindo de forma simultânea. Resulta-se que “Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”, ou seja, o biopoder (FOUCAULT, 1998, p. 135). A medicina social é um exemplo de um saber-poder que age concomitantemente sobre o

corpo e sobre a população, isto é, técnicas de poder que produzem influxos sobre as disciplinas e regulamentos.

Essas tecnologias de poder<sup>10</sup> e seus mecanismos normalizadores, como a medicina social, reverberam sobre a constituição dos sujeitos, o que representou um duro golpe na individualidade humana, visto que o homem moderno foi forjado ao longo da história em uma “pletora de regras e regulamentos” (STRATHERN, 1993, p.35).

Na última fase ou etapa foucaultina<sup>11</sup> seus estudos voltam-se para a relação do ser consigo mesmo, do sujeito como constituinte ético e ativo. Neste momento de seus estudos, Foucault debruça-se a pesquisar a relação do ser consigo mesmo, e a possibilidade em produzir novas subjetivações. Neste caso, “[...] os indivíduos, livremente, em suas lutas, em seus afrontamentos, em seus projetos, constituem-se como sujeitos de suas práticas ou recusam, pelo contrário, as práticas que lhe são propostas” (FOUCAULT, 1994, p. 693).

Este processo de constituição do sujeito foi bem resumido por Veiga-Neto (2003), pesquisador estudioso da relação entre Foucault e a educação. Para essa autor, “Nos tornamos sujeitos pelos modos de investigação, pelas práticas divisórias e pelos modos de transformação que os outros aplicam e que nós aplicamos sobre nós mesmos” (Ibid., 2003, p. 136).

Assim para Foucault a constituição do sujeito é atravessada tanto por meio de técnicas de sujeição (disciplinar e biopolítica), como por modos ou processos de auto-subjetivação (relação do ser consigo). De qualquer forma tanto nos processos de objetivação quanto nos de auto-subjetivação, Deleuze afirma que “[...] o sujeito se constitui no dado [...]”, no vivido, na experiência dinâmica do cotidiano, (DELEUZE, 2001, p. 118).

O cotidiano das pessoas foram alvos de mecanismos normalizadores, como os Códigos de Posturas, que tencionavam submeter às regras, onde ao mesmo tempo que inibiam desejos individuais, recomendavam como cada cidadão deveria se portar de maneira civilizada em diversas situações do dia a dia. Neste sentido, como bem observa Vigarello (1996), as políticas sanitárias impostas à sociedade, com o passar do tempo,

---

<sup>10</sup> De acordo com Strathern tal termo pode ser compreendido como “[...] técnica pelo qual uma sociedade regula seus membros” (1993, p.35).

<sup>11</sup> Os estudiosos de Foucault costumam dividir suas obras em três fases ou etapas: o primeiro é o arqueológico (ser-saber), o segundo genealógico (ser-poder), e o terceiro ético (ser-consigo). Veiga-Neto prefere denominar tais distintos momentos de domínios foucaultianos (VEIGA-NETO, 2007)

mudaram alguns comportamentos das pessoas, criando hábitos novos enquadrados nos emergentes padrões de higienização.

Higienizar costumes é estabelecer normas de condutas aos sujeitos, baseados em códigos médicos/sanitários, sob a justificativa de promoção da saúde privada e pública. O saber médico, assim, detém o poder de intervir na cotidianidade das pessoas. O poder médico sanitarista não estava ancorado somente nas determinações das Leis (aparelho de Estado), mas, sobretudo, em seu saber/poder (FOUCAULT, 1979, 2005).

Em certa medida foi o que ocorreu em cidades como Parintins na virada do século XIX para o XX, quando acalentada pelo sonho de sua elite de modernização da urbe, uma variedade de leis e mecanismos normalizadores foram utilizados para reorganizá-la e higienizá-la. Esta deseabilidade higienizadora das autoridades parintinenses atuava nos modos de subjetivação dos moradores da cidade.

Neste sentido, é fundamental destacar que a forma de agir e pensar dos residentes de Parintins, em relação aos esgotos a céu aberto, foi gestado ao longo de muitos anos, e acredita-se que receberam, em certa medida, algumas influências desses mecanismos normatizadores produzidos por técnicas de poder como a medicalização da sociedade, atuando assim na constituição dos sujeitos.

Infere-se que este poder, que visa à regulação da população, já estava presente na cidade de Parintins desde o início do século XX, como pode ser observado a partir de uma série de intervenções no cotidiano dos moradores, com o objetivo de ampliar a vida, para torná-la mais produtivas (ARCHANJO *et al.*, 2015). Este é o sentido da governamentalidade, o designado governo dos outros, que pressupõem técnicas de poder para conduzir condutas.

Mecanismos são utilizados para “ensinar” como se deve comportar em uma cidade que ambicionava a modernidade. Algo como transformar os antigos hábitos interioranos de caboclos e indígenas, considerados pelos defensores da modernidade como rústicos e inapropriados, em hábitos citadinos. Influências do modelo civilizatório chegam até Parintins, transformando lentamente o cotidiano desta pacata cidade amazonense (ARCHANJO; HIGUCHI, 2014).

O poder público parintinense por meio de normativas buscava regular, entre outras coisas, locais adequados para tomar banho e lavar roupas, controlar o fluxo de animais nas vias públicas, padrões e locais apropriados de construções residenciais, vigilância sanitária em residências, sepultamento, regras de higienização do mercado, do porto municipal e das vias públicas, arborização pública, controle de doenças e inspeção

sanitária sobre gêneros alimentícios, além de normas para o convívio social em geral. Eram prescrições higienistas, dentro da perspectiva civilizatória.

No entanto, formar cidadãos por intermédio de decretos era uma tarefa complexa, entre outros fatores pelo caráter alienígena dos novos padrões que se chocavam com suas tradições e modo de viver milenares na Amazônia. Por exemplo, era comum, como ainda é em muitas cidades interioranas na Amazônia, a criação de porcos nos quintais das residências e a pastagem de animais no perímetro urbano, porém obviamente, tais posturas estariam em descompasso com a ideologia higienista. Animais nas ruas eram um desses símbolos de passado colonial, atrasado o seu lugar, definitivamente, não poderia ser mais as ruas da cidade.

### **1.2.2 Higienização e refinamento dos costumes**

Em Parintins, nas primeiras décadas do século XX, transitando pela cidade havia cavalos, porcos, bois, cabras, cães, galinhas, entre outros. Para que pudessem executar o projeto de reforma urbana, os animais foram objeto de regulação pela Superintendência Municipal. Estes bichos deveriam estar em locais confinados ou distantes da área urbana, evitando, assim, o lançamento excrementício em locais público, ameaçando a salubridade do lugar bem como a integridade física dos moradores. Retirar das ruas animais que antes circulavam livremente passa a ser uma obrigação legal como também estética dos moradores (ARCHANJO; HIGUCHI, 2014).

O desejo de higienização e embelezamento também está contido na Resolução nº14, publicada do Jornal Parintins de 1907. Pela resolução, a Superintendência estabelece prazo de um ano para que animais fossem retirados da cidade. O Jornal Parintins, com intuito de justificar tais medidas, afirma que “Desta proibição advirá a facilidade de aborizarem-se as ruas e ajardinarem-se as praças que se tornará mais bella e higienica” a cidade de Parintins (JORNAL PARINTINS, ed. nº 3, 1907, p. 2).

A presença de cães “vadios” na cidade de Parintins era problema que desafiava o desejo de aformoseamento urbano, pois como não tinham proprietários outras medidas deveriam ser tomadas para os conter. A repressão do governo se processava por intermédio de pagamentos de multas, banimento ou execução dos animais. Esses cães eram chamados de “vadios”, pois viviam na divagação, podendo ser capturados e levados para a margem direita do Paraná do Ramos (local distante da cidade) e, ali, abandonados, conforme consta na Portaria nº 103 de 1912 ou, ainda pior, poderiam ser mortos a tiros,

de acordo com a Portaria nº 20 de 1914 (LIVRO DAS PORTARIAS. SUPERINTENDÊNCIA DE PARINTINS, 1909-1918).

Para que os cães pudessem transitar em via pública, precisariam estar acompanhados de seus donos. Seus proprietários necessitariam obter licença mediante pagamento de uma taxa. Os cães necessitavam também portar uma coleira com seu número de identificação, caso contrário, os mesmos poderiam ser capturados e mortos pela administração pública (LIVRO DAS ATAS. INTENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, 1915).

Tendo em vista o grande número de cachorros vadios que perambulavam pelas ruas, a Intendência Municipal submeteu a votação o Projeto nº 7 que visava controlar a procriação de cães, como também disciplinar a circulação desses animais.

Fica obrigatório a castração de cães, cujos proprietários os deixem soltos nas ruas da cidade; Art. 2º Aquelles que forem encontrados nas ruas sem as condições do Art. 1º, serão apreendidos e deportados para lugares de onde não possam voltar para nossa urb [...] (LIVROS DE ATAS. INTENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, 1928 – 1935, p. 42, verso).

Porcos também sujavam a cidade. Para coibir a presença destes animais pelas ruas centrais, fiscais da municipalidade, por meio da Lei nº 138 de 13 de outubro de 1925, capturariam e matariam os porcos soltos no perímetro urbano, vendendo-os, posteriormente, no mercado público. Depois de vendido e deduzido os custos das despesas, o valor seria repassado ao proprietário do animal abatido (LIVRO DAS ATAS. INTENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, 1928-1935).

Em nome da moral e bons costumes dos moradores e da necessidade de controlar a quantidade de animais nas ruas de Parintins, a Intendência, em 1919, por meio do Código de Posturas do município, em função do “comportamento imoral” de éguas durante o período do viço, atentando contra a moral dos cidadãos, resolve proibir a pastagem e circulação destes animais no perímetro urbano (LIVRO DE ATAS. INTENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, 1917-1919. p. 74, verso).

Para os Intendentes municipais de Parintins uma cidade que desejava ser um lugar civilizado, não poderia permitir que suas ruas, travessas e praças se convertessem em campos de pastagem. Era necessário erradicar o costume de seus moradores de soltar animais para a pastagem no meio urbano.

Normas sobre animais estão presentes também no Código de Posturas de 1978, em Capítulo VII. A Lei, a exemplo das anteriores, não permite a presença de animais

soltos em vias públicas, incluindo cachorros que para transitarem deveriam possuir licença. O Código proíbe ainda a criação de gado e porcos no perímetro urbano, além de galinhas no interior das residências. Práticas essas ainda comuns na cidade de Parintins na atualidade.

O atual Código de Posturas de Parintins data de 2007 e há algumas semelhanças em relação aos códigos antecessores, em relação à proibição de animais de grande porte transitarem pelas ruas e sua criação na área urbana. O código também não permite que animais defequem nas ruas.

A lenta e irregular reforma urbana da cidade de Parintins, exigiam transformações que impactaram nos costumes dos moradores, como demonstrado nos relatos anteriores. Pode-se perceber a tentativa de incorporar novos modos de viver por interferência de mecanismo de base jurídica, mas também por dispositivos de poder, como a medicalização. A moral urbana em Parintins era regulada por Códigos que buscavam refinar condutas que estivessem em sintonia com o projeto civilizador, como esse estilo de vida importado pudesse potencializar de fato uma nova era marcada por novos costumes adequados aos “novos” tempos.

Cidades brasileiras impelidas por pretensões de progresso e modernidade receberam, na segunda metade do século XIX, um expressivo fluxo de imigrantes estrangeiros, de escravos negros vindos do meio rural e de colonos empobrecidos (MARINS, 1998). Na realidade amazônica houve o deslocamento para o ambiente urbano de grande contingente caboclo e de indígenas, estes perseguidos e espoliados historicamente de todo seu modo de viver desde a colonização.

O choque entre o tradicional e moderno foi inevitável. As elites estavam preocupas em extirpar da sociedade tudo que estivesse relacionado ao atrasado passado colonial e imperial brasileiro. Mas, também as elites preocupam-se com o estado de desordem instaurado pelo aumento da massa de pobres, percebidos como perigosos. “Acusadas de atrasadas, inferiores e pestilentas, essas populações seriam perseguidas na ocupação que faziam da rua, mas, sobretudo seriam fustigadas em suas habitações” (MARINS, 1998, p. 133).

Dito isto, hábitos e costumes considerados atrasados ou não-higiênicos foram objeto de controle. A civilidade além de seus componentes que a plasmavam com o avanço tecnológico, possuía um aditivo relacionado à postura cortês em oposição à barbárie. A disseminação de regras de condutas assemelhava-se a um processo catequético de higienização das condutas (FOUCAULT, 1979, 1998, 2005). As fontes



consultadas trazem em comum a presença do discurso higienizador, validado pela ciência médica entre as autoridades parintinenses.

Chalhoub (1996) chama atenção para o pretense caráter de neutralidade da ciência dos higienistas, que acreditavam na sua imparcialidade moral e política. O resultado mais negativo, segundo o autor, dessas alegações científicas foi “a violência contra a cidadania” (CHALHOUB, 1996, p. 59).

O saber médico ancorado em uma ciência pretensamente universal e investida de uma suposta neutralidade e objetividade é um equívoco, pois “[...] não se pode falar de "saber universal" sem um exame crítico do que este termo contempla, do que ele exclui, o que ele oculta, e sem se determinar a quem ele beneficia” (LOWY, 2006, p. 403). Entre o moderno e o tradicional, as normas de higienização, fruto de uma missão civilizadora, teria efeito de desvalorizar os conhecimentos tradicionais baseados nas experiências de vida, convertendo tais saberes em não-saberes e até em superstições.

Documentos revelam que na cidade de Parintins, já no início do século XX, eram tomadas pelo poder público certas medidas profiláticas com o objetivo de sanear o meio urbano. Porém, tais medidas reverberavam também nos hábitos e costumes da população local que deveriam submeter-se às novas regras sobre assepsia urbana. Decretos tentavam infligir regras de limpeza aos permissionários do mercado municipal parintinense. A Portaria nº 7 de 1914 científica aos locatários do mercado público “[...] que são obrigados a lavar mezas, balcões e compartimentos nas quartas-feiras e sábados de cada semana [...]” (LIVROS DAS PORTARIAS. SUPERINTENDÊNCIA DE PARINTINS, 1909-1918, p. 61, verso). Medida que visava combater a falta de higiene no mercado.

Apesar de normas que visavam mudar os hábitos de higiene do mercado público, problemas de asseio eram recorrentes. Em matéria publicada no Jornal A Capital, em 1918, o mercado público de Parintins foi alvo de críticas devido sua higienização precária, sendo comparado a uma cloaca. Considera ainda, o autor da matéria que “[...] não se observa ali, o mais rudimentar princípio de hygiene. Tudo está sujo e exala mau cheiro” (CÂMARA, 1918, p. 1). A falta de asseio no mercado foi objeto de outras reclamações como, por exemplo, a do Intendente Pedro Menezes, em 1919 (LIVRO DAS ATAS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1917-1919) e do edil Odovaldo Nôvo, em 1957 (LIVRO DAS ATAS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1956-1957).

Outros documentos continuam a ratificar quão complexo era a missão de assear o espaço público. Determinação da Superintendência, publicada no Jornal Parintins, em 1907, proibia, sob pena de pagamento de multas, que moradores jogassem imundícies nas

ruas da cidade (JORNAL PARINTINS, 1907, ed. n°5). Há também fonte documental de 1917 de teor semelhante a anterior, onde o Superintendente ao falar sobre a limpeza pública discorre: “Tendo empregado todos os meus esforços para que a cidade se conserve completamente limpa, proibindo o despejo de imundiceis nas ruas e travessas, praças e litoral [...], porém falta ainda muito para conseguir limpá-la totalmente[...]”, completa a autoridade (JORNAL PARINTINS, 11. ed.,1907, p. 2). Tais medidas revelam a tentativa de coibir atos que atentavam contra o saneamento público.

Observa-se, assim, que alguns moradores tinham hábitos de lançar seus rejeitos em via pública. Animais e seus excrementos, somados as demais sobras arremessadas nas ruas, incluindo aí as águas servidas, resultariam em um cenário de sujidades em algumas vias da cidade de Parintins. Cenário este que na atualidade persiste no perímetro urbano parintinense em muitas vias.

Outras normas recaíam sobre os hábitos nutricionais da população, como a Lei n° 39 de 1948 que determina que todo gênero alimentício só poderia ser vendido no interior do mercado municipal, salvo o dia que este não esteja aberto (LIVRO DAS LEIS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1947-1948). O preço dos alimentos era tabelado pelo governo municipal. A salga do pirarucu era permitida somente entre os meses de setembro e dezembro (LIVRO DE ATAS. INTENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, 1917-1919).

Controle sanitário também passou a incidir sobre o consumo de leite na cidade de Parintins. Por intermédio da Lei n° 202 de 19 de Outubro de 1929, o artigo 13° estabelece que: “As latas que servem para venda de leite, são obrigadas a ter nas mesmas em lugar visível uma placa de folha soldada com dizeres P.M - número de ordem ou ano [...]” (LIVRO DE TRANSCRIÇÃO DE LEIS. INTENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, 1927-1930, p. 37, frente). Os proprietários de latas que não possuíam o número fornecido pela prefeitura eram multados em 20\$000 (vinte mil réis).

Costumes seculares, como a pescaria, também passam a ser objeto de influência do município. Pescadores são compelidos por lei a obter licença para o exercício desta atividade. A pesca de redes estava proibida “nas ressacas e lagos que tenham moradores nos paranás e igarapés só margeáveis por embarcações a remo” (LIVRO DAS PORTARIAS. SUPERINTENDÊNCIA DE PARINTINS, 1909-1918, p.88, verso).

O couro bovino só poderia receber atestado de saúde caso fosse proveniente de estabelecimentos onde ocorriam inspeção de autoridades. Atividades como talhar carne e matar tartarugas, somente poderiam ser executas mediante pagamento de licenças

(LIVROS DAS ATAS. INTENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, 1919-1927).

A Câmara do município procurou, no ano 1949, regulamentar, por meio do Projeto nº75, uso do cemitério público. Hábitos de sepultamento em igrejas, cruzeiros e cemitérios particulares foram proibidos em nome da salubridade pública. Em caso de óbito por doença contagiosa, o enterro deveria ser feito antes de 24 horas após o falecimento. Proibia-se também “[...] abandonar, ou mandar abandonar cadáveres em residências, na via pública, ou no cemitério [...]”. Cemitérios deveriam estar localizados a uma distância mínima de 200 metros em relação às residências e longe de fontes de abastecimento de água (LIVRO DE ATAS Nº3. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1949, p. 36, verso). Atualmente o cemitério municipal esta circundado por muitas residências, algumas nos quais estão distantes menos de 10 metros da necrópole.

É apropriado destacar que, no ano de 567, por intermédio do concílio de Braga, já se proibia o sepultamento no interior de igrejas, tal prática, no entanto, foi recorrente na Europa até o século XVIII, quando a secularização do conhecimento converteu o sepultamento em assunto de saúde pública (KILLINGER, 1997).

Havia também normalizações em relação ao uso da água. As águas do rio Amazonas abasteceram durante muito tempo a cidade de Parintins, daí a preocupação das autoridades com sua qualidade. A fim de normatizar a captação da água do rio Amazonas, para evitar que se torne insalubre para o consumo humano, o Superintendente Municipal, Justino Teixeira de Souza Cardoso, em 1921, cria uma Lei que tem o seguinte conteúdo:

Art. 1º. É proibido lavagem de batelões de condução de gados nas margens do rio. Deve ser feito para que os detritos sejam conduzidos para longe. Cavalos não podem ser lavados nas margens.

§2º. A partir acima da margem do rio entre o comercio de José Ferreira e de Experidião Campos, fica destinada ao serviço de água potável para as casas da cidade, não sendo permitido fazer lavagem ou atirar ali detritos (LIVRO DE ATAS. INTENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, 1917-1927, p. 35, verso, p. 36, frente).

Nota-se mais uma vez, o poder público tentando normatizar hábitos antigos dos moradores da ilha. As águas do rio Amazonas eram vitais para o cozimento de alimentos e a higiene dos habitantes da cidade. Mais do que meio de transporte o grandioso rio era, como ainda é, essencial para vida existir neste rincão da Amazônia. Com a justificativa de preservar a qualidade da água, o governo municipal proíbe também construção no

perímetro urbano de embarcações nas beiradas dos rios e lagos (LIVRO DE ATAS. INTENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, 1915).

Nada de lavar roupa ou banhar-se em público. Na década de 40, foram instaladas em alguns pontos do perímetro urbano torneiras para abastecimento de água para satisfazer as necessidades básicas da população. Ao regulamentar sobre o abastecimento de água, a Prefeitura municipal proíbe que pessoas façam uso das torneiras públicas para tomar banho ou lavagem de roupas ou “qualquer outro tipo de serviço” (LIVRO DAS ATAS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1948-1949, p. 100, frente).

No Código de Posturas de 1978, persiste a proibição de lavar roupas em chafarizes e nos balneários públicos da cidade, o que sugere a continuidade de tais hábitos na década de 70. Em Parintins, na atualidade, são poucas as opções de lazer para os moradores, entre elas o de banhar-se nos rios e lagos. No entanto, o Código, supra citado, procurava disciplinar os locais apropriados para o banho. O curioso é que o artigo que trata sobre esse tema está contido do Capítulo III das Posturas, que versa sobre moralidade e sossego público, rogando inclusive para que as pessoas se trajem de maneira apropriada, de acordo com a moral e os bons costumes, ou seja, de maneira que não atente aos princípios de civilidade.

Posteriormente, o município construiu lavanderias e banheiros públicos na cidade. Banheiros públicos sempre foram construídos para atender as pessoas, geralmente de baixa renda, não possuidoras de sanitário em suas residências. Tais ações visavam erradicar hábitos de alguns moradores de banhar-se e lavar roupas nas margens dos cursos d'água ou nas torneiras públicas.

O caráter autoritário das medidas de intervenção higienista nos espaços público e privado nas cidades, somado ao choque entre a fabricação de novos costumes sobre os comportamentos tradicionais, criou, em alguns momentos na história do saneamento no Brasil, situações de resistência popular contra o instituído. Rezende e Heller (2008, p. 143) lembram que para muitos moradores da cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX, os códigos de posturas, deveriam ser chamados de “códigos de torturas”. Muitos foram removidos de suas residências, outros sentiram-se humilhados por ter que mudar hábitos relacionados a sua intimidade (Ibid.). Em Manaus, houve reações como a indiferença da população em acatar de imediato a solicitação de vacinação (DIAS, 2007).

No contexto de Parintins, a continuidade de certos costumes antigos de alguns moradores, percebidos como afronta à postura polida da modernidade, revela que mudanças na cotidianidade não ocorreram de forma rápida e abrupta ou se pode afirmar

que algumas nem tenham ocorrido de fato, mesmo os moradores sendo alvos de Lei e Normas, estas últimas provenientes de técnicas de poder, como o da medicina social.

### 1.2.3 Higienização e Desodorização

Como já discutido, o mau odor passa a ser também uma ameaça ao desejo de higienização urbana. Em Parintins, identificaram-se, por meio de documentos, alguns indícios de existência de vigilância olfativa sobre os odores estimados como suspeitos emanados de residências, comércios e espaços públicos.

No desejo da modernidade de desodorizar a cidade, o fedor passa a ser um inimigo a ser combatido, pois o mau cheiro confunde-se com a sujeira e esta com a falta de organização e higiene (DOUGLAS, 2012). A vigilância perene sobre a desodorização do espaço público, como também do privado, é potencializada pelo desejo de isolar as impurezas deletérias criando espaços desinfetados. Nesta geografia da salubridade, segundo Rodrigues (1995), a atenção maior recaía, geralmente, nos espaços centrais das cidades.

O mau odor também denunciava a falta ou a precariedade de saneamento nas cidades. Abastecimento de água, construção de rede de esgotos e alargamento de ruas são medidas fundamentais para a implantação de políticas higienistas e de aformoseamento das cidades. A cidade bela, higienizada e desodorizada passa a ser modelo a ser seguido.

Em Parintins, problemas das exalações malcheirosas podem ser constatados por meio de alguns documentos. O Livro das Portarias de 1909 a 1918 registra que o mau odor exalado pelas ruas da cidade de Parintins também era uma preocupação da Intendência, como demonstra a Portaria nº 35 de 20 de Maio de 1915. O Superintendente José Henrique de Souza determina o seguinte:

Tendo diversas pessoas reclamado a esta Superintendência sobre as exalações desagradáveis que sentem ao passar em vários trechos da cidade, determina ao fiscal geral Sr. Tenente Coronel José [...] da Silva [...] que inicie as vistas sanitárias as cazas comerciais e particulares afim de verificar se estão sendo observadas [...] na parte em que tratam da hygiene e salubridade pública (LIVRO DAS PORTARIAS. SUPERINTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS, 1909 - 1918, p. 108 verso, 109 frente).

Quando o Superintendente se refere ao mau odor em vários pontos da cidade, ele, possivelmente, faz referência às emanações nauseabundas provenientes das águas servidas, despejo de excrementos, acúmulos de lixo, lamas nas vias públicas por falta de

calçamento, entre outras. Na década de 1950, a cidade não possuía ainda nenhuma de suas ruas calçadas. Eram ruas com muitos buracos “[...] e cheias de valas causadas pelas enxurradas das chuvas fortes” (TEIXEIRA, 2007, p. 400).

A pavimentação das ruas auxilia na obstrução das emanções nauseabundas, servindo de obstáculo ao fedor oriundo da lama. Para os higienistas do século XVIII, o calçamento das vias possuía, assim, importante função na desodorização e desinfecção urbana, pois “[...] o pavimento agrada o olhar; torna a circulação mais fácil; facilita a lavagem com muita água. Mas pavimentar é antes de tudo isolar-se da sujeira do solo ou da putreidez das camadas aquáticas” (CORBIN, 1987, p. 120).

Fontes de maus cheiros que não podiam ser controladas deveriam ser retiradas dos espaços centrais e enviadas para as periferias das cidades. Foi o caso do abate de animais em Parintins. Conforme os livros de ata de 1915 a 1922, todo abate de animais só poderia ser feito mediante licença expedida pelo Superintendente municipal (LIVROS DE ATAS. INTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS, 1915-1922).

A municipalidade parintinense buscava, desta forma, proibir antigos hábitos de abate para consumo de carne em locais inapropriados, em função das emanções pútridas decorrentes desta atividade. Para o Superintendente municipal Leopoldino Byron são locais “[...] onde os detritos animaes expostos ao sol em pleno estado de putrefacção, infeccionavam o ambiente com suas emanções deletérias [...]” (SUPERINTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS, 1918, p. 9). O Superintendente revela o medo das ações dos miasmas, corrompendo o ar pelas emanções morbíficas, resultando em problemas de saúde pública em função da inalação desses gases nocivos. Era a teoria do miasma ou miasmática, uma porção de ar contaminado com o cheiro da morte.

O ar de um lugar é um caldo pavoroso no qual se misturam as fumaças, os enxofres, os vapores aquosos, voláteis, oleosos e salinos que exalam da terra, e, se for o caso, as matérias fulminantes que ela vomita, a morrinha que sai dos pantanais, os insetos minúsculos e seus ovos, animáculos espermáticos, e, muito pior ainda, os miasmus contagiosos que se elevam dos corpos em decomposição (CORBIN, 1987, p. 21).

Atividades provocadoras de mau odor no perímetro urbano foram realocadas para os espaços mais periféricos. No Livro de Atas de 1928 a 1935, a emenda da Lei nº 3, de autoria do vereador Manoel do Nascimento Teixeira, enfatiza que o curtume, a salga e matança de gado sejam feitos nas áreas suburbanas da cidade. Estas medidas visavam transferir as atividades que produziam odores desagradáveis para lugares bem distantes das narinas dos incomodados moradores.

Em virtude do que foi mencionado, depreende-se em que em Parintins havia preocupação com exalações nauseabundas, seja originária de excrementos de animais na via urbana, de abate de animais, do curtume ou de odores domésticos. É possível que tais cheiros pútridos exalados de algumas casas e de determinadas ruas, eram agravados pela inexistência de água encanada nas residências de Parintins.

Nas cidades modernas, seus moradores deviam se reinventar, mudar suas atitudes consideradas rudes e, principalmente, anti-higiênicas, controlando suas pulsões naturais, desenvolvendo autocontrole, tão caro para o comportamento polido da modernidade. Entre os mecanismos de interiorização de novos comportamentos, a medicina social e seu conhecimento pretensamente neutro teve função importante na tentativa de controle e formação de novos hábitos e mentalidades. Sua influência na vida urbana parecia não ter fronteiras.

#### **1.2.4 Medicalizar para Higienizar**

Foi discutido em seções anteriores deste estudo que a intervenção “médico-sanitarista” determinando onde morar, como morar e como construir esteve presente na legislação parintinense, transformando o modo de construção de ruas e residências.

Nas justificativas das autoridades não se podia tornar a cidade bonita sem, necessariamente, torná-la salubre. O saber médico intervinha na comercialização e hábitos alimentares dos cidadãos, na regulamentação do uso da água e circulação e abate de animais.

Mas a medicina sanitaria, com seu alcance social, esteve presente também na intimidade do lar. O movimento sanitaria defendia que uma cidade jamais poderia ser considerada civilizada se estivesse invadida por enfermidades. E, para combater tais males, medidas profiláticas deveriam ser efetivadas. Essas medidas profiláticas incluíam a higienização das casas dos residentes, segundo os preceitos médicos.

A medicina social, ratificada pelo saber científico, operava em toda população, atuando sobre as sensibilidades das pessoas, alterando valores assépticos, buscando produzir uma identidade sanitária. A medicina operava sobre a produção de novas maneiras de agir e pensar (FOUCAULT, 1979).

Mais do que curar doentes, a medicina social, para Foucault, se converte, a partir do século XVIII, em instrumento de normatização, governando a vida das pessoas, invadindo espaços antes interditos da sociedade. As casas, espaços por excelência

privados, sofrem a irrupção das vigilâncias sanitárias e sua cartilha do “bem viver”. Saberes da medicina social passam a reverberar como produção da verdade (FOUCAULT, 1979, 2005).

Os conhecimentos tradicionais, perseguidos desde a época da colonização no Brasil, recebem uma avassaladora investida do prepotente conhecimento científico que revestia o saber médico-sanitarista. Imbuído de uma suposta neutralidade axiológica, ambicionavam controlar o modo de vida das pessoas em nome da salubridade urbana. Para Herschmann (1994, p. 41), o objetivo desta medicina normatizadora era “secularizar os costumes” com a intenção de formar uma sociedade hígida e civilizada. Assim, medicalizar a sociedade era civilizá-la.

Medicalização foi um termo utilizado por Foucault (1979, 2005) para enfatizar a influência da medicina em quase todos os aspectos da vida. A medicina produz efeitos de controle na cotidianidade das pessoas, por via de seus estatutos científicos sobre doença e saúde, normalidade e patologia. A medicina social surge como reguladora da higiene pública com vistas à salubridade da cidade, mas seu alcance é bem maior que o preventivo/curativo. Foucault conceituou medicalização da seguinte forma:

La medicalización, es decir, el hecho de que la existencia, la conducta, el comportamiento, el cuerpo humano, se incorporaran apartir del siglo XVIII en una red de medicalización cada vez más densa y amplia, que cuanto más funciona menos se escapa a la medicina (FOUCAULT, 1977, p. 3).

Medicalizar é converter em objeto da medicina e do médico, não só corpo, mas as condutas humanas, a maneira de se vestir, o que se come e como se come, a maneira de construir e limpar suas casas, enfim são mecanismos que normatizam a maneira de viver das pessoas e das populações.

Quando se fala em normatização do sujeito e das populações, a medicalização teve um papel relevante neste processo. Foucault (1992) sustenta que para haver relações de poder é preciso que haja produção, acumulação e circulação de saberes. A produção e transmissão da verdade são efeitos, assim, dessas relações de poder. E esse efeito da verdade vai se reproduzindo em todos os espaços.

A medicina, em sua nova configuração a partir do século XVIII, vai além do objetivo de curar doenças, ela abraça uma atitude normativa, mas não somente aconselhando as pessoas sobre a necessidade de uma vida saudável, como também se achando no direito de intervir na vida física e moral do indivíduo e da população. Desse modo ou dessa maneira, a medicina se faz social, estatuto este forjado pelo saber/poder



(FOUCAULT, 1980). Em seu livro “Danação da Norma: medicina social e constituição da medicina no Brasil”, Machado (1978), assegura que a medicalização é uma tecnologia de poder imbuída de criar uma sociedade sadia, sendo seu objeto a “[...]transformação de desviantes [...] em seres normalizados” (1978, p. 156).

Este saber/poder da medicina possibilitava-a intervir no cotidiano das pessoas, controlando e afetando suas autonomias, que ficam cada vez mais na dependência de normas, as quais estabeleciam comportamentos aceitáveis ou normais. Dito isto, é possível pensar as normas sanitárias de Parintins e seu alcance inclusive na mudança de comportamento das pessoas, via higienização dos costumes.

Como visto anteriormente, a medicina interfere em campos distintos da saúde como, por exemplo: a construção de casas, limpeza de terreno, regulações sobre a água e odores. A medicina estava presente em várias instâncias do poder e, em todas elas, há em certa medida, influxo sobre as condutas das pessoas.

Medicalização, assim, possui uma função política de intervenção sem limites em várias esferas da sociedade. A cidade, os bairros, as famílias são instâncias que, a partir do século XVIII, estavam sujeitas ao controle da medicina social, mecanismo este de assujeitamento por excelência, processos estes que recaíam sobre multiplicidades de corpos.

Medicalização é uma estratégia biopolítica, poder que é exercido sobre o coletivo e atuando sobre a constituição do sujeito. Não é o corpo somente que deve ser disciplinado, mas o controle deve recair também sobre a “[...] vida dos homens, [...], ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, ao homem-espécie” (FOUCAULT, 2005, p. 289).

Enquanto o poder disciplinar predomina sobre os corpos individualizados, centrando-se no corpo como máquina, a biopolítica objetiva controlar o corpo social. Resulta deste último o controle e regulação do número de óbitos e nascimento, saúde, longevidade, entre outros. Constituindo, deste modo, uma biopolítica da população. Dessa forma, o poder sobre a vida é formado por estes dois polos: disciplina sobre o corpos e regulação da população (FOUCAULT, 1998, p. 131).

O poder moderno, para Foucault, constitui-se desses dois polos: disciplinar (individualizante) e outro baseado na normalização da população (totalizante). São direções distintas, porém complementares, pois ambos os eixos fazem parte do biopoder.

Biopoder é a estatização da vida biológica das pessoas, exercendo poder de forma positiva com a finalidade de torna-la útil (FOUCAULT, 1998). Nas palavras de Foucault,

“[...]estamos num poder que se incumbiu tanto do corpo quanta da vida, ou que se incumbiu, se vocês preferirem, da vida em geral, com o polo do corpo e o polo da população” (FOUCAULT, 2005, p. 302).

Assim, o biopoder apresentou-se como ferramenta indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, pois atuava sobre o controle dos corpos no aparelho de produção e regulação da população nos aspectos econômicos. O capitalismo tentava docilizar, tornar úteis os corpos e para conseguir isto foram utilizadas estratégias “[...] capaz de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isso torná-la mais difícil de sujeitar” (FOUCAULT, 1998, p. 132).

Para este fim (assujeitamento) são produzidas técnicas de poder (disciplinar unitária – biopolítica totalizante), a partir do século XVIII, estando presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições, como a medicina individual e social (Ibid.).

A medicina social, neste sentido, pode ser compreendida como técnica de poder que age sobre a população normatizando condutas. Tais normatizações tiveram efeito de produzir uma cartilha do bem viver, encarregada de promover não somente a saúde, mas também a moral. Nesta produção do aceitável e do inaceitável, é possível incluir o redimensionamento dos conceitos de sujo, limpo e de posturas consideradas toleráveis e intoleráveis, útil e inútil.

Baseado em evidências documentais, supõe-se que este poder medical esteve em Parintins, pelo menos desde o início do século XX, produzindo influxos nos modos de subjetivação dos moradores, inclusive em relação ao saneamento, já que este é objeto da medicina sanitária.

Medidas tomadas na cidade de Parintins, para evitar a propagação de doenças, possuíam (como ainda possuem) caráter também de manter saudável a força de trabalho (utilidade), evitando prejuízos para empresas e poder público. A Lei nº 912 de 1942 é um exemplo de intervenção pública na saúde do indivíduo, pois obriga funcionários enfermos da municipalidade parintinense “[...] a seguir rigorosamente o tratamento médico adequado contra a doença [...]”, com intuito que voltem o mais rápido possível para o labor (LIVRO DE LEIS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1948-1949, p. 99, verso). O combate à transmissão de doenças, também resultaram em ações de normatização sobre moradores.

Todos os municípios do estado do Amazonas eram regidos pelo Regulamento do Serviço Sanitário. Tal documento, datado de 1906, expressa que ações de higiene

deveriam proteger a saúde pública em todo estado do Amazonas. Versa ainda, entre outras coisas, sobre as obrigações de médicos e inspetores de saúde, que tinham passe livre para adentrar em habitações públicas e particulares a fim de proceder ao trabalho de vigilância sanitária (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1906).

Os funcionários da saúde pública tinham autoridade para interditar residências infectadas e aplicar multas por infração sanitária para aqueles que não observassem os princípios de higienização do local (Ibid.). Os preceitos da medicina estavam revestidos de grande coercitividade, sendo materializado na polícia sanitária.

Foucault argumenta que “Só poderia haver medicina das epidemias se acompanhada de uma polícia [...] capaz de [...] controlar o comércio do pão, do vinho, da carne, regulamentar os matadouros, as tinturarias, proibir as habitações insalubres [...]” (FOUCAULT, 1980, p. 27).

As ações da polícia sanitária amazonense eram norteadas também pelo Regulamento do Serviço Sanitário. Em seu artigo 116, o Regulamento deixa claro que a função da polícia sanitária era a de prevenção “[...] de todos os abusos que podem comprometer a saúde pública” (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1906, p. 34).

Medidas profiláticas incluíam, por exemplo, a desinfecção de moradias, autorizar ou não o habite-se predial, isolamento de doentes e até interdição de residências consideradas uma ameaça à saúde pública. Neste sentido, a medicina tinha poder quase que irrestrito sobre a cotidianidade das pessoas (Ibid.).

Vale frisar que foi na Alemanha que se instaurou a polícia médica de controle de nascimentos, endemias, epidemias, mas, principalmente, sobre óbitos. Ao contrário de outras nações europeias, os alemães desenvolveram “[...] uma prática médica efetivamente centrada na melhoria do nível de saúde da população” (FOUCAULT, 1979, p. 85). Foi neste país que emerge a normalização sobre a prática e ensino da medicina sob controle do Estado e também a figura do médico como administrador da saúde pública.

Em Parintins, havia inspeções médicas sanitárias com certa frequência nas casas, com a justificativa de controle epidemiológico, momento em que profissionais da saúde buscavam higienizar hábitos. Como exemplo, pode-se citar as vistorias realizadas nas casas, sob a alegação de evitar-se a propagação da varíola pelas cidades. Assim, a municipalidade manda que o fiscal faça visitas às residências para verificar se as mesmas estão observando as regras de higiene dispostas na legislação vigente (JORNAL O TACAPE, 1904, ed. nº 8, p. 3).

Tais visitas médicas nas residências de moradores denunciados tinham caráter de vigilância. De acordo com Foucault (1979), tal estratégia de controle emergiu na medicina social francesa e foi caracterizada como de vigília, hospitalização e quarentena. O Estado, em nome da saúde pública, poderia vigiar as pessoas para saber se estavam enfermas, podiam excluir os doentes do convívio social com os saudáveis, em uma clara demonstração de desinfetar para purificar. O controle do Estado francês recaiu sobre os níveis de salubridade e insalubridade do cidadão.

Ao demonstrar preocupação com a higienização das casas e das vias públicas da cidade, em função da probabilidade de surgimento de epidemias, a Superintendência Municipal de Parintins, no ano de 1907, publica seu relatório no Jornal Parintins, alertando que

Quando o carro de lixo não transitar por todas as ruas, pede-se aos prejudicados que comuniquem a Superintendencia.

Sendo este o tempo mais próprio para a limpeza dos quintaes e terrenos, está o carro de lixo a disposição dos interessados, a fim de evitar-se reclamações quando começarem a ser feitas as visitas domiciliares para o saneamento completo da cidade.

Estas visitas serão iniciadas do dia 1 de novembro em diante e são mais que urgentes e necessárias agora, porque ha peste bubônica no Pará e varíola no Pará e em Manaós (JORNAL PARINTINS, 1907, ed.nº11, p. 5).

A separação dos doentes de varíolas já era realizado em 1902. Publicação no Jornal O Tacape assevera que, ao serem diagnosticados, casos de varíolas nas comunidades rurais do Macurany e Parananema, em Parintins, o Superintendente Municipal mandou “[...] promover o isolamento dos variolosos ali existentes, de acordo com as instruções” (JORNAL O TACAPE, 1902, ed. nº 5, p.3).

A varíola que acometia alguns residentes de Parintins vinha, geralmente, do Pará, o que resultou na criação de cordão sanitário para adentrar e inspecionar as embarcações oriundas do estado vizinho. Outra doença que ameaçava a cidade era peste bubônica que grassava em Belém. Para evitar sua entrada, em 1903, embarcações vindas do Pará eram inspecionadas e as casas da cidade de Parintins foram desinfetadas. Para esta finalidade “Foi comprado um estoque de vacinas anti-pestosas e equipamentos para desinfecção [...]” (SCHWEICKARDT, 2009, p. 143).

O Regulamento Sanitário do Estado do Amazonas orientava para que os portadores de impaludismo ou febre amarela fossem, imediatamente, isolados na própria habitação, já os doentes de varíola, deveriam ser transferidos para hospitais de isolamento. Porém, na cidade de Parintins não havia nenhum hospital, tão pouco um destinado a casos

de isolamento, o que leva a crer que alguns diagnosticados com a varíola deveriam ter sido transferidos para Manaus (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1906).

A varíola se propagou pela capital e interior do Amazonas. O Relatório do governador do Estado atesta que Parintins foi assolada por esta moléstia no ano de 1926. Nas palavras do governador, “Em Parintins teve o Sr. Director do Serviço Sanitário fazer o centro de sua ação que se estendeu em diversas direcções, penosa e difficilmente, desenvolvendo grande e efficaz atividade”. O governador assevera ainda que a melhor obra de saneamento são as medidas profiláticas. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1926, p. 122).

A precariedade no saneamento básico, somada a falta de profissionais da área de saúde, potencializava os problemas na saúde pública em Parintins, como se pode constatar em Relatório, de 1917, da Intendência Municipal. Mesmo assim, residências eram visitadas pelo serviço sanitário uma a uma. O Presidente da Intendência Sr. Joaquim Collares, em relatório de prestação de contas à sociedade sobre saúde pública apresentado em 1917 explica que:

Não obstante a impressibilidade em que se acha o Município pela escassez de recursos para manter como seria conveniente um serviço médico de hygiene, que prestando socorro aos indigentes velasse ao mesmo tempo pela saúde pública, fiscalizando a hygiene das habitações, apesar desta falta irreparável conserva-se optimum o estado sanitário de Parintins (LIVRO DAS ATAS INTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS, 1917-1919, p. 2, frente).

Tais fiscalizações, segundo as autoridades sanitárias, possuíam caráter profilático e ocorriam com certa regularidade na cidade de Parintins. A cidade, com certa frequência, era acometida por doenças contagiosas. Casos de malária, em 1911, constavam na mensagem do executivo estadual, que alertava que a moléstia vem “atacando numerosas pessoas, os indigentes em sua maioria” (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1911, p. 115).

Em mensagem proferida no dia 10 de novembro de 1948, o Presidente da Câmara Municipal de Parintins, ao se referir sobre as políticas públicas na área da saúde, também destaca a falta de recursos para atender as necessidades do município e assevera que, apesar das dificuldades dos médicos sanitarista, que prosseguiam escassos, era necessário “[...]que se façam visitas médicas aos lugares onde se denunciem probabilidade do aparecimento de qualquer doença de caráter epidêmico” (LIVROS DAS ATAS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1948-1949, p. 58, verso). Inspeções sanitárias nas casas também ocorriam na zona rural.

Discursos sanitaristas serviram de pretexto para o enquadramento da população às novas configurações sociais, regidas sob a égide do progresso e da modernidade. As palavras do prefeito de Parintins Júlio Belém expressam bem este discurso do papel do governo em difundir os princípios da higiene. “Será também cuidado do governo, difundir a higiene, espalhar os preceitos da grande medicina preventiva, com constantes projetos de sanitaristas [...]” (LIVRO DE ATAS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1951, p. 62, verso).

A medicalização regia normas também sobre a segregação de enfermos. Em Parintins, os casos de lepra, da primeira metade do século XX, eram tratados de acordos com os regulamentos sanitários. Pessoas com suspeita de serem portadoras da hanseníase, em Parintins, deveriam ser isoladas e esperar as vindas periódicas de médicos de Manaus para que estes pudessem examinar e, posteriormente, encaminhar os doentes diagnosticados para os leprosários de Manaus (LIVRO DAS ATAS. CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1947). Em Manaus, continuavam segregados em colônias que os abrigavam.

Ações segregacionistas em relação aos portadores da hanseníase enriquecem o debate sobre o desejo de aformoseamento e higienização da cidade de Parintins e sua medicalização. Temor e ameaça ao processo civilizatório resultavam em medidas de isolamento compulsório dos doentes, enviando o mais urgente possível para o mais distante lugar. A impureza, a sujeira e a feiura ameaçavam o projeto de embelezamento de higienização das urbes.

Os saberes da medicina social, visto como dispositivos de poder, introduziam via mecanismos pedagogizantes, padrões sanitários sobre os indivíduos, que impregnados por preceitos estéticos/científicos se sujeitam ao institucionalizado, sob pena de conviver com o sentimento de culpa, anormalidade, sendo a norma higienista a instituição classificadora.

### **Considerações Finais**

Dado o exposto, a modernidade trouxe consigo a “insuspeita” ciência médica, em particular os médicos-sanitaristas. Como nas grandes cidades, a pequena Parintins recebeu intervenções sanitárias, capitaneadas pela medicina social. A racionalidade médico-higienista e seu poder de intervenção no espaço público e privado tiveram papel

fundamental na tentativa de erradicação de alguns costumes e introdução, via dispositivos de poder, de novas condutas entre a população local.

Ao considerar a formação das subjetivações dos residentes de Parintins em relação ao convívio próximo com os esgotos a céu aberto, é importante analisar como ou em que medida esses processos de tentativas de redefinir as sensibilidades, contribuíram para a concepção dos atuais hábitos de higienização de espaços públicos e privados.

Ao longo do capítulo buscou-se reunir informações que proporcionassem pistas que auxiliassem na compreensão da formação do pensamento sanitário da população parintinense e seus modos de sentir e agir na atualidade frente ao problema secular e indelével do esgoto doméstico nas ruas da cidade.

Os sentimentos, sejam de naturalização ou não, em relação aos esgotos de Parintins, não foram formados no vácuo. Como afirma Rodrigues (1995), nossas ideias são produtos de determinadas condições sociais e, sobretudo, que os conceitos sobre sujeira são construções históricas. Assim, saúde, higiene, doença, sujeira, são concepções forjadas historicamente e que as mudanças das percepções foram lentas e muitas vezes conflituosas.

Em vista dos argumentos apresentados, pode-se afirmar que a medicalização da sociedade, como estratégia biopolítica, participou da constituição dos sujeitos na cidade de Parintins. Por isso, julgou-se necessário, ao longo deste capítulo, identificar a presença da medicina social nos processos de subjetivação dos moradores da ilha Tupinambarana, a partir do início do século XX.

Neste cenário normatizador, percepções sobre limpo e sujo, hábitos sanitários e, por que não arriscar falar, níveis de tolerância olfativa foram, em certa medida, redimensionados, por intermédio da articulação entre poder e saber, binômio que produz o sujeito. No entanto, há dúvidas sobre a eficiência, ao longo do tempo, de tais normas sanitárias diante de suas finalidades, ou seja, higienizar a cidade e costumes de seus moradores.

Após trazer uma discussão acerca das normas que objetivam higienizar a cidade e os costumes de seus moradores a partir do início do século XX, o próximo capítulo tratará sobre a evolução histórica e atual realidade do saneamento básico na cidade de Parintins, buscando identificar principalmente as políticas públicas voltadas para o esgotamento sanitário.

## CAPÍTULO 2

### 2. SANEAMENTO BÁSICO E SAÚDE EM PARINTINS

Este capítulo versa sobre o contexto atual do saneamento básico na cidade de Parintins, descreve e analisa a situação do abastecimento de água, da situação dos resíduos sólidos e, sobretudo, do esgotamento sanitário. Primeiramente, entretanto, é importante enfatizar que, embora o foco da pesquisa seja os modos de subjetivações dos moradores em relação ao esgoto a céu aberto, se optou primeiramente apresentar a situação do saneamento na cidade de Parintins em seu aspecto integral, evitando, assim, o que Rezende e Heller (2008) denominam de fragmentação da visão sobre o saneamento básico no Brasil.

Para realização de tal análise, onde se pretendeu evidenciar o contexto atual do saneamento básico e seus desdobramentos, a pesquisa fez um recuo na história, a partir do século XX, para compreender como ocorreu sua evolução no tempo, uma vez que se acredita que o presente é resultado de uma construção histórica. Neste processo histórico do saneamento, foi importante identificar e analisar as ações na esfera das políticas públicas, bem como entender de que maneira os moradores no seu cotidiano se organizavam para resolver as questões de abastecimento de água e eliminação de resíduos, e dos esgotos domésticos.

Tal conhecimento contribuiu para refletir sobre a conjuntura atual do saneamento, principalmente do esgotamento sanitário na contemporaneidade, além de ajudar a entender os modos de subjetivações dos moradores de Parintins presentes na convivência com o esgoto a céu aberto. Um dos aspectos relevantes que decorre da abordagem sobre o tema saneamento é sua relação com o binômio doença/saúde, bem como a sustentabilidade do meio, tratados também neste estudo.

Por fim, apresentam-se alguns pontos considerados relevantes da legislação federal e municipal que versam sobre o tema em questão. A intenção é mostrar ao leitor o que diz as legislações sobre esgotamento sanitário e as práticas das autoridades do município de Parintins e de seus municípios, estes últimos analisados no capítulo 3.

As fontes documentais utilizadas neste capítulo que versam sobre a evolução histórica do saneamento, foram localizadas nos arquivos da Câmara Municipal de



Parintins e no Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IGHA), além dos livros de Leis, de Atas das sessões, portarias da Câmara Municipal, relatórios da Superintendência de Parintins e do Governo do Estado do Amazonas, do início do século XX.

## **2.1 Saneamento e saúde: definições e situação atual no Brasil**

Saneamento é tão essencial à vida humana, que requer uma análise sistêmica, pois vários elementos interagem na sua composição. Saneamento está vinculado com condutas higiênicas da população, tecnologias disponíveis, políticas públicas, controle social, equilíbrio do meio e saúde ambiental. Acrescente-se a isto o foco do saneamento relacionado a ações de “intervenções físicas do homem no meio, para seu conforto, bem-estar e proteção de sua salubridade, e vão evoluindo à medida que as civilizações tornam-se mais complexas” (REZENDE; HELLER, 2008, p.86).

O conceito de saneamento está fortemente conectado a vida saudável. Para Heller e Rezende (2008), saneamento é “conjunto de iniciativas que visam criar condições adequadas à vida, protegendo a saúde humana, por meio de intervenções no meio ambiente, no sentido de torná-lo produtor de saúde” (Ibid., p. 67).

Todavia a análise da relação entre saneamento e saúde deve ser ampliado, pois incorpora também a temática ambiental, dando conta, assim, de sua complexa dimensão. Sabe-se que saneamento básico é muito importante para o equilíbrio ecossistêmico e para manutenção da saúde (FREITAS; PORTO, 2006). Por outro lado sua precariedade ou total ausência potencializam a proliferação de algumas doenças, e geração de determinados desconfortos. O passado na humanidade foi marcado por epidemias devastadoras, potencializadas, geralmente, pela falta de conhecimento científico sobre a enfermidade e de saneamento básico.

Cidades no interior do Brasil, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, são os lugares mais afetados pela precariedade de oferta de saneamento básico (SNIS, 2014). São as regiões do país que estão mais vulneráveis às doenças de veiculação hídrica, decorrentes da precarização do esgotamento sanitário. A existência de esgotos a céu aberto, bem como a inexistência total de tratamento dos mesmos, repercute direta ou indiretamente sobre a saúde ambiental. Saneamento traz sempre em seu núcleo conceitual a saúde (KRONEMBERGER, 2013).

Rubinger (2008), em seus estudos, destaca mais de dez citações de fontes diversas para demonstrar que a função primordial do saneamento é a promoção da saúde. Saneamento pode ser compreendido como [...] “ramo da salubridade destinado a eliminar os riscos do ambiente natural, sobretudo resultantes da vida em comum, e criar e promover nele as condições ótimas para a saúde” (OPAZO; CORDERO, 1969, p. 1). Neste sentido, saneamento ambiental refere-se à melhoria da qualidade da vida<sup>12</sup> humana e não humana, primando pela manutenção da saúde e equilíbrio ambiental, tornando a cidade apta a ser habitada.

O processo de urbanização crescente gera desequilíbrios ambientais que vão além do espaço urbano. Embora o espaço ocupado no meio urbano seja pequeno, o impacto é gigantesco. Estudos do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2011), estimam que a somatória de área urbana ocupada no mundo seja em torno de 2,8% do total de toda superfície da terra. No entanto, o padrão de consumo e sua consequente geração de resíduos são enormes.

A vida urbana pode incrementar profundos problemas ambientais e esses, por sua vez, afetar a saúde das pessoas e do ambiente. Viver em cidades em condições de vida inadequada como por exemplo com precariedade ao acesso ao saneamento básico, podem trazer fatores de riscos à saúde, incidindo diretamente no bem estar dos indivíduos afetados (GIATI; SOUSA, 2009).

A manutenção da saúde de uma pessoa está ligada, em parte, a carga genética que ela herdou, por outro lado é influenciada grandemente pelo ambiente social e físico na qual ela está inserida e pelas condutas apreendidas no processo de interação social (STARFIELD, 2002). Ainda para o referido autor, pessoas pobres são as mais vulneráveis às doenças, afirmando que quanto maior for a concentração de renda, maior será o impacto sobre a saúde. Em um comunicado nas vésperas da Rio +20, a OMS (Organização Mundial de Saúde), publicado pela revista Exame no dia 19/06/2012, adverte que há relação muito próxima entre saúde e sustentabilidade:

Os que não têm acesso a serviços sanitários se empobrecem porque não podem trabalhar. Os que têm acesso aos serviços se empobrecem porque os custos do tratamento são mais elevados que seu poder aquisitivo (Ibid., p. 26).

---

<sup>12</sup> Qualidade de vida pode ser compreendida como estado de satisfação geral e total do ser humano. Há dois aspectos a serem considerados segundo a autora: “a) El aspecto subjetivo es la sensación de bienestar físico, psicológico y social; b) El aspecto objetivo tiene relación con el bienestar material, las relaciones armónicas con el medio físico y social, y con la comunidad, y la salud objetivamente percebida” (Gómez, 2015p.122).

Assim, as adversidades ambientais refletem na qualidade de vida das pessoas. A OMS define Saúde Ambiental articulando-a exatamente a qualidade de vida incluindo aspectos físicos, químicos, biológicos, além de fatores sociais e psicológicos (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, 1993). O conceito de ambiente já envolve todos esses aspectos relacionados pela OMS, já que a expressão “meio ambiente” é compreendida como “conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (CONAMA, 2002). O Ministério da Saúde do Brasil claramente articula sustentabilidade e qualidade da saúde humana ao discorrer sobre Saúde Ambiental da seguinte maneira:

Área da saúde pública afeta ao conhecimento científico e à formulação de políticas públicas relacionadas à interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determinam, condicionam e influenciam, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano, sob o ponto de vista da sustentabilidade (BRASIL, 2005).

Percebe-se que, por definição, o foco principal da Saúde Ambiental seria melhorar as condições de vida das pessoas para que elas possam ter vidas mais saudáveis, possibilitando acesso à água de boa qualidade, como também a existência de eficiente esgotamento sanitário e coleta de lixo, ou seja, acesso ao saneamento básico.

Giatti (2009), ao escrever sobre a relação entre saúde e ambiente, adverte que ao longo da história teorias foram criadas para tentar explicar as origens das enfermidades, sejam as Teorias Unicausal, como a teoria dos miasmas, ou as teorias Multicausais que sustentam que o processo patológico não depende da particularidade de apenas um vetor da doença. Deve-se considerar, no entanto, uma gama de fatores que corroboram para o desencadeamento da doença. Segundo o autor, a doença é resultado de um processo sinérgico de fatores “políticos, econômicos, sociais, culturais, psicológicos, genéticos, biológicos, físicos e químicos” (Ibid., 2009, p.14). Cada elemento citado traria uma parcela de contribuição para o desencadeamento de doenças. A discussão sobre saneamento básico contém muitos dos fatores acima citados. É possível, dentro desse posicionalmente sinérgico, investigá-lo de forma interdisciplinar, em função de sua complexidade socioambiental

Milhares de pessoas são submetidas a riscos ambientais em pleno século XXI, são injustiçadas, estando mais vulneráveis a doenças. Ascerald *et al.* (2009), consideram que a vulnerabilidade e o adoecimento podem ser considerados como Injustiça Ambiental.

Freitas e Porto (2006, p. 88), referem-se a “zonas de sacrifícios”, como áreas de maiores incidências de riscos à saúde, geralmente situadas na periferia das cidades onde habitam seres humanos que são “obrigados” a morar, potencializadas entre outras coisas pela precariedade de saneamento básico. Para os referidos pesquisadores

Em contextos marcados por desigualdade sociais, grande parte dos problemas de saúde pública de um país ou região pode ser compreendida em última instância, como problemas de injustiça ambiental” (FREITAS; PORTO, 2006).

O relatório denominado “Esgotamento Sanitário Inadequado e Impactos na Saúde da População”, publicado pelo Instituto Trata Brasil e organizado por Denise Kronemberger (2013), revela que a capital do estado do Amazonas possui um dos maiores índices de internação por diarreia relacionada à ausência de saneamento básico. Segundo tal relatório, Manaus estava entre as 10 piores cidades em taxa de crianças internadas por diarreia, em 2011; E ainda que o Brasil gasta uma fortuna em recursos para cuidar de doenças geradas por ambientes insalubres. Somente em 2012, no Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) teve gasto na ordem de R\$ 140 milhões (KRONEMBERGER, 2013).

Dados cedidos pela Gerencia de Vigilância Epidemiológica do município de Parintins, revelam que em 2014 foram diagnosticados 8.407 casos de diarreia. Em comparação com anos anteriores em 2012 foram notificados 4.205, já no ano de 2013 foram registradas 5.041 ocorrências. Diante destes números percebe-se que os casos de diarreia quase dobraram na cidade de Parintins entre 2012 e 2014 (PREFEITURA DE PARINTINS, 2014).

Estudo intitulado “Análise espacial de indicadores integrados determinantes da mortalidade por diarreia aguda em crianças menores de 1 ano em regiões geográficas”, organizado pela pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) Sandra Hacon (2014), atesta que as Regiões Norte e Nordeste concentram maior número de óbitos entre crianças entre 0 e 1 ano de idade. Tal constatação seria reflexo das precárias condições de higiene a que são submetidas milhões de pessoas nessas regiões, que possuem sérios problemas de esgoto a céu aberto e precarização na coleta de lixo. Para a pesquisadora, tais resultados demonstram também as profundas iniquidades em saúde entre as regiões brasileiras.

A existência de saneamento não extinguiria as infecções gastrintestinais, como a diarreia, por exemplo, mas poderia reduzir sua incidência de forma significativa. Seriam avanços ocasionados pela universalização do acesso ao saneamento básico. O relatório

intitulado “Benefícios econômicos da expansão do saneamento”, publicado pelo Instituto Trata Brasil, o custo da universalização no país, em valores calculados em dezembro de 2013, está estimado em R\$ 313,2 bilhões. Para o estado do Amazonas, que possui 428.681 residências sem acesso a água e 874.331 sem acesso ao esgoto, o custo gira em torno de R\$ 5,850 bilhões de reais (TRATA BRASIL, 2014).

Além de impacto na saúde da população, a falta de saneamento adequado<sup>13</sup> reverbera também sobre a educação e a economia local. No aspecto econômico o relatório faz menção ao afastamento do trabalho por pessoas acometidas de diarreia, acarretando perdas para empresas e governo. Em 2012, estima-se, por exemplo, que foram gastos, aproximadamente, R\$ 1,112 bilhões em horas pagas, mas não trabalhadas de fato, ou seja, pago a trabalhadores acometidos de diarreia ou vômito. Por outro lado, o acesso universalizado ao saneamento implicaria no aumento de produtividade e renda do trabalhador brasileiro, com uma elevação de cerca 6,1% (Ibid.).

No caso da educação, o relatório “Benefícios econômicos da expansão do saneamento”, argumenta que a precariedade do saneamento pode impactar sobre o desempenho dos estudantes. O relatório se apoia nos dados do Programa Nacional de Amostra Domiciliares (PNAD-2012), onde a análise estatística aponta que estudantes que vivem em regiões sem coleta de esgoto possuem uma distorção idade/série maior do que os alunos que moram em locais com acesso a coleta de esgoto (TRATA BRASIL, CEBDS, 2014). O relatório lembra também o impacto negativo que a falta de saneamento adequado pode fazer sobre a atividade do turismo, afastando o turista de lugares que apresentam problema de abastecimento de água ou esgotamento sanitário. Soma-se a isto o fato da falta ou precarização do saneamento contribuir para a desvalorização imobiliária.

A falta de conhecimento sobre o impacto da ausência de esgotamento sanitário sobre a saúde, no passado, ceifou milhões de vidas. Na atualidade existe conhecimento tecnocientífico, mas as políticas públicas brasileiras neste setor são ineficientes, resultado de descaso histórico das autoridades sobre o tema saneamento básico. Parintins é uma das muitas cidades brasileiras que padecem de iniciativas para resolver definitivamente o problema da ausência de rede coletora e tratamento de esgoto, o que tem criado impactos

---

<sup>13</sup> Saneamento adequado pode ser compreendido como “Acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto, e lixo coletado direta ou indiretamente” (IBGE, 2014, p. 202).

negativos na saúde de seus moradores, e gerado níveis de poluição, ainda não devidamente estudados, no meio hídrico que circunda a ilha de Tupinambarana.

### **2.1.1 Saneamento básico na cidade de Parintins**

Ao longo de sua história, Parintins apresenta um crescimento populacional gradativo e contínuo. Em 1861, segundo Bintencourt (1920), contava com apenas 4.560 habitantes, já a população do Município em 2015 pelas estimativas do IBGE é de 115 mil habitantes.

O crescimento da cidade foi, aos poucos, impondo problemas de toda ordem, entre eles o de saneamento básico, típico de aglomerações urbanas. Esse processo de urbanização desordenado tem provocado alterações negativas sobre o ambiente terrestre, em função dos resíduos sólidos lançados nesse ambiente. Além de impactar o ambiente aquático com o despejo de milhões de metros cúbicos de águas servidas diariamente.

A cidade cresceu, mas não houve acompanhamento de serviços de saneamento básico, quanto ao lançamento de esgoto doméstico e sua disposição final inadequada. Para Souza (2013), a pressão antrópica sobre Parintins só aumenta, resultado de ocupações desordenadas, inclusive em área de preservação ambiental e permanente. Derrubadas de áreas verdes para instalação de residências são constantes e, com elas, mais produção de águas residuárias, lançadas a céu aberto no espaço público, solução colonial para desfazer de um incômodo doméstico, uma vez que a poluição hídrica é um dos fatores que atesta a qualidade de vida das pessoas.

Os efeitos negativos da falta ou precariedade de esgotamento sanitário materializa-se na proliferação de doenças provocadas pela veiculação hídrica, impactando, de forma negativa, na economia local, quando se observa a desvalorização dos imóveis localizados em áreas afetadas e nas atividades ligadas ao turismo, sendo Parintins uma cidade conhecida nacionalmente pelo seu festival folclórico, que atrai milhares de pessoas todos os anos. O município, aos longos dos anos, tem experimentado os efeitos deletérios do esgoto a céu aberto nas ruas da cidade.

Soluções sanitárias, que antes eram consideradas adequadas à realidade de Parintins, passam com tempo a exigir novas readequações. A cidade, edificada na ilha de Tupinambarana, provavelmente não tinha grandes problemas em relação ao abastecimento de água, disposição final dos resíduos sólidos e hídricos, enquanto sua

população era diminuta, por outro lado, atualmente, experimenta problemas sérios de saneamento básico (ARCHANJO *et al.*, 2015).

As fontes analisadas revelaram fatos do passado sobre o saneamento básico em Parintins, permitindo perceber que as mudanças ocorridas não foram naturais, mas determinadas por um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, muitas vezes alheios aos interesses da população local, que, em geral, não se portou de modo indiferente ao instituído, reagindo de diferentes formas em relações às normas de higienização urbana (Ibid.).

Historiar o saneamento joga luzes sobre a compreensão do porquê da situação contemporânea. Documentos utilizados, como fontes históricas, são trazidos para o contexto da discussão, assim dando-lhes vida e respondendo perguntas inquiridas pelo pesquisador, constituindo fonte riquíssima de informações.

Partindo deste raciocínio, compreende-se que “[...] o documento não é um documento em si, mas um diálogo claro entre o presente e o documento” (KARNAL; TATSCH, 2011, p. 12). Fatos do passado podem ajudar a dimensionar o que há por trás desse inquietante convívio entre pessoas e esgotos a céu aberto em Parintins. Desta forma, justifica-se a importância de historiar o saneamento básico de Parintins.

As sessões seguintes recuam ao passado para melhor compreender a atual situação do saneamento básico em Parintins. Com o objetivo de proporcionar uma visão integrada do contexto sanitário contemporâneo parintinense, optou-se por trazer ao debate, como eixos estruturantes do saneamento o esgotamento sanitário, os resíduos sólidos e abastecimento de água na cidade.

## **2.2. Esgotamento Sanitário**

O Brasil tem dívida histórica para com seus cidadãos, principalmente com as classes menos privilegiadas, quando o assunto é saneamento básico. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINIS, 2013), a coleta de esgoto contempla apenas 48,6% da população brasileira e somente 39 % do esgoto produzido possui algum tipo de tratamento.

Segundo o Ranking do Saneamento Básico do Instituto Trata Brasil de 2015, no norte do Brasil, 82% do esgoto gerado não é tratado, o pior índice entre as regiões. A condição de esgotamento sanitário do estado do Amazonas é muito problemática. Dados contidos na Síntese de Indicadores Sociais (SIS), publicado em 2014, do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que 90,7% dos domicílios no estado do Amazonas não possuem esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2014).

O estado do Amazonas se encaixa nesta realidade de precariedade no esgotamento sanitário, onde todos seus municípios vivem esse desafio. Mas o saneamento da Amazônia sempre foi considerado pelos governos das três esferas uma tarefa de enormes proporções e ao julgar pela manutenção da precariedade, nunca levada de fato a seus termos. Muito embora o saneamento da Amazônia já era objeto da agenda de políticas públicas nas primeiras décadas do século passado.

Neste momento, faz-se relevante uma breve discussão sobre projetos que visavam sanear a Amazônia na primeira metade do século XX, sob a justificativa de torná-la habitada e habitável incentivando a ocupação desta imensa região, Pretende-se, com isto, evidenciar que médicos sanitaristas asseveram que umas das medidas profiláticas no combate à malária, era a execução de obras de esgotamento sanitário.

Esperava-se do poder público, ações de grande envergadura voltadas para implantação de obras de esgotamento sanitário para sanear a Amazônia, o que de fato não aconteceu. Se as políticas públicas, capitaneadas pela autoridade federal penetraram na Amazônia, qual o seu legado para o saneamento básico na cidade de Parintins?

Médicos sanitaristas, na primeira década do século XX, sustentavam que o Brasil era um país com pessoas desassistidas, doentes e que o Governo Federal deveria assumir a atribuição, por ser o ente mais rico entre as três esferas, de colocar em marcha ações voltadas para o saneamento rural e a promoção da saúde pública de forma equitativa (HOCHMAN, 2005).

Essa situação de abandono e precariedade da saúde pública havia se agravado com a promulgação da primeira Constituição Republicana de 1891. De orientação liberal, a Constituição estava consolidada em torno de princípios como o da descentralização, autonomia política e econômica, fato que retirou, na prática, responsabilidade do Governo Federal, por exemplo, no auxílio de implementações das ações na área da saúde pública, situação que só aumentou as desigualdades regionais (HOCHMAN, 2005).

É importante destacar que, na Constituição Republicana de 1891, a saúde não é tratada como “[...] uma área específica, tanto que os recursos a elas destinados encontram-se englobados em ‘socorros públicos’, mostrando seu caráter ainda filantrópico e emergencial” (LYDA, 1994, p. 34). Estes recursos, assim, possuíam conotação de ações de caridade, sob a bandeira das políticas clientelistas. Em Parintins, é recorrente nos orçamentos, nas primeiras décadas do século XX, os termos *socorros públicos e auxílio*



*e medicamentos a indigentes*, também de caráter aparentemente beneficente (LIVRO DE ATAS, 1919 – 1927).

Mesmo diante de um quadro de alta mortalidade, Lyda (1994) argumenta que doenças eram tratadas a nível privado, seja por entidades filantrópicas, por famílias ou ainda por meio de ajudas (socorros) públicas, tudo ocorrendo fora do âmbito governamental. Estados mais pobres eram os que mais sofriam com a precarização da saúde.

No entanto, mesmo com o diagnóstico do “Brasil doente”, parlamentares responsáveis pela saúde pública, resistiam aos apelos da ciência médica de que, para mudar esse quadro de abandono, seria necessária a centralização das políticas públicas na área da saúde. Um evento sanitário histórico, porém mudou as relações de forças. A gripe espanhola que assolou o país em 1918, inclusive em Manaus, foi devastadora e demonstrou a falta de capacidade dos estados em combater epidemias, seja por falta de dinheiro ou por falta de pessoal capacitado (REZENDE; HELLER, 2008).

São Paulo era o único estado brasileiro que dispunha de recursos técnicos e financeiros, por outro lado, se sentia ameaçado pelos demais membros da federação mais pobres, em função da possibilidade constante de propagação epidêmica. Sob os efeitos dos resultados catastróficos da gripe espanhola, o Governo Federal criou, em 1919, o Serviço de Profilaxia Rural, que possibilitou aos estados celebrarem convênio para auxiliá-los na execução de políticas sanitárias (Ibid.). Se as grandes cidades brasileiras sofriam com a proliferação de doenças, imagina-se a situação do interior do país.

A importância de sanear o interior do Brasil foi influenciada por três eventos. O primeiro, foi a ressonância do discurso de Miguel Pereira, em 1916, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, quando em sua oratória afirmou que “o Brasil é um grande hospital”, referindo-se principalmente a situação de enfermidade e abandono da população em quase todo o país, culpa de governantes despreocupados com a saúde pública. O segundo, foi a repercussão, em 1916, dos dados apresentados pela expedição dirigida por Belisário Penna e Arthur Neiva às regiões nordeste e centro-oeste do Brasil, onde mais uma vez se colocava a doença no centro do debate nacional. O terceiro evento foi a repercussão de artigos do Dr. Belisário Penna, representante maior da Liga Pró-Saneamento, como também as próprias ações pelo saneamento capitaneada por esta entidade. A Liga Pró-Saneamento foi fundada em 1918 sob o ideário de saneamento das áreas rurais do país, medida fundamental para o desenvolvimento econômico (HOCHMAN, 2005).

Para o movimento sanitarista brasileiro as precárias condições de saúde e o abandono das autoridades, seriam os responsáveis pelo atraso do país, já que os trabalhadores se tornavam improdutivos e não o clima ou forte miscigenação dos brasileiros, como defendiam alguns teóricos, reforçando o discurso da ciência médica como redentora capaz de conduzir o país ao desenvolvimento e a modernização (HOCHMAN, 1998).

A Amazônia era um desses rincões onde o abandono, a fome e as doenças resultavam em atraso, ideia esta defendida, entre outros sanitaristas, por Oswaldo Cruz, que adquiriu conhecimentos sobre a Região por meio de suas incursões pelo Vale Amazônico.

Entre 1912 e 1913 uma expedição organizada por Oswaldo Cruz à Amazônia e chefiada por Carlos Chagas, percorre os rios Solimões, Taruacá, Purus, Acre, Iaco, Negro e Branco Afrânio Peixoto. A expedição foi resultado de acordo firmado com a Superintendência de Defesa da Borracha, objetivando estudar medidas profiláticas para Amazônia. Doenças como a malária dizimavam muitos trabalhadores envolvidos da cadeia produtiva da borracha, criando um empecilho para o desenvolvimento do setor gomífero (BATISTA, 1972). Tal expedição tem afinidade com a temática esgotamento sanitário, já que a viagem a hinterlândia amazônica nas primeiras décadas do século XX, revelou um retrato de uma região quase totalmente desprovida de saneamento e desassistida pelo poder público.

Oswaldo Cruz, em 1913, com autoridade de quem conhecia as moléstias que assolavam a Amazônia, asseverou que “É contra o impaludismo que se deve desde já e quanto antes qualquer esforço tendente a sanear o vale do Amazonas”. Cruz defende, entre outras medidas, a profilaxia defensiva com vigilância dos postos sanitários sobre o agrupamento das habitações, locais de futuros povoados ou cidade, onde deveria haver especial atenção para construção de destinação correta para as matérias fecais, drenagem do solo e abastecimento de água (CRUZ, 1913, p. 151).

Em trabalho intitulado “Notas sobre a epidemiologia do Amazonas”, publicado em 1913, Carlos Chagas chamava a atenção que a beleza e grandiosa Amazônia, contrastava com a noção que se tinha da região como território doente e inabitável em face de seu alto grau de insalubridade, onde “[...] a dificuldade de viver só encontra medida na facilidade de morrer [...]. Neste cenário de morbidade, caberia à ciência médica, por meio de pesquisa e instrumentos modernos, o papel de reverter esse quadro aterrador” (CHAGAS, 1972, p. 160).

A ciência já possuía conhecimentos suficientes para minimizar os números de infectados, principalmente por meio de regras profiláticas. Chagas arrisca em afirmar que, exceto os habitantes das cidades mais povoadas, a população na Amazônia, em sua totalidade, estava infectada pela malária. Carlos Chagas também chamava atenção que, por se tratar de Amazônia, o Governo Federal deveria dispor de muito empenho e recursos financeiros para investir na região (Ibid.).

Para o Dr. Afrânio Peixoto, não havia uma regra única de combate ao impaludismo, “[...] pois as campanhas antipalúdicas não são as mesmas por toda a parte [...]”, mas há três regras de profilaxia que possuem aplicação geral, são elas: a) obras hidráulicas; b) proteção individual contra o mosquito transmissor e c) proteger as habitações com telas de proteção nas janelas. Além disso, Chagas já havia defendido a distribuição em grande escala de quinina nas áreas endêmicas, fossem elas nos seringais, vilas ou cidades (PEIXOTO, 1972, p. 192).

Ainda de acordo como Peixoto, obras hidráulicas de drenagem se faziam necessárias, pois é nos ambientes aquáticos que o mosquito da malária procria. Desta forma, uma das medidas fundamentais de profilaxia eram obras de escoamento de valas, poços e canais para lugares distantes. Esse escoamento era um dos desafios para os sanitaristas, uma vez que a Amazônia é uma região cercada por uma quantidade incalculável de água, mas que diante da civilização a malária há de recuar (Ibid.).

No estado do Amazonas, o sentimento de região desabitada e adoentada, também chamou a atenção das autoridades locais. Foi criado, em 1920, o Serviço de Profilaxia Rural do Amazonas, tendo a frente o Sr. Samuel Uchôa. O principal objetivo deste serviço era o saneamento do estado do Amazonas voltado também para a promoção da saúde, seja na capital ou no interior. Para Uchôa, o interior do Amazonas era considerado doente, em função, principalmente, da precariedade em que viviam as pessoas (NEVES, 2008).

A riqueza trazida pela borracha trouxe melhorias sanitárias somente para a capital do Estado, ficando o interior do Amazonas esquecido. Manaus foi aformoseada recebendo obras de saneamento e de infraestrutura. Esta situação só agrava a situação de abandono dos demais municípios amazonenses, pois, “O investimento em saúde e saneamento ficou quase que restrito à capital, deixando o interior nas mãos dos patrões e dos coronéis de barranco” (SCHWEICKARDT, 2009, p. 289).

Na opinião do cientista social Júlio Schweickardt (2009, p. 289), “O Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural representou uma mudança de postura, em relação à Região, produzindo uma revolução na aplicação de uma política de saúde pública”.

Mesmo com algumas dificuldades financeiras conseguiu alcançar todo o estado do Amazonas. Postos itinerantes foram criados em outras calhas de rios no interior amazonense. No caso de Parintins foi instalado o posto “Carneiro Mendonça”, com o objetivos de combater epidemias como, por exemplo, a varíola (Ibid.).

Segundo relatório da Superintendência Municipal de Parintins, de 1923, a principal doença diagnosticada entre as pessoas que procuravam tratamento em seu posto de profilaxia rural, era verminose, atingindo 90% da população que labutava em atividades agrícolas. Tal enfermidade é agravada diante do saneamento precário. Na época da instalação do posto na cidade, o diretor do Serviço de Profilaxia do Amazonas era o Sr. Samuel Uchôa (SUPERINTENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, 1923).

Além da verminose, Parintins também era assolada pela malária. Em mensagem do governador interventor do Amazonas Álvaro Botelho, em 1937, Parintins está entre os municípios atingidos pelo impaludismo. Segundo dados dos Postos Itinerantes enviados para Parintins, no município, em 1936, só a malária acometeu 3.309 pessoas, o que equivale afirmar que a cada quatro moradores um havia contraído a doença (GOVERNO DO AMAZONAS, 1937). Era preciso mais do que retórica para combater o impaludismo Amazônico.

Em 1940, durante o governo de Vargas, entra em cena o Plano de Saneamento da Amazônia, que tinha como foco principal o combate à malária na região, enfermidade compreendida como tributária para o despovoamento e atraso da Região. Para esta finalidade foi criada a Comissão de Saneamento da Amazônia. Para a Comissão, a palavra saneamento relaciona-se às ações voltadas para a melhoria das condições de vida e de saúde dos amazônicas, e tais ações podem ser divididas em:

- 1) medidas visando o beneficiamento do meio, e atinentes em especial a serviços de abastecimento de água e remoção de dejetos (tarefa de saneamento propriamente dito) e
- 2) medidas de proteção de vida e da saúde a serem empreendidas por organizações sanitárias e de assistência médica (higiene, medicina preventiva, cuidado com os doentes) (BARRETO *et al.*, dez. 1941, p.191).

Era de entendimento da Comissão que sem as obras de saneamento básico, incluindo, abastecimento de água e esgotamento sanitário, a promoção da saúde pública seria imperfeita. Cidades na Amazônia com população acima de 2.000 habitantes deveriam, urgentemente, receber obras de saneamento básico, sem o qual não era possível

a instalação de qualquer serviço de saúde pública de qualidade (ANDRADE; HOCHMAN, 2007). Mais uma vez sanitaristas apelam ao poder público para que executem obras de esgotamento sanitário para Amazônia, em função da precariedade sanitária de cidades desta região.

Foi neste contexto que foi criado, em 1942, o Sistema Especial de Saúde Pública - SESP, um dos resultados dos Acordos de Washington<sup>14</sup>, entre Brasil e Estados Unidos. O objetivo principal do SESP era o combate à malária, contribuindo para o incremento da produção de borracha na Amazônia. Por falta de recursos o Plano de Saneamento da Amazônia não foi adiante, sendo entregue ao SESP a dura missão de sanear a Região (ANDRADE; HOCHMAN, 2007).

Em Parintins, a água chegou às torneiras públicas em 1946, por intermédio do SESP, que também instalou uma Unidade de Saúde na cidade, entretanto o esgotamento sanitário nunca chegou. Dados atestam que entre 1942 a 1971, apenas 6 localidades no estado do Amazonas foram beneficiadas com rede de esgoto, por outro lado, 454 cidades receberam obras de abastecimento de água (MS; FSESP, 1973). De forma resumida, o principal legado deixado pelos projetos de saneamento da Amazônia na primeira metade do século XX na cidade de Parintins, foram as obras de abastecimento de água e o hospital construído e mantido pelo SESP.

Sanear a Amazônia para o movimento sanitarista era incorporá-la no caminho da civilização, tornando-a economicamente produtiva e habitável. Lugares insalubres, além de ameaçadores, seriam espaços fadados ao atraso econômico. O plano de saneamento da Amazônia integraria esta região aos “melhores padrões de civilização brasileira” (REIS, 1972).

Nessa acepção, saneamento e civilidade complementam-se, alinhavados ao ideário progressista republicano. Cidades deveriam ser os lócus da modernidade e do progresso, binômio concretizável por meio da higidez da mão de obra e do ambiente (DIAS, 2007. MESQUITA, 2009. HERSCHMANN; PEREIRA, 1994).

Cidades que tinha a pretensão de se converterem em lugares assépticos e salubres, qualidades imprescindíveis para atestar o grau de civilidade urbana, deveriam seguir as

---

<sup>14</sup> Os chamados Acordos de Washington foram acordos econômicos e militares assinados entre Brasil e Estados Unidos no período da Segunda Guerra Mundial. “Entre as cláusulas, existia uma que previa o combate às doenças que grassavam na região amazônica, que neste contexto de guerra tornara-se estratégica para a produção de borracha para a fabricação de manufaturados” (ANDRADE, 2007, p.10).

cartilhas médicas-sanitárias. A ciência sanitária avalizava a importância de higienizar as urbes para que estas se enquadrassem nos princípios de civilidade (Ibid.).

O sujo, o mau odor e as doenças deveriam ser combatidos por meio de medidas profiláticas, como, por exemplo, a higienização dos espaços públicos e privados, inventando-se a utópica cidade inodora. Mas para desodorizá-la e torná-la hígida, é imperioso que exista também um eficiente sistema de esgotamento sanitário, obras que nunca chegaram a hinterlândia Amazônica.

### **2.2.1 Esgotamento sanitário e sua legislação**

Como visto em seções anteriores, as precariedades do sistema de esgotamento sanitário no Brasil possuem, além de implicações sociais, principalmente na saúde humana, também influxos negativos nos ecossistemas. A legislação ambiental (Lei 11.445 e Decreto 7.217, ambos de 2007) estabelece prazos para a democratização ao acesso ao saneamento básico no Brasil, deixando para trás séculos de imobilismo do poder público neste setor.

No Brasil, os marcos regulatórios que tratam sobre saneamento básico sofrem os mesmos problemas de outras legislações: não há garantias efetivas da aplicação das mesmas. O município de Parintins possui seu arcabouço legal que versa sobre o tema, presentes em Códigos de Posturas, Códigos Ambientais e Plano Diretor da Cidade.

A Constituição Federal do Brasil, em seu capítulo VI, trata especificamente da questão ambiental e estabelece em seu Artigo 25 que

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sua qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

Embora a Constituição Federal não mencione diretamente neste importante artigo o saneamento básico, este se insere por estar intimamente relacionado com a manutenção do equilíbrio ambiental e da qualidade de vida dos seres vivos. Como assegura Rezende e Heller (2008), saneamento de qualidade reverbera em manutenção da saúde humana e equilíbrio ecológico.

O Brasil possui um marco regulatório estabelecido pela Lei 11.445/2007, que para muitos especialistas no assunto é quase perfeito, mas sua implementação é ainda um desafio. A Lei n.º 11.445/2007 vem cumprir o dispositivo Constitucional, estabelecendo

diretrizes de âmbito nacional para o saneamento. Pela referida lei, o saneamento básico foi definido como o “conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais” relativos aos processos de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas”. Em seu artigo 2º, descreve os princípios elementares para o saneamento básico, dentre eles se destaca o importante aspecto da universalização do acesso ao saneamento básico.

Nesse sentido, vale ressaltar que é de igual importância o combate a erradicação da pobreza e promoção da saúde pública e qualidade de vida. O grande desafio é sem dúvida universalizar o acesso ao saneamento básico em todo país, efetivando os direitos de milhões de brasileiros a uma boa qualidade de vida. O saneamento é dicotomizado entre ricos e pobres, entre possuidores de ações básicas como água e esgoto e o que estão à margem, os excluídos, aqueles que o bem mais elementar para sobrevivência ainda é precariamente oferecido. São os favelados, os que vivem nas áreas rurais, os que habitam os Estados mais pobres, os submetidos ao descaso (REZENDE; HELLER, 2008).

A Lei n.º 11.445/2007, além de estabelecer as diretrizes para o saneamento básico, determina a criação do Plano Nacional de Saneamento Básico-PLANSAB, que foi aprovado e publicado no Diário da União no dia 06 de Dezembro de 2013. O PLANSAB prevê investimento de 508 bilhões de reais, entre 2013 e 2033, para a execução de ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de água pluvial. Prazo este em que o acesso ao saneamento básico seria universalizado no país.

É importante destacar que o Decreto Nº 7.217/2010, determinou que todos os municípios brasileiros criassem seus Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). O PMSB deve contemplar planejamento de ações para o abastecimento de água, resíduos sólidos e esgotamento sanitário. Sem o Plano os municípios não estão adimplentes para receber recursos públicos para o saneamento básico. O novo prazo estabelecido para entrega do PMSB é dezembro de 2015. Constatou-se que, até o momento, o município de Parintins ainda não elaborou o seu plano de saneamento básico.

Ainda em âmbito Federal, merece destaque a Resolução nº 430 de 13 de maio de 2011, do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), além de proibir as práticas do despejo de esgoto a céu aberto, também adverte no artigo que reza sobre padrões de tratamento, que os centros de saúde devem dar aos efluentes tratamento especial antes de serem lançados para sua disposição final adequada.

Na esfera municipal, seguindo a determinação da Resolução N° 430 do CONAMA, o atual Código de Posturas de Parintins em seu Capítulo II, Seção I, no seu Art. 7º, parágrafo VII, determina que é vedado “destinar ou arremessar substâncias líquidas ou sólidas para as vias e logradouros públicos”. Já, no Capítulo IV, que trata do Sistema Hidro Sanitário, estabelece que:

Art. 47. É vedado:

- I. comprometer a limpeza das águas destinadas ao consumo;
- II. lançamento de esgoto a céu aberto ou na rede de águas pluviais;

Há, como já foi dito reiterada vezes, a existência de lançamento na cidade do esgoto doméstico e/ou comercial em vias públicas. Isso é facilmente constatável pelo volume exposto nas sarjetas da cidade. Isto evidencia que as águas servidas das residências e comércios, quando não descartadas em fossas, são lançadas na sarjeta até serem captadas por bueiros pluviais e lançadas diretamente no meio aquático. Diante disso, infere-se que todo esse conjunto de normas não é respeitado por muitos moradores, mas também pelo poder público parintinense.

Em 2006, foi instituído o atual Código Ambiental de Parintins, por meio da Lei Complementar n° 003. Em relação ao esgotamento sanitário, o Código atual estabelece como inflação que varia de grave á gravíssima:

- lançar quaisquer efluentes líquidos, em águas superficiais ou subterrâneas, diretamente ou através de quaisquer meios de lançamento, incluindo redes de coleta e emissários, em desacordo com os padrões fixados e que coloquem em risco à saúde, à flora, à fauna, ou provoquem danos sensíveis ao meio ambiente ou aos materiais;
- lançar esgotos “In Natura” em corpos d’água ou na rede de drenagem pluvial, provenientes de edificações com até 10 pessoas (Ibid.).

No Plano Diretor de Parintins, regulamentado pela Lei Municipal n° 09 de 1996, preconiza a necessidade de um plano de coleta de esgoto para cidade. Destaca-se o art.42 que prevê a implantação e construção de uma estação de tratamento de efluentes domésticos e industriais.

A cidade de Parintins, a exemplo de diversas cidades brasileiras, possui um arcabouço legal, mas na prática são “letras mortas”, pois o próprio poder público municipal é um dos poluidores do ecossistema da ilha, além de ser conivente com as ilegalidades. Não há cumprimento da legislação federal em vigor, embora ela esteja presente em todas as normatizações oriunda de Leis, Decretos e Códigos do município.



Como exemplo, milhares de residências e comércios despejam seus esgotos em via pública.

Leis que não são cumpridas, cidade suja e na escuridão. Essa era situação de Parintins em 1903. O jornal O Tacape por meio de seus redatores Henrique de Souza e Furtado Belém, criticam o imobilismo da gestão municipal. Ressaltam que “[...] a fiscalização é frouxa, o Código de Posturas é letra morta [...]”. Como se pode observar, a não observância da legislação é problema bem antigo em Parintins (JORNAL O TACAPE, 1903, ed. n° 46, p. 4)

### 2.2.2 Esgotamento sanitário na história da cidade de Parintins

Cidades higienizadas, civilizadas e embelezadas foram idealizadas na Europa e seus princípios tiveram larga aceitação entre as classes econômicas mais favorecidas no Brasil, inclusive as de Manaus (DIAS, 2007). Parintins também recebe, em certa medida, influxos deste padrão de cidade asséptica do início do séc. XX.

Porém, em que pese o desejo de ser moderna, Parintins desde sua fundação não possui sistema de tratamento de esgoto e grande parte das águas servidas são lançadas nas ruas da cidade, a céu aberto, e, posteriormente, lançados sem tratamento no meio hídrico do entorno da ilha.

Higienizar e desodorizar o espaço público se tornava ainda mais desafiador em função da ausência de rede de abastecimento de água na cidade de Parintins. Dados sobre esgotos em Parintins são raros e imprecisos (ARCHANJO *et al.*, 2015). Nos orçamentos públicos, pesquisados entre os anos de 1916 e 1937, somente na dotação de 1925 faz referência ao gasto com saneamento e profilaxia. Portaria relacionada ao esgotamento sanitário é datada de 1912 e faz menção ao pagamento pelo aluguel de latas de esgotos fornecido por um cidadão.

O Superintendente do Município, determina ao Sr. Fiscal-Financeiro que pague ao Sr. Adolpho Manoel Olímpio a importância de cento e cinquenta mil réis, proveniente da alocação de vinte e duas(22) latas de exgotto e do fornecimento e colocação de vinte e duas (22) dúzias de itaúba para proteger as latas e facilitar o exgotto (LIVRO DAS PORTARIAS, 1909 a 1918, p.49, frente).

Não há fontes disponíveis que esclareçam quais as finalidades das latas de esgotos, nem se haviam pessoas encarregadas pela municipalidade de esvaziá-las, nem os locais onde as mesmas eram despejadas. O saneamento básico foi tema de matéria do

Jornal Parintins, edição do dia 6 de outubro de 1907, assinada por Arnaldo Paes de d'Andrade. Acredita-se ser importante a descrição de parte do conteúdo escrito, para compreender a realidade do saneamento básico de Parintins no início do século XX.

Em todas as cidades do mundo onde o progresso tem penetrado com mais ou menos intensidade, o problema do exgoto, se se prende imediatamente ao da luz e ao da água.

Na nossa bella capital só agora se está estabelecendo a rêde de exgotos como mister urgente e imprescindível.

Nos pequenos nucleos povoados, porem, só existe a má iluminação, que é iluminada nos dias de luar. Não se tem cuidado nem do problema do exgoto nem da canalização d'água.

Para certas cidades como Parintins, por exemplo, onde os recursos são exíguos, devia-se cogitar, para eles, de uma solução econômica.

[...] Actualmente o systema aqui empregado das fossas simples é o mais rudimentar possível, dando lugar a infecções do subsolo e seus consequentes inconvenientes.

As fossas bacteriológicas fariam eliminar todas essas desvantagens, saneando por completo, sob este ponto de vista as habitações de nossa bella Parintins.

[...] Após o estabelecimento da água e luz, ou antes mesmo desses importantes serviços serem realizados, conviria fazer uma experiência do systema das fossas bacteriológicas, que estou certo, viriam resolver o inadiável problema do exgoto (D'ANDRADE, 1907, p. 2).

Esta é a única fonte escrita encontrada durante o processo de investigação, que revela o tipo de destinação precária dada aos dejetos humanos na cidade de Parintins. Fossas secas e rudimentares eram cavadas nos quintais das residências. Como não havia abastecimento domiciliar de água, a fossa seca era o mecanismo mais adequado para a disposição final dos excrementos humanos.

A questão é compreender como, sem água encanada na cidade de Parintins até meados do século XX, era feita a expulsão das imundícies das residências, pois, como Corbin (1987) assinala, cidade limpa é aquela que escoar os líquidos nauseabundos para longe e de maneira eficiente.

Desde a descoberta de Harvey, o modelo da circulação sanguínea induz, numa perspectiva organicista, o imperativo do movimento do ar, da água, dos produtos. O contrário do insalubre é o movimento. [...] A virtude dada ao movimento incita às canalizações e à expulsão da imundície; justifica a importância dada à queda d'água das construções (CORBIN, 1987, p. 122).

Água, ao mesmo tempo, que é essencial para as medidas profiláticas, poderia ser tornar, após seu uso, inimiga da saúde pública, em decorrência de estratégias inadequadas de esgotamento sanitário. Movimento e abundância de água seriam elementos importantes para uma cidade salubre (CORBIN, 1987).

A implantação de rede coletora de águas pluviais, em Parintins, foi se estendendo lentamente, primeiro nos bairros que margeiam o rio Amazonas e depois nos bairros mais distantes, como é possível constatar nos inúmeros requerimentos de vereadores municipais para atender solicitações de moradores de áreas com problemas de saneamento.

Em 1974, por exemplo, o edil Raimundo Lago solicita estudo em caráter urgente para solucionar definitivamente o problema de saneamento da cidade, requerendo para isso a construção de um sistema de esgoto geral (BUTEL *et al.*, 2012). Tal solicitação do vereador, ao que tudo indica, nunca foi atendida. Alguns problemas antigos perduram até os dias atuais, como por exemplo, tubulações de tamanho inadequadas, pois não comportam o volume de água pluviométrica o que ocasiona em muitas áreas da cidade alagamentos, além, é claro, de lançamento em vias públicas de esgotos domésticos.

No terceiro volume da obra que trata da história da câmara de Parintins, Andrade e Carneiro (2012), tecem o seguinte comentário no prólogo da 9ª legislatura que compreende o período de 1983 a 1988.

A cidade foi recebida da administração anterior deficiente em todos os seus aspectos. Os serviços de água e luz, esgotos e pavimentação das ruas eram totalmente precários, atingiam apenas aproximadamente 40 a 50% da extensão urbana (Ibid., p. 235).

Os estudos de Andrade e Carneiro (2012) constataram ainda que nesse período o esgoto da cidade de Parintins atendia algumas ruas que se localizavam próximas ao rio Amazonas e, segundo suas estimativas, a extensão total de tubulação de rede coletora estava entre 10 a 20% do perímetro urbano. Acrescentam ainda que a rede de esgoto que atende parte da cidade foi construída ainda na década de 1960. Até a presente data a rede coletora não recebe diretamente as águas servidas das residências, repartições públicas e comércio, por isso são lançadas em via pública.

Em 2003, o município recebeu verbas para iniciar obras para a construção de rede de esgoto interconectada com as residências da cidade. Várias ruas, em Parintins, chegaram a ser quebradas para receber as novas tubulações. No entanto, as obras foram paralisadas por motivos que se ignora. Muitos moradores, na ausência de uma rede de coleta e de fossas, continuam a lançar seus esgotos domésticos nas ruas, e estes lançados sem tratamento na natureza.

### **2.2.3 Esgotamento sanitário na realidade atual de Parintins**

Parintins permanece na atualidade com problemas de saneamento semelhantes aos que experimentavam seus moradores no início do século XX. Lançamento de águas servidas nas ruas e no entorno da ilha de Parintins, constitui-se um dos grandes problemas ambientais da contemporaneidade. A precariedade do esgoto é marcada por um passado e presente de omissão do poder público em resolver, definitivamente, esta situação, que tem deixado passivos ao ambiente ainda não mensurados.

A cidade de Parintins é um retrato do Brasil, que, em pleno século XXI, está aquém de criar e manter um complexo de saneamento ambiental que privilegia a saúde humana. São gravíssimos os problemas de saneamento básico, com destaque para o esgoto e sua relação com as doenças. Em Parintins não há sistema de tratamento de esgoto e grande parte das águas servidas são oriundas de residências e comércios locais que são lançadas nas ruas da cidade a céu aberto (Figura 8).

**Figura 08 - Águas servidas nas ruas da cidade**

**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de campo ,2014.

A rede de esgoto da cidade de Parintins é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Saneamento Básico (SEMOSB). Esteve-se em busca de documentos na SEMOSB que pudessem auxiliar a compreender a evolução histórica do esgotamento sanitário da cidade. A informação recebida foi que este órgão público não possui registro histórico algum sobre esgoto.

Solicitou-se, então, dados técnicos da rede de esgoto pluvial de Parintins e a resposta é que inexistem, na SEMOSB, informações sobre tal sistema de esgotamento. Esses dados a prefeitura deveria possuir e disponibilizar para qualquer cidadão, como, por exemplo, a extensão da rede, os bairros atendidos por este serviço e as localizações

da disposição final dos mesmos. Na SEMOSB, foi repassada a informação que o SAAE era o provável detentor de documentos que serviriam ao propósito da investigação. Procurado, o SAAE se manifestou por meio de um funcionário, que afirmou que tal autarquia executa serviços apenas de abastecimento de água na cidade, não tendo responsabilidade alguma sobre o sistema de esgoto.

O que se denomina de rede de esgoto são as galerias construídas para receber as águas da chuva, mas que recebe também águas servidas. Estas navegam ao sair da sua fonte, seja residência, comércio ou até indústria, pela superfície até encontrar local de escoamento, pelos bueiros ou despejadas nos cursos hídricos. Neste sentido, em geral não há ligação direta entre domicílios e rede de esgoto na cidade de Parintins. Constatou-se afinal que a SEMOSB, no que tange esgoto, apenas efetua manutenção da rede coletora de água pluvial. Problemas como rompimento e vazamentos na tubulação são de responsabilidade desta secretaria.

Segundo informações de representante da SEMOSB, em se tratando de expansão da rede de esgoto na cidade, a prefeitura de Parintins contrata, mediante licitação, empresas de engenharia especializadas para planejar e executar este tipo de obra subterrânea.

Por se tratar de obras “invisíveis” a expansão da rede de esgoto não acompanha investimentos em áreas, por exemplo, como os de fornecimento de água, eletricidade e gerenciamento de resíduos sólidos, a exemplo do que já ocorre em muitas cidades brasileiras, como nos lembra Neri (2007).

Os esgotos em Parintins estão quase sempre próximos a alguém, do centro aos bairros mais afastados. Em poucos quilômetros, os esgotos estão escondidos nas tubulações, longe dos olhos, afastados dos olfatos, mas há milhões de litros de águas servidas descobertas, fluindo pelas sarjetas ou estagnadas pelas ruas da cidade, ao final serão depositados sem nenhum tratamento nos rios e lagos do entorno da ilha.

Não há documentos técnicos apontando os locais onde o esgoto urbano é despejado. Navegando ou caminhado pelas margens da ilha em busca desses pontos de despejo, constatou-se, a princípio, a presença de pelo menos dez lugares localizados as margens de lagos e do Rio Amazonas (Figura 9). No quadro abaixo, esquematizou-se os principais pontos de despejo e suas respectivas áreas de despejo (Quadro 2).

**Quadro 2 - Alguns Locais de lançamento de esgoto no perímetro urbano de Parintins**

<b>Bairro/ Local de Referencia</b>	<b>Hídrico</b>
<b>Santa Rita/ Marina Morena</b>	Rio Amazonas
<b>Centro/Porto da Cidade</b>	Rio Amazonas
<b>Centro/Mercado Municipal</b>	Rio Amazonas
<b>Centro/Praça Digital</b>	Rio Amazonas
<b>Centro/Comunas</b>	Rio Amazonas
<b>Centro/Fábrica de Gelo</b>	Rio Amazonas
<b>Palmares</b>	Lago do Macurany
<b>Itaúna/ Ponte Amazonino Mendes</b>	Lago do Macurany
<b>Centro/Avenida Amazonas</b>	Rio Amazonas
<b>São José/Baixa da Xanda</b>	Rio Amazonas

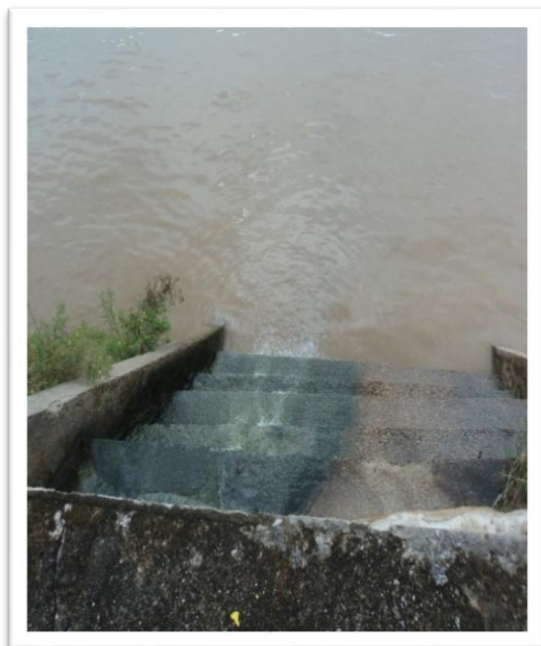
**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de campo, 2014.

No entanto, além dessas áreas de despejo nas margens do rio Amazonas que são facilmente identificadas, há na cidade uma quantidade não calculada de pequenos e médios pontos de disposição final do esgoto urbano. São pontos, como foi possível observar, de constante fluxo de águas servidas, descartados sem tratamento. Para fins de exemplificação, no bairro da União há grande volume de águas servidas lançadas no seu entorno, conforme Figura 10.

Com as enchentes que, frequentemente, acometem Parintins anualmente, todos esses dejetos retornam acompanhando a subida do nível das águas que penetram nas ruas e residências.



**Figura 09 – Lançamento de águas servidas no Rio Amazonas**



**Figura 10 – Lançamento de águas servidas no bairro da União**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de campo, 2014.

Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), de 2013, revelam que, no estado do Amazonas, o consumo médio diário é de 159,25 litros de água por habitante. Se levar em conta que a população urbana de Parintins é de, aproximadamente, 70 mil habitantes, multiplicando pela média de consumo do estado do Amazonas, o total consumido na ilha será cerca de 11 milhões de litros de água diariamente.

Como a cidade não dispõe de tratamento para as águas servidas, parte desses 11 milhões de litros de eflúvios residuais são depositados no rio Amazonas ou nos lagos do Macurany, Aninga e Parananema. Esses lagos são considerados Áreas de Preservação Ambiental (APA), pela Lei Orgânica do Municipal de Parintins de 1990.

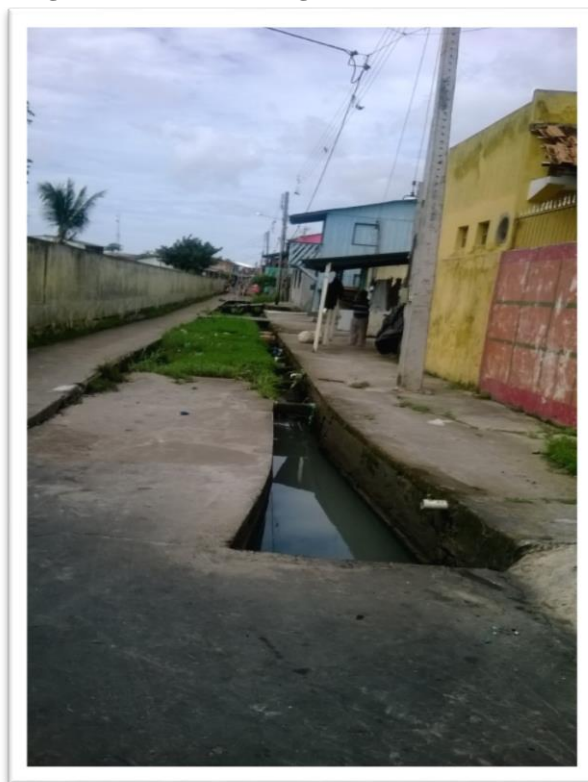
Como já mencionado, o lançamento de milhões de litros de águas servidas nas ruas da cidade de Parintins e em seu entorno hídrico, colabora com a proliferação de doenças como a diarreia. Investimento em saneamento básico reverbera diretamente na diminuição de certas enfermidades, melhorando a qualidade de vida das pessoas e poupando recursos gastos no tratamento de tais doenças.

A precarização ou ausência de sistema de esgoto pode interferir negativamente na qualidade da água de uma cidade. Estudos realizados pela CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais atestaram que grande parte da água consumida em



Parintins está contaminada por nitrato, amônia e alumínio (MARMOS; AGUIAR, 2005). A precariedade da rede de esgoto da cidade é, segundo o relatório, responsável pelas altas concentrações de nitrato presente na composição química da água. Exemplo da precariedade é a Figura 11, que mostra uma vala de esgoto a céu aberto correndo bem ao lado de estação de bombeamento de água do SAAE (Ibid.).

**Figura 11 - Vala com Esgoto a céu aberto**



**Fonte** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de campo, 2014.

A pesquisa de Galúcio (2012) relaciona também o inadequado saneamento básico de Parintins com a duvidosa qualidade da água captada nos poços da cidade. Ela adverte que o esgoto a céu aberto da cidade e seu lançamento sem qualquer tratamento é um risco à saúde dos moradores que consomem água fornecida pelo SAAE. Ao final de sua pesquisa ela concluiu entre outras coisas que “É fato a presença de Coliformes Totais e Fecais na água dos Bombeamentos de Parintins” (GALÚCIO, 2012, p.60).

Em Parintins, grande parte da população bebe diretamente das torneiras a água bombeada dos poços da cidade. Galucio (2012) afirma que o único tratamento da água feito pelo SAAE é a adição de cloro. Os resultados destas pesquisas contradizem o que por muito tempo foi o slogan do SAAE de Parintins: “A mais pura água do Amazonas”.

Os estudos mais “confiáveis” que atestam a qualidade da água são de pesquisadores sem vínculo com o poder público municipal.

A população deveria estar sempre bem informada principalmente sobre a qualidade da água consumida. Informações devem ser asseguradas a todos os cidadãos. É apropriado lembrar neste contexto, o Artigo 239 da Constituição do Estado do Amazonas que se alinha com a Constituição Federal e o Código Ambiental de Parintins, que assevera que todos os cidadãos têm direito de receber das autoridades competentes informações a respeito da qualidade ambiental do local onde vive.

Por transportar em seu núcleo matéria viva responsável por processos contínuos de metabolismo, o esgoto pode ser considerado como uma matéria viva. É necessário que os esgotos ao serem lançados devam, rapidamente, ser afastados da proximidade das pessoas, em função de sua septicidade, ou seja, sua potencialidade de carregar agentes patogênicos (DIAS, *et al*, 2012).

Como pode-se constatar, baseados nos dois estudos (GALUCIO, 2012; MARMOS e AGUIAR, 2005) sobre a qualidade da água parintinense, que a mesma se encontra fora de padrões estabelecidos internacionalmente para o consumo humano. Os estudos também mencionam que parte do problema de inadequação da água, se dá em função de um esgotamento sanitário inadequado.

A legislação brasileira proíbe o lançamento de esgotos domésticos em vias públicas e em ambiente hídrico, sem o devido tratamento dos mesmos. Mas, o que de fato ocorre é a não observância da lei por parte do poder público em muitos municípios brasileiros, fato que inclui a cidade de Parintins.

### **2.3 Abastecimento de Água**

Água pode ser considerada tanto um bem econômico em função de sua essencialidade para a manutenção ambiental e da vida humana, bem como para processos produtivos. Por outro lado como recurso ambiental, sua precariedade ou ausência pode comprometer profundamente o equilíbrio ecológico, criando impacto negativos no ambiente, que por sua vez afetam o bem estar e qualidade de vida das pessoas. Enfim, água é essencial para a manutenção da vida no planeta Terra.

Milhares de seres humanos no mundo convivem com o problema da falta ou precariedade no abastecimento de água. No Brasil a região Nordeste é castigada por

prolongadas estiagens potencializando a histórica dificuldade de falta de água, ocasionado sérios problemas sociais e econômicos. Mas recentemente o estado de São Paulo tem experimentado a diminuição dos níveis dos reservatórios que abastecem a capital e regiões adjacentes, gerando uma crise hídrica sem precedentes no Brasil, ocasionando mudanças no cotidiano dos moradores e empresas.

Situada sobre o imenso aquífero<sup>15</sup> Alter do Chão, a cidade de Parintins desconhece o que é racionamento de água, captando sua água para consumo em poços subterrâneos, no entanto, mesmo com abundância de recursos hídricos, há localidades no perímetro urbano, onde não há fornecimento de água.

### **2.3.1 Abastecimento de água na história de Parintins**

No Brasil, por um longo período que atravessa o período Colonial e chega até o início do século XX, o provimento de água era feito por carregadores que abasteciam as residências, os chamados aguadeiros. Esses aguadeiros, ao longo do tempo, eram constituídos por negros escravos ou pessoas livres, trabalho vital para o abastecimento de água em várias cidades brasileiras. Esta atividade existiu até o início do século XX, quando obras de engenharia foram executadas para realizar o abastecimento doméstico de água (XAVIER, 2010).

Parintins, pelo menos no início do século XX também possuía seus aguadeiros que retiravam água do rio Amazonas, até então única fonte de abastecimento da cidade, e vendiam para os moradores, situação que persistiu por longo período, chegando a meados da década de 1940 (BUTEL *et al.*, 2012). Neste sentido, pode-se aferir que a captação da água para o abastecimento era realizada individualmente sem interferência direta do poder público.

Os serviços prestados pelos aguadeiros parintinenses representavam elevados dispêndios para os moradores da cidade. No relatório da Superintendência, de 1907, consta que as necessidades mais urgentes da cidade eram o abastecimento de água e luz. No documento ressalta-se que, apesar de se viver a margem do rio Amazonas, a água

---

<sup>15</sup> Um aquífero é um reservatório de água situado em regiões que apresentam solos e rochas permeáveis o suficiente para permitir a penetração, armazenamento e circulação interna da água advinda da superfície. A água é filtrada enquanto passa pelos poros existentes no relevo, o que permite a formação de nascentes, lençóis freáticos, rios e recursos hídricos com grande quantidade de água potável. Por isso, os aquíferos possuem grande relevância ambiental. (Disponível em <http://www.brasilecola.com/brasil/aquifero-alter-chao.htm>. Acesso em 21.02.2015).

captada é cara e sua falta inviabiliza a produção de certos gêneros alimentícios como frutas e hortaliças, além de dificultar a cultivo de jardins na cidade. Para o administrador municipal, resolver o problema de abastecimento de água contribuiria para o engrandecimento da cidade (JORNAL PARINTINS, ed. n° 11, 1907).

Somente na década de 40 é que Parintins começa a receber obras para abastecimento de água. Azevedo (2007), assegura que o sistema de abastecimento de água teve início em 1946, com o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). A água era captada em poços artesianos e distribuídas por meio de torneiras nas vias públicas para a população. Para efeito de corroboração, o ano de 1946 também é citado pelo Prefeito José Esteves, como o ano de instalação de reservatórios e tubulações de água (LIVRO DE ATAS, 1962-64). Os moradores se deslocavam até as mesmas, enchiam seus baldes ou tonéis para garantir o abastecimento residencial.

Conforme mensagem do prefeito de Parintins José Esteves, citada por Butel *et al.* (2012), Parintins em 1946, mesmo ano da instalação das torneiras públicas, vivenciava precariedade no sistema de abastecimento de água, que carecia de investimento para acompanhar o crescimento da população.

Segundo informações contidas na obra “30 Anos de Atividade em Saúde Pública”, publicado em 1973, pelo Ministério da Saúde (MS) e a Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP), Parintins e Itacoatiara foram as primeiras cidades do interior do Estado do Amazonas a receberem investimentos em saneamento básico do SESP (Serviço Especial de Saúde Pública). O SESP é originário de acordo bilateral entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos para o saneamento de áreas consideradas estratégicas para finalidades militares, como era o caso da Amazônia e sua produção de borracha. Sua criação deu-se durante a Segunda Guerra Mundial e a borracha era insumo de armamentos militares, daí o interesse norte americano na região (MS; FSESP, 1973).

Dois anos após as instalações das torneiras, a municipalidade busca regulamentar o abastecimento de água e sua utilização. Por meio do Decreto n°7 de 1948, a Prefeitura Municipal proíbe que pessoas façam uso das torneiras públicas para tomar banho, lavagem de roupas ou “qualquer outro tipo de serviço”. O uso das torneiras era gratuito, por outro lado, as residências que optassem por realizar ligações derivadas da rede deveriam pagar uma taxa de utilização (LIVRO DAS ATAS, 1948-1949, p. 100, frente).

Com o crescimento da população aumentava a demanda pela água. A quantidade insuficiente de torneiras na cidade evidencia-se pelo requerimento do José Lopes Ribeiro que solicita a imediata instalação de torneias no mercado público, cadeia e cemitério da cidade (LIVRO DE ATAS, 1948-1949). Foram construídos na cidade também banheiros e lavanderias públicas, para atender as famílias mais pobres da cidade que não possuíam este serviço em suas residências. Banheiros e lavanderias públicas estavam sob a administração do SESP (LIVRO DE ATAS, 1950-1951).

Anos depois, na década de 70, as lavadeiras de Parintins concentravam-se na Lagoa da Francesa, localizada do perímetro urbano da cidade. Neste local, elas cavavam buracos para transformá-los em cacimbas, de onde retiravam a água para suas atividades laborais, pois, até essa época, não havia água encanada nas residências localizadas nas proximidades da referida Lagoa (LOPES, 2009).

Em 1966, é criado em Parintins o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), pela Lei municipal nº 4, de 18/06/1966 (AZEVEDO, 2007). No ano de 1968, a cidade de Parintins inicia a canalização da água para o abastecimento doméstico, por intermédio do (SAAE). Com a instalação e expansão paulatina da rede de distribuição na cidade, houve a retiradas das torneiras públicas.

### **2.3.2 Abastecimento de água atual em Parintins**

Atualmente, a cidade tem seu abastecimento de água executado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), autarquia vinculada à prefeitura de Parintins. Apesar de constar em sua sigla que o serviço inclui o esgoto, o SAAE presta serviço somente de abastecimento de água na cidade. A captação da água para o abastecimento da cidade é feito a partir de poços subterrâneos, no total são três poços de bombeamento, localizados, no conjunto da SHAM, Rua Paraíba e bairro Itaúna II, este o mais recente (Figura 12).

**Figura 12 - Estação de bombeamento do bairro Itaúna II**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de campo, 2014.

Aproximadamente, 18 mil residências estão ligadas a rede de abastecimento de água, o que não contempla toda malha urbana da cidade de Parintins, ficando parte da cidade sem o serviço prestado pelo SAAE, a exemplo: os bairros de Pascal Alágio, Tonzinho Saunier, Teixeira e Lady Laura.

A universalização do fornecimento de água é o fator elementar na legislação que versa sobre o tema. A Lei 11.445 de 2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, institui que o abastecimento de água seja universalizado. Já a Lei municipal nº 09/2006, que regulamenta o Plano Diretor do Município de Parintins, prevê em seu capítulo VI, que cabe a prefeitura “Dotar a área urbana e rural de serviço de captação e distribuição de água, inclusive fazendo o aproveitamento de água superficial” (PREFEITURA DE PARINTINS, Lei nº09/2006).

O serviço de abastecimento de água, atualmente, na cidade é descontínuo, funcionando somente 18 horas por dia. A partir das 22 horas o fornecimento é interrompido e as residências que não possuem caixas para reservatório ficam sem este líquido para consumo até às 3h do dia seguinte quando recomeça o fornecimento. Em caso de falta de energia elétrica na cidade, o fornecimento de água também é interrompido, já que as estações de bombeamento do SAAE não dispõem de geradores próprios de energia, o que causa um duplo desconforto para a população.

O fornecimento de água na cidade de Parintins apresenta alguns desafios, como fornecer água com qualidade para seus moradores e a expansão da rede de abastecimento

no meio urbano. Outro desafio é atender as comunidades rurais, onde muitas ainda coletam água nas margens de rios e lagos, assim como se fazia há séculos atrás.

Ao comparar os desafios para a manutenção do serviço de abastecimento de água, com os problemas de esgotamento sanitário e a gestão de resíduos sólidos, estes últimos podem ser considerados os grandes problemas ambientais de Parintins. No entanto, a qualidade da água está intimamente relacionada não só com a gestão adequada dos resíduos líquidos, mas também dos resíduos sólidos.

## **2.4 Resíduos Sólidos Urbanos**

Todas as atividades humanas geram resíduos. Qualquer sociedade seja indígena, localizada no meio da floresta Amazônica e, evidentemente, as situadas nos grandes aglomerados humanos, são produtoras de resíduos, comumente conhecido como lixo. Em Parintins como em qualquer centro urbano, o crescimento populacional trouxe consigo o problema da produção e destinação dos resíduos sólidos.

A cidade cresce ao longo dos anos e se depara com a inserção de valores estranhos a tradição local. Era o vento da modernidade que abatia sobre a cidade nas primeiras décadas do século XX, mudando paulatinamente, por exemplo, hábitos de consumo de bens e gêneros alimentícios alheios aos gostos culturais (ARCHANJO; HIGUCHI, 2014).

No tocante ao lixo existe uma contradição incontestável entre modernidade e tradição. Enquanto o mundo moderno e urbanizado produz cada vez mais resíduos, por outro lado, as “[...] formações sociais de outrora apresentavam ostensiva capacidade de assimilação pelas dinâmicas naturais” (WALDMAN, 2010, p. 50). Mas o que antes era um povoado pacato, cresce e se transforma em um núcleo urbano com sua produção diárias de dejetos. De fazenda de gado, Parintins transformou-se na segunda cidade mais populosa no interior do Estado do Amazonas.

Pode-se perceber que a questão da coleta e da destinação final do lixo na cidade de Parintins, vai aos poucos fazendo parte dos documentos oficiais e dos discursos políticos, denotando uma preocupação crescente com o tema. Em um primeiro momento, os habitantes tinham que resolver de que maneira iriam se livrar de suas sobras, algo que se assemelhava ao abastecimento de água, que, por anos, era (em muitos casos ainda é) de responsabilidade de cada morador. Aos poucos o poder público vai trazendo a responsabilidade para si, tanto na coleta quanto ao destino do lixo.

É necessária uma leitura da evolução histórica do saneamento parintinense, à luz dos impactos da modernidade na vida de seus habitantes. Cidades modernas deveriam afastar para o mais distante possível suas impurezas que tanto ameaçam a salubridade do lugar.

Reconhece-se que os valores civilizatórios não tiveram sua gênese entre a população mais empobrecida, mas chegou a até elas por intermédio de mecanismos sutis de poder, tema este já desenvolvido no capítulo 1 da tese. Manter o lixo diante da casa ou permitir emanções de maus odores era considerado antiquado, coisas do passado, portanto, fora dos padrões da modernidade. Como disse o professor e ambientalista Maurício Waldman (2010, p 48), “[...] na modernidade o tempo pretérito foi esvaziado de sentido”.

Informações históricas do início do século XX sobre Parintins e a produção de seus resíduos permitem esse olhar ao tempo pretérito, identificando as soluções, muitas vezes paliativas, encontradas para a resolução do problema da geração diária de detritos, sua coleta e disposição final.

#### **2.4.1 Gestão dos resíduos sólidos na história parintinense**

Parintins era uma cidade que, no início do século XX, tentava impor normas a seus habitantes com o objetivo de criar ambientes limpos e desodorizados em seus espaços públicos e privados (ARCHANJO; HIGUCHI, 2014). Percebe-se que, paulatinamente, o poder público vai organizando de maneira mais eficiente a coleta de lixo na cidade, porém as queixas da população sobre o problema de tais resíduos eram constantes, como ainda são na atualidade.

A limpeza era um componente fundamental para a manutenção da salubridade urbana. Era altamente recomendável como medida profilática, a fim de evitar o surgimento de doenças. Cidades, que alimentavam o desejo de se converterem em lugar moderno, tinham que dar atenção especial à higienização do ambiente. A presença do lixo e outras imundícies nas vias públicas comprometia o desejo de desodorização urbana. Odores nauseabundos eram considerados falta de “civilidade”, em função de ameaçar a salubridade e o embelezamento urbano (VIGARELLO, 1996).

Até a metade do século XX, o serviço de limpeza do espaço público em Parintins era pago pela Intendência a terceiros, já que não havia um órgão público específico para essa atribuição. A limpeza ficava restrita às praças e a alguns logradouros públicos.



Paulatinamente, o poder público buscava regulamentar a remoção do lixo da cidade (JORNAL PARINTINS, ed. n° 19, 1908).

Com objetivo de organizar a retirada de detritos domiciliares, a Superintendência Municipal comunicou aos residentes de Parintins que, a partir de 20 de janeiro de 1908, a remoção do lixo das vias públicas seria feita sempre depois das 14 horas e solicita aos moradores “[...]que façam colocar o lixo em vaso apropriado, para não espalhar-se na rua, cobrindo-o de maneira que, havendo chuva, esta não penetre nos vasos” (JORNAL PARINTINS, 1908, ed. n°19, p.4).

Já em 1917, o serviço da limpeza urbana estava sob a supervisão do chamado capataz, indivíduo encarregado de inspecionar os jornaleiros (atuais garis) que executavam o serviço (LIVRO DE PORTARIAS, 1909-1918). A inspeção geral da limpeza da cidade e a observância do Código de Postura, por sua vez, estavam sobre a responsabilidade do fiscal geral (SUPERINTENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, 1917).

Há apenas um documento encontrado, durante as investigações, que faz menção a disposição final dos resíduos sólidos em Parintins, localizado, na edição n° 11, publicada no dia 20 de outubro de 1907, no Jornal Parintins. Trata-se de um relatório, publicado nesta edição do jornal, onde a Superintendência do município exorta as pessoas a não lançarem imundícies nas ruas, praças e travessas, pois as mesmas se encontram devidamente capinadas. A mesma fonte, ainda, ressalta a contratação de uma carroça para remoção de lixo que será posteriormente incinerado longe do povoado.

O Superintendente reconhece ainda, que falta muito para cidade ser “completamente saneada”. Rogar para que os habitantes não joguem imundícies nas ruas, revela a dificuldade em manter a cidade limpa, já que a população possuía hábitos que em nada ajudavam a higienização urbana (JORNAL PARINTINS, p. 3, 1907). Sobre a disposição final dos resíduos sólidos, incinerar lixo foi uma prática comum na cidade durante muito tempo, o que na atualidade o Código de Posturas não mais permite, embora seja ato corriqueiro em comunidades rurais.

O serviço de remoção de lixo era marcado por avanços e retrocessos. Apesar da carroça de tração animal ser a principal forma adotada por muitos administradores, outros meios de coleta, no entanto, eram utilizados, como, por exemplo, o carrinho de mão. O serviço de coleta de lixo na cidade, além de muito precário, não era feito diariamente. Os moradores que utilizavam o serviço tinham que pagar a Taxa do Lixo, tributo inexistente atualmente (ARCHANJO; HIGUCHI, 2014).

Dois fatos demonstram que a produção de resíduos sólidos em Parintins, nas primeiras décadas do século XX, era modesta. No primeiro, a Portaria n° 67 de 1914 determinava que a remoção do lixo doméstico ocorresse somente dois dias na semana, às quartas-feiras e nos sábados (LIVROS DE PORTARIA, 1909-1918).

Outro fato é que o Superintendente Municipal Hebert Azevedo, em seu relatório de 1926, ao discorrer sobre a remoção do lixo, expõe como era deficiente este serviço, pois apenas “Um pequeno carrinho de mão fazia este trabalho. Adquiri uma carroça que está sendo convenientemente adaptada para esse fim, e em breve dias estará em ação”. Reclamava ainda como a cidade estava abandonada e sem limpeza, cita o caso de ruas que há 10 anos não eram limpas (SUPERINTENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, 1926, p. 6). A pequena produção de resíduos sólidos, pode, em parte, ser explicada pela pequena população de Parintins, mas também há a possibilidade de a coleta ocorrer somente em algumas ruas da cidade.

Sobre o número de pessoas que habitavam a cidade nas primeiras décadas do século XX, não se tem dados precisos. O que se sabe é que, em 1920, o município possuía uma população de 14.607, distribuída em 3.084 casas (BITTENCOURT, 1921). Baseando-se no fato da população brasileira nesta época ser mais rural do que urbana, depreende-se que menos da metade dos moradores que aparecem na contabilidade de Bittencourt viviam na cidade de Parintins.

A precariedade do serviço de coleta do lixo de Parintins fica evidente nas palavras do prefeito Gentil Belém, que na sua mensagem de 1953 comunica: “Restaurei o serviço de remoção de lixo paralisado até o ano de 1951[...]” (LEIS DE 1953, CMP, fl.03). Como também na crítica do edil Odovaldo Novo, no ano de 1957, sobre a falta de remoção do lixo [...] que permite formação de montueiros nas vias públicas, ocasionando o aparecimento de verdadeiros enxames de moscas que põem em perigo a saúde dos habitantes da cidade” (LIVRO DAS ATAS, 1956-1958, p. 77, frente).

Até a metade do século XX, a cidade possuía apenas uma carroça para remover o lixo, o que gerava constantes reclamações do serviço prestado (LIVRO DE ATAS, 1950). É possível constatar por documentos relacionados à legislatura da Câmara Municipal de Parintins que, entre 1960 a 1963, a coleta de lixo era ainda muito deficiente. O Suplente de vereador Manoel Felipe de Leiros Garcia, durante a mesma legislatura, denunciava a constante suspensão do serviço de coleta da cidade (BUTEL, 2012).

Sobre a disposição final, havia a prática, como ainda há, de alguns moradores, de lançarem lixo nos barrancos às margens do Rio Amazonas. O edil Almeida Faria,

vereador da legislatura 1960/1963, mostrava-se preocupado com a suspensão da coleta do lixo na cidade, bem como o lançamento de detritos na orla da cidade.

Usou a palavra o edil Almeida Farias, este requereu verbalmente, ouvido o plenário, seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de informar qual o motivo de ter sido suspenso a coleta do lixo dos contribuintes da “Taxa Domiciliar”, e no caso solucionado, proibir a jogada do lixo no barranco, como dispõe no Código de Postura Municipal, pois além de dá má impressão á cidade, é anti-higiênico[...] (BUTEL, 2012, p. 222).

Não deveria ser uma bela vista aos viajantes que chegavam ou passavam por Parintins, se depararem com o lixo da cidade nos barrancos que circundam a ilha a espera de uma chuva forte ou da cheia dos rios para serem levados pela correnteza.

Em 1965, novamente a situação do lixo era trazida ao plenário da Câmara dos Vereadores e com teor semelhante às demais reivindicações dos parlamentares, ou seja, precariedade da coleta que não estava sendo executada nas residências e, como consequência, os moradores se veem obrigados a lançar os detritos nas ruas e nas margens do rio (BUTEL, 2012). A prática de alguns moradores de lançar lixo nas ribanceiras do rio Amazonas continua na década de 80, a ser denunciada pelos vereadores. O aspecto de abandono e o mau odor eram as principais reclamações (LARISSA; CARNEIRO, 2012).

Como dito anteriormente, durante muitos anos, o destino de parte do lixo produzido em Parintins era os barrancos em frente à cidade, às margens do Rio Amazonas, ou a prática de queimar e enterrar os detritos. Na contemporaneidade, ao se caminhar em alguns trechos pela orla da cidade, é possível observar que alguns moradores de Parintins ainda insistem em lançar seus resíduos nas margens.

#### **2.4.2 Gestão de Resíduos sólidos atual em Parintins**

Ao longo dos anos, constatou-se, que a tentativa de organizar a coleta do lixo domiciliar em Parintins, esbarrava na falta de colaboração de alguns moradores, como ocorre até os dias atuais, como também no serviço precário oferecido pela prefeitura, alvo de muitas reclamações dos vereadores que recebiam as queixas da população.

Hábitos inadequados dos moradores, somados a histórica ineficiência do serviço de gestão de resíduos sólidos prestados pelo serviço público, resultavam em uma cidade com sérios problemas de limpeza pública. Ao mesmo tempo em que as autoridades pediam para as pessoas não lançarem imundícies no espaço público, a coleta do lixo não

atendia a todos os residentes e quando atendia era de forma irregular. Problemas do passado ainda persistem no presente, atualizam-se sob novos formatos.

A destinação final ambientalmente inadequada dos resíduos sólidos urbanos persiste como grave desafio enfrentado pela administração municipal de Parintins. Esse problema já produz passivos ambientais ainda não contabilizados, pelo longo tempo em que o lixo é descartado indevidamente na cidade.

A cidade possui coleta de lixo regular e a mesma é realizada pela própria prefeitura que utiliza caminhões compactadores e caminhões do tipo caçambas. Não há coleta seletiva oficial na cidade, nem tampouco projetos por parte do poder público que incentivem a triagem do lixo domiciliar.

Há, no entanto, desde 2007 a ASCALPIN (Associação dos Catadores de Lixo de Parintins), entidade que coleta resíduos recicláveis, como papelão e garrafas pets. A associação coleta, aproximadamente, 15 toneladas de papelão a cada 2 meses, com apenas 3 catadores realizando a coleta nas ruas e estabelecimentos comerciais. Não há praticamente nenhum apoio do poder público local. A falta de apoio à reciclagem aumenta ainda mais o volume resíduos descartados na lixeira pública, bem como diminui sua vida útil (ARCHANJO, 2013).

Para disposição final do lixo produzido pela população da zona urbana, Parintins possui uma área que está localizada em um bairro residencial chamado Dejard Vieira. É uma área que se encontra ao lado da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), região cada vez mais povoada e que vem sendo prejudicada com a presença desse inconveniente vizinho.

Apesar de a Prefeitura ter colocado uma gigantesca placa na entrada da lixeira propagandeando que Parintins possui um Aterro Controlado, considera-se este fato um grande engodo, pois se sabe que não há nenhum estudo ou licenciamento ambiental que confira àquela área status de aterro controlado. Odores pútridos, moscas e urubus, continuam atormentando a vida de estudantes e moradores do entorno da lixeira, o que em nada lembra um aterro controlado.

Ao longo dos anos, já ocorreram movimentos dos moradores dos bairros adjacentes, principalmente, o do bairro Dejard Vieira, atos públicos promovidos pelos estudantes da UEA, pressão da mídia e de entidades ambientais, porém nada disso ainda foi capaz de desativar o lixão parintinense (ARCHANJO, 2007).

É facilmente constatável, como pode ser observado na Figura 13, entulhos de lixo a céu aberto servindo de refeição para urubus. Foi averiguada também a presença de

catadores na lixeira, o que contraria as informações oficiais de que não há mais o serviço de cata dentro do limite do “aterro controlado”, o que vai de encontro a Lei 12.305 de 2012.

**Figura 13 - Lixão de Parintins**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de campo, 2014.

A destinação final dos resíduos sólidos urbanos de Parintins é um dos grandes problemas ambientais da cidade, pois o lixão encontra-se localizado na área urbana. Como Parintins é uma ilha, não há lugar adequado para a construção do aterro sanitário (CARDOSO FILHO, 2014). O imbróglio sobre a destinação final do lixo permanece até o momento sem solução.

A Lei 12.305 de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabeleceu que, até 2014, todos os municípios brasileiros deveriam dar destinação adequada aos resíduos sólidos e disposição a seus rejeitos por meio de aterros sanitários. Para isso, Municípios e Estados para ter acesso a recursos públicos federais ou de outras fontes, estarão com a obrigação de construir seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos até agosto de 2012 (BRASIL, 2010).

Em 1999, o Ministério Público do Estado (MPE), ajuizou uma Ação Civil Pública, para que a prefeitura resolvesse o problema do lixão. O Tribunal de Justiça do Amazonas julgou e confirmou, em 2005, a sentença que obriga o poder público municipal a construir

imediatamente um aterro sanitário. Atualmente, o MPE está insistindo no cumprimento da Ação Civil da lixeira e está propondo uma multa de R\$ 100 mil reais ao atual prefeito.

A solução para a destinação final dos resíduos sólidos, segundo o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), seria construir o aterro sanitário na Vila Amazônia, lugar destinado ao assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), próximo da cidade de Parintins. Todavia, muitos moradores da Vila são contra, mostrando-se insatisfeitos durante a apresentação do projeto de construção do aterro sanitário nas proximidades de seus terrenos. O imbróglio sobre a lixeira aumentou ainda mais (CARDOSO FILHO, 2014).

O que mais intriga é que a Vila Amazônia é um imenso assentamento de terras destinadas originalmente à produção de alimentos, mas agora abrigará a disposição final de milhares de toneladas de lixo, produzidas na área urbana. Segundo Cardoso Filho (2014), são produzidos, aproximadamente, 80 toneladas/dia de resíduos sólidos urbanos.

Supõe-se que ninguém quer ser vizinho seja da lixeira ou de um aterro sanitário. Aqui, desodorizar a cidade, implica enviar o incômodo olfativo e visual (basicamente nesta ordem mesmo) para sítios longínquos (do centro), no caso de Parintins será o assentamento de Vila Amazônia. Seria de fato afastar o feio, o antiestético, as impurezas, enfim o lixo e seus efeitos deletérios da parte central da cidade, bem como do centro das decisões, como afirma Rodrigues (1995).

A lixeira pública é um sério problema de saneamento de Parintins, mas não é o único. A água entra com abundância nos lares da cidade, porém após seu uso, são também despejadas em grande volume nas vias públicas, criando um cenário de micro rios nas sarjetas. A precariedade da rede de esgoto na cidade permaneceu inalterada, mesmo diante de discursos políticos e planos de saneamento que prometiam resolver definitivamente esse problema.

### **Considerações Finais**

A universalização do acesso ao esgotamento sanitário adequado é um desafio a ser vencido nos próximos anos no Brasil e, em particular, na cidade de Parintins. As fontes históricas revelam que pouco foi feito pelas autoridades parintinenses ao longo de anos, no intuito de resolver definitivamente o problema do esgotamento sanitário na cidade.

A cidade que é dona da exuberante beleza do decantado festival folclórico, protagonizado pelas agremiações Garantido e Caprichoso, e suas fantásticas alegorias

fruto da criatividade cabocla, não consegue resolver problemas sérios de saneamento básico. A precariedade da lixeira pública e do esgoto a céu aberto comprometem o equilíbrio do ecossistema e da saúde pública da cidade, ainda podendo impactar negativamente na economia local municipal.

O momento atual do saneamento parintinense deve ser compreendido como resultado de uma sucessão de eventos concatenados a fatores políticos, econômicos e sociais. O resultado dessas relações de poder é a manutenção do precário esgotamento sanitário na cidade. Embora o saneamento da Amazônia já estivesse na agenda governamental, na prática, em cidades como Parintins, no que tange o esgotamento sanitário, praticamente nada foi feito. E, nessa história, já se passaram 164 anos desde sua fundação, e Parintins continua a ser uma cidade com esgoto a céu aberto, e seus moradores a conviver diariamente com tal realidade.

Este capítulo ofereceu um panorama geral da situação do esgotamento sanitário na cidade de Parintins, conjuntura sanitária que aproxima demasiadamente moradores e esgoto a céu aberto, convivência próxima que sugere a existência de uma suposta tolerância das pessoas frente as águas residuárias.

Mas o que significa para estes moradores saneamento e esgoto a céu aberto, são temas que compõem o próximo capítulo.

## CAPÍTULO 3

### 3. SANEAMENTO E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELOS MORADORES DE PARINTINS

Neste capítulo discute-se os plurisignificados para os sujeitos da pesquisa sobre saneamento, esgoto sanitário e esgoto a céu aberto. Para isso foram formuladas três questões: a primeira procurou-se saber o sentido atribuído à palavra saneamento, na segunda questão os informantes responderam o que seria esgoto sanitário, e por último, buscou-se compreender qual é o entendimento que eles possuem sobre esgoto a céu aberto.

A questão do mau odor proveniente do esgoto a céu aberto emergiu na coleta de dados, tal categoria revelou-se como fundamental para a compreensão do convívio entre os sujeitos da pesquisa e os eflúvios domésticos. Mas também questões como saúde e dignidade estiveram presentes neste capítulo.

#### 3.1 Significados sobre Saneamento

O processo de urbanização de Parintins trouxe consigo o problema da abundante produção de resíduos sólidos e líquidos pelos moradores como ocorre nos grandes e médios centros urbanos. Observa-se na cidade de Parintins que inúmeras residências utilizam a via pública para lançar suas águas residuárias, seja nos bairros mais centrais ou nos mais afastados, evidenciando assim um grave problema ambiental em decorrência da precariedade do saneamento básico.

Procurou-se saber inicialmente os sentidos que os sujeitos da pesquisa atribuem ao tema saneamento, e a relação deste objeto com a presença de efluentes domésticos nas ruas. Para a maioria dos respondentes, saneamento está atrelado às ações de limpeza e ao esgoto doméstico. As respostas revelaram que quase a totalidade dos entrevistados percebem o saneamento de maneira fragmentada, não conseguindo integrar abastecimento de água, coleta e destinação final do lixo, e esgotamento sanitário. Saneamento, como afirma Rubinger (2008), é um termo que carrega muitos significados,



não havendo consonância nem entre os estudiosos do tema, obviamente que entre os moradores entrevistados não seria diferente.

Sanear, na visão de maior parte dos sujeitos da pesquisa, seria higienizar o lugar onde residem, e este estado de higidez só é possível alcançar mantendo longe das pessoas as imundícies que elas mesmas produzem, por isto, o sentido de afastamento de águas residuárias é tão importante para estes moradores. Mas, saneamento, também, foi compreendido por outros entrevistados como: a coleta de lixo, abastecimento de água, ruas asfaltadas com sarjetas e calçadas, além de banheiros nas residências. Percebe-se que todos esses entendimentos do que seria saneamento está acoplado ao sentido de promoção e manutenção da saúde humana.

Saneamento e saúde foi uma categoria que emergiu durante o processo de análise dos dados. Em muitas falas é possível observar de forma direta ou não argumentos em prol do saneamento, tendo como justificativa a promoção da saúde por via de estratégias profiláticas.

*-Saneamento é saúde. Onde tem saneamento às pessoas vivem melhor, protegidas de doenças.*

*- Essa mínima estrutura para se manter as condições de saúde. Está sempre ligado a saúde, limpeza da cidade, água, lixo etc.*

*-Pra mim é uma forma de trabalhar a saúde pública. Seria importante que esse saneamento fosse trabalhado para que a sociedade pudesse compreender sua importância [...].*

As falas relacionando saúde e saneamento estão presente em 45% dos sujeitos da pesquisa. Rezende e Heller (2008) acreditam que o alvo principal do saneamento é a preservação da saúde, no entanto enfatizam que há outros aspectos a serem considerados além da relação saneamento-saúde, posto que há dependência também de contextos econômicos, políticos e sociais.

Na compreensão da existência de uma interdependência sanitária em um ambiente urbano deplorável e séptico, lugar propício para potencializar o avanço de epidemias, é que o saneamento foi percebido como ações para evitar doenças (REZENDE e HELLER 2008). Neste contexto histórico, exemplifica-se o caso dos bairros operários ingleses do século XVIII que deveriam receber ações de saneamento a fim de evitar doenças na forma endêmica ou epidêmica (ENGELS, 2008), ou mesmo, em menores escalas, nas intervenções sanitárias em algumas residências na cidade de Parintins no início do século XX, com a justificativa de conter o avanço da varíola (JORNAL O TACAPE, 1903, ed.nº8, p.3).

Ao discutir sobre o normal e o patológico, a saúde e a doença, o médico e filósofo Georges Canguilhem (2011, p.78) afirma que, “a saúde é uma margem de tolerância às infidelidades do meio”, sendo assim, a doença seria exatamente a diminuição de tal tolerância. Por “infidelidade do meio”, pode-se deduzir que em determinadas condições, o ambiente pode produzir efeitos deletérios sobre os indivíduos. A margem de tolerância seria a capacidade de adoecer e se recuperar do indivíduo. No tocante ao tema da presente tese, infere-se que a “infidelidade do meio” é potencializada pela falta ou precariedade de saneamento.

Essa relação saúde/saneamento já era debatida há muitas décadas em Parintins, em vista que a cidade recebeu intervenções governamentais ao longo dos anos que buscavam entre outras coisas embelezá-la e higienizá-la. Neste processo, percebe-se a presença da medicina social e seus dispositivos de poder na (de)formação de hábito de higiene dos cidadãos. Foucault (2005,1979) salienta que, tais preceitos de higienização foram introduzidos pelo saber/poder médico no cotidiano das pessoas de forma contínua e sutil, interferindo na constituição dos sujeitos.

Nesta atmosfera civilizatória, qualquer patologia que colocasse em risco a higidez deveria ser extirpada e o saneamento era condição essencial para a manutenção da saúde. Dito isto, o objetivo dos sanitaristas de aproximar saneamento/saúde relacionando-os, já é bem antigo na ilha Tupinambarana. Os moradores participantes da pesquisa de uma forma direta ou indireta conectaram em quase todas as respostas saneamento a saúde, posto que limpeza, esgoto, água, lixo, calçamentos e até dignidade, são temas relacionáveis a higidez.

Alguns entrevistados relacionaram saneamento à vida digna. Além da relação com a saúde, infere-se que o saneamento pode conferir também aos indivíduos um sentimento de respeito e dignidade. Um sujeito da pesquisa ao explicar o sentido de saneamento afirmou que a ausência dele(saneamento) torna sua vida até mais infeliz. Esta percepção se aproxima de alguns conceitos de dignidade, entre eles destaca-se: “[...]consciência do próprio valor; honra; modo de proceder que inspira respeito; distinção; amor próprio.” (HOUAISS; VILLAR, 2004, p. 248). É respeito conquistado, é a dessemelhança e a honra. Na opinião dos entrevistados saneamento dignifica-os.

*-É o básico que o ser humano deve ter pra viver em uma vida que seja chamada de pelos menos de digna.*

*-Estrutura do bairro com água, luz, meio fio. Saneamento tem a ver também com organizar a cidade e deixar ela limpa, pra gente se sentir bem vivendo nela.*

*-Saneamento é uma necessidade que toda população tem para seu bem estar, dignidade de viver bem.*

A higienização e o bom odor são meios de conseguir também distinção social, ou desassemelhar-se dos demais (VIGARELLO, 1996; CORBIN, 1987). Com efeito, casa limpa, com esgotamento sanitário adequado, desodorizada, com abastecimento de água, enfim com saneamento básico, teria esse papel fundamental de gerar espaços hígidos e aromáticos, resultando dignidade e distinção aos seus residentes.

Saneamento por este grupo é visto como fonte de dignidade humana, como fator de inclusão social e de respeito. Na visão de Juarez Freitas(2011), em sua obra “Sustentabilidade: direito ao futuro”, dignidade humana está relacionada com a dimensão social da sustentabilidade, visto que não admite qualquer modelo excludente de desenvolvimento e que exclua a sobrevivência de muitos.

Acessibilidade ao saneamento básico é um direito legal longe ainda de ser respeitado para uma grande parcela de brasileiros. Tal democratização é uma questão indispensável para garantir os direitos sociais e de dignidade humana, e entre ações mínimas para assegurar tal dignidade está o acesso igualitário ao saneamento básico.

Falta de respeito com os moradores e descaso do poder público são sentimentos externados ao longo da pesquisa e que vão de encontro à promoção de uma vida digna para os residentes de Parintins. A maioria dos sujeitos da pesquisa (51%), relacionaram o saneamento com a questão do esgotamento sanitário. Depreende-se que este grupo de moradores possuem conhecimento que o esgoto faz parte do saneamento básico. Como se pode observar em algumas falas:

*- Cidade com esgoto, que cuida da água, que não deixa água descoberta pelas ruas. Essa cidade está cheia de esgoto a céu aberto.*

*- Saneamento é esgoto, luz elétrica, calçadas. Por exemplo aqui na rua não tem esgoto.*

*- Tem que ter uma estrutura boa, mas que não tem aqui no bairro, principalmente essa água de esgoto.*

O fato de todas as ruas onde foram feitas as coletas de dados existirem, em diferenciados volumes, esgoto a céu aberto pode ter influenciado, em certa medida, os entrevistados, já que estes estão imersos neste cenário. A conexão saneamento-limpeza é outro binômio bastante lembrado entre os sujeitos da pesquisa. Foram 48% dos moradores que ao falar de saneamento associaram-no com ações de limpeza. Percebe-se pelas falas

dos informantes que, saneamento possui uma forte relação com limpeza, já que esta traz outras conotações como asseio, higiene, purificação.

*-[...] É uma questão de limpeza, tirar lama das ruas e fechar os buracos, asfaltar as ruas.*

*-Saneamento poder ser relacionado ao asseio, a limpeza, deixar tudo bem higienizado.*

*-É quando as coisas que a gente quer limpar ficam limpas e purificadas, bem higienizadas, tudo bem saudável.*

Assim, saneamento para este grupo relaciona-se à limpeza. É possível inferir que alguns dos informantes ao se reportarem a limpeza<sup>16</sup> estão também relacionando o tema saneamento ao da saúde. Representativo também foi a ideia de que saneamento relaciona-se ao espaço doméstico. Alguns moradores arrolaram saneamento: a banheiro, fossa e sumidouro no âmbito privado.

*-Se eu estou fazendo banheiro eu já estou fazendo saneamento básico. Eu faço minha parte pra contribuir com o saneamento e a limpeza, construí o banheiro com fossa.*

*-Eu entendo um pouco, tenho pouco estudo, mas acho que é esse negócio de fossa, banheiro, parte de higiene do quintal. Aqui fizemos banheiro e uma fossa pro banheiro[...].*

Percebe-se, em geral, a falta de uma leitura mais sistêmica sobre o significado de saneamento, por parte dos entrevistados. Saneamento não promove somente saúde, em uma visão mais relacional, este além de proporcionar bem estar físico, promove também satisfação psicossocial, conceito este elaborado pela Organização Mundial de Saúde.

Questões como água, energia elétrica, asfalto, calçadas estavam também entre os aspectos que compõem o saneamento para os entrevistados. Dado o exposto, a visão para a maioria é que o objetivo do saneamento é a promoção da saúde, praticamente não articulando outras benfeitorias relacionadas à sua existência. Este modelo de perceber o saneamento é decorrente de fraturas na visão sistêmica. A saúde assim é percebida por muitos, apenas como ausência de doença, o que conferiria ao saneamento a tarefa exclusiva de profilaxia.

---

<sup>16</sup> Os significados de limpeza e sujeira serão aprofundados no capítulo 5.

### 3.2 Significados sobre Esgoto Doméstico

Na questão seguinte perguntou-se aos informantes qual era o significado para eles da palavra esgoto sanitário, termo este que foi o mais relacionado ao saneamento no assunto anterior. Por meio desta questão, procurou-se compreender a relação entre esgoto e saneamento, buscando ainda entender os modos de subjetivações dos sujeitos da pesquisa sobre o esgoto.

Pode-se entender o sistema de esgotos como “[...]a integração dos componentes responsáveis pela coleta, transporte, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários.” (DIAS, *et al.*, 2012, p.08). Tal sistema é formado pela coleta/transporte, pelo tratamento e disposição final. Para efeito de conceituação técnica esgoto sanitário, segundo a NBR 9648(1986) da ABNT “[...] é o despejo líquido constituído de esgoto doméstico e industrial, água de infiltração e a contribuição parasitária”. Já esgoto doméstico<sup>17</sup>, para a NBR 9648(1986), é o “[...] despejo líquido resultante do uso da água para higiene e necessidades fisiológicas humanas”. Águas servidas e material fecal compõem o esgoto doméstico.

Ao expressar sobre o significado de esgoto doméstico emergiram entendimentos diferenciados, entre eles: a) *rede de tubulações*; b) *águas residuais na via pública*; c) *sistema de recebimento de resíduos*; e d) *sistema de limpeza da cidade*.

#### a) *Esgoto doméstico como rede de tubulações*

Na primeira categoria de significado apontada pelos sujeitos da pesquisa, esgoto doméstico é descrito como: uma rede coletora com tubulações que captam os efluentes domésticos. Do ponto de vista técnico, como se observa no conceito da ABNT supracitado, esses informantes possuem conhecimento de como esgotar as águas servidas de forma correta por meio de rede de coleta.

*-Esgoto é uma canalização subterrânea para água escorrer. Vem das casas aqui do bairro e dos comércios.*

*-É o que deveria ter aqui embaixo da terra. Sua função é levar a água que não serve mais para o uso.*

*-Esgoto também faz parte do saneamento, a função dele é a pra que a água possa escorrer por dentro dos canos, e as ruas não ficarem contaminadas pelas porcarias, as coisas que sujam as ruas [...].*

---

<sup>17</sup> Tratar-se-á Esgoto doméstico nesta pesquisa, como sinônimo de águas servidas, águas residuárias e líquidos ou eflúvios residuais proveniente do ambiente doméstico. São termos relacionados ao descarte líquido das atividades humanas.

*b) Esgoto doméstico como águas servidas em via pública*

Entre os informantes, alguns associaram o significado de esgoto doméstico com as águas servidas que estão em via pública. Neste sentido, percebe-se que esse grupo de moradores estão associando esgoto a céu aberto a esgoto doméstico.

*- Na nossa cidade está cheia dessa água de esgoto nas ruas.*

*- É o que senhor está vendo aqui na rua, são esses esgoto que ficam nas ruas da cidade*

*-Fica nas ruas, são todas essas águas de esgoto. É o que está nas ruas cidade, deixando as ruas cheio de lama e buraco. As casas mesmo joga isso.*

Como se pode perceber, para este grupo de moradores entrevistados, esgoto doméstico é o que está na rua. Compreende-se que esgoto doméstico torna-se somente esgoto a céu aberto, quando encontra-se em locais inapropriados, como ruas e valas.

*c) Esgoto doméstico como sistema de recebimento e afastamento de resíduos*

Outros sujeitos da pesquisa ao falarem de esgoto doméstico se referem a “recebedor” de sujeiras, imundícies, coisa podre e dejetos, e pela expressão facial desses entrevistados, notou-se transparecer um sentimento de repulsa, vinculado a coisas ruins que deveriam ser eliminadas.

*-É aquilo que recebe as coisas podres, água, rato, barata, lixo. Vem de vários lugares, mas mais das casas[...].*

*-Aquilo que recebe coisa suja, a água é uma riqueza, mas quando fica suja é um perigo.*

*-Esgoto é esse negócio, que serve pra receber e eliminar as sujeira e imundícies que do banheiro e da cozinha*

Na fala da ampla maioria, esgoto doméstico serve para receber e eliminar resíduos líquidos das atividades humanas do meio doméstico. Percebe-se assim que o esgoto também funcionaria como aparelho excretor, eliminando para distante dos domicílios os rejeitos líquidos. A rua nesta engrenagem, teria a função de uma cloaca, recebendo o que os próprios entrevistados consideram imundícies.

O esgoto doméstico, segundo estes moradores entrevistados, teria a função de receber e escoar para longe as águas servidas do dia a dia. A remoção dos restos para o distante, para as fronteiras do sistema articula-se com o sentido de moralidades dos corpos higienizados construídas historicamente em algumas sociedades, função que marginaliza

os líquidos residuais domésticos. Como também podem ser discriminados socialmente os moradores que optarem em conviver com tais rejeitos no ambiente domiciliar (RODRIGUES, 1995).

Elimina-se os inconvenientes do ambiente doméstico com suas sujidades, imundícies e seus efeitos deletérios. No entanto, geograficamente, os efluentes domésticos continuam a existir, agora nas ruas, em ambiente coletivo. Para este grupo então, a função primordial do esgoto é a eliminação do problema do âmbito privado, do espaço da casa.

*d) Esgoto doméstico como sistema de limpeza da cidade*

Há, ainda, os que percebem que o esgoto tem a função de deixar a cidade mais limpa. Mesmo o esgoto a céu aberto teria essa capacidade de higienização das vias. Foi possível também identificar alguns informantes que veem com naturalidade o ato de descartar esgotos na rua, mas criticam vizinhos que lançam resto de comida pela pia (este tema será retomado posteriormente).

*-É um meio de fazer que as ruas de Parintins não fiquem sujas. As ruas ficam com os esgotos e vão parar no rio Amazonas. Esse esgoto aí na frente serve pra limpar a cidade.*

*-[...]Esgoto é o que está na rua. A vizinhança aqui joga na rua muita água a, e até resto de comida. Mas é pra jogar só água, não sei por que jogam resto de comida.*

*-Esgoto serve pra deixar as coisas limpas, as ruas principalmente, por não pode ficar a água ficar empossada.*

Infere-se que em nome da manutenção da higienização da casa, rua e cidade alguns moradores jogam efluente domésticos nas vias. Para eles não está errado, em vista que entendem que estão contribuindo com a limpeza de Parintins ao afastar sobras das atividades humanas. O que chama atenção é que o esgoto a céu aberto somente cumpre a função de higienizador se afastar de forma ininterrupta os efluentes domésticos, evitando que as água servidas fiquem parada, pois movimento é vida, uma concepção que possui em suas raízes a relação de causa e efeitos entre o binômio circulação/saúde e estática/doença, como já discutido por Corbin (1987).

### **3.3 Significados sobre Esgoto a Céu Aberto**

Ao se referirem sobre “esgoto a céu aberto”, os significados foram menos disformes. Em geral, a maioria (91%) dos entrevistados da pesquisa dizem saber o que é e tentam explicar a respeito de seus efeitos, principalmente negativos, no cotidiano. Nesse sentido sua presença deixa a rua mais feia, suja, com seu cheiro e ameaça de doença. Já 9% entrevistados disseram não saber o que é esgoto a céu aberto.

Entre os entrevistados que admitiram saber o que é esgoto aberto, constatou-se três referências básicas de entendimento: a) *sujeira que vem das casas e enfeia as ruas*; b) *mau cheiro que vem da água que passa na rua* e c) *foco de malefícios para a saúde e ambiente*

a) *Esgoto a céu aberto como sujidades e feiura*

Neste grupo de moradores entrevistados, o esgoto a céu aberto é mencionado como algo que suja e deixa feia as ruas da cidade.

*-São essas águas que ficam na rua jogados pela lei da natureza. Vem da chuva, das torneiras das casas. Água que sai levando coisas sujas, e por onde passa deixa tudo sujo, com aspecto de desleixo.*

*- São essas águas sujas e expostas que vem das casas e de outros lugares, que vai pro bueiro das ruas.*

*-É esse aguaceiro feio e sujo que está nas ruas, e vem das casas.*

Percebe-se nas falas destes sujeitos da pesquisa, que a presença de esgoto a céu aberto nas ruas da cidade, compromete a estética do ambiente. Além disso reconhecem que seu conteúdo é formado por sujidades, que por sua vez são possuidoras de ameaça física e simbólica (RODRIGUES,1979).

b) *Odor nauseabundo do esgoto*

O mau cheiro proveniente do esgoto a céu aberto foi mencionado por 25 % dos sujeitos da pesquisa. Eles se queixam, em geral, do mau odor proveniente das águas servidas da via pública, odor este quase incessante, seja de dia ou de noite, pois há sempre águas residuais percorrendo as ruas de Parintins. Para este grupo de entrevistados o mau cheiro é usado como uma referência para explicar o que é o esgoto a céu aberto.

*- Esgoto a céu aberto é isso aqui na frente de casa. Essa água fedorenta que fica descoberta, que vem das casas.*

*- É tipo o que acontece aqui. Água mau cheirosa que fica na rua. Eu tenho esgoto a aberto aqui na frente de casa[...].*



*-São esses esgotos que ficam na rua com esse mau cheiro horrível. Esse esgoto vem das casas.*

O mau cheiro lembrado por este grupo de moradores relaciona-se a precarização do esgotamento sanitário na cidade de Parintins. Além de se queixarem dos maus odores oriundos do esgoto a céu aberto, associaram tal fedor ao perigo de contrair doenças. Esta postura se assemelha a crença médica dos séculos XVIII e início do XIX, que ares contaminados ameaçavam a saúde dos indivíduos saudáveis.

Supunha-se que os miasmas ou ares ruins, eram oriundos de emanções telúricas, de corpos em processo de decomposição, de esgotos e até de pessoas. A vigilância olfativa recaía sobre ambientes capazes de representar ameaças. Esses “ares degenerados”, mefíticos, poderiam corromper o ambiente (CORBIN, 1987). A teoria dos miasmas não era considerada científica, e foi substituída pela teoria microbiana no século XIX.

Porém, a teoria dos miasmas foi importante para o surgimento do movimento higienista, e com ele os dispositivos de poder que recaiam sobre as populações, por intermédio do processo de medicalização da sociedade. Era a medicina como estratégia biopolítica. (FOUCAULT, 2005). Nesta macrofísica do poder, a medicina social é um importante instrumento para forjar comportamentos aceitáveis ou não, do ponto de vista do saber sanitário, incluindo-se aí os odores toleráveis.

Como bem observa Killinger (1997, p. 13), a medicalização da sociedade é um tema de grande complexidade e foi se estabelecendo de maneiras distintas entre diferentes regiões no planeta. Sendo assim, acredita-se que a verdadeira tarefa dos que enveredam por este objeto de investigação, é estudar o processo de medicalização em “unidades microsociais”, e em alguns contextos históricos. E acrescente-se, em determinados espaços geográficos.

O mau odor deveria ser combatido em sua origem e, para isso é necessário intervir em certos comportamentos que atentassem contra a hígidez ambiental. No caso dos entrevistados, a origem dos odores nauseabundos é o esgoto a céu aberto que circulam por diferentes itinerários das ruas dos bairros de Parintins. Observa-se, baseando-se nas falas dos sujeitos da pesquisa, que alguns deles acreditam na possibilidade de contrair certas enfermidades a partir da inalação dos gases malcheirosos do esgoto.

*-Esgoto a céu aberto é esse aqui da rua. Lugar abandonado que o esgoto escorre de qualquer maneira com aquele cheiro fede que bate no nariz deixando agente enjoado e até doente. Tem dia que a gente nem consegue ficar aqui na frente de casa. Essa lama quando a gente limpa fica insuportável,*

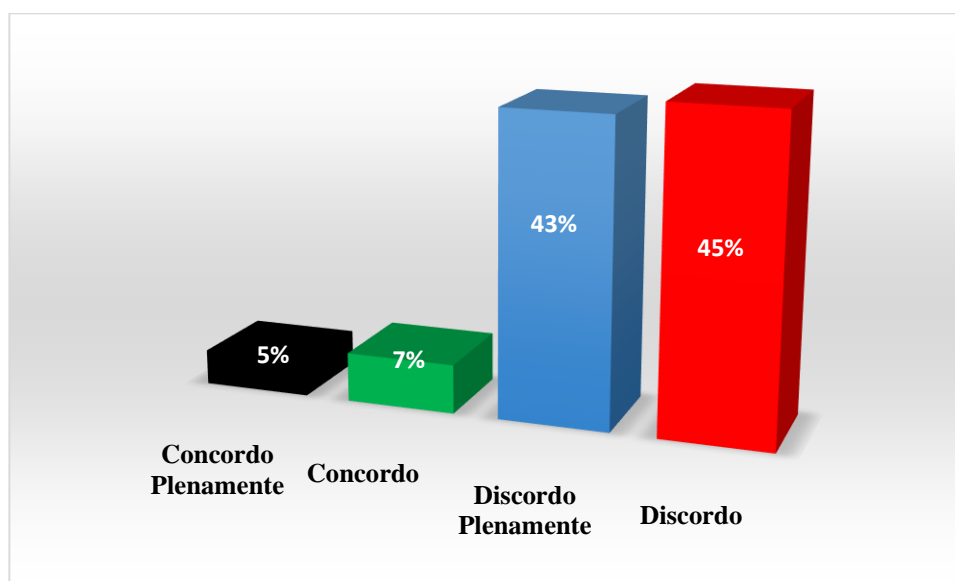
*quanto mais meche mais fede, aí que está o perigo de se contaminar com as doenças.*

*-[...] Essa vala recebe água das casas e da chuva, que produz muito mosquito da dengue, e ainda provoca esse mau cheiro que se espalha por toda a rua. Esse ar fica até contaminado, desse jeito agente adoecer[...].*

*-É toda água que vem das casas e vão parar nas ruas, igual esse aqui fica aqui na frente fedendo, acho que é perigo ficar cheirando ele, porque deve ser todo cheio de micróbios no ar.*

A crença dos ares corrompidos e “suas emanções deletérias” faziam parte do saber parintinense pelos menos desde início do século XX (SUPERINTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS, 1918, p. 9). Supõe-se que, de alguma forma, tal crença permanece entre muitos moradores, evidenciada pela associação dos maus odores a ameaça de doenças. Esta ilação é corroborada, em parte, quando se verifica o resultado de uma questão aplicada aos sujeitos da pesquisa, pertinente ao esgoto a céu aberto e sua relação com a saúde das pessoas.

**Figura 14 - Graus de concordância sobre a afirmativa de que esgoto só faz mal para saúde se ele entrar em contato físico com as pessoas.**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2014.

Entre os moradores entrevistados, 88% acreditam que não é preciso entrar em contato físico com o esgoto a céu aberto para contrair certas doenças. Na pergunta não houve nenhuma referência à necessidade de justificarem suas respostas, mas a maioria ao responder procurou explicar seu posicionamento. Assim muitos justificavam sua discordância com a pergunta, pois acreditam que o esgoto nas ruas também é perigoso se a pessoa inalar seus gases.

Alguns entrevistados até tentaram externar que tipo de doenças seriam essas, tais como: falta de ar, enjoos, dor de cabeça, falta de disposição, sonolência, diarreia e até coceiras, embora alguns sujeitos da pesquisa admitam que mesmo em dias em que não há emanções nauseabundas, tais incômodos podem aparecer. Essas imprecisões de enfermidades assemelham-se ao que, segundo Minayo (1988, p.368), denomina-se de “nervoso da vida”, que estaria associado a “um sentimento de opressão e de dificuldade insana para levar adiante o projeto familiar, todo ele construído sobre a sobrevivência do dia-a-dia”.

Ao expressarem se acreditavam que a inalação do odor proveniente do esgoto a céu aberto causaria algum dano à saúde das pessoas, a grande maioria (85%) dos moradores entrevistados responderam afirmativamente, já 15% responderam negativamente. Esses dados aproximam-se da questão anterior quando 88% asseveraram que há malefícios para a saúde ao se respirar esses ares que estariam corrompidos.

Se a teoria miasmática dos séculos XVIII e XIX defendia a existência de atmosferas corrompidas por exalações pútridas, que por sua vez reverberavam negativamente sobre o estado de saúde dos indivíduos, pode-se em certa medida admitir, que tal saber oitocentista se faz presente na cidade de Parintins, em pleno século XXI. Essa vigilância olfativa levada a cabo por cada morador permanece ao identificar os odores julgados sãos e malsãos para sua saúde. Tal atenção aos odores, também, foi resultado de um longo processo de educação dos sentidos voltados para a moralização dos costumes. Sujidades e hígidez foram alvos desse processo de medicalização da sociedade, redefinindo-as segundo determinados padrões sanitários.

Os códigos de posturas do município de Parintins buscaram, pelo menos desde o início do século XX, banir para as localidades periféricas da cidade os cheiros considerados ofensivos à modernidade, odores suspeitos oriundos de residências e de atividades comerciais produtoras de exalações malcheirosas (ARCHANJO; HIGUCHI, 2014). A ciência moderna ainda tenta compreender os efeitos da inalação dos maus odores provenientes de esgotos.

Ao se investigar o tema odor/doenças percebeu-se que ainda são raros os estudos sobre a relação da inalação de esgoto a céu aberto e seus efeitos sobre a saúde humana. Estudos sobre a exalação de maus odores provenientes de ETE (Estações de Tratamento de Esgoto) atestam que o mau cheiro é comparado ao odor de ovo podre, e se dá principalmente em função do gás Sulfeto de Hidrogênio – H<sub>2</sub>S, também chamado de gás

de esgoto. Esse gás é o mais comum encontrado em ETE (SCHIRMER; OLIVEIRA, 2010).

Na edição de Julho de 2015, a Revista TAE (Tratamento de Águas e Efluentes), trouxe em sua capa a matéria intitulada “*A questão do odor é nova ainda no Brasil*”. O artigo escrito por Cristiane Rubim chama atenção para as denúncias, cada vez maiores, de maus odores provenientes de ETEs. Mais de 50% de denúncias ambientais, são de exalações pútridas vindos dos ETEs. O artigo discorre sobre a necessidade de novas tecnologias para amenizar ou até eliminar tais exalações. Quando se refere à relação entre maus odores e saúde a autora afirma que:

Os odores podem causar desconforto às áreas circunvizinhas e afetar a saúde das pessoas, o que torna imprescindíveis a prevenção das emissões e o tratamento dos gases. O gás sulfídrico é altamente tóxico e irritante, atuando sobre o sistema nervoso, olhos e vias respiratórias. A intoxicação pela substância pode ser aguda, subaguda e crônica, dependendo da concentração do gás no ar, da duração, da frequência da exposição e da suscetibilidade individual (RUBIM, 2015, p. 17).

O que determina, no entanto, os diferentes efeitos sobre a saúde humana é a concentração desses gases no ambiente. A exalação de H<sub>2</sub>S tende a ser maior em áreas circunvizinhas a ETEs (CORDEIRO; MUCCIACITTO, 2014). Cordeiro e Mucciaccitto (2014) realizaram uma investigação sobre a relação entre exalações fedorentas vindas de um córrego onde águas servidas são descartadas e o desempenho de alunos de uma escola localizada nas imediações. Eles concluíram que os estudantes em contato com o mau cheiro do esgoto ficam prejudicados, pois, afeta a concentração e a sua saúde, resultando na diminuição do raciocínio durante o processo de aprendizagem.

A exposição frequente das pessoas a odores provenientes de tratamento de esgotos doméstico podem afetar a saúde e o bem estar, mas isto ocorre, em geral, em localidades próximas a ETEs (GIATI; MOURA-DE-SOUZA, 2009), ou em córregos que recebem grande quantidade de tais efluentes. A cidade de Parintins não possui ETEs, mas há despejo de águas servidas, como visto no capítulo 2, em várias partes do perímetro urbano, e em algumas situações criando poças grandes de esgoto, semelhantes às valas negras<sup>18</sup> (Figura 15).

---

<sup>18</sup> Escadouro de águas servidas a céu aberto

**Figura 15 - Poça formada de esgoto em pleno verão amazônico**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2015.

Alguns sujeitos da pesquisa relataram que em função das emanações nauseabundas do esgoto a céu aberto, eles foram obrigados a mudar até hábitos, como a prática diária de sentar com a família no fim de tarde na calçada, para conversar e apreciar o movimento dos transeuntes na via. Quando o mau cheiro é forte, tal hábito torna-se inviável. Também relataram que mesmo no calor, janelas devem permanecer fechadas para evitar a penetração de tais odores.

*-Esgoto é que está aqui na frente de casa, fede muito, fede tanto que a gente tem fechar a janela, e nem pode ficar sentado aqui na frente, porque tem dia que está horrível isso aqui, hoje até que não tá ruim.*

*-Acho que é esse esgoto da rua. Aqui na rua prejudica muito a gente aqui em casa, fica atraindo mosca e fede muito as vezes que não dá nem pra ficar com a janela aberta de casa, aí tem que escolher ou o calor ou a fedentina desse esgoto.*

*-Esse que fica aí fora deixando tudo fede, faz até mal ficar cheirando esse negócio, por isto tem dia que nem fico aqui na frente. Isso acho que é esgoto a céu aberto fica descoberto pelas ruas da cidade com a gente pisando nele.*

Tais mudanças no cotidiano de pessoas expostas aos maus odores dos esgotos foram mencionadas na tese de Rosana Giuliano (2002) intitulada “Avaliação do impacto da proliferação de odores ofensivos do tratamento de esgotos sobre a saúde e o bem estar públicos: ETE - Piracicamirim - Piracicaba – SP”, onde a autora explica que o forte mau odor emitidos por ETEs podem interferir inclusive nas relações sociais, já que os proprietários dos imóveis afetados sentem-se constrangidos em receber visitas, e muitas

vezes, quando o mau odor é muito forte, fecham todas as janelas e portas da casa. Além disso, a autora considera o mau cheiro do esgoto prejudicial à saúde.

Por outro lado, Lins (2010) afirma que, a ciência ainda não chegou a uma conclusão definitiva sobre os efeitos do gás do esgoto para a saúde humana. Diz ainda que o mau odor causa mais incômodos aos que inalam do que efeitos negativos na saúde. Assegura assim que “Geralmente o odor, do ponto de vista da regulamentação ambiental, é visto como fator de perda de bem estar, e não de prejuízo a saúde” (Ibid., p. 134).

Não foi encontrando nenhuma literatura que verse sobre concentração de gases de esgoto ou S<sub>2</sub>H em Parintins, ou efeitos de maus odores a saúde. No entanto, as observações realizadas, durante a pesquisa campo, revelaram alguns aspectos em relação aos odores. O volume de águas servidas e seu vagaroso ou acelerado fluxo pelas vias contribuem com a qualidade dos odores. Em ruas com alta ou média declividade, os eflúvios domésticos percorrem-nas com uma velocidade maior. A tendência, segundo os próprios entrevistados, neste caso, é o odor não apresentar incômodos significativos (Figura 17).

**Figura 16 - Rua com baixo declive e obstruções**      **Figura 17 - Rua com médio declive**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de campo, 2015

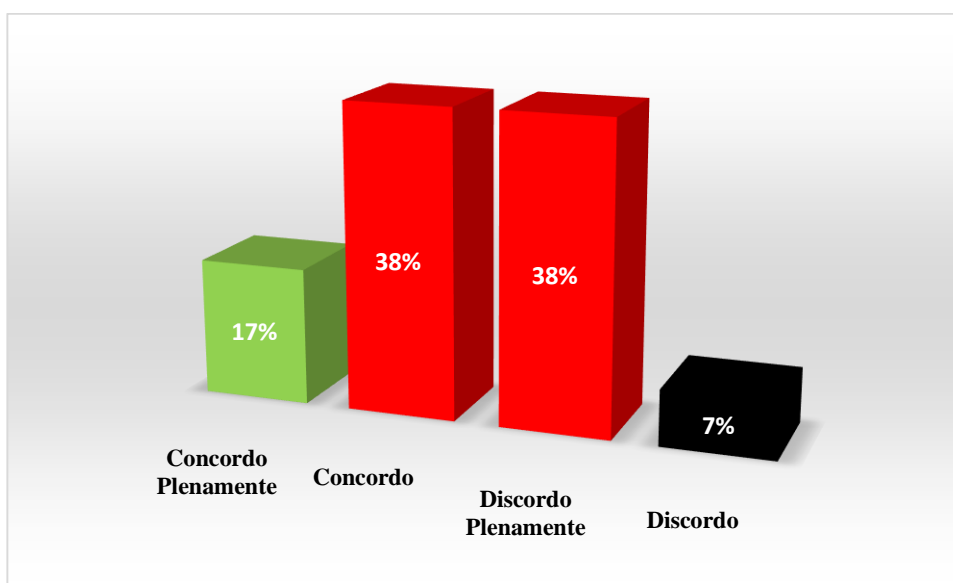
Há ruas, no entanto, que além de apresentarem pouco declive, apresentam algumas obstruções contribuindo para as águas servidas passarem de maneira bem mais vagarosa (Figura 16). São entulhos, areia, capim crescido, lixo, entre outros elementos, que

dificultam a passagem das águas residuárias. Essa situação contribui, segundo os moradores entrevistados para criar poços de lamas fétidas.

Parte dos sujeitos da pesquisa associam os maus odores provenientes do esgoto a céu aberto às contaminações. Na opinião de Killinger (1997, p. 286), “La intolerancia olfativa se encontró apoyada por el discurso naturalista del hedor, es decir, por la relación entre el mal olor y la infección”. Por isso, ainda segundo a autora, há uma crescente propaganda de detergentes que prometem não apenas desinfetar as impurezas, mas também desodoriza-las, eliminando ou dissimulando as exalações mau cheirosas.

A questão dos maus odores que emergiram nas falas de alguns sujeitos da pesquisa foi tema de uma questão dedicada aos odores provenientes do esgoto a céu aberto, onde procurou-se saber se o cheiro das águas servidas nas ruas da cidade são sempre ruins. As respostas foram as seguintes:

**Figura 18 - Graus de concordância à afirmativa de que o odor do esgoto a céu aberto não é sempre é ruim**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2014.

Constata-se que houve uma ligeira predominância entre os sujeitos da pesquisa que opinaram ser o cheiro do esgoto a céu aberto sempre ruim. Por outro lado, há os que consideram que nem sempre tais efluentes exalam maus odores. Embora não seja diretamente objeto deste estudo compreender os diferentes modos das pessoas sentirem odores emanados das águas servidas localizadas nas ruas de Parintins, convém tecer algumas considerações.



Deve-se considerar que é natural que distintos moradores tenham opiniões divergentes sobre determinado aroma, como assegura Gersina Carmo Junior em sua Tese de doutoramento, pois as pessoas “[...]encontram diferentes odores ofensivos em diferentes concentrações. Isto resulta na maneira diferente que os indivíduos percebem os odores” (CARMO JUNIOR, 2005, p.28). Ou seja, a maneira como se percebe odores variam entre as pessoas, o mau cheiro identificado por alguém pode passar despercebido por outra pessoa.

É relevante também lembrar que os esgotos nas ruas da cidade apresentam diferentes volumes e, sobretudo, existe uma tendência, observada durante a coleta de dados e corroborada por algumas falas dos sujeitos da pesquisa, de que as águas servidas produzem maus odores quando ficam estagnadas por um determinado período nas vias, fatos que podem em certa medida afetar a percepção olfativa dos moradores, ou ocorrer a naturalização de algo desagradável.

Em um dos relatos o entrevistado afirma que o cheiro do esgoto a céu aberto não o incomodava mais, embora incomodasse outras pessoas de seu convívio familiar, ou seja, inseridos em um mesmo ambiente olfativo.

*-Acredito que esgoto a céu aberto seja igual a essa água que fica dia e noite na frente aqui das casas, ficando a vontade ao ar livre, recebe sacola, capim, lixo, resto de comida, tudo que não presta, e aí fica essa lama, essa, as vezes fede as vezes não, acho até que já me acostumei com o cheiro, porque quando minha filha diz que está fedendo, as vezes eu digo que não estou nem sentindo nada.*

Descrição semelhante foi identificada entre catadores de resíduos sólidos que efetuavam o serviço de coleta dentro da lixeira pública de Parintins. Para alguns deles, o odor da lixeira não os incomodava mais, pois alegavam que já haviam se acostumado, após anos de convívio, com o que antes era considerado mau cheiro (ARCHANJO, 2007).

É necessário estimar também que, o olfato não é considerado somente um fenômeno biológico e psicológico, pois, além disso, é cultural, social e histórico. Odores estão imbuídos de valores culturais “[...] e são empregados pelas sociedades como meio adequado e um modelo para definir e interatuar com o mundo”. O odor mudou com o passar do tempo, mas também é definido de acordo com o espaço (CLASSEN, *et al.*, 1996, p.13). O que perceberiam os turistas vindos de diversas partes do Brasil e do mundo, durante o festival folclórico de Parintins, a respeito dos odores exalados pelo esgoto a céu aberto em diversas partes da cidade? Os odores os incomodariam ou seriam indiferentes



a eles? Esses visitantes ao caminharem pelas vias da urbe parintinense estão inseridos em um ambiente olfativo possivelmente distinto daqueles que convivem em seu cotidiano.

Por outro lado alguns moradores entrevistados demonstraram que não são indiferentes às exalações dos esgotos, o que ocorre é que nem sempre sentem desconforto ao inalar tais odores. Classen *et al.*, (1996) afirma que na Idade Média o mau odor era consentido, pois era encarado como resultado do ciclo natural da vida. Com a revolução olfativa do século XVIII, gestada verticalmente sob a égide da mentalidade burguesa, houve a transformação da percepção dos odores, onde olfatos tornaram-se mais exigentes (CORBIN,1987).

O odor do esgoto a céu aberto, além de, como afirmam os sujeitos da pesquisa, de “infectados por doenças”, cheiram também ao descaso, à irresponsabilidade do poder público em resolver ou mitigar um problema que repercute negativamente na vida das pessoas. Cheiro de insensatez, de insensibilidade, de negligência, de indiferença a precarização do esgotamento sanitário na cidade. São as metáforas olfativas modernas.

*-Esgoto que fica jogado na rua com mau cheiro, um descaso da prefeitura, que não faz nada pra melhorar essa situação que a gente vive há muito tempo.*

De fato, olfatos vigilantes e intolerantes denunciam que onde há maus odores de esgotos a céu aberto inexitem ações públicas voltadas para o saneamento básico. Longe da utópica cidade inodora, ilusão esta fomentada pela ideologia higienista, Parintins tem seus cheiros, que, como pode-se perceber pelas respostas dos moradores entrevistados, muitos deles nem sempre desagradáveis, principalmente os derivados dos esgotos das ruas.

*c) Esgoto a céu aberto e impactos negativos ao ambiente e a saúde.*

Foram poucos (12%) os moradores entrevistados que falaram sobre o impacto negativo do esgoto a céu aberto sobre o meio ambiente, relacionando seu descarte inadequado com o aumento da poluição.

*-Água poluída das ruas onde tem tudo que não presta, barata, rato. E ssa sujeira volta pra gente, porque vai entrar no solo, e depois a gente vai beber essa água. O pobre como não bebe água mineral, ele bebe essa água poluída mesmo, do lago aqui atrás [referindo-se ao lago do Macurany] que fica recebendo essas imundícies.*

*-É aquele esgoto que fica perto do rio e joga tudo na água. Fica aparecendo nas ruas e bombeando para o rio toda a sujeira, depois a gente vai usar essa água poluída pode até adoecer.*

*-É aquele que não tem tratamento fica ao ar livre, depositado no rio sem o devido tratamento enchendo de bactéria água, poluindo tudo.*

Para estes sujeitos da pesquisa, o efeito mais nocivo do escoamento inadequado das águas servidas é seu impacto negativo no meio hídrico. Este grupo de moradores entrevistados mostram que sabem do problema ambiental que pode ser causado pelo descarte impróprio de esgoto sanitário no entorno da cidade. Sujeira e bactérias compõem o discurso e dá ênfase a ameaça que representa o esgotamento inadequado para o equilíbrio ambiental e conseqüentemente para a saúde humana. Para o professor de Ciência Ambiental do Marymount College em Nova York, Steven Dashefsky (2011), poluição está relacionada a alguma alteração negativa da biosfera terrestre. Quando a poluição ocorre na água pode ser causada por produtos químicos derivados de metais pesados, resíduos industriais, fertilizantes, pesticidas, de origem petrolífera, mas também

[...]pode ser causada por resíduos orgânicos, entre os quais os alimentos e resíduos humanos encontrados no esgoto lançado na água. Esse material abriga e estimula o crescimento de micróbios que causam doenças. Os resíduos orgânicos favorecem drasticamente o crescimento de bactérias que usam todo o oxigênio disponível na água (DASHEFSKY,2001, p.211).

Sobre a relação entre saúde e esgoto, os sujeitos da pesquisa foram indagados se esgoto a céu aberto causa doenças entre as crianças. O direcionamento esgoto-doença-criança se deu em função destas últimas serem as mais vulneráveis a contrair doenças de veiculações hídricas como a diarreia (KRONEMBERGER, 2013).

Sobre a relação do esgoto com a saúde, a maioria (84%) dos moradores entrevistados concordaram plenamente que o esgoto a céu aberto faz mal para saúde das crianças, 12% opinaram que concordam, e 4% responderam não acreditar que esgotos são causadores de enfermidades. Assim, a grande maioria dos sujeitos da pesquisa está ciente dos perigos que representam o convívio das pessoas com esgoto a céu aberto nas ruas para a saúde das crianças.

Na cidade de Parintins, dados revelados pela Gerência de Vigilância Epidemiológica, informam que o número de crianças entre 0 e 4 anos acometidas de diarreia em Parintins, em 2014, somam 323 casos. Observa-se também que os meses com maior incidência de diarreias estão entre dezembro e junho, período que normalmente ocorrem mais chuvas na região. Os quatro bairros onde ocorreram a coleta de dados, União, Itaúna II e Centro, juntos tiveram 2.220 registros somente de diarreia, de um total 8.407 (PREFEITURA DE PARINTINS, 2014).

Observa-se, além disso, que os meses com maior incidência de diarreias se localizam entre os meses de dezembro e Junho, período que normalmente ocorrem mais chuvas na região. Em relação aos bairros que fazem parte da pesquisa o Centro é o que apresentou maior número de casos registrados no ano de 2014, seguido pelo Itaúna II e União (Ibid.).

### **Considerações Finais**

Os significados relativos ao saneamento doméstico, esgoto sanitário e esgoto a céu aberto deixam visível o desconforto quando estes não estão organizados de forma a preservar as ameaças à paisagem, ao olfato e à saúde. Apesar das condições de baixa escolaridade de muitos destes entrevistados, estes têm ciência dos efeitos negativos decorrentes da falta ou precariedade do saneamento, incluindo problemas às pessoas e ao ambiente. O incômodo e desprazer é recorrente para a maioria destas pessoas.

Pode-se afirmar que cheiros desagradáveis provenientes do esgoto nas ruas podem influenciar na qualidade de vida das pessoas. Essa situação retrata o cotidiano de indivíduos submetidos à precarização do esgotamento sanitário e seus inconvenientes, que leva, em última instância a impactar negativamente no bem estar da população. Entre os impactos negativos estão mudanças compulsórias de hábitos para afastar o mau cheiro de suas proximidades que, por sua vez, reverberam inclusive em suas relações de vizinhança.

A exalação de maus odores provenientes do esgoto a céu aberto na cidade de Parintins se constitui, a partir da visão destes entrevistados, um indicador de insustentabilidade ambiental, já que tais emanações nauseabundas podem comprometer a qualidade de vida da população.

Os significados atribuídos ao esgoto como portador de imundícies, coisas podres e abomináveis é aceitável e necessário, desde que este não seja visível ou sentido. A função do esgoto, é para estas pessoas, exterminar ou eliminar e distanciar as sujidades produzidas no cotidiano. Nesse sentido o esgoto carrega consigo a nobre função de colaborar com a higidez dos resíduos humanos e ambientais.

Já os significados do esgoto a céu aberto, contendo águas servidas nas vias, é suportado pois, este seria parte da dinâmica da cidade, como organismo vivo. Entretanto, sua função também é de expulsar os rejeitos, evitando a convivência no território privado,

doméstico. Esse “córrego” é entendido como um meio necessário para levar embora, afastar de si tais rejeitos.

E é sobre estratégias no dia a dia dos moradores entrevistados para afastar de suas proximidades as águas servidas, o foco central do o próximo capítulo. Nele se discorrerá sobre quais as práticas na atualidade dos residentes da ilha de Tupinambarana em relação ao esgotamento sanitário, e quem seriam os agentes responsáveis pela solução.

## CAPÍTULO 4

### 4 PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE CONVÍVIO COM O ESGOTO A CÉU ABERTO

Neste capítulo, descreve-se as práticas cotidianas dos moradores entrevistados relacionadas ao saneamento básico em Parintins, especificamente em relação ao descarte de suas águas servidas do ambiente doméstico. Inicialmente, identifica-se e discute-se as estratégias utilizadas pelos moradores entrevistados para afastar de si o esgoto doméstico produzido.

Em seguida, apresenta-se a percepção dos moradores entrevistados sobre as responsabilidades na resolução do “problema”<sup>19</sup> do lançamento de esgotos em vias públicas e sua disposição final em lagos e rios do entorno de Parintins. Também discorre-se sobre as soluções dadas para as águas residuárias que “navegam” nas ruas da cidade. Por fim, destaca-se as ações voltadas para solucionar ou atenuar os efeitos da convivência com o esgoto a céu aberto na rua e bairro de sua residência.

#### 4.1 A prática cotidiana de se afastar das águas servidas

A história da evolução do saneamento na cidade de Parintins contribuiu para melhor entendimento das ações do poder público visando tornar a cidade a mais hígida possível, de acordo com o desejo de modernizá-la. Ações privadas realizadas pelos moradores foram as que, desde a formação do povoamento, prevaleceram, sendo, posteriormente e vagarosamente, substituída, parcialmente pelo poder público, porém de maneira ainda incompleta, em função da ausência de políticas públicas voltadas para o esgotamento sanitário (ARCHANJO *et al.*, 2015).

Entre as soluções para as necessidades corriqueiras estão as maneiras como as pessoas se organizam para resolver problemas gerados pela produção das sobras do consumo humano, principalmente o destino dado as águas servidas no cotidiano sanitário. Casa, rua, bairro, cidade fazem parte deste território do cotidiano sanitário dos moradores

---

<sup>19</sup> O termo problema está escrito entre aspas, pois até aqui não está claro se a presença de esgoto a céu aberto na cidade é percebido como inconveniente por todos os moradores investigados.

entrevistados, que explicaram quais estratégias são utilizadas para se livrar das águas servidas. Mas aonde se quer chegar com o termo “cotidiano sanitário”?

O conceito de cotidiano aparentemente é simples, pois a princípio remete-se a ações reproduzidas diariamente. Seguindo este raciocínio, por cotidianidade compreende-se as ações do dia a dia, o que de tanto se repetir passa despercebido (SPINK, 2007). Porém, apesar de ser singelo, banal, de ser o cerne de micro acontecimentos desinteressantes, mas que retroalimenta, ao mesmo tempo, o que há de mais fundamental na existência, é nele onde tudo ocorre inclusive a inventividade do ser humano para dar soluções aos desafios do dia a dia (FILHO, 2015).

Dito isto, é no cotidiano do fazer sanitário que estão as medidas, as soluções, os improvisos, os jeitos, as invenções, para afastar da intimidade do lar as águas servidas, que por já terem cumprido seus objetivos primordiais (cozinhar/higienizar), não possuem utilidade prática, além de ameaçar a salubridade do lugar.

Na ausência de políticas públicas para o esgotamento sanitário, na cidade de Parintins cada morador parece encontrar a solução que lhe convém. Constatou-se nesse estudo que há três maneiras básicas de destinação dada pelos moradores entrevistados para suas águas servidas. A primeira consiste em lançar em sumidouros localizados nos quintais das residências. Sumidouros são definidos como “Poço seco escavado no chão e não impermeabilizado, que orienta a infiltração de água residuária no solo” (ABNT- NBR 7229, 1993). A segunda solução é lançar as águas servidas diretamente nas vias públicas. O terceiro é o lançamento dos líquidos residuários no próprio quintal, neste caso, não há sumidouros, a estratégia é que após o descarte de tais rejeitos os mesmos devem ser absorvidos pelo solo. Somada a essas três estratégias de afastamentos das águas servidas, existem ainda aquelas residências que margeiam o ambiente hídrico, que lançam suas águas usadas diretamente no rio Amazonas ou em lagos que circundam a ilha.

Independentemente do tipo de construção da casa, seja de madeira, alvenaria ou mista (madeira e alvenaria), seja o morador com baixo ou alto grau de instrução, constatou-se que a grande maioria dos moradores entrevistados, faz algum tipo de lançamento de efluentes domésticos para via pública.

Dos moradores entrevistados, cerca de 31%, informaram possuir a fossa seca. A privada de fossa seca é uma solução individual. Os excretas são lançadas em um buraco diretamente, sem contato com água, por isso é uma solução por via seca e de baixo custo. As privadas são construídas em “casinhas” no quintal das residências. Neste tipo de fossa “As fezes retidas no interior se decompõem ao longo do tempo pelo processo de digestão

anaeróbia” (BRASIL, 2007, p. 170). Para afastar os líquidos residuais, alguns componentes deste grupo de entrevistados, afirmam lança-los nas ruas, e outros disseram que descartam no próprio quintal.

Entre as principais vantagens da fossa seca destacam-se: seu baixo custo de construção e simplicidade de manutenção e operação, não há consumo de água e apresenta risco mínimo para a saúde das pessoas. Entre as desvantagens estão que elas podem poluir o subsolo, não são adequadas para áreas de alta densidade populacional e não resolvem os problemas de outros eflúvios domésticos (Ibid.).

Outra desvantagem da fossa seca, é que na época das grandes enchentes como as que atingiram Parintins em 2009, 2012 e 2014, muitas casas foram invadidas pela água, ocasionado o transbordamento de fossas. Uma das consequências deste fato é o risco maior de se contrair doenças de veiculação hídrica.

A construção de banheiros no fundo do quintal, não possui uma justificativa somente embasada no conhecimento técnico da engenharia ambiental. O hábito de edificar as chamadas ‘casinhas’ (banheiros) fora do espaço da casa é histórico, e está relacionado com a marginalização das funções excretórias, ou seja, afastar o indesejável para o mais distante possível da morada (RODRIGUES, 1979).

Entre os moradores entrevistados, (43%) afirmou possuir fossas somente para receber os dejetos dos vasos sanitários. O restante das águas servidas, em geral, é lançado nas ruas. Essas fossas recebem o material proveniente da descarga do vaso sanitário, recebendo excrementos e a parte líquida encarregada de levar as fezes.

Os moradores entrevistados que possuem apenas fossa conectada ao vaso sanitário, confirmaram que lançam líquido residuário doméstico na rua, por meio da pia da cozinha, ou do banheiro, do chuveiro e ainda da água usada na máquina de lavar roupas. Há casas também que lançam águas servidas a partir de todos os meios possíveis, mas há outras que se utilizam apenas um ou dois meios.

Constatou-se que a pia da cozinha é o utensílio mais empregado para lançar águas servidas em 71% das casas dos moradores entrevistados. Logo em seguida vem à água despejada a partir do ralo do chuveiro, com 66%. A pia do banheiro contribui com 60% de participação, por último, está a água usada em máquinas de lavar roupas.

Somente 26% dos entrevistados afirmam possuir fossas sépticas com sumidouros separados. Fossas sépticas ou tanques sépticos podem ser definidos como “Conjunto de unidades destinadas ao tratamento e à disposição de esgotos, mediante utilização de

tanque séptico e unidades complementares de tratamento e/ou disposição final de efluentes e lodo” (ABNT- NBR 7229,1993).

No entanto, observou-se que, mesmo possuindo fossas sépticas, algumas residências dos entrevistados lançam algum tipo de águas servidas nas vias públicas. Assim como já observado, nem todas as águas do esgoto doméstico são canalizadas para a fossa séptica. Neste sentido, determinados sujeitos da pesquisa, embora tenham sumidouros, afirmam receber parcialmente águas servidas da casa, como, por exemplo, água do banheiro. No entanto, a água da cozinha é lançada na rua, ou vice-versa. Constatou-se entre os 26% que possuem fossas sépticas, somente a metade deste número afirma que não lança esgoto doméstico nas vias públicas.

Constatou-se, deste modo, que mais de 80% dos domicílios analisados possuem parcialmente ou totalmente, descarte de suas águas servidas inadequado. Os dados de Parintins se assemelham aos dados do Estado do Amazonas, aos péssimos números sobre saneamento básico, já citados no capítulo 2.

#### **4.2. Conflitos advindos do lançamento de águas servidas**

A ampla utilização da pia da cozinha e do jirau<sup>20</sup> não é somente para lançar águas servidas. Durante o levantamento de dados constatou-se que muitos sujeitos da pesquisa se queixavam de uma prática tida como habitual por parte de alguns moradores dos bairros investigados. Além das águas servidas, alguns residentes também jogam resto de comida nas pias que são canalizadas em seguida para as ruas, situação esta considerada corriqueira e inconveniente por determinados sujeitos da pesquisa. O ato de despejar resto de comida pela pia, que, por sua vez, está interligada por tubulações ou valetas para via pública, acarreta problemas, segundo tais entrevistados, como infestação de ratos, moscas e urubus, além do mau cheiro.

A presença de sobras de alimentos junto às águas servidas domésticas nas vias públicas de Parintins podem ser confirmadas caminhando pelas ruas da cidade, onde

---

<sup>20</sup> Jirau é uma “Armação de madeira, disposta no sentido horizontal apoiada em forquilhas cravadas no chão, suspensa a meia altura do chão (ALBERNAZ; LIMA, 1998, p. 326). O jirau, a que se refere esta pesquisa, se localiza nas cozinhas em uma espécie de mesa suspensa, fixada pelo lado de fora da casa. No jirau lava-se louças, cuida-se de alimento, etc.



percebe-se que a origem dos alimentos em meio ao esgoto a céu aberto, são das residências e comércios, mas também de alguns restaurantes e padarias.

#### 4.2.1 Pias da discórdia

Descarte de detritos alimentares está entre as condutas tidas como inadequadas e, que, ocasionalmente originam discórdias entre a vizinhança, em função das acusações de que alguns moradores estariam contribuindo para aumentar a sujeira e o mau odor das vias públicas da cidade.

*-O vizinho joga o resto de comida pela pia e vai tudo parar no meu quintal. Acho errado jogar resto de comida na pia, porque vai tudo pra fora e fica cheio de rato e urubu.*

*-Falta consciência dos moradores em não jogar resto de comida no esgoto, por que assim piora as coisas. -O pior é jogar resto de comida e borra de café, aí fica ruim, porque atrai rato e barata.*

*-Não sei, não tenho certeza, já ouvi uma vez uma vizinha falando desses esgotos aqui na frente, reclamando de outro vizinho que joga resto de comida na pia aí vem parar tudo aqui, o senhor está vendo? É arroz, daqui apouco aparece ratos por aqui, aí um joga a culpa no outro.*

Ao analisar as falas dos moradores entrevistados, a prática de jogar comida na pia da cozinha ou no jirau, virou um tabu, pois é algo que se vê nas ruas, mas nenhum deles admite que o façam. Muito pelo contrário, essas ações e outras consideradas inadequadas, geralmente, são realizadas sempre pela vizinhança, ou seja, são “outros” que por meio de ações sanitárias consideradas inapropriadas, é que colaboram negativamente com o incremento da poluição ambiental.

“Os outros” é um termo relativamente comum encontrado nesse estudo, onde o problema quase sempre está ao lado, ou seja, na vizinhança. A este comportamento a psicologia denomina de autocentrado. “O olhar sobre o outro é de não inclusão; o outro só emerge enquanto alvo de críticas e de condenações de seu comportamento”. Neste sentido sempre a geração de um problema ou a falta de interesse em sua resolução, é atribuída ao outro e não a si mesmo (LEVY *et al.*, 2011, p.11).

Por outro lado, constatou-se que nenhum dos moradores entrevistados fez referência a legislação que trata sobre este tema. As falas enviesaram-se, em geral, para os efeitos de tal prática, tida como errada, para a manutenção da saúde. Infere-se que condutas de moradores, como as de lançar restos de comidas em via pública, são percebidas como infligidoras de normas, que atuam na constituição dos sujeitos. Essa

seria uma característica, segundo Foucault (1979; 2005), do poder moderno que se exerce cada vez mais por meio da norma e menos por intermédio da lei (soberania). A norma como produto do biopoder atua sobre os indivíduos (disciplina) e sobre a população (biopolítica). Portanto, o foco central do biopoder é a regulamentação da vida do ponto de vista biológico. Produz-se, artificialmente, relações assépticas que impactam na formação de condutas dos sujeitos.

Lançar resto de alimentos na via pública intui-se como ato que atenta também contra a moral, já que este gesto denota uma falta de respeito e cuidado com o lugar onde se vive. Tais transgressões, ao que tudo indica, não são apenas pelo Estado, por vias de Leis, mas são punidas por moradores vigilantes (aqueles que afirmam que não possuem tal hábito), que reprovam tais atitudes.

Há, portanto, sobre o indivíduo que pratica tal ato, tanto uma carga de controle jurídica quanto sanitária e moral, mas esta última de atuação mais eficiente. A medicina urbana, como estratégia biopolítica, adota uma postura normativa, indo além de prescrever conselhos sobre como ter uma vida saudável no espaço público e privado, mas também atuando em nível físico e moral do indivíduo e da população (FOUCAULT, 2004).

Assim, a higienização do século XIX prescrita pela medicina social, introduziu padrões de comportamentos e novos mecanismos de sujeição. Estar fora dos padrões era considerado como desvio de norma, ou seja, indivíduos que deveriam ser punidos pelo perigo que representava tal anomalia para o projeto higienizador. É neste campo da biopolítica que ocorrem os processos de subjetivação dos sujeitos, por via da regulamentação da população (FOUCAULT, 2004, 2005).

A estratégia biopolítica materializa-se por meio de mecanismos sutis, para fazer com que os indivíduos percebam as normas não como uma imposição, um interesse alienígena que desqualifica seus hábitos, mas pelo contrário, reconhecer que tais normas existem em função de um bem comum, prolongamento da vida por via da higienização do corpo e da cidade. Lei tem efeito repressivo, intimidador, a norma trabalha na produção de verdades constituídas a partir de um saber/poder (FOUCAULT, 1979, 2005).

Não se pode deixar de considerar o aspecto da vigilância sobre as condutas de alguns moradores que utilizam as ruas como disposição final de restos alimentares, hábito este, aparentemente, condenável por outros residentes. O hábito de lançar restos de comidas no espaço público depõe contra o cidadão que pratica este ato, já que tal conduta pode revelar sua educação higiênica e o seu trato com a coisa pública.

Como afirma Machado (1978), o fato é que a medicina social, já há muitos anos, demarcou o que seriam condutas toleráveis e intoleráveis para a higienização da cidade e do corpo. Acredita-se que arremessar ou lançar imundícies nas ruas parintinenses estavam entre as condutas moralmente reprováveis.

Lançar sujidades nas ruas de Parintins é uma prática que já era combatida pelo menos desde o início do século XX, costumes estes que eram condenados pelas autoridades locais (JORNAL PARINTINS, ed. 11, 1917, p.2). É provável que entre as sobras domésticas, descartadas inadequadamente nas ruas de Parintins, poderiam estar as sobras de alimentos. Durante a tentativa de modernizar as urbes, ações como jogar dejetos em via pública passaram a ser associadas como ato de incivilidade e falta de compostura (ARCHANJO *et al.*, 2015).

Percebe-se nas falas de determinados sujeitos da pesquisa um sentimento de repúdio pela transgressão de uma norma. Tal violação possui como agravante que as sobras dos outros invadem o espaço público. Assim, o problema deixa de ser individual quando trasborda para o âmbito do espaço coletivo, o que tem gerado certo desconforto nos moradores entrevistados.

Técnicas de poder (normalizadoras) intervêm nas práticas sociais, produzindo artificialmente a boa e a má conduta dos moradores, neste caso, relacionado ao despejo de sobras de alimentos. Diante do exposto, infere-se que restos de comidas lançados por alguns moradores nas ruas da cidade estão no campo do interdito, do insuportável, das sujidades que colocam em risco a higidez do lugar.

#### 4.2.2 A invasão das águas servidas

Há casas (13%) que possuem somente fossa seca, mas não lançam águas servidas para via pública. São as residências que optam pela solução de lançar águas servidas exclusivamente no próprio quintal, a espera que o próprio solo absorva o líquido indesejável. Mais adiante, mostrar-se-á que, apesar de não contribuir com o aumento de volumes de águas servidas, tal prática pode gerar em alguns casos, conflitos entre a vizinhança.

Por outro lado, 18%, do total de 31% dos que possuem fossa seca, lançam águas servidas tanto no quintal como na rua. É, por exemplo, o caso de um morador entrevistado do bairro da União, que lança parte de sua água usada a partir do seu jirau, que é deslocada até a rua por meio de uma valeta aberta na lateral da casa, como também a usada na

higiene corporal é descartada no quintal. Tal entrevistado afirma que “[...] não tem muito esgoto na rua não, porque muitos vizinhos deixam o esgoto no quintal, não abrem a vala pra escoar para fora, vai tudo pra dentro”.

**Figura 19 - Vala aberta para escoar água do jirau**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2014.

Assim como as sobras de comidas lançadas nas ruas causam desavenças, o ato de escoar águas servidas para os quintais, em algumas situações, também produz discórdias entre a vizinhança. O problema é que dependendo da quantidade de líquidos residuais jogados nos quintais, somada as águas da chuva, ocasionalmente pode ocorrer o transbordo das águas servidas para o terreno vizinho.

*- Este vizinho perturba agente com o esgoto dele, que vive passando pro lado de cá.*

*-Aqui do lado agente vive pedido pro vizinho parar de jogar porcaria pro quintal dele, porque as vezes derrama pro nosso quintal.*

Esta invasão das águas servidas, como se pode observar, pode eventualmente criar imbróglis entre vizinhos. Tal incursão só é possível ocorrer entre quintais que não possuem muros de alvenaria, o que impediria a ocorrência desse acontecimento.

Ações individuais que resultam em lançamento de águas servidas em lugares impróprios podem ter uma repercussão negativa sobre a qualidade de vida da

coletividade, em função de tais inadequações de ações de saneamento ambiental. Mas qual a opinião dos entrevistados sobre a competência na resolução do problema dos esgotos a céu aberto na cidade? Que soluções, em suas opiniões, seriam as apropriadas?

### **4.3. Esgoto a céu aberto, soluções e agentes responsáveis**

Como discutido anteriormente, os moradores de Parintins, sem auxílio do poder público, partem para soluções privadas, construindo fossas domésticas e alguns acreditam que essa é a única solução para resolver de fato o problema da presença de águas servidas nas ruas. Por outro lado, há os que cobram do poder público as obras para construção de um sistema de coleta das águas residuárias. Acredita-se, diante dos posicionamentos dos moradores entrevistados, que há ainda muita confusão entre eles, em relação à responsabilização pelo esgotamento sanitário.

Por meio dos dados coletados, constatou-se que, a responsabilidade para solucionar o problema de esgoto a céu aberto, para estes entrevistados reside em 51% ao poder público; 38% aos cidadãos, e 11% parceria entre poder público e sociedade.

Para 38% dos entrevistados os próprios moradores, por meio de ações individuais, é que deveriam tomar a frente da situação, a fim solucionar o problema. Por ações individuais, compreende-se qualquer empreendimento do morador de escoar suas águas servidas sem apoio direto ou indireto do poder público.

*-Cada morador é responsável pelos seus esgotos.*

*-Acho que as pessoas devem resolver esse problema.*

Já para 11%, a prefeitura deveria auxiliá-los financeiramente na construção das fossas doméstica, estabelecendo-se, desta forma, uma espécie de parceria entre os moradores e o poder público.

*- A solução é de cada morador, mas o prefeito tem que ajudar.*

*- Poder público tem ajudar as pessoas pra resolver esse problema de água servidas, porque todos saem ganhando.*

A maioria dos informantes (51%), no entanto, considera que o poder público, especificamente a Prefeitura de Parintins, é quem deveria resolver o problema dos lançamentos inadequados, por meio de construção de redes coletoras de esgotos conectados aos domicílios.

*-O SAAE que é responsável e a prefeitura fazer obras nesses esgoto.*

*- O poder público tem dinheiro pra isso, não faz se não quiser. Ele é o responsável.*

Sob a égide da lei a reponsabilidade pelo saneamento é dos municípios, como os titulares dos serviços de interesse público local. Em Parintins, o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário está concedido ao SAAE. No entanto, o SAAE executa ações somente no fornecimento de água (BRASIL, 1988). A Lei Federal 11.445 de 2007, em seu Capítulo VII, estabelece que

Art. 45[...] toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário[...].

§ 1º Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

A Lei 11.445 prioriza, portanto, a construção de sistemas de esgotamento sanitários nas cidades. Caso inexista tais ações, as soluções individuais, como construções de fossas domésticas são permitidas. Mas, como já visto, existem algumas desvantagens oriundas das fossas secas e sépticas.

Esse número expressivo de moradores entrevistados, que acredita que a solução deve partir dos próprios moradores, revela que a questão de saneamento ainda não é compreendida como direito social, que deveria ser garantido por intermédio de políticas públicas e sociais. Soluções particulares para resolver os problemas de esgotamento parecem ser a tônica, quando se faz uma retrospectiva da história do saneamento em Parintins, cada um por si, conforme suas possibilidades financeiras, tecnologias disponíveis e cultura local. E foi assim, como argumenta Rezende e Heller (2008, p. 365), que “[...] as ações realizadas em nível individual estiveram associadas aos aspectos culturais de cada civilização [...]”.

As informações sobre as estratégias utilizadas pelos moradores entrevistados para escoar as águas servidas de suas residências, atestam que não há participação em nenhuma escala do poder público nessas ações saneadoras. Também esses sujeitos da pesquisa dizem, não ter sido, até o momento, contemplados por programas de melhorias sanitárias domiciliares, como, por exemplo, o Melhorias Sanitárias Domiciliares, da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), que são ações executadas em pequena escala nas casas,

como construção de banheiros e sumidouro por exemplo. Assim, cabe ao cidadão, por iniciativa particular, frente à omissão do poder público, dar a destinação que mais lhe pareça adequada. Soluções que muitas vezes são inadequadas para saúde e para o ambiente. O que aparenta ser uma medida provisória, lançar efluentes domésticos na rede pluvial ou em quintais, torna-se definitiva.

Há dois fatos que merecem destaque: O primeiro, a exemplo do que ocorre em muitas cidades brasileiras, o investimento em saneamento básico, geralmente se concentrou no abastecimento de água e coleta de lixo, ficando o esgotamento sanitário relegado para um segundo plano. O que Rezende e Heller (2008, p.364) afirmam ser uma fragmentação da política sanitária, já que o esgotamento sanitário é que apresenta maior déficit em nosso país, e o resultado [...] é o benefício apenas parcial à saúde da população.

Outro fato, é esse grande número de domicílios que descartam suas águas servidas de forma inadequada, pondo em risco, não somente a saúde de seus familiares, mas também a salubridade urbana, em função do que Hochman (1998), denomina de interdependência sanitária. Esclarecido quem são os agentes responsáveis pela esgotamento sanitário, buscou-se compreender, quais as soluções que os moradores entrevistados consideraram apropriadas para o afastamento das águas servidas.

#### 4.3.1. Ações consideradas adequadas para o esgotamento das águas servidas

Após compreender quais as estratégias utilizadas pelos entrevistados para afastar suas águas servidas do ambiente doméstico, e conhecer, segunda suas opiniões, os agentes responsáveis pelo esgotamento sanitário, procurou-se saber quais os tipos de ações que os sujeitos da pesquisa consideraram apropriadas para o afastamento dos eflúvios domésticos.

Chama-se primeiramente a atenção para o fato que quando indagados a quem cabe resolver o problema das águas servidas, 51% responderam que cabe ao poder público, porém não disseram por meio de qual estratégia. Nesta seção os sujeitos da pesquisa apontam as soluções que acreditam serem adequadas, desde as estratégias de banimento até a disposição final das águas residuárias.

**Tabela 3 - Ações consideradas adequadas para o esgotamento das águas servidas**

<i>Tipo de ações</i>	<i>Citações</i> %
Construção de Rede Coletora ligada as residências	45%
Construção de Sumidouros	22%
Lançar nas ruas	20%
Lançar nos quintais	5%
Não Sabe	3%
Não há solução	5%
Total	100%

**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2014.

Observa-se que a construção de rede coletora ligada aos domicílios foi a solução mais citada (45%) entre os entrevistados, comprovando que a maioria deles tem conhecimento deste recurso. Tal obra sanitária, por sua vez, só pode ser executada pelo poder público. Este resultado está próximo ao percentual de entrevistados (51%), que acreditam que o poder público é o responsável pelo esgotamento sanitário da cidade.

*-O SAAE e a prefeitura fazer obras pra resolver, ligando as casas com esgotos das ruas.*

*-A prefeitura tem que colocar galerias para escoar esse esgoto, e os moradores fazerem as ligações, e colocar um tubulação por baixo da terra para escoar os esgotos. Acho que as autoridades políticas é que devem fazer a obra.*

*-É preciso meter uma tubulação de esgoto e ligar com as casas, depois mandar pra bem longe daqui. O prefeito é o responsável pela obra.*

Para os 5% dos entrevistados céticos em relação à resolução do problema, fica latente um misto de desesperança e falta de informações, para eles não há solução. Desesperança em relação ao poder público, que não executa este serviço de saneamento básico, já que o município foi sempre ausente nesta matéria e nunca interveio para solucionar tal situação.

*-Acho que não, como disse faz muitos anos que é esta mesma situação, mesmo problema, e aí a gente vai vivendo, tentando limpar aqui acolá, pra não ficar tão sujo, já que a prefeitura não faz quase nada.*

*-Não tem solução, porque o governo não quer fazer, e o povo fica parado esperando pelos governantes, aí fica tudo na mesma.*



Implícito nessa fala, a desesperança de melhorias na vida urbana a partir das ações governamentais, e o desalento em relação aos outros moradores, que não colaboram com a melhoria desta situação sanitária. Há outros 3% que afirmaram não saber qual seria a solução adequada para o esgotamento sanitário em Parintins.

A construção de fossas e sumidouros foi apontada por 22% dos entrevistados como a melhor saída. Lembrando que há entrevistados que defendem que as fossas devam ser construídas por meio de verba pública. Casos em que não existam redes públicas de coleta de esgotos, a responsabilidade de afastamento das águas residuárias recai sobre cada morador, encargos estes, como assegura Rezende e Heller (2008), que nunca estiveram ausentes completamente na história do saneamento básico brasileiro, principalmente, nas regiões mais carentes do país. O norte do país é bom exemplo de região onde há predomínio, até mesmo em suas capitais, de ações privadas para o esgotamento sanitário.

*-A solução é de cada um dentro de suas condições de dinheiro. Mas se eu tivesse dinheiro, eu faria um sumidouro aqui no quintal [...].*

*-A residências fazerem seus próprios sumidouros. Não sei bem que é o responsável, essa pergunta eu sempre quis fazer. Mas desconfio que esse problema tem que ser resolvido pela prefeitura ajudando as pessoas a construírem os sumidouros.*

No entanto, as soluções de tratamento e disposição final de esgoto doméstico para cada cidadão, sem a participação do poder público, como fossas sépticas e sumidouros, demandam recursos financeiros para sua construção, um custo que, para muitos moradores de Parintins é muito alto, contribuindo para a inviabilização de ações ambientalmente apropriadas. Sem recursos financeiros e sem ações do poder público, o que se percebe que é as pessoas buscam dar um jeito em resolver tal realidade.

A falta ou precariedade de informações básicas de algumas pessoas sobre esgotamento sanitário pode agravar ainda mais o problema da poluição ambiental, em áreas sem cobertura total de coleta e tratamento de esgoto. Tal realidade pode também contribuir para dificultar o entendimento de saneamento básico como direito do cidadão. Todavia, é bom deixar bem claro, que sujeitos de distintos graus de instrução jogam suas sobras líquidas nas vias públicas na cidade de Parintins.

O poder público ainda não transferiu para si a responsabilidade pelo esgotamento sanitário. Sem a intervenção governamental nada mudou neste cenário sanitário nos anos

de existência da cidade de Parintins. Os moradores continuam a resolver, no sentido de se livrar do inconveniente líquido residuários de forma particular, dando seu próprio jeito, e muitos ainda acreditam que tais soluções devem sim partir do próprio morador, desobrigando o governo de tal tarefa.

#### 4.3.1.1 O esgoto doméstico nas ruas: um “jeitinho” dos moradores na falta de políticas públicas

Há sujeitos da pesquisa que acreditam (20%) que jogar águas servidas em via pública é um recurso válido. Na fala de um dos moradores entrevistados, a justificativa é a seguinte: “[...] não vejo esses esgotos da rua como problema, mas sim como solução para a água que sai da casa, senão não teria pra onde ir”. Portanto, para este morador, é considerada adequada a prática de lançamento de esgoto nas ruas. A estratégia adequada desta forma, é descartar nas vias. Infere-se que a presença esgoto a céu aberto, para este grupo de entrevistados, não é percebido como problema, posto que é solução.

Foi perguntado também aos entrevistados, por que existe esgoto a céu aberto na cidade de Parintins. Para determinados sujeitos da pesquisa, a existência de águas servidas nas vias é explicada em parte pelo descaso do poder público, que não realiza obras e nem fiscaliza os domicílios que praticam tal ato.

*-Falta de ação do poder público, falta penalizar as pessoas que jogam suas águas pra rua. Já houve recursos pra construir uma galeria de esgoto na cidade, mas não sei porque a obra não foi concluída.*

*- Existe esgoto porque não tem uma Lei proibindo que as pessoas joguem na rua, e se existisse acho que ninguém ia obedecer. A própria prefeitura não obedece a lei, porque deixa as ruas cobertas de lixo e fedidas.*

*- Porque não tem saneamento na cidade, por causa de falta de recursos da prefeitura pra ajeitar e limpar esse problema.*

A responsabilização do poder público pela situação do esgoto a céu aberto se agrava com a precária condição financeira dos moradores, que os impediria de construir fossas sépticas em seus quintais.

*-Porque as pessoas são pobres e não tem recursos pra construir sumidouros. Muita pobreza em Parintins. Assim não vejo outra solução a não ser jogar tudo na rua. Então nem acho muito errado jogar esses esgotos nas ruas.*

Porém, na opinião de alguns entrevistados, há moradores que mesmo possuindo recursos para construir uma fossa, optam por não fazer, preferindo a medida mais barata, enviar águas servidas às ruas.

*-Acredito porque não é todos que os moradores que podem fazer fossas nos seus quintais, e muitos que podem não fazem.*

Porém a presença do esgoto doméstico nas vias é vista por outros entrevistados como a solução mais viável encontrada pela população, principalmente de baixa renda, para afastarem do ambiente residencial suas águas servidas. Neste sentido é um jeito ou solução encontrada pelos moradores para resolver tal situação. Recordando que para 20% dos sujeitos da pesquisa, descartar esgoto doméstico nas ruas é considerada por eles como solução adequada.

*-Existe pra facilitar o escoamento das águas das casa, eu acho que isto é uma solução pra resolver o problema da água do banheiro e da cozinha, porque se não escoar vai dar mau cheiro. E se não colocar pra frente, vai botar pra trás (quintal), pode ver que todo mundo faz isso na cidade, então cada um resolve como pode seu problema de esgoto, cada um dá o seu jeitinho aqui e acolá.*

*- Acontece porque essa é a solução encontrada pelas pessoas, principalmente as que não tem dinheiro, já faz a casa e compra o cano pra jogar logo as imundícies pra frente. Mas e os que tem dinheiro? Por que jogam na rua? O senhor já viu alguma rua bem limpa, sem esgoto por aqui? Não né?*

*- Por que existe? Acho que é uma necessidade, uma solução, um jeito para o escoamento das águas usadas pelas casas, encontrada por cada morador. Pra mim existe pra solucionar este problema, o que não pode é ficar esse esgoto aqui nas casas.*

Para estes entrevistados, esgoto doméstico nas ruas é resultado de estratégias sanitárias dos moradores, os menos afortunados<sup>21</sup>, diante de uma situação de falta de opções, não técnicas, mas sim de recursos financeiros. Assim joga-se nas vias porque é o jeito.

Luiz Lobo (2003), em sua obra intitulada “Saneamento básico: em busca da universalização”, pondera que a maior pressão exercida pelas pessoas sobre o poder público ao chegarem em uma área para fixar moradia, é pelo abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, o restante das necessidades dá-se um jeito. Entre os jeitos para expulsar dos domicílios as águas servidas está em dispô-las em encanamentos

---

<sup>21</sup> Embora tenha-se constatado que mais de 80% dos entrevistados lançem águas servidas nas vias, independentemente de condição financeira.

direcionados para as vias públicas. Para alguns dos moradores entrevistados, portanto, longe de ser um problema tal estratégia constitui-se em uma solução.

O *jeitinho* pode ser compreendido por DaMatta<sup>22</sup> “[...] como um instrumento que ajuda a navegar no oceano turbulento do cotidiano brasileiro, um dia-a-dia marcado pelo inferno das incoerências entre as leis explícitas[...] e as práticas sociais”. Na opinião da antropóloga Livia Barbosa, em sua obra intitulada “O *jeitinho* brasileiro- a arte de ser mais igual que os outros” (1992, p.32), esse *jeitinho* é usado de maneira criativa para resolver problemas ou situações definidas como difíceis no dia a dia, “[...] seja sob a forma de burlar alguma regra ou norma preestabelecida”.

Percebe-se nas falas dos entrevistados, que tais soluções são estratégias para amenizar uma injustiça social, por isso encaradas como legítimas e positivas. Barbosa (1992), discorre ainda que os tais *jeitinhos* são considerados positivos desde que possam promover “[...] ajustes face às imponderabilidades da vida e humaniza as regras a partir da igualdade moral entre os homens e das desigualdades sociais” (Ibid., 1992, p.49).

Jogar esgoto nas ruas da cidade seria para estes sujeitos uma suave transgressão, como se toda regra tivesse exceções. São medidas que inicialmente podem ser vistas como emergenciais, como afirma Lobo (2003), mas paulatinamente tornam-se definitivas. Por se tratar, perante os olhos de alguns, de resultados das mazelas sociais, há a possibilidade de vislumbrar de forma permissiva ou tolerante, o lançamento nas vias públicas.

Diante desta realidade, é possível afirmar que, em se tratando de escoamento das águas servidas para ruas, esta ação em si não se constituiria em um problema, na percepção desse grupo de moradores entrevistados, haja vista que o inconveniente seria de se manterem próximos de tais rejeitos líquidos.

Porém, estando na rua esse e outros esgotos domésticos não estariam perto novamente do morador que o expulsou? A ambiguidade é esta: afastamento do convívio meus restos, em um esforço como diz Rodrigues (1979), de marginalizar o residual, mas nunca o suficiente, pois sempre me deparo com as imundícies alheias (quem sabe as minhas também) pelas ruas, pois estão presentes em quase todos os lugares.

O esgoto nas ruas para outros entrevistados é algo que não haviam notificado e, portanto nunca pararam para pensar sobre essa convivência diária com as águas servidas nas vias.

---

<sup>22</sup> Esta frase encontra-se no prefácio que DaMatta escreveu no livro Livia Barbosa, intitulado “O *jeitinho* brasileiro – a arte de ser mais igual que os outros”.

*-Não sei mesmo, nunca pensei nessas coisas. Mas isso existe porque as pessoas jogam água nas ruas, aí fica assim essa lama.*

*-Nunca pensei porque isso acontece. Não sei, acho que nas cidades de 1º mundo não tem isso. Acho porque falta saneamento. A população que encontrou essa forma de escoar suas águas servidas.*

*- Não sei, desculpa, mas nunca pensei nisso, faz tanto tempo que a gente vê essas coisas, só sei que quem ter que limpar é prefeito.*

A partir dessas colocações é possível inferir a existência de uma certa indiferença e naturalização a presença de águas servidas nas ruas. Se nunca pararam para pensar sobre tal situação, é por que provavelmente, a presença de esgoto a céu aberto nas vias não se configura como um incômodo a eles, já que aparentemente passam despercebidas no dia a dia. Ou talvez porque, considerando que tal realidade não pode ser mudada, os moradores simplesmente sublimam tal existência e a naturalizam como parte imutável do mundo vivido.

*-Não sei ao certo, pergunta difícil. Sempre achei que isso fosse normal, que as casas deveriam jogar essas águas nas ruas. Pra ver como a gente acha as vezes normal, tipo na política que todo mundo acha normal a corrupção. Não que eu não me importe, porque desde que nasci eu vejo isso aqui (esgoto) na cidade. Mas acho que existe porque pra muitos isso é a solução correta, pra outros como eu, é um problema porque a água fica parada na frente das casas de todos, não escolhe rico nem pobre, qualquer casa onde tenha esgotos na rua pode sofrer com isso, porque a água fica parada e fedendo, estagnada não segue até o bueiro.*

*- Nunca parei pra pensar sobre essa situação, nunca me incomodou de verdade. Acho porque as pessoas usam a rua como esgoto, eu acho. Aliás sempre fizeram isso, tenho 54 anos e sempre teve essas águas nas ruas da cidade, isso sempre foi assim, normal mesmo esse negócio nas ruas. Onde não tem essas águas? Em poucos lugares aqui na cidade não tem esses esgotos.*

*-Se eu lhe disser que nunca pensei sobre esses esgoto? Verdade, nunca. Pra mim está por aí por que tem que estar mesmo. Nunca vi nada diferente, por isso outros acham tudo normal.*

Infere-se que o fato de há muitos anos ser uma situação que permanece inalterada, a indiferença e normalidade contribuem para produzirem a tolerância diante de tal realidade. Percebe-se que tais estratégias de descarte do esgoto doméstico, resistiram ao longo dos anos na cidade de Parintins, constituindo-se em um costume.

#### 4.3.1.2 O esgoto doméstico nas ruas: uma cultura local

Lançar o esgoto doméstico nas vias públicas pode ser considerado um costume de certos moradores, é o que acredita alguns entrevistados. A explicação para a presença das águas servidas nas ruas não seria somente uma questão de pessoas desprovidas de recursos financeiros que não tendo outras alternativas procuram um jeito de livrar-se de tal inconveniente, ou falta de educação e de conhecimentos técnicos sobre as medidas apropriadas, ou ainda o descaso do poder público. Seria também um ato costumeiro compartilhado por um certo número de moradores.

Primeiramente é pertinente definir costume. No Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano (2007, p. 218) costume pode ser compreendido como “[...]qualquer atitude, esquema ou projeto de comportamento que seja compartilhado por vários membros de um grupo”. Já no Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa, de autoria de Rocha Pombo (2011), costume possui a seguinte compreensão:

Costume, propriamente, encerra ideia de coletividade, porque designa um modo de obrar, ou de usar segundo o que é geralmente adotado por todos ou por muitos. É também vocábulo objetivo, predominando nele, não a ideia do sujeito, mas sim a da coisa, ou do objeto a que a vontade do agente se submete, ou ao qual o seu espírito obedece para conformar-se ao modo geral de obrar ou de usar. Seguimos um costume, não em virtude de uma especial modificação que nos distinga dos outros, mais precisamente por não nos diferencarmos deles (IBID., p. 322).

Pode-se afirmar que costumes são comportamentos ou atitudes assumidas por muitos indivíduos em uma dada sociedade, que compartilham tais atos há anos, possivelmente agindo como seus antepassados. Nas falas dos entrevistados observa-se que a noção de tempo e regularidade é utilizada para tipificar o costume. Assim, é costume jogar águas servidas nas ruas, porque todos fazem, e fazem a muito tempo. A estratégia de evitação das águas servidas lançando-as para as ruas da cidade seria, então uma herança dos antigos moradores de Parintins.

*-Existe porque as pessoas sempre jogaram a água suja na rua, se acostumaram com isso, mesmo aqui no centro em casa de gente bacana (endinheirados), eles jogam mesmo.*

*-Porque é preciso mesmo, é o jeito, não tem outro jeito de fazer isso, jogar a água pra fora. As pessoas já até se habituaram com essa situação. Ninguém nunca veio falar que isto é errado, então quase todo mundo faz isso e já faz muito tempo atrás, acho que virou costume.*

*-Já é costume antigo dos moradores. Eles estão acostumados a muito tempo com esse negócio de jogar sua água pra frente.*

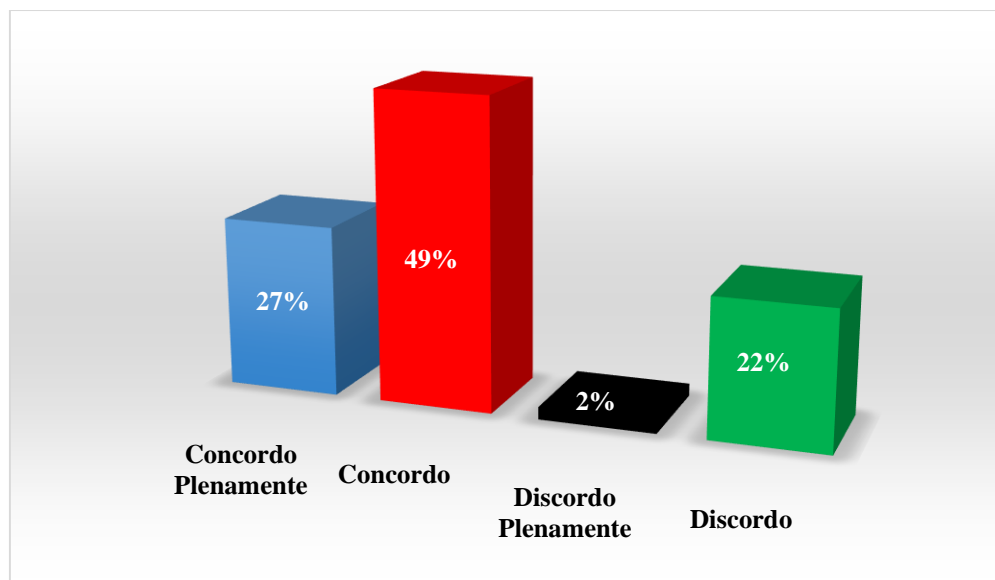
Percebe-se também que o costume de jogar águas residuárias nas ruas, nasceu a partir de uma necessidade, de um obstáculo posto, que como se observou anteriormente, para muitos dos entrevistados é apreciada como legítima. No entanto, tais comportamentos tidos como empecilhos para a modernização das urbes, foram objeto de normatização das políticas públicas sanitárias em variadas cidades brasileiras, desde a virada do século XIX para XX. Era preciso que cada morador renunciasse a costumes estimados como impróprios pelos higienistas, e contribuísse para que metas de salubridade fossem alcançadas, finalidades essas produzidas pelas demandas da medicina social urbana (MACHADO,1978).

O capítulo 1 demonstrou a preocupação das autoridades parintinenses em higienizar alguns costumes dos moradores da cidade de Parintins. Enfatizou-se que, na primeira metade do século XX, a cidade de Parintins, paulatinamente, recebe transformações urbanísticas que visavam embelezá-la e higienizá-la. Evidências trazidas por documentos sugerem que normas higienistas procuravam introduzir nos residentes da cidade costumes oriundos das sociedades ditas modernas.

Supõe-se que uma das principais vias de reprodução em Parintins de valores da modernidade, se processou pelas normas de higiene que incidiam sobre a população, enquadrando-se no que Foucault (2005) define como estratégias biopolíticas. No entanto, já havia obviamente, entre os moradores, seus próprios costumes sanitários, seus modos de perceber agir e sobre o que consideravam toleráveis e intoleráveis. A prática de banhar-se diariamente nas margens de rios, lagos e igarapés, como já foi dito, era um dos costumes que foram disciplinados por normas, ao longo do século XX, e, aos poucos, considerados imorais e anti-higiênicos. Entre tais costumes estavam o de descartar águas servidas em via pública.

Apesar de que 76% dos entrevistados admitirem ser um costume lançar as águas servidas nas ruas de Parintins, uma pequena parcela (24%) discorda de tal afirmativa (Figura 20).

**Figura 20 – Graus de concordância sobre a afirmativa de que em Parintins é costume lançar águas servidas nas ruas**



Fonte: ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de campo, 2014.

Diante dos dados apresentados pode-se inferir que a percepção desse costume de lançar águas servidas nas ruas da cidade seja naturalizado, podendo vir a ser um comportamento difícil de ser mudado, e portanto os processos educativos devem levar em consideração tal percepção. Persiste a ideia de que ao lançar as impurezas domésticas, o proprietário estaria higienizando suas casas.

Depreende-se que a permanência de águas servidas nos domicílios é intolerável para alguns moradores entrevistados em decorrência de apresentar ameaças a saúde e ser estimada como uma conduta moralmente reprovável, comprometendo inclusive o status social familiar frente a vizinhança, afinal de contas como avalia Corbin (1987) e Vigarello (1996), odores e posturas assépticas são elementos também de distinção social.

Para além da saúde e da doença, Mary Douglas (2012), adverte que o ato de limpar ou purificar, é um ato que resulta também em reconhecimento social, pois ao limpar-se as pessoas diferencia-se moral e socialmente do desordeiro, assim o foco é mais do que a higiene é a estética. Pode-se relacionar tais colocações com a postura quase obsessiva de algumas pessoas entrevistadas que externaram a preocupação em manter o espaço doméstico impecavelmente limpo.

O que é possível observar é que ao limpar a casa afastando o inoportuno líquido residual, suja-se as ruas, local onde são depositadas as impurezas. Esta relação já havia sido analisada por DaMatta (1997), ao afirmar que



Jogamos o lixo para fora de nossa calçada, portas e janelas; não obedecemos às regras de trânsito, somos até mesmo capazes de deprender a coisa comum, utilizando aquele célebre e não analisado argumento segundo o qual tudo que fica fora de nossa casa é um "problema do governo"! Na rua a vergonha da desordem não é mais nossa, mas do Estado(Ibid.p.20).

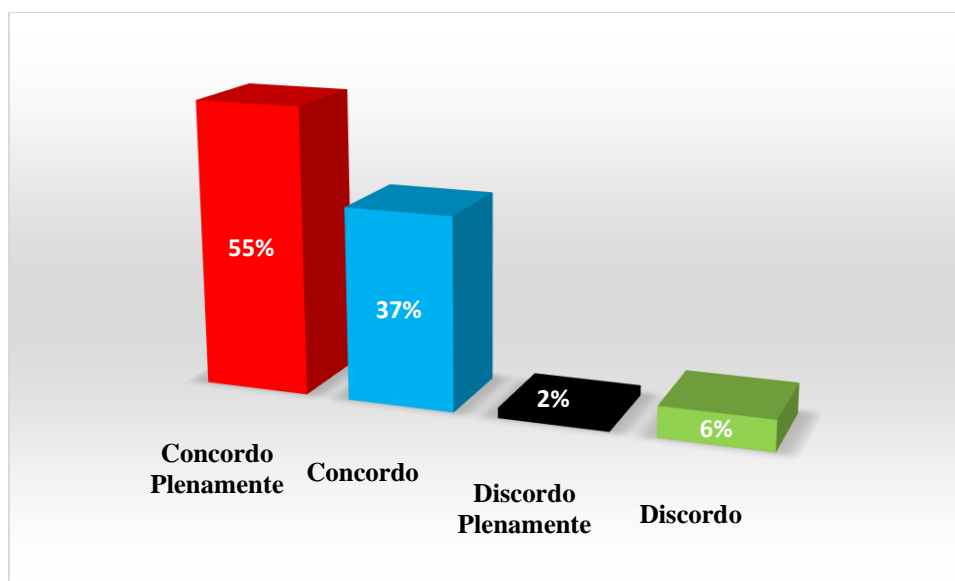
O esgoto doméstico está na rua, e já de longas datas, daí suspeita-se ser um costume incorporado por alguns moradores, que usam do “jeitinho” para equacionar ou mitigar o problema do pós consumo d’água. Porém, vergonha maior seria manter o convívio íntimo desses esgotos no espaço do lar. Por isso, mais uma vez utiliza-se dos conhecimentos de DaMatta (1997, p.20), ponderando que em comportamentos semelhantes a estes pode-se pensar que “Limpamos ritualmente a casa e sujamos a rua sem cerimônia ou pejo”.

Não é de se estranhar que 20%, dos entrevistados (Tabela 2), consideram uma medida adequada o descarte de águas servidas nas ruas. Jeitinho dado, considerado costumes entre alguns moradores.

Esse jeito encontrado há muitos anos, de amenizar um problema oriundo da precariedade no esgotamento sanitário, pode estar contribuindo para tornar as pessoas mais tolerantes em conviver com esgoto a céu aberto na cidade de Parintins.

O fato é que, apesar da maioria dos moradores entrevistados terem ciência de quais seriam as ações adequadas em relação ao esgotamento sanitário, na prática muitos deles fazem o inapropriado, jogam as águas servidas em via pública. Segundo os sujeitos da pesquisa, tal prática também é realizada pela maioria dos domicílios na cidade conforme os dados que constam na Figura 21, o que mais uma vez reforça a suspeita de se tratar de um costume local.

**21 - Grau de concordância sobre a afirmativa de que muitos moradores lançam águas servidas nas ruas.**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2014.

O resultado demonstra que a grande maioria (92%) dos moradores entrevistados possui conhecimento sobre a origem do esgoto a céu aberto da cidade: casas, comércio, etc. Diante destes dados, e, corroborado pelas observações realizadas durante a sua coleta, pode-se afirmar que Parintins, pelo grande volume de águas servidas que escorrem por sua malha urbana, é uma cidade de esgoto a céu aberto que descarta grande volume de águas servidas sem tratamento no ambiente aquático.

#### 4.3.1.3 Solução para destinação final do esgoto a céu aberto

Questionados sobre o destino final das águas servidas que estão dispostas nas vias, constatou-se que a maioria dos entrevistados (89%) sabem que tais rejeitos terão como destino final, os rios e lagos do entorno da ilha. Em contrapartida (36%) revelaram que não há problema em lançar os esgotos diretamente no meio hídrico. Ou seja, sabem para onde vai o esgoto a céu aberto, mas desconhecem seu potencial poluidor.

*-Pode jogar isso bem pra longe de casa pra não incomodar mais ninguém, o rio é muito grande, nem vai sentir a quantidade de esgoto que jogar nele.*

*-[...] é só fazer uma tubulação por baixo da terra pra direto pro rio Amazonas. O rio é grande, esse esgoto não vai poluir, pode passar mil anos que não polui. Vai passar tempo e meu neto do meu neto ainda vão tomar banho nesse lago.*

*- Esses esgotos todos vão embora até o lago aqui atrás. Tem jogar mesmo pra longe, por aqui é que não pode ficar.*

O conceito de sustentabilidade possui como uma de suas principais argumentações, o princípio da finitude dos recursos naturais, presente no paradigma da ecologia profunda. Já o paradigma social dominante está centrado na perspectiva antropocêntrica, onde a natureza, e seus recursos infinitos, está a serviço dos interesses do homem (DIEGUES,1992).

Este grupo de sujeitos da pesquisa creem na impossibilidade de poluição dos lagos e rio que banham a cidade de Parintins, ou seja, os consideram como recursos naturais infinitos, mesmo recebendo milhares de litros de água servidas diariamente. A crença é que, os recursos hídricos do entorno da ilha de Tupinambarana, estará à disposição também para o uso fruto das futuras gerações. Mas quem pode de fato assegurar que esta realidade se concretize? Não há garantia alguma persistindo o descarte de resíduos. Isto caracteriza um quadro de insustentabilidade ambiental. Veiga lembra que “A sustentabilidade ambiental é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (2006, p. 171).

Assim, posturas ambientalmente inapropriadas no presente, podem comprometer as condições básicas de existência dos futuros moradores da ilha de Tupinambarana. Neste sentido, Humberto Mariotti, prefaciando obra de Maturana e Varela, assevera que

Construímos o mundo em que vivemos durante nossas vidas. Por sua vez, ele também nos constrói ao longo do tempo dessa viagem comum. Assim, se vivemos e nos comportamos de um modo que torna insatisfatória a nossa qualidade de vida, a responsabilidade cabe a nós. (MARIOTTI, 2001.p. 9)

A ação humana deve estar voltada para a coletividade, para o bem comum. Para o filósofo de origem alemã Hans Jonas (2006), nossa existência implica a geração de deveres com tudo que estiver ao nosso entorno. A humanidade deve assumir uma relação de solidariedade com a natureza, já que nossa existência depende de sua continuidade. Hans adverte que

Poderíamos ir adiante e afirmar que a solidariedade de destino entre homem e natureza, solidariedade recém revelada pelo perigo comum que ambos correm, nos permite descobrir novamente a dignidade própria da natureza, conclamando-nos a defender seus interesses para além dos aspectos utilitários. (JONAS, 2006, p.230).

Não se observa por parte de alguns moradores, essa solidariedade, esse respeito com a natureza. O que se percebe é a preocupação de livrar-se das águas servidas, não procurando saber, ou não querendo conhecer, quais os impactos de sua conduta sobre o ambiente aquático da ilha. O afastamento do esgoto doméstico, aparentemente é a prioridade.

A proximidade entre imundícies e humanos com o passar do tempo, representava um desconforto crescente. Resíduos deveriam estar o mais distantes possível da visão, audição, tato e olfato, sua remoção para o longínquo, para as fronteiras do sistema, articula-se com o sentido de moralidades dos corpos higienizados, construídas historicamente em algumas sociedades (CORBIN,1987. RODRIGUES,1979).

O desejo de assepsia significa afastar-se dos incômodos lugares poluídos, “[...] havendo uma necessidade cultural [...]” como afirma Rodrigues (1979, p. 111) de apartar-se de dejetos. No caso do esgoto a céu aberto é preciso também se distanciar de tais inconvenientes para o lugar o mais remoto possível dos corpos que almejam limpeza e pureza. É o processo mencionado, anteriormente, de marginalização das imundícies.

**Figura 22 - Águas servidas jogadas do Rio Amazonas**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de campo, 2015.

Como discutido, nos capítulos antecedentes, rios e lagos que circundam a ilha de Tupinambarana, historicamente, sempre foram usados para o descarte tanto de lixo como de águas usadas, práticas que se atualizam com o passar do tempo e representam ameaça a manutenção da saúde pública. A disposição adequada dos esgotos domésticos colabora, substancialmente, com a manutenção da saúde.

Conforme Rezende e Heller (2008), saneamento é um direito do cidadão e dever do Estado, cujo foco essencial é a preservação da saúde. Lançar águas servidas no meio hídrico sem o devido tratamento é uma ação muito grave, do ponto de vista ambiental e da saúde pública, demandando adoção de medidas de controle corretivo, problemas potencializados pelo processo de urbanização.

A cidade cresceu, mas não houve acompanhamento de serviços adequados de esgotamento sanitário. O lago do Macurany (Figura 23) recebe milhares de litros de águas servidas sem tratamento diariamente. Souza (2002, p.79), chama atenção que o referido lago estava, como ainda está na rota da expansão urbana desordenada de Parintins, tal urbanização afetou diretamente o lago “[...] que se encontra em estágio de degradação-morte”.

**Figura 23 - Imagem de Satélite do Lago do Macurany e expansão urbana**



**Fonte:** Adaptação Google Earth.

Um estudo sobre os impactos dos lançamentos de esgoto em lagos que circundam Parintins, foi realizado por Kimura (2011). O lago do Macurany está localizado a leste da

cidade, é margeada pelos bairros da francesa, Santa Clara, Santa Rita e Palmares, recebendo efluentes domésticos destas localidades. A pesquisa conclui que há existência de concentração de coliformes fecais além do permitido pela Resolução do Conama, o que levou a pesquisadora a sugerir a construção de uma estação de tratamento de efluentes.

Outra pesquisa foi realizada por Aranha *et al.*, (2012, p.5), que procurou identificar possíveis impactos ambientais no lago do Macurany causados pela precarização do esgotamento sanitário. Foram realizadas amostras em três diferentes pontos do lago. O resultado encontrado foi “[...] a presença de coliformes totais e fecais. Esse resultado pode ser atribuído a poluição por esgotos domésticos face à existência de habitações precárias ao longo das margens do lago [...]”.

A pesquisa, no entanto, não faz menção ao volume de esgoto a céu aberto lançado no lago proveniente de casas e residências localizadas nas proximidades, ou seja, as que não, necessariamente, estão situadas às suas margens.

Procurou-se saber quem deveria solucionar este problema e por meio de que ações. Agora, buscar-se-á respostas entre os moradores entrevistados sobre ações dos moradores na cotidianidade para amenizar o convívio compulsório com os esgotos nas vias públicas, diante da ausência de ações governamentais.

#### **4.5 Ações tomadas diante do problema do esgoto a céu aberto**

Diante da falta de ações sanitárias públicas, a população toma medidas para tornar o mais habitável possível seu entorno. Quando se fala em esgoto nas ruas e em medidas tomadas do dia a dia para resolver ou amenizar tal realidade, é necessário levar em conta não apenas suas ações concretas, mas também as subjetividades dos moradores interpelados em relação ao sujo e ao limpo, pois, como já discutido anteriormente neste trabalho, por autores como Rodrigues (1995), tais terminologias apresentam múltiplos significados.

Considerando o fato de conviver com o esgoto a céu aberto, as ações que os moradores assumem podem ser caracterizadas em três tipos, de acordo com os entrevistados: a) *nenhuma, pois o esgoto é dos outros*(nada fazem para reverter a situação); b) *alguma, cuida-se apenas do seu esgoto deixando-o limpo* (a limpeza ocorre somente na frente de sua casa); e c) *todas, cuida e procura amenizar a situação do esgoto coletivo para manter uma limpeza* (mobilizam-se para fazer algo a mais que limpar sua

sarjeta, ou a frontaria do seu domicílio, buscando parcerias para uma melhoria geral da rua, bairro.

*a) Não limpo esgoto dos outros*

Os moradores entrevistados que declaram não realizar nenhum tipo de ação em prol da limpeza em suas ruas ou bairros, mantêm o esgoto em seu estado sujo. As justificativas foram variadas. Determinados sujeitos da pesquisa afirmaram que não praticam nenhuma ação para amenizar a situação do esgoto a céu aberto, asseverando que não lançam águas servidas de suas casas para rua, pois as descartam, *in natura*, em seus quintais. Eles partem do princípio de quem deve limpar são as pessoas que sujam. Assim, essas pessoas acreditam ser justo não limpar o que alegam que não sujaram.

*- Não, eu não joga água pra frente, quando tenho água joga pro quintal. Essa água na rua não é da minha casa.*

*- Não sujo, com água da casa, a frente, por isso não limpo, tudo que é meu eu assumo, não mando pros outros. Minha água está toda lá pra trás.*

Água servida que passa rapidamente pela rua não suja o ambiente, ou pelo menos, aparentemente, não representando algum tipo de ameaça à saúde, é o que acredita alguns dos entrevistados. O simples escoamento do esgoto higienizaria a sarjeta, pensamento comum em Paris do século XVIII (CORBIN, 1987).

*- Não. Aqui não é preciso limpar não, porque a água passa rápido aqui pela frente.*

*- Não limpo nada, porque o esgoto aqui não é tão sujo. Porque a água não fica aqui parada empossada, ele segue andando rua abaixo.*

Há também moradores entrevistados que afirmam não fazer nada, pois não se sentem incomodados como a realidade das águas servidas nas ruas. Percebe-se que para eles que esgoto a céu aberto não é um problema, já que não sentem desconforto com sua presença a ponto de despendem esforços para reverter a situação.

*- Não limpo porque isso aqui não perturba minha vida, nunca me deu dor de cabeça esses esgotos aqui.*

*- Eu nunca me incomodei com isso. Aliás, pode até incomodar um pouco, mas não faço nada, nem acho que faria. Por quê? Porque eu sozinho não ia adiantar nada.*

*-Aqui mesmo nada. Isso não suja muito não, por isso acho que nunca limpei. Mas no dia que isso perturbar agente eu mesmo foi limpar*

Esse sentimento de aparente indiferença ou tolerância será abordado em maior profundidade no capítulo 6. Mas, é uma pista importante deixada pelos moradores entrevistados, pois se eles não se sentem incomodados com a presença dos esgotos em sua rua, o que os motivaria a realizar alguma ação de higienização?

*b) O meu esgoto eu limpo*

O que há de comum entre os moradores entrevistados, neste grupo, são as ações de limpeza circunscritas ao entorno de suas residências. O ato de lavar calçadas e sarjetas, capinar, retirar lama e areia são medidas que colaboram para amenizar os efeitos do esgoto a céu aberto. As palavras mais utilizadas, neste nível, e, associadas a posturas dos moradores diante do esgoto a céu aberto são lavar, limpar, varrer e capinar. É a batalha da água sanitária contra a água suja ou, como afirma Douglas (2012), do puro contra o impuro.

*- O que faço é tirar essa lama fedorenta com a enxada e depois joga água. Só que essa lama fica aqui na frente de casa parada, porque não dá pra empurrar pro vizinho.*

*- Aqui a gente limpa a frente tirando a lama e empurra até a esquina, limpa até o do vizinho, pode olhar veja como nossa frente tem esgoto, mas está mais asseada que os outros.*

*- Eu limpo, tiro o mato, a lama, mas os vizinhos ficam só olhando, e ainda ficam bravos quando a gente tira nossa lama, porque fede mesmo. Quando lava, a lama vai escorrendo pra vizinhança, isso sempre da reclamação, mas então a gente não pode limpar?*

*-Eu limpo, meto água sanitária pra matar os micróbios, apesar de não jogar esgoto da rua, tem que limpar porque tem esgotos dos outros. Às vezes quando eu limpo, vem outros vizinhos e limpam também, porque quando um limpa a sujeira vai pro lado, aí o morador de onde ficou a sujeira tem limpar também, mas tem gente que não limpa.*

O problema de acúmulo de lama nas sarjetas foi citado como um dos problemas decorrentes do volume de águas servidas na rua. Nos depoimentos de alguns moradores entrevistados, a lama é um problema capaz de originar conflito entre a vizinhança, pois ao removê-la para o lado muda-se a titularidade da mesma, ou seja, a lama agora pertence



ao vizinho, que obviamente não vai aceitar o dote passivamente. Observou-se de fato a presença em várias ruas dos bairros pesquisados, de amontoados de areia e lama.

Ao que parece, o ato de limpeza de alguns moradores entrevistados se encerra no ato de retirar o excesso de areia e outros detritos de frente de suas residências, amontoando-os na via pública e ali permanecendo até ser retirado por outras pessoas, prefeitura ou pela ação da natureza. Este fato, aparentemente corriqueiro, no entanto, traz à tona, mais uma vez, a discussão sobre o caráter de interdependência da saúde pública, já mencionada por Hochman (1998). O estado de higiene de uma cidade depende de fatores que estão interconectados.

Desta maneira, se um morador diz que faz algo em prol do saneamento do lugar, mas alega que a vizinhança nada faz, ele pode deduzir que está mais vulnerável aos problemas suscitados por uma higienização inadequada dos demais habitantes do entorno. É o que está expresso na fala de um informante “[...] se eu lavo aqui e o vizinho não, a sujeira dele vai baixar pra cá”. Estes pequenos atos de higienização, inserem-se em uma malha onde os pontos estão interconectados e interdependentes. É o efeito cascata, pois, no processo de lavagem realizado por um morador, as imundícies tendem a ir para um dos dois vizinhos laterais, fazendo com que estes também sintam a necessidade de lavar, agora para retirar as sujeiras oriundas das casas adjacentes.

Entre alguns moradores entrevistados houve relatos dos problemas de permanência de água estagnada diante de suas residências, situação que segundo eles provoca certo incômodo. Corbin (1987) faz menção à relação entre salubridade urbana e circulação da água na cidade, que quando estagnada representa ameaça, quando circular simboliza higiene, o importante para a desodorização/desinfecção das ruas é manter seu escoamento. Foucault ressalta que, a medicina social no século XVIII já esboçava uma preocupação com a circulação “[...] das coisas ou dos elementos, essencialmente a água e o ar” (FOUCAULT, 1979, p. 90). Circulação assim da água e ar foram objeto de práticas interventoras da medicina urbana.

É importante recordar que algumas ruas dos bairros pesquisados apresentam certo declive, o que facilita o escoamento das águas servidas. Em um desses logradouros, um morador informante afirmou que: “Nem preciso limpar esse esgoto, porque a água não fica aqui parada [...]”.

Mesmo no espaço público, percebe-se que a limpeza de sarjetas é compreendida por muitos moradores entrevistados como função do próprio morador. Desde o início do século XX, as autoridades parintinenses exigiam que cada morador mantivesse limpa a

frontaria de suas casas, sob ameaça de pagamento de multas (LIVRO DAS PORTARIAS, 1909-1918; LIVROS DAS ATAS, 1919-1927; REGISTROS DE LEIS, 1947-1948).

Códigos de Posturas como o de Parintins objetivam repassar com o tempo a responsabilidade de higienização de certos espaços públicos para os moradores da cidade. O alvo desta regulação são calçadas, sarjetas e a frente dos imóveis que deveriam ser mantidas purificadas por seus proprietários, ou seja, limpe a frente de sua casa que a obrigação é sua e não do governo.

Pretendia-se, assim, produzir a ideia que o lado imediatamente de fora dos quadrantes da residência (calçada/sarjeta), na verdade era seu prolongamento, quase uma sala de visita e, com isso, gerava uma obrigação moral dos moradores em mantê-las higienizadas. Limpeza corporal, diz Vigarello (1996), produz distinção social, mas acredita-se que o mesmo princípio poder ser aplicado à higiene das residências e, por extensão, sua calçada e sua sarjeta.

Por efeito, suspeita-se que tais políticas públicas de intervenção, contribuíssem para a apropriação (simbólica) do espaço público pela esfera do privado, dito de outra maneira, a prática de alguns moradores de se julgarem proprietários de passeios público, criando sérios problemas de mobilidade dos pedestres.

Estratégias mais eficientes do que o pagamento de multas, estava na força do argumento da modernização e da moral, para isso o discurso médico higienizador foi de grande importância, produzindo novas subjetividades (FOUCAULT, 1998, 2005). Assim, as vigilâncias sobre os espaços públicos e, sobretudo do privado, referendado pelo saber médico científico, reverberavam sobre a cotidianidade dos habitantes da ilha.

Observou-se que alguns proprietários de lanchonetes e similares na cidade, buscam soluções para minimizar o efeito negativo que o esgoto a céu aberto pode causar em seus clientes. São iniciativas como tentar desinfetá-los, desodorizá-los, cobri-los com peças de madeira ou grades de ferro, buscando esconder seu incomodo aspecto e odor.

*-Limpo quase todos os dias, porque a gente vende churrasco a noite.*

*-Aqui na frente é sempre asseado, até porque a gente vende comida de noite aqui na calçada, passo vassoura com água sanitária.*

*-Limpo a calçada pra poder colocar nossa banca de comida aqui, pra deixar esse esgoto mais limpo.*

É comum encontrar em várias ruas da cidade o comércio informal nas calçadas de vendas de alimentos diversos. Alguns dos sujeitos da pesquisa informaram que a frente

de suas residências é usada para vender alimentos a noite. Revelaram ainda que já exercem tal atividade há mais de um ano e que possuem boa quantidade de clientes. Afirmam que jamais houve reclamações por causa dos odores em função das proximidades com águas servidas da via, que, segundo tais entrevistados, não incomodam os fregueses em decorrência da higienização diária realizada no esgoto que passa em frente de suas residências.

É o exercício diário de higienização, com utilização de desinfetantes e desodorantes (escamoteamento de odores), o que significa esforço dos comerciantes em tornar a convivência da freguesia com as águas servidas mais tolerável. Tal espaço deve ser convertido em inodoro e livre das ameaças invisíveis, mas principalmente as mais perceptíveis. Como diz Douglas (2012), o impuro só existe para os olhos de quem observa. Mas, também, há os que ladrilham o meio fio, sentando azulejos brancos nos espaços onde correm as águas servidas (Figura 22). Como pode-se observar, entre os moradores informantes, há dois que vendem alimentos ao lado de águas servidas, porém ambos fazem questão de afirmar, que seus esgotos são limpos, não representando nenhum risco a saúde das pessoas.

No século XVIII, sanitaristas franceses já argumentam sobre os benefícios do calçamento, pois “[...] o pavimento agrada o olhar; torna a circulação mais fácil; facilita a lavagem com muita água. Mas pavimentar é antes de tudo isolar-se da sujeira do solo ou da putreidez das camadas aquáticas” (CORBIN, 1987, p. 120).

**Figura 24 - Esgoto que corre em vala azulejada para facilitar a limpeza**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2015.

Pisos de cor branca que, em contato com as águas sujas dos esgotos, as tornam mais “puras”, menos ameaçadoras, pelo menos este deve ser o efeito desejado. Rodrigues (1979, p.116), afirma que o branco é tradicionalmente uma cor relacionada à limpeza, estando normalmente presentes em cozinhas e hospitais embora não seja a coloração que “suja menos”. Opina-se que o foco da preocupação do comerciante, neste caso específico, se inscreve majoritariamente sobre os aspectos estéticos e menos no olfativo.

*c) O nosso esgoto nós limpamos*

Uma das posturas identificadas relaciona-se com o processo educativo e o processo de mobilização da vizinhança. Nele, moradores acreditam ser importante conversar com as pessoas sobre a necessidade de resolver ou amenizar o problema das águas servidas nas ruas, a partir da tomada de algumas atitudes.

*- Faço minha parte, limpo de vez em quando aqui na frente. Mas é só lama, fede muito quando mexe. Já fui no rádio reclamar da lagoa azul, mas não resolveram nada.*

*- O que eu faço e capinar e lavar aqui na frente. Participei de uma mobilização com a vizinhança pra tampar esse buraco que é perigoso.*

*- Lavo com água, vassoura e enxada, vou e converso com a vizinhança.*

*- Eu converso com todos aqui, converso que é preciso limpar, alguns não cooperam.*

A produção de ações higienizadoras, no caso em questão, a limpeza de ruas e locais de passagens de esgoto doméstico, a partir de uma demanda da coletividade, teria o objetivo de produzir uma cidade saudável, portanto habitável. O desejo de mobilizar com vista à higienização emerge, desta forma, no eixo das relações sociais e não das individualidades.

Alguns moradores dizem recorrer aos meios de comunicações para denunciar as situação sanitária das ruas, visto que procurar ajuda por meio do poder público não tem produzido o efeito desejado. Para esse grupo de entrevistados deve haver cooperação entre os moradores para resolução de tal inconveniente, posto que os impactos negativos trazidos pelos esgotos nas vias públicas tendem a atingir a todos de forma indistinta.

#### **4.6 O complicado puxirum da desinfecção das ruas**

As atividades conjuntas são indicadas para diversos problemas vividos na sociedade. No entanto a mobilização e participação ainda são um desafio para compreender como e quando isto ocorre. Entre os entrevistados, 37% deles afirmam que estariam dispostos a fazer parte de ações em conjunto para a limpeza na rua ou no bairro, apesar de nunca terem realizado algo semelhante.

*- Mas estaria disposta a fazer com os vizinhos um puxirum pra limpar as sarjetas, já que o prefeito não faz.*

*- Acho difícil uma organização, se tivesse um movimento eu participaria, porque não aguento mais viver na beira de um buraco, criando meus filhos.*

*-Eu estaria disposto a fazer uma grande mobilização em prol dos esgotos a céu aberto, já os vizinhos sei não.*

Percebe-se, no entanto que há uma notória falta de iniciativa entre os moradores para uma ação sobre o inconveniente do esgoto a céu aberto. Raros são os depoimentos de ações sanitárias que demandou certa organização entre os moradores. Não há, de acordo com 33% dos entrevistados, um ambiente propício de cooperação, pois não acreditam na possibilidade de haver cooperação entre eles, em qualquer atividade de vizinhança.

É importante frisar que, a pergunta lançada aos moradores entrevistados foi se eles já haviam tomado alguma iniciativa para resolver ou amenizar a situação do esgoto a céu aberto em sua rua e solicitou-se que, caso a resposta fosse sim, para que expusesse quais resultados foram obtidos.

*-Queria fazer um dia um mutirão pra resolver ou amenizar esses problemas de sujeira, mas acho que a maioria dos vizinhos não vão participar.*

*-Ninguém resolve só, tem que ter apoio dos outros, mas aí que é o problema porque a maioria não coopera, e ainda suja.*

*-[...]Mas, não vou perder meu tempo com o pessoal aqui, porque vão dizer que não tem tempo, mas eu sei que não é isso, acho é falta de vontade.*

*- Eu até queira, mas a vizinhança aqui é acomodada demais, não vão querer participar em serviço de limpeza nenhuma.*

A falta de cooperação para ajudar na resolução ou amenização de problemas de saneamento é bem antiga em Parintins, como pode-se observar no capítulo 2, onde fontes históricas revelam que autoridades se queixavam sobre a não participação de alguns moradores na higienização da cidade.

O antropólogo Roberto DaMatta (1997) opina que muitos brasileiros acreditam que fora da casa, o que se passa na rua não é problema deles e, sim do governo, pois se trata de espaço público. Pode-se confrontar a ideia de DaMatta, de rua como espaço de intervenção exclusivamente governamental, com os mencionados Códigos de Posturas, que, por sua vez, queriam obrigar os moradores a limpar calçadas e sarjetas, argumentando ser dever do residente em função da proximidade de suas casas.

Essa vizinhança (os outros) considerada pelos entrevistados como entorpecida, comprometeriam o saneamento do meio ao se negarem ou omitir-se a participar da higienização das ruas. Estes vizinhos acusados (sem direito de defesa) de omissão, supostamente não comungariam dos mesmos códigos sanitários e, portanto, também morais de seus delatores.

Como já discutido, a medicina social foi capaz ao longo dos anos, segundo (FOUCAULT, 1979, 2005), de disseminar regras que adentraram em todos os espaços da sociedade, procurando normalizar os sujeitos. Os que não se curvam diante de tais códigos higienizadores, são considerados desviantes, não comprometidos com o bem comum, no caso, aqui, com a higienização das ruas.

As falas permitem inferir que ações de moradores entrevistados em prol da higienização das ruas, acabam por ser tornar inócuas pelo suposto imobilismo de outros

vizinhos que não participariam de tais atos, pelo menos é o que se pode inferir a partir das respostas desse grupo de entrevistados. Assim, a falta de interesse ou indiferença de alguns moradores, dificultaria a mobilização do coletivo em prol de medidas sanitárias no espaço público. Infere-se que, a falta de iniciativas por parte dos sujeitos da pesquisa, é potencializada por uma suposta falta de interesse dos “outros”, ou seja, da vizinhança, e não do respondente que alega que seu querer higienizador é inviabilizado pelo não querer dos demais.

### **Considerações Finais**

Como foi visto, na cidade de Parintins até os dias atuais, normalmente seus habitantes ainda resolvem a questão do esgotamento sanitário de maneira particular, em decorrência da ausência de ações do poder público neste campo. Constatou-se que, quase todos, os sujeitos da pesquisa lançam suas águas servidas nas ruas, mesmo alguns que possuem fossas sépticas e sumidouros.

Costumes de jogar restos de alimentos na pia da cozinha têm gerado críticas dos vizinhos que sentem-se incomodados com essas ações consideradas anti-higiênicas. Por outro lado, os moradores entrevistados que encaram tal ato como problema sanitário, não fazem qualquer tipo de julgamento em relação aos residentes que lançam águas servidas nas ruas, denotando-se que há sentimento de interdição em relação ao lançamento de restos de comidas, mas permissivos no trato com o ato de despejar líquidos residuários nas vias da cidade. Observa-se, assim, a existência de uma espécie de pacto de silêncio, quando o assunto é lançamento de águas servidas em locais inapropriados.

Verificou-se também que a maioria dos moradores entrevistados demonstraram ter conhecimento das estratégias consideradas adequadas para o esgotamento da água residual doméstica. Todavia há os que desconhecem ou simplesmente acreditam não haver soluções. O que chama a atenção é o fato que alguns, mesmo que poucos moradores, considerem o lançamento do esgoto doméstico nas ruas como uma medida apropriada, um “jeitinho” encontrado para se livrar de tal inconveniente.

Infere-se que, neste caso, a existência de um possível transtorno não seria tanto o convívio com águas servidas nas ruas, mas sim no ambiente caseiro, pois seria um incômodo coexistir com os rejeitos líquidos no espaço, onde possivelmente se clame por mais hígidez, o doméstico.

Constatou-se também que na opinião da maioria dos entrevistados, a conduta de lançar águas servidas nas ruas é um costume entre a maior parte dos moradores de Parintins, costume este difícil de mudar. Tal situação pode ajudar a entender o sentimento de suposta tolerância de alguns entrevistados na convivência com esgoto a céu aberto no ambiente público.

Para alguns entrevistados que comercializam alimentos na fronteira com o esgoto, este possui lá suas sujidades, mas tais inconvenientes são devidamente reparados com uso de substâncias que prometem tornar o ambiente inodoro e livre de infecções. Assim, para estes sujeitos da pesquisa seus esgotos estão asseados e prontos para o convívio humano. Por outro lado, em geral, os entrevistados afirmam que os moradores não se mobilizam para limpar as sujidades das ruas decorrentes do esgoto a céu aberto, o máximo que ocorre são asseios realizados em esferas circunscritas a frente das residências.

Mas qual o significado de sujeira e limpeza para os informantes da pesquisa? O que eles consideram uma rua e uma cidade suja? Será que Parintins, na avaliação destes moradores respondentes é considerada uma cidade suja ou limpa? Será que o esgoto a céu aberto, presente em todas as ruas onde residem os entrevistados, torna Parintins mais suja? Essas são algumas das questões que serão tratadas no próximo capítulo.



## CAPÍTULO 5

### 5. A TOPOGRAFIA DO SUJO E DO LIMPO

Este capítulo versa sobre a dialética do sujo e do limpo, uma vez que tais significados estariam impregnados na convivência com o esgoto a céu aberto e instituindo diferentes práticas de enfrentamento, bem como produção desse estado sanitário. Parte-se do pressuposto que conceitos sobre o limpo e o sujo não sejam em si absolutos. Portanto, nessa escala contínua procura-se verificar o posicionamento dos sujeitos da pesquisa.

O que pensam os moradores entrevistados em relação à sujeira e à limpeza? O que é considerado para eles uma cidade, um bairro ou uma rua limpa/suja? Como será que eles consideram a rua e a cidade onde residem, emporcalha ou asseada? Quem são os responsáveis pelo atual estado de higiene da urbe e de que maneira essa situação afeta os respondentes?

#### 5.1 Significados de sujo – sujeira

No Capítulo 1 foi possível entender que sujeira não é um conceito absoluto. Ao buscar conhecer os sentidos sobre saneamento no Capítulo 3, alguns dos moradores entrevistados vincularam esgotos com sujidades, imundícies, coisas podres, mas também houve quem o associasse a higienização do meio.

Mas, ao afirmarem que esgoto é sujo ou possuem a função de assear o ambiente, emergiu a necessidade de se compreender quais os significados de sujo e de limpo para os sujeitos da pesquisa.

É importante destacar que em cada cultura se impõe sua noção de contaminação e também sujeira. Como já discutido neste trabalho, Douglas (2012), assegura que não há “sujeira absoluta”, sujo ou limpo depende do olhar de cada pessoa.

Para Rodrigues (1995), sujo e limpo são construções históricas, seus significados são relativos, assim, o que é sujo para alguém, outra pessoa pode acreditar que esteja suficientemente limpo.

Seguindo raciocínio semelhante Ashenburg (2008), afirma que a definição de limpeza vai variar de acordo com distintas culturas, onde a mesma determina o ponto de

equilíbrio entre o aceitável e intolerável. Nesse mesmo sentido Koury (2011, p. 60) assegura que “[...] as coisas e as pessoas nunca são sujas em si, mas tornam-se sujas quando ocupam lugar que contradiz o sistema de classificação social determinado [...]”, portanto, é uma criação social.

Sujeira possui amplos significados. Sujeira pode ser relacionada à ausência de limpeza, mas também traz conotações negativas como fraqueza, doenças, mal-estar, imoralidade, entre outras. No Brasil, diz-se que uma pessoa sem crédito em bancos e no comércio está com o “nome sujo”. Sujeira também pode simbolizar ameaça, como afirma Douglas (2012), pois, não se enquadra nos sistemas de classificação de uma dada cultura sendo percebida como fator de desequilíbrio social, sujo como sinônimo de desordem.

Tais significados contemporâneos sobre o sujo e o limpo, por outro lado, podem ser compreendidos também como fruto das relações de poder. Autoridades buscaram modernizar e higienizar a cidade de Parintins pelos menos desde as primeiras décadas do século XX. Para isto era necessário reorganizar a cidade e, se possível, mudar alguns comportamentos compreendidos como incivilizados. No Capítulo 1, que versou sobre as políticas públicas voltadas para o aformoseamento e higienização de Parintins nos séculos XX, suas influências no saneamento da cidade e nos hábitos de seus residentes, foi possível identificar que a medicina social como estratégia biopolítica foi utilizada na normatização dos costumes dos moradores da ilha.

A medicina adota uma postura normativa, indo além de prescrever conselhos sobre como ter uma vida saudável, mas também atuando em nível físico e moral das pessoas e da sociedade (FOUCAULT, 2004). Buscou-se, assim, minar a autonomia das pessoas, que, por sua vez, tiveram que repensar seus hábitos e costumes, visto que estavam na exterioridade os padrões de comportamento e normalidade.

Neste cenário, percepções sobre limpo e sujo, hábitos sanitários, alimentares, entre outros, foram alvo de tentativas de redimensionamentos para atender os ditames da modernidade. Constatou-se que o movimento higienista produziu uma relação de causa e efeito entre sujeira e doença, higienização e saúde.

Para os entrevistados, sujeira ou sujo, em geral, tem seu significado associado à conotações negativas como: fedor, feiura, incômodo, ameaça, doença, porcarias, desorganização, perigo, poluição, imprestável, impureza, bagunça, negatividade, imundícies, nojeira, bactérias. No outro polo, limpeza foi compreendida como: asseio, higiene, saúde, sabão, arrumação, organização, brilho, água beleza e pureza.

*-Sujo é coisa sebosa, nojenta, tenho medo de adoecer por causa das bactérias que estão na sujeira. Limpo é coisa que deixa a gente saudável.*

*-Sujo é o que não presta, aquilo que incomoda, parece com bagunça. Limpeza dá gosto de ver, deixa a gente mais seguro.*

*-Sujeira é coisa bagunçada, impureza, empoeirada, cheia de lama, e fede também. Limpeza só traz benefício pra gente, principalmente a saúde.*

Percebe-se que para esses moradores sujeira representa uma ameaça, uma ofensa à ordem e à saúde, logo, tal adjetivo é tratado como uma patologia social, um termo marginal. São anomalias, como observa Foucault (2001; 1979), produzidas a partir do discurso médico normatizador tributário de estratégias biopolíticas. A ordem médica produzia novas subjetividades que, normalmente, desqualificava os conhecimentos populares sobre higiene e operava uma resignificação de conceitos como o de sujeira e de limpeza.

Técnicas de poder, como o da medicina, determinavam “[...] as normas da saúde e dos comportamentos saudáveis e obriga os indivíduos a agir em convivência com essas normas[...]” (NETO, 2010, p. 30). Estar limpo era viver de acordo com as prescrições sanitárias, estado de higiene que proporcionaria saúde e inscreveria este corpo no universo dos civilizados.

Para os moradores entrevistados, sujidades são coisas abjetas que devem estar distante em função de sua deletéria presença e o temor aumenta na medida que esses moradores deparam-se com a presença de imundices em variados lugares, principalmente nas ruas da cidade.

*-Sujeira é coisa muito ruim, minha casa é limpa, mas quando saio vejo muita sujeira na rua. Acho que isso tem bactéria que adoeca a gente, mas não tem lugar sem sujeira aqui nesta cidade.*

*-Sujeira dá muito medo, duvido quem não tem um pouco de receio de passar perto dessas imundícies espalhadas por aí.*

*-Quando penso no sujo penso que posso adoecer só de estar perto dela, então é melhor tentar limpar pra acabar com ela.*

Essas significações sobre sujidade são discutidas também por Koury (2011). Para este autor, caminhar ao lado, olhar para o sujo, já causa repulsa, nojo, enjoo e temor pela possibilidade de se contaminar pelo ambiente poluído, que desperta nos indivíduos o anseio de controlar e exterminar. Assim, “A sujeira e tudo o que é considerado sujo remete à evitação, seja pela busca de contenção, pela segregação, pelo isolamento, ou pelo extermínio e morte” (KOURY, 2011b, p. 54).

A sujeira é uma categoria importante neste trabalho e traz nas entrelinhas das falas dos respondentes a moralidade. Porcos, imundos, desorganizados, nojentos, são algumas das expressões que denotam aversão aos que burlam códigos de higiene, que, através do tempo, buscam interferir nos modos de subjetivação dos sujeitos. Com a noção do que é sujeira na concepção dos informantes, procurou-se aplicar tais acepções ao cotidiano deles, em seus universos de vivência.

## 5.2 Significados de rua/cidade limpas

Uma rua limpa, segundo os moradores informantes, é contradito do sujo, isto é, não pode ter mato, lixo, lama, fezes, esgoto a céu aberto e buraco, estes considerados os grandes vilões da higiene urbana.

*-Rua que é higiênica, com lugar adequado pra colocar o lixo, sem esses buracos e com varrição, bem varrida, mas faz tempo que os garis não vem aqui limpar. E pra piorar as pessoas não colaboram com a limpeza jogando lixo em qualquer lugar.*

*-Seria uma rua sem lixo, que não seja ocupada por bancas de churrascos, nem precisa ser asfaltada, mas precisa ser bem cuidada. Rua também sem cachorros, sem fezes de bicho.*

*-Rua muito preciosa. Tem que ser bonita e bem cuidada e cheirosa. Ser varrida, não deve ter sujeira. Rua sem lata, garrafas, gato e cachorros mortos, porque isso é falta de higiene. As pessoas mesmos têm que limpar, se as pessoas zelassem não teria esse lixo de sacolas, ossos e latas nas ruas.*

É possível identificar que a maioria (88%) dos moradores entrevistados, ao descrever o que é uma rua limpa, trata de excluir qualquer elemento que possa impedir que uma via se torne asseada. É um mecanismo binário, como explica Chiazza (2011), onde a limpeza começa a partir da sujeira e vice-versa, com a manifestação da ordem e desordem. Entre essas sujidades o lixo é considerado, na opinião dos entrevistados, o maior empecilho, para a manutenção da limpeza, seguido dos buracos e lamas. O lixo esteve presente, regularmente, na fala de quase todos os sujeitos da pesquisa.

Em contrapartida, esgoto a céu aberto foi lembrado como obstáculo por 22% dos moradores entrevistados, depreendendo-se que sua presença para a maioria não compromete ou afeta menos o estado de higidez das ruas. Sempre lembrando que um dos critérios para selecionar os sujeitos da pesquisa era que suas casas estivessem localizadas em via com águas servidas.

Também bastante citada entre os moradores entrevistados, além do lixo, foi a necessidade das vias possuírem calçadas bem conservadas e, ainda, estarem asfaltadas,

arborizadas, varridas diariamente, para a retirada de terras e dejetos. Devem também possuir luminárias que as mantenham iluminadas e ter, em pontos estratégico, recipientes para receber resíduos sólidos, as chamadas lixeiras. Por sinal, na cidade de Parintins, encontrar uma lixeira pelas ruas da cidade é uma tarefa quase impossível.

A limpeza das vias as tornaria bonitas e cheirosas, um bom lugar para se viver. Nas palavras de um informante “Acho bonito ver uma rua limpa, dá prazer em viver nela, mas infelizmente só conheço rua assim quando vejo televisão, por aqui mesmo não tem”. Estética e limpeza das ruas são elementos que estão acoplados em muitas das falas.

A exemplo das ruas, a maioria dos entrevistados descreveu uma cidade limpa a partir da sujeidade que não pode existir. Uma cidade que anseia limpeza não poder ter, segundo esses moradores: lixos, buracos, lamas e fezes de animais nas ruas, esgoto a céu aberto, poluição diversas, urubus e animais perambulando como cavalos e cachorros. O lixo foi novamente o mais comentado entre os informantes, sendo considerado o grande obstáculo para a limpeza das urbes.

O limpo é então produto da extirpação do sujo. Retirando-se o que se considera imundícies, o limpo floresce e permanece. O asseado, assim, é “[...]resultado secundário de uma primeira omissão operada sobre os elementos; é o que se manifesta depois de algo que aí estava ter sido removido” (CHIAZZA, 2011, p. 114). Deste modo, ainda para a autora, ações de limpeza são antecedidas por mecanismos que permitam a retirada do sujo. Esta foi uma tendência nas respostas dos entrevistados, para falar da rua e da cidade limpas, sendo descrito o que, primeiramente, não deve ter nelas, ou seja, sujeidades.

O lixo é considerado, aqui também, o maior obstáculo para a manutenção da limpeza de uma cidade, logo em seguida estão urubus e buracos, aspectos estes que contribuem com a sujeira. O lixo é mais lembrado como sujeidade e obstáculo a higiene. É preciso retirar o lixo para a limpeza da cidade.

*-Cidade sem lixo nas ruas, com asfalto bom, com tratamento de esgoto, lixeira pública pra gente jogar lixo nela. Lixo atrai muito urubu.*

*- Cidade limpa é aquela bem organizada, sem sujeira nas ruas, sem animais fazendo coco. Acho que tem que tirar essas vacas e cavalos das ruas, porque além do perigo pro trânsito, eles ainda defecam nas ruas.*

*- Cidade toda organizada, bem pintada, sem defeitos, com trabalho bem feito no asfalto, nas calçadas e, com esgoto, que cheire bem.*

A cidade limpa, para os moradores entrevistados, caracteriza-se, principalmente, pela sua organização. Outros aspectos são as ruas asfaltadas, sem buracos e lama, com

calçadas e sarjetas; cidades que sejam bem iluminadas e suas edificações estejam conservadas e pintadas. A presença de rede de esgoto também foi externada por alguns moradores, que consideram essencial sua existência para a higienização do espaço público. A limpeza ainda aparece associada, em algumas falas, à beleza das ruas e da cidade. O belo, civilizado e saudável, constituem uma tríade de contraposição à fealdade, incivilidade e a doença.

*-Nós não temos ruas limpas em Parintins. Ruas limpas tem que ser arborizadas, embelezada. Não pode ter lixo, tem que ter coleta, rua bem organizada, limpa e civilizada.*

*-Uma cidade limpa e saudável, sem lixo, sacolas, papelão, latas, entulho, porque tudo isso tira a beleza da rua.*

*-Cidade toda pintada, mas aqui só pintam na época do festival [...].*

O embelezamento das cidades era um componente fundamental no processo de modernização das urbes. Cidades deveriam ser seguras, assépticas e belas. Para Douglas (2012), a limpeza está associada à beleza e à pureza.

No século XIX, a estética converteu a limpeza em uma obsessão. O que não fazia parte destas convenções constituídas pelo modelo civilizatório era percebidos como perigoso, incivilizado, é o caso do feio, do sujo e da desordem.

Como já visto, o desejo de modernizar no início do século passado, produziu uma compulsão nas pessoas pela busca da higiene, beleza e ordem, por via de determinados dispositivos de poder que normatizavam sujeitos (FOUCAULT, 2005).

Freud (1996, p.113), fala em “fluidez da beleza” para designar as modernas sociedades que já não podem abandonar o belo e o hígido. Para ele, o sabão “é um símbolo real de civilização”, pois sabão teria o poder de higienizar, embelezar e restituir a moral.

As ditas sociedades modernas estariam, segundo Freud (1996), sedimentadas na tríade higiene-ordem-beleza. Mas, a mesma compulsão por tal tríade, que faz com que corpos estejam os mais limpos e belos possíveis, se aplicariam também aos espaços da vida pública, já que cidades aformoseadas trazem o signo civilizatório?

É importante lembrar que o termo aformoseamento ou embelezamento, discutido no capítulo 1, está relacionado à ordem, à limpeza e à higienização das cidades, metas civilizatórias perseguidas pelas elites dirigentes. Muitos decretos, no início do século XX, em Parintins, tinham uma clara preocupação com a estética e a organização da cidade, inclusive com normas que buscavam impor que os moradores pintassem suas casas regulamente, bem como a obrigação de mantê-las em bom estado de conservação. É

possível observar nas falas de alguns entrevistados, a relação entre pintura, limpeza e beleza.

Do entorno imediato de sua habitação até o espaço mais macro, o sentido captado entre os informantes de um ambiente limpo, contém algumas semelhanças com as concepções utópicas de cidade asséptica e inodora do início do século XX, vinculada pelos valores civilizatórios europeus.

### 5.3 Significados de cidade/rua sujas

Haveria algo a acrescentar se a pergunta fosse invertida, ou seja, quais os significados de ruas e cidades sujas? Em geral, encontra-se nas respostas dos moradores entrevistados aquelas coisas que deveriam estar ausentes em uma rua que almeja ser limpa.

Assim, uma rua está suja quando nela encontram-se: entulhos, lixos, lamas, buracos, esgoto a céu aberto, fezes de animais, restos de comidas, mau cheiro, animais soltos, escuridão, casas mal conservadas. São vias que são consideradas feias e desordenadas, para muitos dos residentes.

*-Rua suja é rua que fede, rua feia, com animais mortos, com esgotos nas ruas, com buracos nas ruas, sem iluminação.*

*-Rua suja é igual a essa nossa aqui. Quem tem lixo fora do lugar, sem meio fio, sem calçada. Por exemplo, aqui muitos moradores ocupam as calçadas e emporcalham as ruas vendendo comida.*

*- Onde você percebe o lixo espalhado pela rua, esgotos a céu aberto, cheia de dejetos de animais. Bois e cavalos pastando.*

Animais sujam as ruas, segundo os moradores entrevistados. No entanto, regulamentos de quase um século de existência já tentavam normatizar a vida de cavalos, cães e bois no perímetro urbano. Tais documentos expressavam o interesse do poder público em intervir nos hábitos dos moradores como, por exemplo, o de soltar animais nas vias para pastagem, comportamento este que constituía para as autoridades municipais uma afronta ao desejo de modernização de Parintins (INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PARINTINS. LIVRO DE ATAS, 1917-1919).

Bois, cavalos e cachorros continuam a perambular em alguns pontos da cidade de Parintins, representando não somente sujidade e desordem, mas também perigo para o trânsito de veículos automotores, em função do risco de colisão, que ocorre, até com certa

regularidade, no perímetro urbano. Esse é um dos exemplos que demonstram a resistência de alguns moradores em mudar de hábitos que há décadas são objeto de regulamentação. Mas há outros, como o costume insistente de algumas pessoas em jogar lixo e lançar águas servidas em locais inapropriados.

Tanto na questão dos significados de limpeza e sujeira, tendo como base as ruas ou as cidades, emergiram nas falas associação do limpo a ordem e do sujo a desordem. É na fala dos entrevistados sobre suas compreensões do que seria uma cidade limpa que a ordem se destaca de maneira soberana.

*-Rua toda organizada, com drenagem de água, limpa e asseada. Com saneamento básico, com calçada. Bem bonita, sem lixo.*

*-Rua bem cuidada, organizada, sem lixo e sem lama, sem mato.*

*-Cidade organizada, limpa com coleta de lixo que funcione, sem lixo em terreno baldio e nas ruas.*

*-Cidade planejada, organizada com lixeira, bem cuidada sem lixo, praças bem conservadas, arvores podadas.*

Percebe-se, aqui, que na opinião dos entrevistados, cidade ou rua em ordem ou organizadas, tem uma clara associação à limpeza. Estar em ordem é pensar que determinados elementos de um ambiente, encontram-se em seus devidos lugares conforme uma dada ideia.

São reconhecidas as campanhas educativas de saneamento, que buscam massificar a informação de que “lugar de lixo é na lixeira”, no caso dos eflúvios domésticos deveria ser “lugar de esgoto é dentro das redes coletoras ou das fossas sépticas” e não nas ruas. A questão é saber se os moradores de fato compreendem os esgotos nas ruas como algo fora do lugar e, portanto, gerador de desordem.

Para a maioria dos entrevistados, em se tratando de cidade hígida, a ordem é uma condição inadiável para alçar uma urbe considerada limpa. Desta forma, desordem corresponderia à sujeira. A respeito desta constatação, Mary Douglas (2012) manifesta-se afirmando que, mais do que medo de doenças e receio da morte, a sujeira é um insulto à ordem, pois em sua essência, as sujidades são desordens. Ao tentar eliminar a sujeira estaríamos esforçando-nos para organizar o ambiente. Dessa maneira, a própria desordem arrolada às sujidades, possui uma função de reordenamento do ambiente.

A sujidade é percebida pela maioria dos moradores entrevistados como desorganização, algo fora do lugar. Como afirma Douglas (2012), se o sujo é algo fora do lugar, então deve-se conceber a sujeira como topográfica. Objetos em si não seriam



sujos, desde que estejam em seus devidos lugares, como exemplo “Estes sapatos não são impuros em si mesmos, mas é impuro pô-los sobre a mesa de jantar [...]” (Ibid., p. 50).

Percebe-se que os significados de sujeira e de limpeza, presentes nas falas dos moradores entrevistados, além de sua relação com o binômio saúde/doença, traz consigo o aspecto topográfico. Diante desta constatação, é importante compreender como os sujeitos da pesquisa concebem a condição de limpeza da cidade de Parintins.

#### 5.4.1 Percepção dos moradores sobre o estado de higidez de Parintins

Como já debatido, sujeira e limpeza são conceitos relativos. Como afirma Douglas (2012, p.12), “Não existe sujeira absoluta: ela existe aos olhos de quem a vê”. Múltiplos também são os olhares dos informantes sobre o estado de asseio das vias onde habitam. Percebe-se que a maioria dos respondentes não está satisfeito com condição de higienização de suas ruas, deixando transparecer que, em geral, esses espaços públicos apresentam aparência de abandono e desordem.

Foi solicitado aos moradores entrevistados que se manifestassem a respeito do estado de higidez da cidade de Parintins, buscando-se identificar se eles classificam sua cidade como limpa ou suja. Grande parte dos entrevistados diz viver em uma cidade mais ou menos suja, outros que é suja e limpa ao mesmo tempo, enquanto que alguns afirmam que Parintins é suja.

Constatou-se a tendência, entre a maioria dos sujeitos da pesquisa, em dividir a cidade em duas partes: o centro ou, como muitos denominam, “a parte da frente” e a periferia ou a “parte de trás”. Houve quase unanimidade entre os moradores entrevistados em conceber a frente da cidade como mais limpa e cuidada; e a parte de trás mais suja e abandonada.

*-Cidade mais ou menos limpa. As ruas do centro são mais limpas, porque recebem mais limpeza da prefeitura, não é porque o povo de lá é mais educado, é porque os garis estão sempre varrendo e capinando. Aqui nos bairros eles não têm cuidado quase nenhum, fica um tempão sem ter limpeza, só coleta de lixo, e mesmo assim, às vezes, o carro nem passa, ou passa em horário que dar na cabeça deles.*

*- Cidade mais ou menos suja. É suja mais aqui nos bairros, lá na frente até que ela é limpinha. Gosto lá da frente, dá gosto passear por lá tudo bem limpo e organizado. A cidade tem alguns buracos e muita gente joga resto de comida na pia. Isso suja muito a cidade, deveria ser proibido fazer isso. A cidade em geral está meio feia.*

*- Cidade mais ou menos, porque os bairros são mais sujos, e o centro um pouco mais limpo, e pode perguntar por aí que muita gente tem a mesma opinião, a*

*frente da cidade sempre é mais cuidada. Acho que o centro é mais limpo para os turistas, os bairros são mais sujos porque só tem moradores.*

Neste sentido, há duas Parintins. Existe a Parintins localizada na frente possuindo como referência a proximidade com o rio Amazonas, onde localizam-se a maior parte do comércio, os bancos, os órgãos públicos, por onde andam os turistas e viajantes em trânsito para outras localidades, é a parte da urbe parintinense, segundo determinados moradores entrevistados, considerada mais limpa e mais cuidada pelo poder público. Como assegura Rodrigues (1997), quanto mais próximo do poder, maior é cuidado com a higiene do meio.

No capítulo 1, argumentou-se que o poder público parintinense, já nas primeiras décadas do século XX, cuidava com zelo maior das ruas da frente da cidade. Eram nas ruas próximas ao rio Amazonas que estavam proibidas construções de casas que não utilizassem em sua edificação materiais como o cimento, por exemplo. Era o desejo de afastar as pessoas mais despojadas de recursos da área mais central do perímetro urbano.

Existe a Parintins da parte de trás, que se refere a locais mais afastados do rio Amazonas e seria a periferia da urbe parintinense. Segundo Souza (2013, p.133), é na periferia que estão localizadas as pessoas de menor poder aquisitivo, “São os espaços da cidade onde o poder público normalmente realiza poucos investimentos de ordem social e estrutural [...], são espaços relegados, desprezados pelo poder público”. Esta percepção de que os bairros são abandonados é compartilhada por muitos dos moradores entrevistados. Para estes, a Parintins da parte de trás é carente, é mais suja e mal cuidada pelo poder público municipal.

Nota-se que falta acesso igualitário dos cidadãos a bens coletivos como a infraestrutura. Faz-se necessário superar a relação assimétrica entre centro e periferia, “[...] considerando as localizações periféricas como parte integrante da cidade no direito e no acesso às melhores condições de vivência para os seus habitantes” (BENTO, 2011, p. 118).

Para os sujeitos da pesquisa não é justo o poder público dispensar uma atenção diferenciada à parte da frente da cidade, pois, assim como os moradores desta localidade, os dos demais bairros também têm direito a serviços urbanos, como a limpeza e coleta de lixo regular.

Observa-se, no entanto, que tal opinião dos binômios centro-limpo, bairro-sujo, não é corroborada por alguns sujeitos da pesquisa que residem na parte central da cidade.

Para alguns deles o Centro só pode ser compreendido como limpo se em comparação com os bairros.

*- Mais ou menos. Tem muito lixo nas ruas aqui no centro. A frente da cidade é mais cuidada, mais limpa, os bairros são mais esquecidos, mais sujo. Pra mim o centro só parece mais limpo porque os bairros estão muito sujos.*

*- A cidade também é mais ou menos. Deixa muito a desejar. Muitos bairros precisam melhorar sua limpeza. O centro se na frente dos bairros é um pouco mais cuidado, mas não acho o centro limpo como outros acham.*

Em relação ao que deixa a cidade de Parintins suja, se observou que muitos apontam a presença de lixo e outros dejetos como fezes de animais, entulhos nas ruas. Um grupo de entrevistados assinala que a ocorrência de esgoto a céu aberto potencializa a sensação de que vivem em uma cidade suja. Os buracos e lamas nas vias da cidade também foram muito mencionados pelos moradores. Lama nas ruas, em pleno verão amazônico, são formadas pelo despejos de águas servidas nas vias, pois é uma estação de intenso calor e baixíssimo índice pluviométrico.

*- Cidade suja. Porque tem entulho de construções, lixo comercial, buracos, lixeiras viciadas, falta de espaço público para o lazer, poluição sonora e visual. Os governantes deveriam contratar mais gente para fazer a limpeza.*

*- Cidade suja. Porque tem buracos, lixo. Antes tinha limpeza quase todos os dias.*

*- Cidade suja. Porque tem esgoto a céu aberto, as pichações deixam mais suja a cidade. Tem também muito entulhos, muitos restos de construção. Tem prédios mal conservados que dão aspectos de sujos. Na parte da Francesa é só sujeira quando chega a vazante.*

Portanto, há três realidades presentes em quase todas as falas dos moradores, que, na opinião deles, impedem a cidade de Parintins de ser considerada limpa: Lixo-esgoto-buracos. As águas servidas que são lançadas nas vias colaboram significativamente para o aumento de tais buracos, informação coletada entre os sujeitos da pesquisa.

Por outro lado, alguns moradores entrevistados classificaram Parintins como uma cidade limpa e outros como quase limpa. Entre os que opinaram que Parintins pode ser considerada uma urbe hígida há os seguintes argumentos:

*- Considero ela limpa, apesar de não toda. O centro recebe mais cuidado. Trabalho de moto taxista, conheço a cidade inteira.*

*- A cidade acho ela até limpa, porque passa todo dia por aqui o caminhão da coleta de lixo. Não acho suja, tem cidade muito pior.*

*-Limpa, a maior parte da cidade é limpa. Os bairro da periferia são mais sujos. A frente da cidade é mais limpa, não por causa dos moradores, mas por causa que a prefeitura limpa mais.*

Os que consideram a cidade mais ou menos limpa alegam que:

*-A cidade está mais ou menos limpa, porque os bairros estão abandonados e a parte da frente é mais limpa.*

*-Cidade mais ou menos limpa, a frente é mais limpa do que os bairros. Tem muito buraco, parece uma tabua de pirulito, ainda tem esses esgotos nas sarjetas.*

*-A cidade é razoavelmente limpa. Por que o centro não é tão sujo, mas os bairros são muito sujos, com ruas sem calçadas, esgoto escancarado, lixeiras viciadas. Os bairros dificilmente recebem visita dos garis, tem rua que nem passa carro coletor. Sei disso porque meu filho mora no bairro da união. Só querem limpar pra valer na época do festival, ai fica tudo arrumado, pintando, limpo, mas isso é mais na frente da cidade, porque os bairros ficam na mesma.*

Fica claro, mais uma vez, que o problema da sujeira em Parintins está localizado, segundo os entrevistados, na parte de trás da cidade. O Festival Folclórico foi mais uma vez lembrado, pois as atenções de higienização durante o período festivo estão voltadas quase que exclusivamente para áreas de maior fluxo de turistas. A “Parintins para o mundo ver”<sup>23</sup>, é devidamente desodorizada e aformoseada no período dos festejos bovinos, enquanto a periferia amarga com o descaso do poder público.

Durante o período em que ocorreu a coleta de dados, observou-se o descaso do poder público em relação a limpeza da cidade, especificamente em bairros mais afastados. Verificou-se que, em muitas ruas, nos bairros do Itaúna II, mas, principalmente, no da União, haviam verdadeiras montanhas de entulhos a espera na coleta da prefeitura (Figura 25). Sujeitos da pesquisa alegaram que as ruas do bairro estavam assim já havia muitos dias.

---

<sup>23</sup> “Parintins para o mundo ver” foi tema do Boi Bumbá Garantido, em 1998.

**Figura 25 – Rua com entulhos no bairro União**

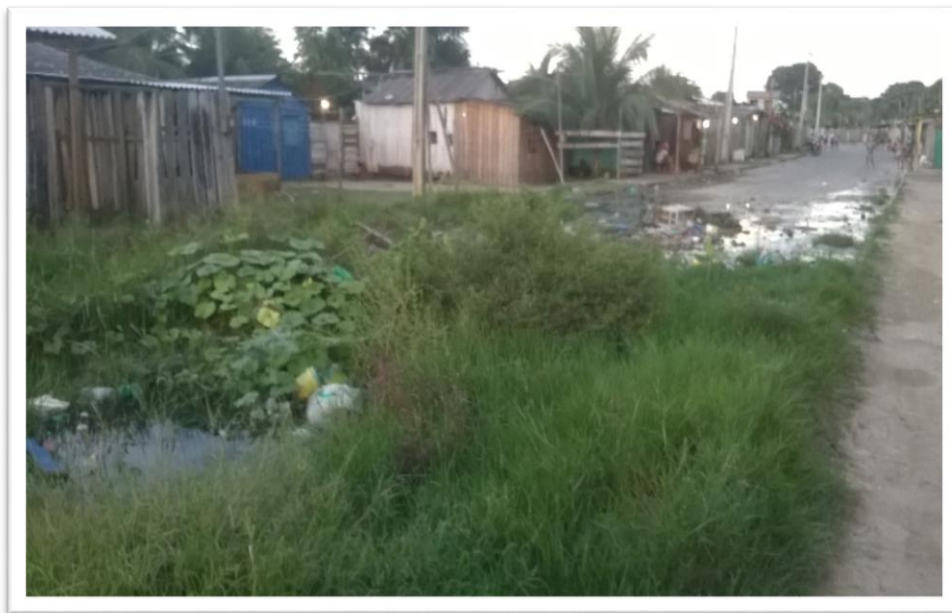


**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2015.

Um depoimento em particular chamou a atenção pelo sentimento de revolta do morador entrevistado, em relação ao estado de abandono no qual se encontrava sua rua. Localizada no bairro da União, a via é intransitável, pois há uma grande vala negra que recebe águas servidas e pluviais (Figura 26). Disse o morador entrevistado que

*-Minha rua é a pior das piores ruas, muito suja. Vivo em uma cidade suja. Tem essa vala no meio dela, com lama e água podre, muito capim, e ainda tem o lixo que as pessoas jogam aí no meio, só piora a situação. Duvido o senhor encontrar rua mais suja que essa aqui. Acho que é o símbolo da sujeira. Agente nem consegue vender a casa aqui.*

**Figura 26 – Rua a “Pior das Piores”**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2015.

Pode-se constatar que outras ruas se encontravam em situação semelhante, algumas até sem asfalto, mas de fato a via que o entrevistado considera a “pior entre as piores”, se encontra em total estado de abandono pelo poder público. Segundo o depoimento de alguns sujeitos da pesquisa, o problema é a qualidade do asfalto utilizado na pavimentação das ruas, que, em pouco tempo, se deteriora com ação de águas servidas e pluviais, somada ao trânsito de automóveis.

Refletindo sobre os argumentos dos entrevistados e observando a situação de higiene do Centro e dos bairros da cidade, constata-se que problemas como o lançamento de esgoto doméstico nas vias estão presentes nas duas localidades (centro-bairros), o que os distingue é o volume lançado nas ruas. Observa-se que as principais diferenças, no que tange a higiene, entre os bairros investigados, residam nas ruas esburacadas e na presença de lixo e entulhos, localizados em muitas vias do Itaúna II e da União.

A infraestrutura nos bairros é fundamental para o bem estar de seus moradores, mas em Parintins como em muitas outras cidades, há uma distribuição desigual no que tange ao saneamento. Há um atendimento prioritário na limpeza, concedido à parte da frente da ilha. Assim, a cidade de Parintins é suja, ou mais ou menos suja, porque seus bairros (os de trás) são malcuidados pelo poder público.

Constatado que Parintins não é considerada, pela maioria dos sujeitos da pesquisa, uma cidade limpa, procurou-se saber, em seguida, porque a cidade de Parintins encontra-se neste estado de higiene.

## 5.5 O que leva as ruas e cidade de Parintins a ficarem suja?

Percebe-se, em muitas falas dos entrevistados, que o limpo é exclusão do sujo e sujo ausência da higidez. Por isto as concepções sobre rua e cidade limpa/suja, apresentam algumas similitudes, mas a mudança de perspectiva provoca nos informantes reorganização no pensamento, já que há uma alteração de posição, são questões como “Me diga o que é uma rua limpa na sua opinião, agora me responda o que você entende por cidade suja”. Tanto para Douglas (2012), como para Koury (2011b) sujo e limpo são elementos que compõem uma mesma relação. No entanto, estão localizados

[...] em campos hierárquicos opostos, encontrando-se em eterna tensão pela possibilidade de um intervir no outro: na ação de purificar o contaminado, ou na ação de contaminação do puro. A ordem e a organização social estando no equilíbrio entre as duas esferas (KOURY, 2011b, p. 53).

Uma rua/cidade para manter-se hígida necessita, de acordo com os entrevistados, da observância de alguns aspectos: seja a necessidade de educar a população para participar ativamente da limpeza das ruas ou simplesmente deixar de sujar, ou uma efetiva ação do poder público, que, para os entrevistados, é o maior responsável pelo serviço de limpeza urbana.

Limpeza é algo que se almeja, sujeira é, por outro lado, o que deve ser evitado e repellido com vigor pela ameaça que representa, perigos estes já externados pelos moradores entrevistados. Assim como a água, o sabão e a vassoura têm papel de descontaminadores, a ação de jogar imundícies nas ruas tem por consequência a poluição ou despurificação do meio. São as condutas poluidoras de certos moradores que os informantes apontam como epicentro dos problemas das sujidades nas cidades.

Na opinião da maioria dos sujeitos da pesquisa, uma cidade e suas ruas ficam sujas porque seus moradores não colaboram com a limpeza, pois além de sujarem não costumam limpar. Por outro lado, alguns afirmam que o poder público não cumpre seu papel de higienizar a cidade de forma satisfatória. Estas duas realidades resultariam em uma urbe repleta de problemas de higienização pública. Porém em quase todas as falas os residentes aparecem como os grandes culpados pelas sujidades das urbes.

*-Os moradores jogam lixo nas ruas, povo sem educação, e o Poder público não manda limpar. Então um suja e o outro não limpa, assim fica sujo, e a gente fica no perigo de pegar doenças.*

*-Agora mesmo nessas campanhas os políticos estão emporcalhando a cidade com material de campanha. Os moradores são os principais responsáveis por*

*todo a essa bagunça, porque falta educação pra fazerem a coisa certa, por exemplo é jogar o lixo na hora certa.*

Ao problematizar os binômios limpo/educado, no seu âmbito está a discussão sobre os processos históricos de reeducação dos sentidos. Tal comportamento para esse grupo é visto como anti-higiênico, uma transgressão a uma norma consagrada. Uma das posturas mais repudiada pelos entrevistados é o ato de determinados moradores não colaborarem com a coleta de lixo da cidade, depositando o lixo na rua depois do horário da coleta ou em local impróprio.

*- A população sem educação sujam a cidade e provocam doenças. Tem que ter muita. Pessoas jogam lixo no horário errado, ai vai acumulando bactérias nas ruas, depois as doenças acontecem e agente nem sabe de onde veio.*

*-O povo suja porque não tem educação. A gente acaba ficando doente com essa sujeira toda da rua.*

Percebe-se também nas falas dos entrevistados, associação entre educação e saúde. Na opinião da pesquisadora da Universidade de São Paulo Heloísa Rocha (2003a, p. 42), o movimento higienista do início do século XX no Brasil, concebe “[...] os problemas sanitários como problemas de ordem educativa, cuja solução passava pela inculcação de modos de viver calcados nos parâmetros da ciência [...]”.

Médicos higienistas estavam incumbidos de civilizar o ambiente urbano, buscando intervir nos hábitos dos cidadãos com a finalidade de produzir novos modos de vida “[...] cuja legitimação contará com a desqualificação dos hábitos e costumes[...]”. A educação foi a estratégia utilizada para contribuir com a formação da perseguida consciência sanitária. As crianças eram o alvo principal da educação sanitária, em função de serem mais moldáveis, no entanto, as condutas dos adultos também foram disciplinadas (ROCHA, 2003b, p. 13).

O crescimento das sujidades, na visão de alguns entrevistados, tem como vértice, a falta de uma consciência e/ou educação de certos indivíduos que criam e potencializam o problema da sujeira. Para esse grupo, tais condutas, podem colocar em risco a saúde pública, a ordem e a beleza do lugar, configuram-se como uma transgressão as normas. Neste sentido Douglas (2012), considera que “[...] a ideia de sujeira é composta de duas coisas, cuidado com a higiene e respeito por convenções” (Ibid., p. 19). Neste caso, ao sujar ruas, regras sobre poluição são transgredidas e seus violadores devem ser corrigidos por mecanismos normalizadores.

Douglas (2012) sustenta que rejeitar sujeira, é, portanto, rejeitar uma anomalia. É possível que alguns entrevistados considerem, assim, os praticantes de condutas



estimadas como anti-higiênicas (sujar as ruas, por exemplo), como praticantes de ações anômalas. Vernant (2002, p. 281), baseado em Douglas (2012), considera que o sujo pode ser concebido como uma anomalia, “[...] aquilo cujo estatuto aparece como ambíguo, marginal e que questiona, por não ser integrado, a ordem da qual o grupo é solidário e cuja perpetuação deseja garantir”.

Para alguns entrevistados é preciso educar os moradores que não colaboram com a limpeza da cidade. Educar, conscientizar e até reeducar, foram termos utilizados por alguns entrevistados que consideram tais iniciativas condições fundamentais para a manutenção da limpeza urbana. Para eles, a ausência desse “povo educado”, inviabilizaria qualquer projeto voltado para assepsia do espaço público. Nas falas de alguns entrevistados é possível observar algumas metáforas sobre as sujidades e as posturas anômalas.

*-Quem deixa suja são os sujismundos<sup>24</sup>, esses que parecem que não se importam com a sujeira, que acham tudo normal.*

*-A cidade é suja por causa dos porcos, não porcos bicho, mas porcos gente, que ficam emporcalhando tudo, é o povo sem educação.*

*-[...] Os estudados quanto mais estudam, mais porcos ficam, mas também não são todos.*

A campanha “Povo desenvolvido é Povo Limpo”, de caráter educativo-civilizacional, apontava as pessoas ditas com “maus hábitos higiênicos”, como um dos principais empecilhos para tornar o Brasil um país civilizado. Tempos depois o Governo Federal cria a antítese do *Sujismundo*, o Dr. *Prevenildo*, médico, sempre de branco e, aparentemente, impecavelmente aseado, sua função era orientar ações preventivas para a saúde.

Tal estratégia de educação sanitária é produzida por meio de discursos legitimados pelo saber/poder da medicina social, normalizadora de práticas e condutas, atuando tanto como poder disciplinar, individualizando os indivíduos, como regulamentar. São características, segundo Foucault (2005, p. 302), de uma sociedade de normalização, “uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação”. Campanhas de higienização voltadas para a

---

<sup>24</sup> Sujismundo foi um personagem de uma campanha publicitária criada na década de 70 para as pessoas que supostamente não eram afeitas a higiene. O Sujismundo incorpora a figura do sujo e desorganizado, portanto, sinônimo de porcalhão, traços a serem evitados a qualquer custo por pessoas ditas civilizadas, ou que apeteassem a beleza e a higidez. Sr. Sujismundo seria então a caricatura de um ser anômalo. O personagem Sujismundo era o poluidor do ambiente, o ser que potencializa os perigos ocultos da sujeira.

limpeza das urbes e redefinição de comportamentos tidos como malsãos, eram estratégias biopolíticas que produziam uma constante vigilância sanitária de uns sobre os outros.

Foi possível constatar um certo grau de vigilância sanitária na esfera da vizinhança, embora bem disfarçada, entre determinados sujeitos da pesquisa. Tal vigília apresenta uma reciprocidade, porque no fundo, como afirma Koury (2011a), as sujidades, além de poluir os agente que produziram a ação, polui também os que aceitaram tal situação, enfim conspurca a todos. Pode-se dizer que se trata de uma vigília sobre a norma. Percebe-se então que a higidez urbana depende em parte da vigília sobre a postura sanitária alheia.

Recorrendo-se novamente a Revel (2011), a norma está relacionada ao surgimento no século XVIII do biopoder, por meio da ascensão do poder medical em detrimento ao modelo jurídico. Esta medicina social age sobre as populações

[...] por meio da instituição de mecanismo de administração médica, de controle da saúde, da demografia, da higiene ou da alimentação, permite aplicar à sociedade toda uma distinção permanente entre o normal e o patológico e impor um sistema de normalização dos comportamentos e das existências, dos trabalhos e dos afetos [...] (REVEL, 2011, p. 65).

Se o sujo é considerado como anormal (Douglas, 2012), infere-se que os indivíduos percebidos como detentores de ações não-higiênicas, promotores de sujidades, são compreendidos pelos informantes como pessoas transgressoras de normas, podendo ser enquadrados como anômalos. Daí a necessidade de corrigir os violadores da ordem e da higiene por intermédio de mecanismos normatizadores como a educação, como pensam alguns dos entrevistados.

Tais sujeitos, os acusados de sujar as ruas da cidade, não são somente chamados de *Sujismundos*, mas também designados de porcos. Este é um tipo de sujeira denominado, por Lévi-Strauss, de metonímica. Para Koury (2011b) na acepção levistrosiana “[...] quem produz sujeira pode ser designado como a própria sujeira [...]” (KOURY apud LÉVI-STRAUSS, p.57, 2011b).

Todavia porcos e sujismundos são sempre os outros. Cidade e ruas tornam-se imundas sempre por ações de outras pessoas (em geral, os vizinhos). Esta é uma tendência nas respostas dos informantes, desde as das primeiras análises dos dados.

*- São os vizinhos que sujam a rua. E ainda tem o pessoal que vem do interior pra sujar mais ainda.*

*- O pessoal por aqui que não colabora com a limpeza, ajuda a deixar a cidade suja.*

Aqui, compreende-se, mais uma vez, a tentativa de alguns entrevistados, de retirar qualquer responsabilidade deles pelo atual estado de sujeira da cidade, transferindo a culpa para o vizinho ou para os que são de outras localidades trazendo consigo hábitos sanitários “danosos” à higiene de Parintins. É o discurso da desresponsabilização.

O que se percebe na fala do entrevistado, também é um preconceito em relação aos residentes da zona rural do município, pois se acredita que não compartilham dos mesmos valores sanitários dos cidadãos, sendo, pois, um dos responsáveis pelas sujidades da urbe. Discurso semelhante encontra-se sobre aqueles considerados sem educação ou a vizinhança que sempre está a ameaçar a ordem e a moral do lugar. Com base em Levi-Strauss (1970), Koury (2011a) afirma que as pessoas acusadas de serem poluidoras, são taxadas de porcalhões, os “*Sujismundos*” da vida.

São eles, quem a produzem, são eles os sujos, o que causam sujeira e poluem o ambiente, contaminando o ambiente ao redor e, pior, envergonhando e contagiando a todos, pois a sujeira, nesse momento, passa a ser representada na sua dimensão simbólica e generalizante [...] (Ibid., p .237).

Infere-se que, para alguns dos entrevistados, é importante encontrar um culpado pelo estado, segundo eles, de sujidades que reinam nas ruas e bairros da cidade. Os acusados são sempre os outros, sejam eles o poder público, vizinhança ou moradores oriundos de outras localidades.

Limpeza corporal e doméstica, assim como os bons odores, são mecanismos de distinção social (CORBIN, 1987; VIGARELLO, 1996). Por outro lado, diferentes códigos olfativos e de higienização, frequentemente “[...] servem mais para dividir e oprimir seres humanos do que para uni-los”. (CLASSEN, 1996, p. 15). Apontar os outros como responsáveis pelo precário estado de limpeza da cidade, é uma maneira de distinguir-se dos demais.

Entre tantas queixas sobre as condutas anti-higiênicas dos outros, apenas dois moradores fizeram a *mea culpa*, reconhecendo que todos os moradores contribuem para deixar a cidade suja.

-A gente mesmo que suja, todo mundo suja, todo mundo polui, é muita gente sujando ao mesmo tempo [...].

-Agente mesmo deixa a cidade suja. Nós jogamos lixo, deixamos lamas na frente de nossas casas [...].

Outros moradores entrevistados, no entanto, afirmaram que as ruas são sujas, fundamentalmente, em função da precariedade do trabalho de limpeza, desenvolvido pela prefeitura de Parintins, resultado principalmente de uma péssima gestão pública voltada para o saneamento. Porém, ainda sim, reconhecem que a situação se agrava ainda mais quando a população não coopera com a limpeza.

*-Pra mim é o descaso dos governantes, são irresponsáveis, querem ficar ricos. Aqui a prefeitura quase não limpa, acho que uma vez por anos eles vem aqui capinar e varrer a rua. E a população que não costuma reclamar, e raramente fazem a limpeza e ainda suja muito.*

*-A prefeitura deixa as cidades assim toda mal cuidadas. E o povo acaba de piorar a coisas, por que só sujam.*

*-A prefeitura deveria mandar varrer e retirar o lixo e entulhos, só isso, mas ele não faz direito, aí vem o povo e bagunça tudo de vez.*

Constatou-se, assim, que para a maioria dos entrevistados o estado de hígidez da cidade de Parintins não é satisfatório, em função dos moradores (vizinhos), que não colaboram e do poder público, que realiza a limpeza da cidade de forma precária dando atenção aos bairros de maneira desigual. Na seção seguinte buscou-se compreender o que os sujeitos da pesquisa sentem em viver em uma rua/cidade com problema de sujidades nos espaços públicos.

#### 5.5.1 Sentimentos em viver em uma rua/cidade sujas

Procurou-se também saber se e de que forma a realidade das ruas (seja suja ou relativamente suja), os afetavam, seja do pondo de vista físico, econômico ou moral. Alguns se sentem incomodados com a sujeira das ruas pela ameaça à saúde que ela representa, incluindo aí o perigo de inalar cheiros fétidos, outros sentem tristeza, desgosto e vergonha por morar em meio a sujidades nas vias. Há os moradores entrevistados que se preocupam com a desvalorização econômica do imóvel, e ainda os que se sentem afetados pela feiura e desorganização. Mas houve também alguns que afirmaram que não se sentem incomodados com tal realidade.

A respeito das diferentes maneiras que as sujidades afetam os moradores entrevistados, o medo de doenças prevaleceu, como se pode perceber nas respostas abaixo:

*-Afeta por causa dos mosquitos, moscas, das bactérias que estão no lixo. Graças a deus consegui fazer meu banheiro. Me incomoda também essas baratas e tapurus. Tem muito disso porque os vizinhos não limpam sua frente.*

*-O que mais me incomoda são as fezes dos animais, o mal cheiro das fezes, aí tem que lavar todo dia nossa calçada porque tem fezes e urina, tudo pode causar doenças.*

*-Me incomoda por causa do perigo pra saúde, porque tem criança que ficam brincando na lama, perto desses esgotos, e podem adoecer.*

Na concepção destes moradores entrevistados, nas entranhas das sujeiras escondem-se perigos invisíveis à manutenção da saúde, seja nas fezes dos animais, na água parada ou no lixo espalhado pela via, em qualquer lugar concebido como impuro pode haver ameaças infecciosas.

Douglas (2012) sustenta que o significado de sujeira possui uma forte conexão com organismos patógenos, legado da descoberta do século XX de que bactérias são transmissoras de doenças. Este fato “[...] transformou tanto nossas vidas que é difícil pensar sobre a sujeira a não ser em um contexto de patogenicidade” (Ibid., p. 50).

Contatou-se também, nas falas de determinados moradores entrevistados, a presença de sentimentos de vergonha, tristeza, angústia e até sentimento de culpa por viver em rua/cidade sujas.

*-Me afeta às vezes, porque vão pensar que a gente não coopera com a limpeza, que a gente é porco. Isso me deixa até com vergonha.*

*- Me afeta um pouco, fico triste, já pensou você acordar de manhã cedo pra ir para aula e dá de cara com esse lixo na rua, e esse fedor do esgoto. Acho que mexe com nosso direito de viver em uma lugar pelo menos limpo, já que não tem emprego na cidade, e saúde é péssima. Me sinto também culpada por esta situação se sujeira, já pensou se a gente adoecer?*

*-Me afeta mais ou menos porque ela poderia ser bem cuidada, aqui é uma rua de grande movimento, muitos turistas passam aqui, isso me afeta porque podem achar que a culpa é dos moradores. O que esses turistas devem pensar da gente?*

O ponto positivo dessa forma de pensar sobre a rua suja, é a demonstração que esse grupo de sujeitos da pesquisa percebe que a higienização da rua é de responsabilidade de todos, por isso o sentimento de culpa e vergonha ao mesmo tempo.

Por outro lado a introjeção da culpa é um mecanismo de controle e docilização dos corpos. Estes sentimentos de culpa e vergonha podem ser analisados pelo prisma da responsabilização do indivíduo por sua saúde e dos demais, o que, por sua vez, se relaciona com mecanismo do biopoder, já que se pode identificar neste dispositivo “[...] o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 295).

O que se pode perceber também, nas falas desses moradores entrevistados, é a auto-responsabilização dos indivíduos diante da condição de sujeira das ruas, e, por efeito, a desresponsabilização do Estado sobre a mesma. Para Foucault (2005), a medicalização da sociedade exerce regulações sobre a população. O poder medical buscava produzir condutas consoantes com os princípios da higienização, normatizando os sujeitos, e, deste modo, tal medicalização responsabilizava os indivíduos que não aderissem a tais prescrições, por eventuais problemas relacionados a enfermidades. Este mecanismo é denominado por Crawford (1977), de culpabilização da vítima. Os culpados não estão relacionados a precariedade do serviço de saúde oferecido à população, mas o próprio indivíduo que não sabe cuidar de si.

Esta sensação de culpa e vergonha, para Koury (2011b, p. 64) é a expressão de uma sociedade tolerante “[...] que fecha os olhos a falta de educação e a quebra dos laços da tradição, ocasionando uma fragmentação que atinge a todos: a sujeira produzida emporcalha não só quem a produziu ou consentiu, mas a todos”. As pessoas ao serem permissivas diante de atitudes consideradas, do ponto de vista da higiene urbana, como impróprias, são tão culpadas como os indivíduos que praticam atos que colaboram com o aumento das sujidades.

Percebe-se também que alguns entrevistados se sentem corresponsáveis pela situação de sujidade das vias, estimada como falta de decoro por parte de quem promove o ato. Neste sentido, o Cientista Social José Martins (1999, p. 12) observa que o decoro, pode ser compreendido “[...] como um conjunto de procedimentos pelos quais cada um se sente responsável não só pela sua própria conduta, mas também pela conduta dos circunstantes que com ele contracenam”.

Os sujeitos da pesquisa que experimentam vergonha e culpa, como resultado de atos de outros moradores considerados impróprios, como o de poluir o espaço público por meio de lançamento de dejetos nas vias, possuem o papel de coadjuvantes neste processo. Miagusko e Ferreira (1999, p. 19), argumentam que o coadjuvante surge de uma situação constrangedora. “O coadjuvante é tratado aqui como aquele que se sente responsável pelas regras e sua observância. Por isso, ele se incomoda, envergonha-se, e se embaraça quando outros as transgridem”.

Assim, condutas estimadas socialmente como inadequadas são geradoras de embaraços. Na opinião de José Martins (1999, p. 13), “[...] aquilo que envergonha (e embaraça) é a inobservância da autoridade de uma regra”. Cidades sujas são percebidas, por alguns entrevistados, como produtos de transgressão de determinados indivíduos. E

a vergonha não está relacionada à falta de decoro do próprio indivíduo, relaciona-se também a conduta de terceiros (Ibid.).

Portanto, morar em uma rua/cidade considerada como suja, desperta um sentimento de culpa, sentimento este que não é unilateral, já que tais sujidades podem afetar as pessoas que não participaram deste ato de emporcalhamento. Situação de embaraço incide tanto por quem suja, mas também por quem permite (MIAGUSKO; FERREIRA, 1999. KOURY, 2011b).

Resumidamente, pode-se afirmar que muitos dos sujeitos da pesquisa revelaram sentir-se afetados de alguma forma por viver em uma cidade que eles mesmos consideram suja. Vergonha, indignação humilhação, tristeza, impotência, foram alguns dos sentimentos externados por eles diante da situação em que Parintins se encontra atualmente.

### **Considerações Finais**

Ao externarem seus significados sobre sujeira, os moradores a relacionam ao sujo, às coisas impuras em função das ameaças à saúde. Na concepção de Douglas (2012), isto ainda é fruto das descobertas no século XIX, de que bactérias transmitem doenças, por isso, quando se pensa em impurezas, se associa a patogenias.

Sujeira foi explicada por alguns entrevistados como desordem, algo que se encontra fora de seu lugar. Assim, ao observarem suas respectivas ruas, os sujeitos avaliavam o grau de sujidade de acordo com o que consideravam fora de uma dada ordem. Por exemplo, o lixo deveria estar dentro de sacolas à espera do carro coletor, ou dentro das lixeiras, o esgoto doméstico deveria estar passando não pela rua, mas por tubulações subterrâneas adequadas para tal finalidade. Percebe-se, desta forma, uma forte aproximação entre a teoria de Mary Douglas (2012) e os significados de sujidades para os entrevistados, onde a sujeira é uma questão de topografia.

Mas a sujeira e a limpeza foram também associadas às questões estéticas. Alguns sujeitos da pesquisa enfatizaram que vivem em uma cidade considerada feia, em função do grau de sujidade que nela impera. Sujeira e feiura, como observa Koury (2011a), devem ser evitadas e impedidas a todo custo.

A produção da sujeira nas ruas e na cidade, para grande parte dos entrevistados, é resultado da falta de educação dos outros, os quais devem ser reeducados para uma cidade ou rua limpa. Prevalece, no entanto, a percepção que as ruas e a cidade de Parintins são

suas, mesmo que o centro da cidade (frente) seja relativamente menos sujo do que os bairros (atrás).

Tais fatos corroboram ao que Douglas (2012) apresenta, que o sujo é, essencialmente, o que está deslocado topograficamente, o que gera a desordem, se compreende, assim, uma relação entre tolerância e ordem. Por efeito, a tendência dos moradores é ser mais tolerante com o que se encontra em seu devido lugar. É sobre (in) tolerância dos moradores entrevistados em relação ao convívio com esgoto a céu aberto, que o Capítulo 6 versará.



## CAPÍTULO 6

### **6 A (IN)TOLERÂNCIA DOS MORADORES NO CONVIVER COM O ESGOTO A CÉU ABERTO**

Nos capítulos 3, 4 e 5 procurou-se conhecer sobre os significados para os entrevistados sobre saneamento, as estratégias cotidianas de afastamento das águas servidas, compreender as acepções acerca do sujo, do limpo e sua aplicabilidade na realidade urbana de Parintins.

No capítulo 6 buscou-se entender de forma mais aprofundada que tipo de relação os sujeitos da pesquisa mantêm com os efluentes domésticos dispostos nas ruas da cidade, seja de intolerância, condescendência, naturalização, impotência, repulsa entre outros sentimentos.

Um das motivações para a construção da tese foi a intrigante convivência, aparentemente tolerante, de certos moradores de Parintins com o esgoto a céu aberto, seja caminhando ao lado, mas, principalmente, alimentando-se nas proximidades de tais efluentes doméstico.

O capítulo está dividido em duas partes: na primeira, os entrevistados analisam as condutas dos vizinhos na convivência contínua com o esgoto a céu aberto; já no segundo momento os sujeitos da pesquisa analisam o próprio comportamento diante da mesma realidade.

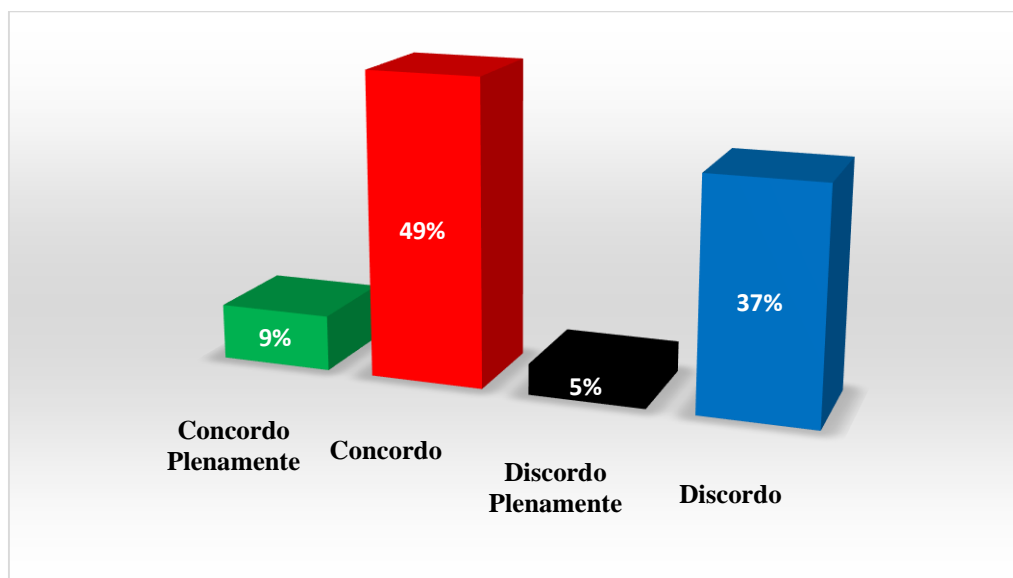
#### **6.1 O olhar sobre a vizinhança e sua relação com esgoto a céu aberto: pouco incômodo, pouca reclamação**

Ao longo da investigação, observa-se que a opinião predominante entre os entrevistados é perceber o comportamento da vizinhança em relação ao saneamento como inapropriado, cujas categorias centrais são: a tolerância e intolerância em relação ao convívio dos moradores com esgoto a céu aberto. A ideia nesta seção é analisar as apreciações que os sujeitos da pesquisa realizam sobre os vizinhos e sobre suas próprias condutas.

Verificou-se a tendência dos entrevistados em avaliar como tolerantes as posturas dos outros moradores e como intolerantes as suas. Inicialmente, buscou-se saber se os

vizinhos se incomodam e se reclamam da presença dos esgotos a céu aberto. Ao refletirem sobre a conduta alheia, os entrevistados creem que poucos se incomodam com tal realidade.

**Figura 27 – Graus de concordância sobre a possibilidade dos moradores não se incomodarem em conviver com esgoto a céu aberto**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2014.

Os dados revelam que a maioria dos sujeitos da pesquisa (58%) considera que os moradores não se sentem incomodados em conviver com o esgoto a céu aberto. Por outro lado, 42% deles acreditam que as pessoas sentem algum tipo de desconforto com tal realidade.

Segundo os entrevistados, essa ausência de incômodo com o esgoto poderia ter ao menos dois motivos: falta de interesse do vizinho ou o vizinho pensa que está tudo normal, portanto é indiferente diante desta situação. Normalidade já está presente nos discursos de alguns entrevistados no capítulo 4, ao discorrerem sobre costume e os jeitinhos encontrados para o afastamento das águas servidas.

*-Não se incomodam porque ninguém age. As pessoas ignoram o problema, não ligam, quase não vejo elas limpando suas frentes, não se mobilizam pra resolver, acho acomodadas. As pessoas acham isso tudo normal.*

*- Não se incomodam não, porque se si importassem eles já teriam pressionado o poder público para uma solução. Vivem o ano todo com esse problema e ficam calados, então eu acho que eles não ligam, muitos já nasceram neste meio, aí ficam achando tudo normal.*

*- Não, a maioria não se incomoda, não fazem nada, ficam esperando que alguém faça por eles, é desinteresse mesmo, não procura os governantes pra fazer uma melhora nesse esgoto. Vou lhe dizer uma coisa se os governantes*

*continuar a não fazer nada nesse negócio de esgoto, as coisas vão ficar do mesmo jeito por séculos ainda. É puro desinteresse.*

A percepção de que a maioria da vizinhança não se importa com o esgoto a céu aberto pode ser compreendida em função da indiferença em buscar resolver ou minimizar a situação com ações de limpeza. Nota-se ainda que há nas falas dos moradores entrevistados alusões que relacionam o suposto não incômodo dos moradores com seus hábitos higiênicos. Não obstante, é oportuno recordar que o significado de sujeira é relativo, em outras palavras, o que está sujo para uns pode não estar para outros (Douglas, 2012). Assim, higieniza-se quando percebe que o objeto alvo de tal intervenção está suficientemente sujo.

*- Não se importam porque eles acham normal, todo mundo faz porque eu não posso fazer também? As pessoas nem pensam que podem prejudicar os outros e prejudicar a si próprio. Aqui tem muito é egoísmo, cada um querendo resolver seu problema.*

*- A maioria não está nem aí, acham tudo isso normal, como as coisas tivessem certas. É cada um cuidando só de seu espaço, aí o espaço público fica sujo, porque é terra de ninguém.*

*- Não se importam, nunca vi ninguém se importar. Acham tudo isso normal, eles nem chamam isso de esgotos. Acho que virou hábito esse despejo na rua.*

Como discutido no capítulo 4, se é normal, ou seja, se a maioria das pessoas utiliza a estratégia de lançar águas servidas nas ruas costumeiramente, e há muito tempo, então pode-se inferir que o que se tem não é um problema, mas resultado da resolução de algo entendido, este sim, como incômodo, a necessidade de expulsar para longe as águas servidas do espaço doméstico.

Desta forma, na visão de alguns sujeitos da pesquisa, certos moradores consideram normal tanto o ato de lançar como a presença de esgoto doméstico nas ruas, que contribuem para perenidade de tal situação. Essa suposta indiferença estaria então relacionada ao sentimento de naturalização de determinadas pessoas com a existência do esgoto a céu aberto. Ora se é natural, conseqüentemente não haveria, ou seria de maneira tímida, mobilizações em prol da resolução de tal situação.

Mantendo ainda diálogo com capítulo 4, em sua seção que versa sobre as atitudes dos moradores para suavizar o convívio com o esgoto a céu aberto, se constatou que a ausência de ações de higienização de determinados sujeitos da pesquisa, ocorre pelo fato

de alguns entrevistados revelarem não se incomodar com a presença das águas servidas nas vias. Assim sendo, porque limpar se não há nenhum incômodo?

Por outro lado, 42% dos entrevistados acreditam que os moradores se importam com a presença do esgoto a céu aberto, principalmente em decorrência de seus maus odores exalados e o perigo potencial que representam para a manutenção da saúde.

*-Sim, por causa do mau cheiro. Pelos menos eu acho que se importam, porque eu não gosto.*

*-Acho que alguns se incomodam porquê de vez em enquanto vejo a vizinhança limpando a frente de suas casas.*

*-Acho que sim, eu acho. Aqui alaga tudo quando chove, é água da chuva e do esgoto, aí as pessoas reclamam dessa situação, tem sempre que estar tirando lama com enxada da frente das casas, a gente pensa logo em doenças que tem nessa lama.*

Como já constatado, o esgoto nas ruas é resultado de um costume de parte dos moradores em afastar do círculo domiciliar as águas servidas. Para alguns dos entrevistados, a presença dos esgotos sanitários nas vias públicas continua a incomodar as pessoas, em função de seus efeitos negativos na saúde humana.

Com a finalidade de identificar as situações que causam mais incômodo relacionadas ao saneamento, foram disponibilizados aos moradores entrevistados 5 fotografias que retratam distintas situações comuns em muitas urbes brasileiras, inclusive na cidade de Parintins. As imagens eram as seguintes: lixo nas ruas, lançamento de esgoto no entorno da ilha, esgoto a céu aberto nas vias, rua sem asfalto e com lama e uma imagem que retratava a falta de água.

Os entrevistados foram orientados a selecionar, primeiramente, a imagem que mais os incomodava e, assim, eles prosseguiriam retirando as demais fotos até restar apenas uma, justamente aquela, entre as cinco, que segundo seu julgamento, possuía um impacto negativo menor. Desta maneira, em uma escala de 1 a 5, quando mais próximo do 1 maior seria o incômodo, por conseguinte, quanto mais próximo de 5, menor a sensação de desconforto entre os moradores entrevistados.

Figura 28 – Imagens relacionadas à precariedade do saneamento



Fonte: ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2014.

Entre os entrevistados, 53% selecionaram, primeiramente, o lixo sobre a calçada, ou seja, escolheram-no como problema que produziu maior incômodo. O lixo também foi a segunda opção para 13% dos entrevistados. A maioria dos sujeitos da pesquisa argumentou que o lixo representa o perigo da doença, atraindo moscas, urubus, outros animais e seu mau cheiro é insuportável, além disso ponderou que ninguém consegue viver sem a coleta de tais resíduos, sendo justamente tais resíduos que mais contribuem, atualmente, para deixar a cidade de Parintins suja.

A imagem que retratava a falta de água foi a segunda mais selecionada, 35%, como algo que representa mais incômodo entre os moradores entrevistados, alegando-se, em geral, que não se pode viver em uma cidade onde inexista abastecimento de água. A imagem que retrata a precariedade no fornecimento de água não apresenta, segundo alguns entrevistados, um impacto negativo em função de sua estética, mas sim dos problemas sanitários que podem decorrer em função de sua ausência.

A imagem da rua esburacada, com lama, foi a terceira escolhida, correspondendo a 6% das opções entre os entrevistados. As justificativas foram que, ruas neste estado precário, dificulta a locomoção de pessoas e automóveis, além de depreciar o valor dos imóveis.

Na última colocação, com 3%, encontra-se a imagem que retrata o lançamento de águas servidas no meio hídrico. Os entrevistados que optaram por esta imagem alegaram que o descarte nos rios e lagos de esgotos podem torná-los, em um futuro próximo, poluídos.

Empatada com lançamento de águas servidas no meio aquático, somente 3% dos moradores entrevistados consideram o esgoto a céu aberto o causador de maior impacto negativo. Determinados moradores entrevistados explicavam tal escolha pelo fato de considerarem que entre as cinco realidades, o esgoto doméstico é o que menos suja a cidade, alguns voltando até a reafirmar sua função de higienizar a urbe, tendo portanto um efeito positivo.

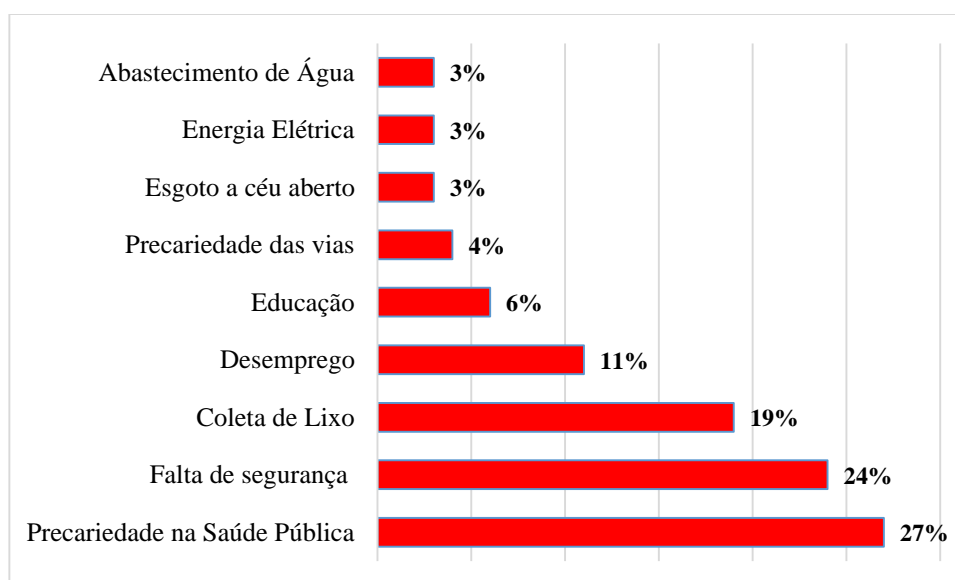
Percebe-se nas justificativas dos moradores entrevistados que as escolhas das imagens se davam de acordo com a capacidade poluidora de dada circunstância, no qual o lixo foi considerado o principal poluente e promotor de sujidades. A ideia do lixo e sua exponencial capacidade de sujar está presente em quase todas as falas dos sujeitos da pesquisa. A sujeira, como pondera Koury (2011b), desperta o medo pela possibilidade de contaminação, o desejo de contenção e de controle, principalmente de evitação.

Já Rodrigues (1995), chama a atenção que o lixo sofreu ressignificações no tempo e no espaço, mas seu cheiro tem sido associado ao odor da morte em virtude de suas emanções pútridas, semelhantes aos odores cadavéricos. Em geral, as pessoas querem distância do lixo, principalmente o orgânico, em decorrência de seus efeitos deletérios que ele representa, evocando a morte e a tanatomorfose, além da representação da degeneração da vida. Para o antropólogo brasileiro “[...] o lixo é aquilo que sobra da vida dos objetos, assim como o cadáver é o que sobra da vida do espírito” (RODRIGUES,1995, p. 29). Neste sentido o olfato, como bem lembra Corbin (1989), constitui-se como sentido detector de ameaças a vida.

Percebe-se mais uma vez, que na visão de determinados moradores entrevistados, que enquanto as águas servidas estiverem circulando, mesmo em grandes volumes, não representam grande ameaça. Já o lixo amontoado, portanto, estagnado nas ruas, é causador de desconforto para as pessoas que convivem com ele. Era um dos objetivos da nascente medicina urbana do século XVIII: “Analisar os lugares de acúmulos e amontoamentos de tudo que no espaço urbano, pode provocar doenças[...]” (FOUCAULT,1979, p.89). Estagnação seria sinônimo de insalubridade.

Questão que se concatena com a anterior, é a opinião dos entrevistados sobre o principal obstáculo para melhorar a qualidade de vida da população na cidade de Parintins.

**Figura 29 - Principais problemas da cidade de Parintins**

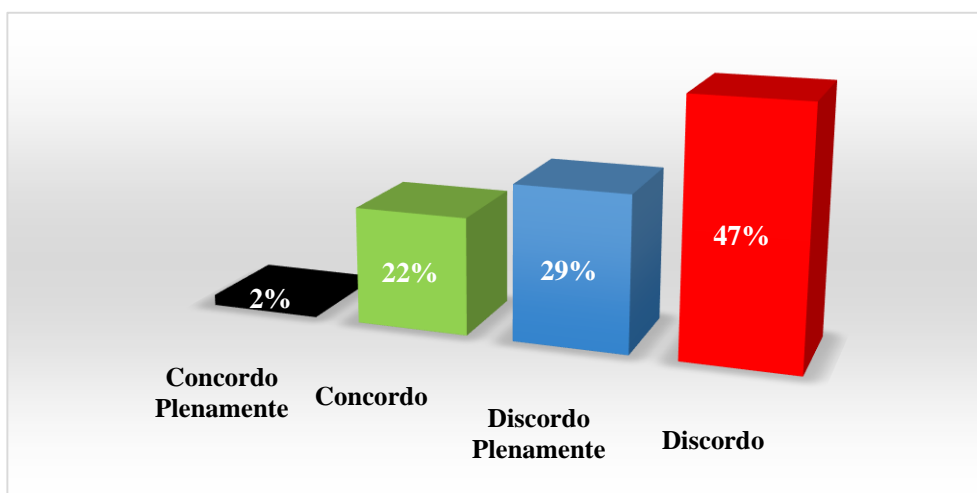


**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo,2014.

Os dados demonstram que a precariedade do esgotamento sanitário, está longe de ser considerada pelos entrevistados como o maior problema enfrentado por eles. Percebe-se que a maioria dos sujeitos da pesquisa toleram mais águas servidas nas ruas do que a presença do lixo. E dependendo da velocidade do fluxo e do volume se observar que para alguns sujeitos da pesquisa, não é percebido nem como esgoto doméstico, mas como “águas que estão nas ruas”, um termo que suaviza a realidade.<sup>25</sup>

Se a indiferença, a resignação, a falta de interesse em resolver o problema, serve, na opinião de determinados sujeitos da pesquisa, como medida para aferir se certos moradores são tolerantes ou não em conviver com águas servidas nas vias, procurou-se saber também se na percepção dos entrevistados, no dia a dia, as pessoas reclamam ou não sobre a convivência contínua com o esgoto a céu aberto.

**Figura 30 - Graus de concordância sobre a existência da prática dos moradores de reclamarem do esgoto a céu aberto**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2014.

Os dados coletados demonstram que 76% dos entrevistados afirmam que os moradores da cidade de Parintins convivem sem reclamar da presença do esgoto a céu aberto pelas ruas. Algumas falas dos sujeitos da pesquisa revelam que as pessoas aceitam tal realidade como natural.

*- Não vejo reclamação aqui na rua, acho que eles acham tudo normal.*

*- Aqui não reclamam não, pelo menos nunca ouvi de alguém. Isso é porque as pessoas não vê essas coisas como erradas.*

<sup>25</sup> Ver no anexo A, reportagem que retrata bem tal ideia.



Há uma tendência, já mencionada, nas falas dos entrevistados em posicionar a realidade do esgoto a céu aberto como um problema (que para outros nem chega a ser um problema) de segunda ou terceira grandeza, ou seja, existem coisas mais urgentes nos bairros que devem ser resolvidas de forma prioritária.

*- [...] Nem vejo eles reclamando, acho também que o esgoto não é o problema maior do nosso bairro, que está sem segurança e é cheio de lixo.*

*- [...] Reclamam pouco dos esgotos, eu vi uma senhora reclamando um tempo atrás sobre o mau cheiro do bueiro. O povo fala mas do lixo aqui da rua, isso eu escuto muito as pessoas meio revoltadas com esses entulhos.*

*- Só vejo a vizinhança reclamar e denunciar o problema do lixo e dos buracos. Esses esgotos já estão velho aí na rua, e é difícil encontrar alguém falando mal desse negócio de esgoto.*

Como muitos moradores lançam esgoto doméstico nas vias, é difícil pensar que, entre os que praticam tal ato, poderia alguém se insurgir contra os demais, pelo contrário, se percebe um perturbador silêncio sobre este tema. Tal juízo pode ser amparado por intermédio de fragmento de uma fala de alguns entrevistados:

*- [...]se todo mundo faz porque eu não posso fazer também[...].*

*- Aqui toda a vizinhança, todo dia, fazem a mesma coisa, a água da casa vai para rua. Vão reclamar de quem? Quem tem moral pra vir chamar a atenção. É aquela história do sujeito falando do mal lavado.*

O esgoto na rua é produto de diversas casas, são restos que se imiscuem e, em geral, não há identidade, sua presença é resultado de ações coletivas. Por isto mesmo infere-se que há uma espécie de silêncio dos moradores em torno de tal realidade, onde muitos indivíduos colaboram para materializá-la.

Diante dos dados expostos, compreende-se que no entendimento da maioria dos sujeitos da pesquisa, grande parte dos moradores da cidade de Parintins não se incomoda, e por isso, não reclama em conviver com a presença do esgoto a céu aberto nas vias. Deduz-se, então, que tais moradores (os outros) possuem uma conduta de tolerância às águas servidas nas vias públicas da cidade.

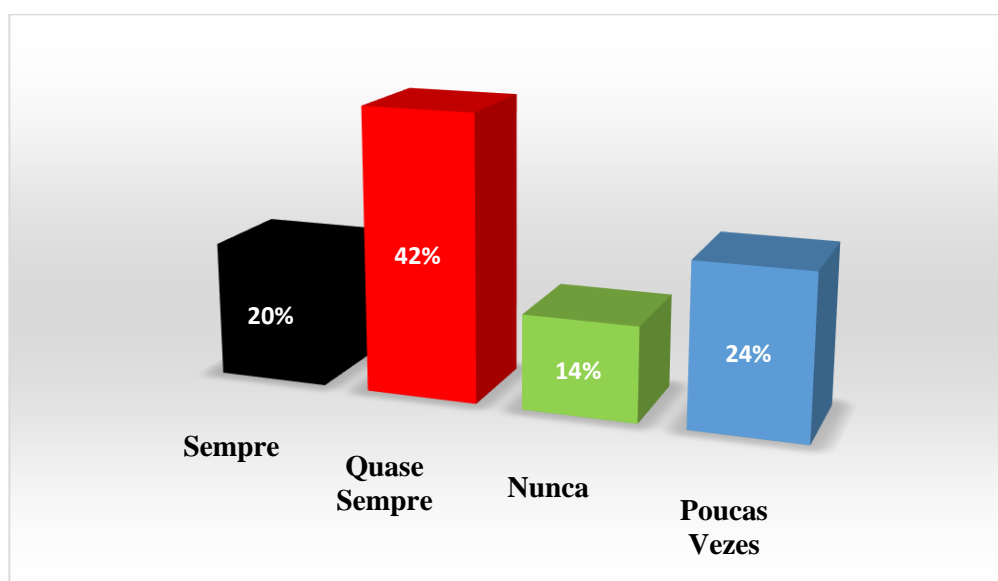
Mas o que tais sujeitos da pesquisa, que percebem os demais como permissivos, têm a dizer sobre seu próprio convívio com esgoto a céu aberto? Na seção seguinte, os moradores entrevistados passam a refletir sobre suas condutas no cotidiano com as águas servidas.

## 6.2 Sobre a própria convivência com o esgoto a céu aberto

A maior parte dos entrevistados avaliou, na seção anterior, que os moradores apresentam certa tolerância com a existência do esgoto a céu aberto. Mudando de perspectiva, as questões que serão apresentadas a seguir, se caracterizam por procurar saber o que os sujeitos da pesquisa têm a dizer sobre a própria conduta em relação às águas servidas nas vias da cidade, diferentemente das questões da seção anterior onde eles se posicionavam a respeito do comportamento dos outros habitantes.

Primeiramente, buscou-se saber se os sujeitos da pesquisa se consideram ou não tolerantes com os efluentes domésticos que estão nas ruas. Por conseguinte, os moradores entrevistados foram questionados se costumam fazer compras ou alimentar-se em lugares próximos de águas servidas. Nesse conjunto de questões, em geral, as respostas revelam certa intolerância entre a maioria dos sujeitos da pesquisa no convívio com o esgoto a céu aberto, principalmente em relação a compras e consumos de comidas próximo do esgoto doméstico.

**Figura 31 - Intolerância dos entrevistados em viver próximo ao esgoto**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de campo, 2014.

O sentimento de não tolerar a presença das águas servidas foi a opção de 62% dos entrevistados. Em relação aos que se identificam como tolerantes, alguns afirmaram que toleram o convívio com o esgoto doméstico pelas ruas da cidade, justificando que esta é uma realidade antiga da cidade, uma situação criada para

resolver o problema da presença inapropriada de água servida no ambiente domiciliar.

*-Digo que tolero porque sei que esses esgoto fazem parte de uma antiga solução pra gente tirar essa água servida de casa, não pode é ficar em casa.*

*-Não acho que sou intolerante, acho que a gente aceita porque é preciso desse serviço, se não para onde vai parar essa quantidade de água que sai das casas todos os dias, eu é que não quero isso pra mim.*

*-Me considero um morador tolerante, pois reconheço que só existe esgoto na rua porque todo as casas jogam suas águas nela.*

Percebe-se mais uma vez que alguns moradores entrevistados avaliam que a presença do esgoto nas ruas de Parintins, é resultado de uma estratégia de afastamento dos rejeitos líquidos. O lançamento nas ruas de águas servidas, como já constatado no capítulo 4, é um jeitinho, um meio que se converteu em costume por grande parte dos moradores. Toleram-se, assim, pelo fato do próprio entrevistado colaborar com a efetivação dessa realidade de precarização sanitária.

Mas tolerar a presença do esgoto a céu aberto para outros moradores entrevistados possui a conotação de situação de impotência diante de tal realidade. Deste modo, o convívio com as águas servidas é considerado compulsório, uma imposição conjuntural que obriga os habitantes de Parintins a viverem próximos, diariamente, com tais rejeitos líquidos. Não seria desta forma uma questão de ser ou não tolerante, mas de aceitar as circunstâncias dos fatos.

*-Tem que tolerar, fazer o que...Não se pode viver nesta cidade longe desses esgotos.*

*-Vivo na cidade que é cheia disso, não posso fugir daqui, a realidade é essa, por isso digo que acho que sou tolerante.*

*-Não tem outro jeito, a gente tem que tolerar, apesar de toda essa bagunça nas ruas da cidade.*

Os entrevistados foram também indagados se caso possuíssem recursos financeiros viveriam em outro lugar que oferecesse condições sanitárias melhores, ou seja, se livrariam dessa condição de impotência. Entre os moradores entrevistados, 52% concordam com tal a situação hipotética. No entanto, 49% dos sujeitos da pesquisa discordam, alegando que gostam do lugar onde moram, por isso, mesmo com dinheiro permaneceriam no bairro onde residem.

Há de considerar-se que alguns entrevistados mostraram-se indignados com um conjunto de fatores que vão além da precariedade no esgotamento sanitário, que comprometem a qualidade de vida dos cidadãos, a falta de segurança nos bairros, a irregularidade no abastecimento de água, os buracos, lixo e esgoto nas vias, sem falar na saúde pública de baixa qualidade. Mas, ainda assim trata-se do “seu bairro” da “sua cidade”, prevalecendo um apego ao lugar que invariavelmente é construído pelas pessoas.

Em relação aos moradores entrevistados que manifestaram certa intolerância, alguns afirmam que não aceitam viver nas proximidades do esgoto a céu aberto, pois se sentem incomodados com sua presença que ameaça a manutenção da saúde das pessoas. Outros sujeitos da pesquisa mencionaram o efeito negativo da presença das águas servidas contribuindo para a deterioração estética dos bairros e da cidade de Parintins.

*-Ficar muito perto desses esgoto só traz malefício para as pessoas, doenças, mosca, por isso digo que não tolero ficar perto deles.*

*-Digo que não aceito viver perto dessas águas porque além de doença, acaba é deixando esse lugar mais feio, e tem gente que não compra casa se tiver esse bando de esgoto na frente.*

Assim, pode-se resumir que as justificativas dos que dizem não tolerar conviver com o esgoto doméstico nas vias públicas se baseiam em aspectos da limpeza, relacionados por sua vez com a estética e a moral. Tais aspectos eram considerados fundamentais na passagem dos séculos XIX e XX, para que cidades pudessem alcançar a almejada modernidade (MESQUITA, 2009; DIAS, 2007).

Ao que parece, como já constatado no capítulo 5, para a maioria dos sujeitos da pesquisa, Parintins não é uma cidade asséptica, principalmente os bairros periféricos, tal ausência comprometeria sua estética e potencializaria a desordem. No entanto, apesar das ruas apresentarem problemas em relação a sua higidez, observa-se que muitos moradores compram e se alimentam nas proximidades ao esgoto a céu aberto, em uma intrigante relação de convivência.

### **6.3 A (in)tolerante proximidade de alimentos com esgoto a céu aberto**

Na terra do boi de pano<sup>26</sup>, o vermelho do Garantido não se mistura com o azul do Caprichoso, estão separados por fronteiras simbólicas que demarcam os espaços para o uso das cores. Porém, observa-se que muitos habitantes de Parintins misturam-se

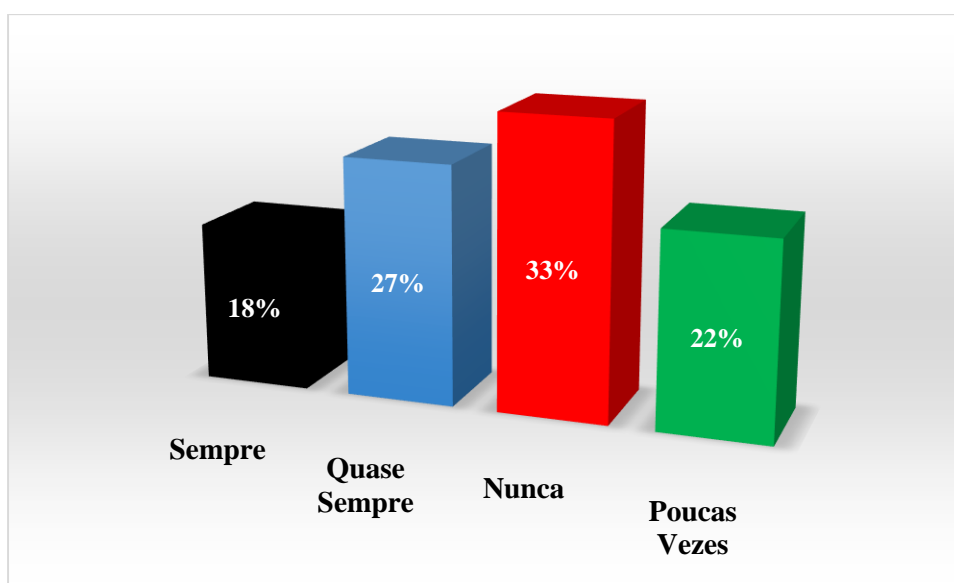
---

<sup>26</sup> Referência aos bois Garantido e Caprichoso que são confeccionados por materiais que incluem o pano.

(in)tolerantemente nas vias com o esgoto a céu aberto, esgotos materializados por intermédio da ação de muitos moradores. Além de pessoas, alimentos participam deste intrigante convívio.

Prosseguindo com a busca para compreender a relação de (in)tolerância dos moradores entrevistados no convívio com o esgoto a céu aberto, procurou-se saber se os sujeitos da pesquisa costumam comprar alimentos como peixe, carnes e verduras em locais próximos a presença de águas servidas. Por locais próximos compreende-se lugares que vendem alimentos em calçadas ou espaços com distâncias para as águas servidas de 1 a 5 metros.

**Figura 32 - Costume dos entrevistados em comprar alimentos próximos ao esgoto**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de campo, 2014.

Indagados se costumam comprar alimentos em lugares localizados próximos a ocorrências de esgoto a céu aberto, mais da metade (55%) dos moradores entrevistados asseguraram que nunca ou poucas vezes efetuaram tais compras. As alegações se fundamentam, em geral, na ameaça para saúde humana que representa aproximar alimentos dos esgotos.

*-Eu não. Tenho medo, porque não é aseado esses lugares. É muito fede, e tem moscas, e tem esses esgoto bem na frente.*

*-Eu evito. Prefiro comprar em outro lugar. Não vejo em lugares serem bem limpos.*

*-Não compro porque não acho bem higiênico. Pode ir lá feira que o senhor vai ver muita mosca e esgoto perto de onde vendo o peixe.*

Na cidade de Parintins é possível observar que alimentos, como o peixe, são comercializados, principalmente, em dois lugares: na feira do bagaço (Figura 32) e na feira (que na verdade é uma rua) do bairro Itaúna II. Em ambos os lugares, as vendas do pescado ocorrem nas proximidades de esgoto a céu aberto. Nestes ambientes é possível observar a presença de restos de pescado (escamas, vísceras, etc.) no esgoto a céu aberto, originário do tratamento do peixe para a comercialização.

**Figura 33 - Esgoto a céu aberto na entrada da feira do bagaço**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2015.

Observa-se que não há muitas opções para quem deseja comprar peixe na cidade, diferentemente da venda de carnes bovinas, onde há inúmeros estabelecimentos que comercializam tais alimentos. Por isso, alguns dos moradores entrevistados (45%) ao responderem que sempre ou quase sempre adquirem alimentos nas proximidades de águas servidas, entre outras justificativas, argumentam que quase todos os lugares que vendem pescado se encontram localizados perto de esgoto a céu aberto.

*-Não tem pra onde correr, se você que comer peixe você vai nas feiras, e lá o que mais tem são esses esgotos.*

*-Compramos sempre peixe ali perto da ponte, e sempre tem essas águas servidas por lá.*

*-Quem quer comer peixe geralmente compra nessas feiras que ficam perto de esgotos.*

Para outros entrevistados comprar alimentos em lugares localizados na fronteira com esgoto a céu aberto já faz parte do cotidiano. Para eles não há problema em praticar tal ato, pois o esgoto não contamina os alimentos.

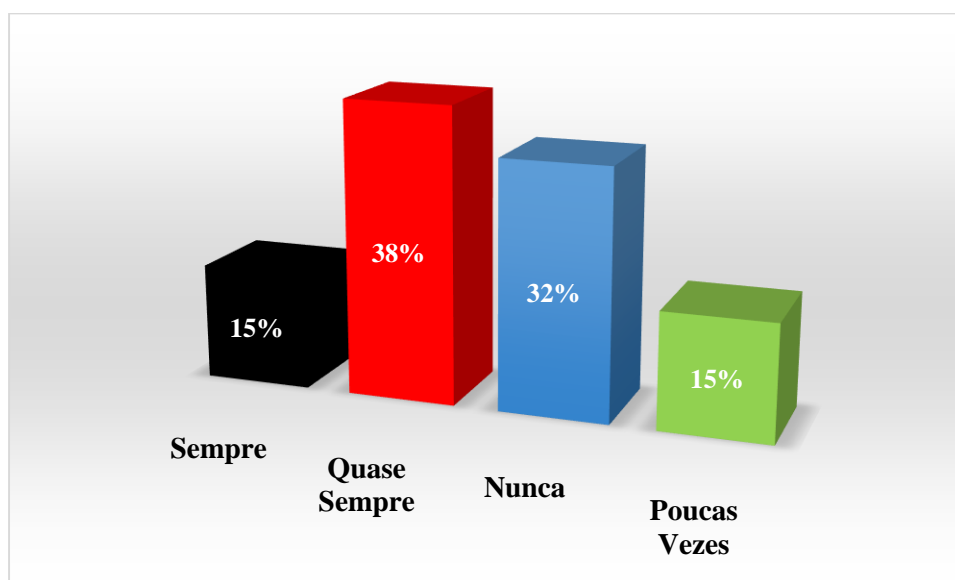
*-Aqui compramos sim. Não vejo problema, não acho que o esgoto que está embaixo vai contaminar o peixe.*

*-Sempre compro, desde menino. Vejo que toda vizinhança também compra. Nunca ouvi dizer que alguém adoeceu por causa disso.*

Em seguida, os entrevistados foram perguntados se costumavam consumir alimentos, em locais nas proximidades de ocorrência de esgoto a céu aberto. Na cidade de Parintins observa-se a existência de grande quantidade de comércio ambulante de alimentos, principalmente a venda nas calçadas dos chamados “churrasquinho de rua”. Tal atividade é uma alternativa econômica, encontrada por parte da população parintinense, para driblar a falta de empregos formais no município.

Observa-se que é comum se deparar na cidade de Parintins com esses comércios de alimentos ambulantes funcionando nas proximidades de esgoto a céu aberto. Muitos localizam-se no passeio público, em vias, preferencialmente, de grande movimentação de pessoas. Alguns vendedores comercializam nas calçadas em frente à própria residência, como foi constatado no capítulo 4.

**Figura 34 - Costume de consumir alimentos próximo a esgoto a céu aberto**



**Fonte:** ARCHANJO, Paulo. Pesquisa de Campo, 2014.

Poucos menos da metade dos moradores entrevistados (47%) afirmaram que nunca ou poucas vezes consumiram alimentos sob tais circunstâncias. Percebe-se que o

percentual entre os que dizem nunca comprar e nunca se alimentar nas proximidades de esgoto a céu aberto são quase idênticos, 33% e 32%, respectivamente. Uma das alegações para não se alimentar nesta situação é a falta de condições de higiene dos vendedores e dos locais onde ocorrem a venda, estimados como inapropriados, o que potencializaria a insegurança da qualidade e a pureza dos produtos comercializados.

*-Não me sinto a vontade em comer nesse lugares que ficam perto de esgoto, acho que é um mal hábito das pessoas. Mas não é pavulagem minha. Fico meio com medo da falta de higiene.*

*-Não como não. Acho meio sem higiene. Se puder não comer, não como. Mas não vou dizer que nunca comi. Tem bactérias nesses esgoto, e a fumaça das motos e dos carros nas ruas.*

*-Rua não é lugar de comer ainda mais perto de esgoto, acho nojento. O que está na rua não é bem limpo. Acho que o certo mesmo é comer longe dos esgotos da rua, assim em lugar fechado, ou em praça longe de esgoto. Eu não fico bem comendo perto de esgoto, acho até que dá vergonha, por isso não como.*

Impureza relaciona-se à poluição. Esses sujeitos da pesquisa avaliam que tais lugares de vendas de alimentos se encontram poluídos. Por isto mesmo qualquer tipo de contato com o impuro, pode comprometer o grau de pureza. Depreende-se daí uma relação de intocabilidade entre ambos os estados (puro/impuro). A contaminação se opera sempre em contato com as impurezas (DOUGLAS, 2012).

Alimentos para o consumo humano deveriam receber um tratamento que evite o contato com impurezas. Constatou-se, no capítulo 5, que esgoto a céu aberto para alguns dos moradores entrevistados, carregam consigo sujidades, que potencialmente podem comprometer a higiene e pureza, por isso águas servidas não podem ser tocadas ou inaladas, sob pena de converter o puro em impuro. O resultado deste processo é a intocabilidade (esgoto/alimento) como tabu para esse grupo de moradores entrevistados e, por consequência, o sentimento de intolerância.

Deve-se recordar que as vias da cidade Parintins são consideradas por muitos dos moradores entrevistados como sujas, ou mais ou menos sujas, avaliações estas apresentadas no capítulo 5. Para alguns sujeitos da pesquisa, as sujidades relacionam-se com a desordem, para outros com seus efeitos deletérios, ou associados a ambos. Dessa forma, infere-se que sendo a rua estimada como lugar da poluição e das impurezas, qualquer elemento que almeje a higiene e pureza, deveria evitar tal proximidade, incluindo obviamente alimentos nas proximidades ao esgoto a céu aberto. Tem-se desta



maneira condutas de evitação e intocabilidade, que potencializa o sentimento de intolerância ao convívio próximo com as águas servidas (DOUGLAS, 2012. KOURY, 2011a).

Percebe-se também nas falas dos entrevistados, do grupo que nega o consumo em locais próximos a esgoto a céu aberto, sentimento de medo, nojo e vergonha ao que se considera anti-higiênico. São nos ambientes considerados sujos que se desperta em alguns moradores entrevistados “[...] um sentimento moral de rejeição [...]” (KOURY, 2011a).

É possível observar nas falas dos sujeitos da pesquisa, que a moral se concatena com a ideia de higiene resultando em códigos de condutas sanitárias. Nas palavras de Machado et.al. (1978):

A moral entra como domínio da medicina a partir do momento em que a medicina defende o equilíbrio e se opõe às paixões, aos excessos. A moral passa a ser causa da doença, e, a partir daí, a ser objeto da medicina. Portanto, para que a saúde da população seja preservada, deve-se criar uma sociedade sem paixões, sem caos, onde reine a ordem (Ibid., p. 197).

Elias (1994, p. 91), aponta que o processo civilizador “[...] aumenta a coação externa por uma pessoa sobre a outra e a exigência de ‘bom comportamento’ é colocado mais enfaticamente”. Impulsos ficam cada vez mais tendentes a controles sociais. Atos que denotam incivilidade envergonham e embaraçam as pessoas. Tal processo civilizador “[...] levaram a um progressivo aumento da vergonha e do embaraço como um controle mais rígido sobre o comportamento das pessoas” (MIAGUSKO; FERREIRA, 1999, p. 26).

Por efeito, compreende-se, que tais sujeitos da pesquisa, buscam transparecer que são signatários de códigos morais que se amalgamam a preceitos de higiene, condutas estas consideradas civilizadas (ELIAS, 1994).

Percebe-se, assim, que para alguns dos moradores entrevistados, o ato de se alimentar na fronteira com o esgoto a céu aberto desperta nojo e constrangimento, posto que tais rejeitos líquidos incorporam o nauseante e o repugnante, como se pode constatar também em capítulos anteriores. Infere-se que tais sentimentos, neste sentido, potencializam o sentimento de intolerância com a presença das águas servidas nas proximidades de alimentos.

Uma reação de nojo e de repulsa, ocorre quando algo atravessa inadequadamente uma linha fronteira, permanecendo em um lugar inapropriado, criando um ambiente de desordem. Desta forma, “A reação do nojo é uma reação de proteção contra a transgressão

da ordem” (RODRIGUES, 1979, p. 139-140). Antes do receio de contrair certas patologias orgânicas, a evitação de coisas estimadas como nojentas, é de ordem simbólica e classificatória.

Rodrigues (1995, p. 54), chama a atenção ainda para a relação entre limpeza física e moral. Pessoas que aparentam estar higienizadas, com roupas bem passadas, cabelos penteados, banhadas “[...] começam a ser estimadas como também confiáveis, aproximáveis [...]”. Por outro lado, os indivíduos que apresentam aspecto de sujo, são visto com aversão e repulsa. Acredita-se que tal análise poder ser realizada em estabelecimentos que comercializam alimentos. São confiáveis e seguros os lugares que aparentam serem assépticos, que dificultam ou eliminam a possibilidade de contatos com as sujidades.

Medo, nojo e vergonha em relação ao considerado sujo e anti-higiênico, foram sentimentos redimensionados ao longo do tempo, produzidos com a colaboração de estratégias biopolíticas, como a medicina social (FOUCAULT, 1979, 2005). Como já discutido no Capítulo 1, infere-se que tais estratégias biopolíticas que visam o controle das populações, estiveram presente em Parintins, por meio de dispositivos, como regulamentos de saúde e do Código de Posturas do Município, sob influência da mediana social. Alguns costumes foram normatizados, produzindo o medo, a culpa e vergonha entre moradores que insistissem em manter certas condutas compreendidas como incivilizadas.

(...) medo da cidade, angústia da cidade que vai se caracterizar por vários elementos; medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar... Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma à medida que se desenvolve o tecido urbano. (FOUCAULT, 1984, p. 87)

Os saberes da medicina social, visto como dispositivos de poder, introduziam, via mecanismos pedagogizantes, padrões sanitários sobre os indivíduos, que impregnados por preceitos estéticos/científicos se sujeitavam ao institucionalizado, sob pena de conviver com o sentimento de culpa, anormalidade, sendo a norma higienista a instituição classificadora. O poder medical com seus dispositivos de saber/poder, produzem práticas sanitárias, estabelecendo entre outras coisas, inclusive como deveriam ser higienizados os lugares e pessoas que comercializam alimentos (FOUCAULT, 1978, 2005).

Percebe-se também nas falas de determinados moradores entrevistados, uma mistura de sentimentos de medo, constrangimento e anormalidade, em alimentar-se em lugares estimados como possuidores de sujidades.

Por este prisma, observa-se a preocupação desse grupo de entrevistados que não aceitam o consumo de alimentos na proximidade de esgoto, com a manutenção da saúde para, conseqüentemente, prolongar a vida. Para Foucault (1979, 2005), a instauração da biopolítica trouxe consigo as tecnologias de poder que agiam sobre as populações transitando entre a sujeição (docilização) e incremento da utilidade do cidadão como força de trabalho saudável. Corpos dóceis e sadios para enfrentar as longas jornadas laborais.

A apreensão histórica da tentativa formação do pensamento sanitário parintinense constitui-se um instrumento importante para sopesar na contemporaneidade o modo de subjetivações dos residentes no convívio com o esgoto a céu aberto da cidade, já que a extinção da coexistência entre humanos e águas servidas era uma das condições sanitárias fundamentais para obter a salubridade urbana e, portanto, viver em um lugar belo, limpo e seguro, atributos considerados elementares para uma urbe moderna. Porém, como pode-se perceber, na atualidade, há a presença de esgoto domésticos pelas ruas de Parintins e próximo delas pessoas consumindo alimentos.

Em contrapartida, a maioria dos sujeitos da pesquisa (53%) afirmaram que sempre ou quase sempre, consomem alimentos nas proximidades do esgoto a céu aberto na cidade de Parintins. Alguns afirmam que não se importam com a presença das águas servidas, outros alegam que é difícil de se esquivar desta realidade tão comum na urbe parintinense.

*-Pra todo lado que se vá é difícil não encontrar o esgoto a céu aberto, então é difícil ter lugar onde se coma na rua longe do esgoto. Então a gente acaba comendo mesmo.*

*-Eu como sim, não todo dia, mas como. Não vou deixar de comer por causa de esgoto, porque isso tem em todo lugar. Se escolher muito acaba não comendo nada.*

Outros moradores entrevistados dizem que é normal as pessoas em Parintins se alimentarem pelas ruas da cidade e que não se importam se há por perto a presença de esgoto a céu aberto, já que não se sentem ameaçados ou envergonhados na prática de tal conduta.

*-Como e continuarei comendo, porque não vejo problema em comer perto dessas águas, nunca adoeci, nem eu nem alguém de casa. Até duvido quem diz que nunca comeu pela rua, acho normal.*

*-Sempre a noite estamos comendo por aí, é uma opção boa de comer barato e de qualidade. Olha eu compro alimento, e como perto das águas das ruas. Veja a padaria ali na esquina, tem essas águas, a feira que vende peixe também. Acho que quase todo mundo come por aí, as pessoas nem ligam pra isso. Não vejo problema nenhum.*

*-Eu e muita gente come. Não estou comendo no meio do esgoto, estou comendo perto, ele lá e eu cá. Ninguém está junto. E onde eu como o dono do lanche está sempre limpando o esgoto, eu já vi.*

Percebe-se nas falas desses sujeitos da pesquisa, ausência do sentimento de medo de contaminação ou vergonha de estar praticando um ato que, supostamente, segundo outros entrevistados, transgrediria códigos de higiene e moral. Para estes entrevistados, comer na presença do esgoto a céu aberto é tolerável. Infere-se que, como constatado anteriormente, quando alguns entrevistados afirmaram nunca terem pensado sobre a existência das águas servidas nas ruas da cidade, o aspecto de tais esgotos passam também despercebidos por certos moradores, mês mo localizando-se na fronteira com o comércio de alimentos.

Condutas como lançar águas servidas nas ruas da cidade e alimentar-se na proximidade de esgoto a céu aberto não iriam de encontro ao desejo de modernização e, conseqüentemente, de higienização da urbe parintinense? De acordo com os códigos higienistas, sim. Neste sentido, tolerar o convívio com esgoto a céu aberto, em conformidade com tais códigos, seria uma conduta incivilizada.

Por outro lado, percebe-se que em uma sociedade impelida pela desejabilidade de assepsia, pela compulsão por limpeza como afirma Freud (1996), condutas como a de se alimentar nas proximidades de esgoto a céu aberto, confirmadas por alguns sujeitos da pesquisa, revelam uma certa busca de soberania diante das normas sanitárias. Rasgam-se, assim, as cartilhas do “bem viver”.

Como já mencionado, na cidade de Parintins, algumas condutas estimadas como empecilhos para a modernização persistem até os dias atuais como, por exemplo, o lançamento de águas servidas nas ruas da cidade. O que se percebe é um desejo de modernidade que não se completou na urbe parintinense, mas também, possivelmente, em muitas outras cidades amazônicas. Tais ensejos de modernização que buscavam, entre outras coisas, a mudança nos costumes locais resultaram, como afirma Dias (2007), em tensões e resistências diante deste processo normatizador. Tem-se, assim, uma modernidade incompleta.

A respeito disto, o sociólogo e professor Renan Freitas Pinto, em sua obra *Viagem das Ideias* (2008, p.32), ao discorrer sobre a reconstrução do pensamento social

Amazônico, afirma que a Amazônia é constituída por uma região marcada por contraste e confrontos. Opina que “Mesmo a distância, a Amazônia sempre esteve presente no interior dos principais movimentos e processos conformadores do Estado-Nação [...]”, entre eles encontram-se a modernidade e o movimento modernista. Conclui seu raciocínio afirmando que, “Sua inclusão, nos casos em que ocorre é, entretanto, insatisfatória, incompleta, tangencial”.

Cidades, na atualidade, continuam se esforçando para aformoseassem, banindo os odores nauseabundos, buscando desodorizar as vias, removendo suas sujidades. Do mesmo modo, normas continuam a buscar a higienizar os costumes dos cidadãos, algumas vezes, baseados em padrões culturais alienígenas, redimensionando valores. Renan Freitas (2008, p. 100) pondera que diante destes fatos, se faz necessário “[...] que passemos a nos aceitar como formação alternativa a esses modelos legitimados pela civilização ocidental moderna [...]”.

Assim, tolerância ao esgoto a céu aberto foi identificada entre alguns moradores entrevistados, provavelmente pode ser resultado das tensões e resistências diante das investidas normatizadoras que buscam sujeitar os indivíduos. O ato de tolerar a presença de águas servidas, neste sentido, pode ser compreendido como exercício de auto-subjetivação (relação consigo mesmo), de autonomia das pessoas, mesmo sob pressão normativa (olhares e olfatos vigilantes) em que determinadas condutas são submetidas ao ajuizamento, como o ato de comer e não se incomodar com a presença do esgoto a céu aberto nas proximidades ou com o julgamento de terceiros (FOUCAULT, 2006).

A tolerância, assim, persiste mesmo diante do poder/saber normatizador da medicina social e seus mecanismos de vigilância sobre condutas consideradas anti-higiênicas, sob investidas das autoridades em tentar higienizar certos costumes, buscando interferir nos modos de subjetivações dos moradores, sujeitando-os a determinadas normas sanitárias (FOUCAULT, 1979; 2005).

O historiador e contemporâneo de Foucault, Paul Veyne (2014), chama a atenção de que pessoas são produtos de seu tempo. Em cada época, sujeitos são constituídos por dispositivos de poder, assujeitando-os por meio de disciplinas ou normas. Veyne explica, baseado em Foucault, que o sujeito é invariavelmente filho de um determinado período histórico e que “[...] não é possível torna-se qualquer sujeito em qualquer época [...]” (2014, p.179), questionando assim a capacidade soberana do indivíduo. Porém, por trás deste aparente ceticismo de um sujeito modelado por processos de subjetivação, Foucault não negava a capacidade de reação dos indivíduos a tais sujeições.

No pensamento tardio de Michel Foucault ou última etapa foucaultiana, ele deixa uma via ético-estética onde foi possível sua compreensão sobre resistência. Era sinal da possibilidade de buscar-se a liberdade, confrontando com seus críticos que o acusavam de ser niilista. Os processos de subjetivação levam a sujeição, colocando em xeque a soberania do sujeito. Mas como afirma Veyne (2014, p. 178), a constituição do sujeito não é natural, ele é constituído por sua época, pelos discursos e “[...] pelas reações de sua liberdade individual [...]”.

Reações a normas se percebe, por exemplo, quando moradores dão continuidade a costume antigo de lançar águas servidas nas ruas, um jeitinho (transgressor) encontrado para resolver um problema de sua cotidianidade, a evitação das impurezas. Ou ainda quando sentam-se ao lados de esgoto a céu aberto para consumir alimentos. São condutas ofensivas aos códigos sanitários, mas para alguns moradores entrevistados é percebido como algo natural.

### **Considerações Finais**

Dados da pesquisa demonstraram que os entrevistados tendem, em sua maioria, a ser mais tolerantes com o esgoto a céu aberto em comparação com o lixo. Neste sentido, é correto afirmar que lixo causa mais incômodo do que águas servidas dispostas nas ruas.

Constatou-se que na percepção da maioria dos sujeitos da pesquisa, a maior parte dos moradores da cidade de Parintins, possui uma convivência tolerante com o esgoto a céu aberto, posto que, em geral, não costumam reclamar e não reclamam porque, aparentemente, não se incomodam com tal convívio. Desinteresse, invisibilidade e indiferença, são algumas atitudes, identificadas nas falas dos entrevistados, que indicariam a existência de posturas de tolerância.

Por outro lado, o sentimento de intolerância, em relação ao esgoto a céu aberto, é mais enfatizado quando os sujeitos da pesquisa explanam sobre suas próprias condutas. Vergonha e nojo em comer perto do esgoto a céu aberto são sentimentos tributários da percepção que esses ambientes estão poluídos, contrariando princípios básicos de códigos de higiene, mas também um sentimento moral de rejeição.

Conjectura-se, no entanto, que tolerar, aceitar, naturalizar a presença do esgoto a céu aberto nas proximidades do que é concebido por muitos como algo puro, os alimentos, não podem ser interpretado simplesmente como ato de incivilidade. É preciso recordar

que padrões civilizatórios são modelos europeus que avançaram sobre Parintins desde, pelo menos, o início do século XX, procurando impor, mas não sem resistências, códigos de condutas que tencionavam reverberar nos modos de subjetivação dos moradores. Percebe-se que a ambicionada e utópica formação de uma identidade sanitária, sob a égide da modernidade, não logrou êxito esperado nas terras dos parintintins.

É possível inferir que determinadas condutas de alguns moradores entrevistados, estimadas (produzidas) do ponto de vista da medicina higienista, como inapropriadas por serem tolerantes ao instituído como repugnante, como, por exemplo, conviver sem, aparentemente, não se importar com a presença do esgoto a céu aberto pode ser considerado, em certa medida, como reações ao instituído, um pequeno gesto de soberania, uma auto-gestão de seus estilos de vida.

Diante do exposto, lançar águas servidas nas ruas e no meio hídrico, conviver nas proximidades diariamente com esgoto a céu aberto, inclusive alimentar-se ao lado de esgoto, pode ser percebido como transgressões de normas consagradas pela ciência sanitária, constituindo-se em contra condutas que operam nas relações de poder. Isso pode ser uma explicação para elucidar, em parte, comportamentos sanitário que em alguns ambientes podem ser compreendidos como abjetos, em outros ambientes são considerados aceitáveis. Deve também recordar que os conceitos de sujeira e de limpeza são relativos e continuam a ser redimensionados no tempo e espaço. O que é indecoroso é uma dada situação, em outra pode ser percebido como algo adequado. Afinal de contas o sujo será sempre relativo.

## PALAVRAS FINAIS

Constatou-se que determinados moradores são tolerantes em relação ao convívio com o esgoto a céu aberto. Aceitar ou recusar tal convívio exige uma análise complexa, indo muito além de buscar explicação pelo viés estritamente higienista, podendo resultar em reducionistas e perigosos binômios puro/impuro, sujo/limpo. Este estudo ao analisar o constructo tolerância, deu enfoque aos aspectos higienistas e simbólico dentro de sua rede complexa.

Em primeiro lugar, como já debatido, os conceitos de higienização tendo como padrão o europeu, chegaram na Amazônia, na trilha do desejo de modernizar as urbes, entre o final do século XIX e início do XX. Tais desejos desembarcaram também em Parintins, onde houve um conjunto de regras que intentaram reorganizar a cidade e por consequência a vida de seus cidadãos, que viram seus hábitos e costumes normatizados de acordo com preceitos higienistas alienígena. Um novo comportamento sanitário foi apresentado e exigido dos moradores, mas não sem que eles resistissem a essas novas normas.

Fala-se em resistência de alguns moradores, pelo fato que até os dias atuais comportamentos que foram alvos de normatização, estimados como incivilizados de acordo com os modelos do ocidentais, continuam a existir na cidade. São pessoas que não aderiram às regras, não sentem-se constrangidos, envergonhados, ou anormais. Como exemplo, não percebem o lançamento de esgoto nas vias como problema social, ambiental de saúde pública, tolerando sua presença nas ruas. Neste caso percebe-se um exercício de liberdade, de auto-subjetivação, de negação ao que lhe parece estranho.

Em que pese o desejo de autoridades públicas parintinense em higienizar costumes dos moradores de Parintins, via mecanismos normatizadores, buscando adequá-los a preceitos da modernidade, percebe-se que tais ensejos não se completaram ou se completaram parcialmente. O resultado é a incompletude da modernidade e com ela seus desejos de erigir uma urbe asséptica e desodorizada.

A desejabilidade de higienizar condutas continuam em curso. No entanto, é fundamental lembrar que não há conceitos absolutos de sujo e de limpo, e por efeito o próprio sentido de tolerar ou não o esgoto a céu aberto também é relativo. Tais apreciações também sofreram e continuam a sofrer alterações, principalmente por meio do saber/poder médico científico.



Os resultados aqui produzidos mostram que o saneamento das cidades possui muito mais do que a objetividade dos odores nauseabundos.

Não basta desodorizar as vias e remover suas sujidades, há que se compreender a dimensão subjetiva do quadro socioambiental com seus aspectos históricos, culturais e sociais que estão subjacentes nestes fenômenos.

Do mesmo modo, normas que buscam higienizar os costumes dos cidadãos, baseados em padrões culturais externos, redimensionando valores sem considerar a intersubjetividade, se tornam inoperantes

Seja por questões higienistas ou simbólicas, condutas tolerantes diante da presença de águas servidas nas vias e no meio hídrico, envereda-se pela seara da sustentabilidade. A postura tolerante, portanto, de indiferença e desinteresse, de determinados moradores entrevistados diante de uma situação de poluição, contribui ainda mais para agravar o quadro de insustentabilidade ambiental.

Para finalizar esperasse que este estudo possa: contribuir com subsídios para criar políticas públicas voltas para o esgotamento sanitário na cidade de Parintins, para que o quadro de precarização socioambiental se reverta; possibilitar mostrar que a questão de saneamento é complexa e que se produz ao longo dos anos a partir de inúmeros aspectos e contextos, os quais devem ser considerados num plano de gestão ambiental; destacar a necessidade de não negligenciar as subjetividades dos cidadãos, que estão subjacentes na produção e manutenção de quadros socioambientais precários; colaborar com a busca de implementação de programas educativos que possam ser transformadores e responsáveis por uma apropriação devida da cidade e condição primária da cidadania.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNAMO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9648** – Estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário Rio de Janeiro: ABNT,1986.
- ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 7229/93** - Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos. Rio de Janeiro: ABNT, 1993.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. São Paulo: ProEditores, 1998.
- AMARAL, Josalido. **Ritmos e Dissonâncias: controle e disciplinarização dos desvalidos e indigentes nas Políticas Públicas do Amazonas (1815-1915)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, 2011.
- ANDRADE, Larissa da Silva; CARNEIRO, Paulo **História e Memória Política do Município de Parintins**. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.
- ANDRADE, Larissa da Silva; CARNEIRO, Paulo. **História e Memória Política do Município de Parintins**. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.
- ANDRADE, Romulo de Paula. **A Amazônia vai ressurgir! Saúde e Saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz, 2007.
- APOLINARIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica: um guia para produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2007.
- ARANHA, Rafael Ferreira et al. **Qualidade da água do Lago do Macurany, município de Parintins-AM**. Anais do VII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação: Palmas, 2012.
- ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- ARCHANJO, P.; HIGUCHI, M. I. G. Higienização e Refinamento dos Costumes na Cidade de Parintins de 1909 a 1959. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E CULTURA NA PANAMAZÔNIA,1,2014. Manaus, Am. **Anais**. Disponível em: <http://www.seminarioscp.com.br/#!trabalhos/cpap>.

ARCHANJO, Paulo. Análise da Vulnerabilidade Social e Econômica da Associação dos Catadores de Lixo de Parintins-Ascalpin. In: Congresso Nacional De Meio Ambiente, 10, 2013. Poços de Caldas. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://meioambientepocos.com.br/portal/anais/2014/edicao2013.php>.

ARCHANJO, Paulo. HIGUCHI, M. Ines. G. ARCHANJO, Elaine. Na Trilha da Modernidade: Saneamento Básico na Cidade de Parintins - Am nos Primeiros Sessenta Anos do Século XX. In: 7º ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 7, 2015. Brasília, DF, **Anais eletrônico**. Disponíveis em CD-ROM.

ARCHANJO, Paulo. **Estudo de Caso sobre a Percepção Ambiental dos Moradores do Bairro Dejard Vieira no Município de Parintins**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Gestão e Consultoria Ambiental da Universidade de Las Palmas de Gran Canaria, ULGC, Espanha, 2007.

ASHENBURG, Katherine. **Passando a Limpo o Banho: da Roma antiga até hoje**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos: NBR-7229.131**. Rio de Janeiro: 1993.

AZEVEDO, R. P. **Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs) no Estado do Amazonas: Uma cronologia (1954 - 2004)**. In: 37ª Assembleia Nacional da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, 2007, Guarulhos - SP. Disponível em: <http://www.saneamentobasico.com.br/portal/wpcontent/uploads/2013/02/SERVI%C3%87OS-AUT%C3%94NOMOS-DE-C3%81GUA-E-ESGOTO.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BARBOSA, Lívia. **O jeitinho brasileiro – a arte de ser mais igual que os outros**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARRETO, João de Barros et al. Saneamento da Amazônia. Arquivos de Higiene, Rio de Janeiro. v.11, n.1, p.191-199, dez, 1941. In: ANDRADE, Rômulo de Paula; HOCHMAN, Gilberto. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.257-277, dez. 2007.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

BATISTA, Djalma da Cunha. Oswaldo Cruz na Amazônia. In: REIS, Artur C. Ferreira. **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: Philippe Daou, 1972.

BATISTELLA, Carlos. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: Fonseca, Angélica Ferreira; Corbo, Ana Maria D'Andrea (Org.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007.

BELEM, Furtado. SOUZA, Henrique. Negócios Municipais. **JORNAL O TACAPE**: literário, científico e noticioso. Parintins, Am. Ano I. Ed. n° 29 de 15/06/1903.

BENCHIMOL, J.L. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural: Coleção Biblioteca Carioca, v.11, 1990.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

BENTO, Victor Régio da S. **Centro e Periferia em Fortaleza sob a Ótica das Disparidades na Infraestrutura de Saneamento Básico**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Ceará, 2011.

BICUDO, Maria A.V. (Org.) **Pesquisa Qualitativa: segundo a visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT. Antônio C.R. **Memória do Município de Parintins: estudos históricos sobre sua origem e desenvolvimento moral e material**. (fac-similado). Manaus: edições Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

BOGDAN, Robert. TAYLOR, S. J. **Introducción a los Métodos Cualitativos de Investigación**. Barcelona: Piados, 1987.

BRANCO, Guilherme C. **Michel Foucault: filosofia e política**. Belo Horizonte: Autentica, 2015.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 306 de 5 de julho de 2002**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=306>. Acesso em: 02 mar. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto Nº 7.217/2010** de 21 de Junho de 2010 - Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm). Acesso em: 10 nov. 2014.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 3. ed. rev. - Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014**. Rio de Janeiro.

BRASIL. **Lei Federal Nº 11.445/2010** - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga

a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União - DOU de 08/01/2007 e retificado no DOU de 11/01/2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm). Acesso em: 14 out. 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 1970, 1980, 1990**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/sobre-a-biblioteca.html>. Acesso em: 23 mai. 2015.

BRASIL. **Lei Federal Nº 12.305/2010** - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União - DOU de 03/08/2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm). Acesso em: 09 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. **30 Anos de Atividade em Saúde Pública (1942-1972)**. Rio de Janeiro, GB: [s.n], 1972.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos**. – 2011. – Brasília: MCIDADES. SNSA, 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2013**. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2014. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/index.php/diagnostico-água-e-esgotos/diagnostico-ae-2013>. Acesso em: 02 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Plano Nacional de Saneamento Básico**. Brasília, DF. Dezembro de 2013. Disponível em: [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos\\_PDF/plansab\\_06-12-2013.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/plansab_06-12-2013.pdf). Acesso em: 05 out. 2014.

BUENO, Eduardo. **À Sua Saúde: a vigilância sanitária na história do Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde: Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, 2005.

BUENO, Eduardo. **Passando a Limpo: história da higiene pessoal no Brasil**. São Paulo: Gabarito, 2007.

BUTEL, Irian.; CURSINO, Jucielle. ; BUTEL, Larice. **História e Memória Política do Município de Parintins**. v. II. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.

BUTEL, Larice et al. **História e Memória Política do Município de Parintins: 1º legislatura de 1947 a 1941**. v.I. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2011.

CAMARA, Augusto. **JORNAL A CAPITAL**. Parintins de Relance. Manaus, Am. Ed. nº 345, 2/07/ 1918.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS. **Livro das Atas.** 1948-1949.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS. **Livro das Atas.** N°3,1949.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS. **Livro das Atas:** 1956-1957.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS. **Livro das Leis:** 1947-1948.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS. **Livro de Atas:** 1951.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS. **Livro de Atas.** N° 1,1947.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS. **Livro de Atas.** N°5, 1950.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS. **Registros de leis.** 1947-1948.

CAMGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARDOSO FILHO, Gerson T. **Avaliação da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos na cidade de Parintins/AM:** desafios e oportunidades à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRs. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, 2014.

CARMO JUNIOR, Gersina Nobre da Rocha. **Otimização e Avaliação de Metodologias Olfatométricas Voltadas ao Saneamento Ambiental.** Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2005.

CARMO, Maria F. Scarlet do. **A problematização do lixo e dos catadores:** estudos de caso múltiplo sobre políticas públicas sob uma perspectiva foucaultiana. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas-FGV, 2008.

CASTRO, Edgardo. **El vocabulario de Michel Foucault: un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores.** Buenos Aires: Prometeo, 2004.

CÉRQUA, Arcângelo. **Clarões de fé no médio Amazonas.** 2. ed. Manaus: ProGraf-Gráfica e Editora, 2009.

CHAGAS, Carlos. **Notas Sobre a Epidemiologia do Amazonas.** In: REIS, Artur C. Ferreira. Sobre o saneamento da Amazônia. Manaus: Philippe Daou, 1972.

CHALLOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHIAZZA, Sara Di. **Primeiras abordagens a uma fenomenologia do limpo e do sujo. Objectos, práticas e experiências entre passado e actualidade.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Cultura Material e dos Consumos da Universidade Nova de Lisboa, 2011.

CHIZZOTTI, Antônio. **Investigação Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CLASSEN, Constance (et. al.). **Aroma: a história cultural dos odores.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

CORBIN, A. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando Viver Ameaça à Ordem Urbana: Trabalhadores Urbanos em Manaus (1890-1915).** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo: 1997.

CRAWFORD, R. **You are dangerous to your health: the ideology and politics of victim blaming.** *Int. J. Health Serv.*, v.7, n.4, p.663-80, 1977.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CRUZ, Oswaldo. **Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas.** In: REIS, Artur C. Ferreira. Sobre o saneamento da Amazônia. Manaus: Philippe Daou, 1972.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Preceitos para Saúde em Manuais de Civilidade (década de 1950): apontamentos de percurso. In.: MORGA, A. Emilio (Org.). **História da Saúde e da Doença.** Itajaí: Casa Alberta Editora, 2012.

D'ANDRADE, Arnaldo Paes. Saneamento de Parintins. **Jornal Parintins:** órgão do Partido Republicano Federal. Parintins, Editor Político: Edição nº10, p.2, 6 de Outubro, 1907.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DASHEFSKY, H. Steven. **Dicionário de Educação Ambiental: um guia de A a Z.** São Paulo: Gaia, 2001.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias do Cotidiano.** São Paulo: Contexto, 2001.

DELEUZE, G. **Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume.** São Paulo: Ed. 34, 2001.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. (Org.). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESIDÉRIO, Mariana. **As 30 cidades brasileiras onde há mais funcionários públicos**. Revista Exame: Edição de Digital, 04/02/2015. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-30-cidades-brasileira-onde-ha-mais-funcionarios-publicos>. Acesso em: 16 fev. 2015.

DIAS, Alexandre Pessoa; ROSSO, Thereza Christina de Almeida. **Os Sistemas de Saneamento na Cidade do Rio de Janeiro - Parte I**. Rio de Janeiro: COAMB / FEN / UERJ/2012.

DIAS, Edneia M. **A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. 2. ed. Manaus: editora Valer, 2007.

DIEGUES, A.C.S. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis - da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. Revista São Paulo em Perspectiva. 6 (1/2): 22-9, 1992.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso; ou progresso como ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

EIGENHEER, Emílio M. **Lixo: limpeza urbana através dos tempos**. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 2009.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.  
FOUCAULT, Michel. "Política e Ética: uma entrevista." In.: **Ética, Sexualidade e Política, por Michel FOUCAULT**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FILHO, Aldo Victorio. **Pesquisar o cotidiano é criar metodologias**. Campinas, SP: Revista Educação e Sociedade, vol. 28, n. 98, p. 97-110, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 06 jul. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** – Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Manuel Barros da Motta (Org.). Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 2003. (Coleção Ditos & Escritos IV).



FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1. A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Guilhon Albuquerque. Revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Historia de la medicalización**. Segunda conferencia dictada en el curso de medicina social que tuvo lugar en octubre de 1974 en el Instituto de Medicina Social, Centro Biomédico, de la Universidad Estatal de Río de Janeiro, Brasil. Revista Educación médica y salud, v. 11, n. 1, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 3. ed. Tradução de Ligia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Genealogía del racismo**. Madrid, ES: La Piqueta, 1992.

FOUCAULT, Michel. Dits et Écrits. v. IV. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder**. In.: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e a hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo, SP Martins Fontes, 2008.

FREITAS, C.M, de. PORTO. M.F. Saúde, **Ambiente e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

FREUD, S.O **Mal-Estar na Civilização**. In: Obras Completas. v. XXI, RJ: Jayme Salomão, 1996.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Relatório. **Situação mundial da infância 2012: crianças em um mundo urbano**: New York, USA, 2012.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Relatório sobre a Situação da População Mundial 2011: pessoas e possibilidades em um mundo de 7 bilhões**. Disponível em: <http://www.un.org/files/PT-SWOP11-WEB.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2014.

GALUCIO, Vanessa C.A. **Análise Microbiológica da Água Procedente dos Bombeamentos que Abastecem o Município de Parintins – AM**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

GIATTI, Leandro. Fundamentos das relações entre saúde ambiente. In.: GIATTI, Leandro (Org.). **Fundamentos de Saúde Ambiental**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

GIATTI, Leandro. MOURA-DE-SOUSA, Carolina. Ambiente urbano, bem estar e saúde. In.: GIATTI, Leandro (Org.). **Fundamentos de Saúde Ambiental**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIROUX, S. TREMBLAY, G. **Metodologia de las ciências humanas: la investigación em acción**. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

GÓMEZ, M. José Albert. **La Investigación Educativa: claves teóricas**. Madrid: McGraw-Hill, 2007.

GIULIANO, Rosana Cristina de Souza. **Avaliação do impacto da proliferação de odores ofensivos do tratamento de esgotos sobre a saúde e o bem estar públicos: ETE - Piracicamirim - Piracicaba – SP**. Tese (Doutorado). Faculdade de Saúde Pública, Departamento de saúde ambiental da Universidade de São Paulo-USP, 2002.

GONZALEZ, Amélia. **Só 47% têm acesso à rede de esgoto: é a nossa verdade inconveniente**. G1 globo.com. Rio de Janeiro: 04/10/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/nova-etica-social/platb/2013/10/04/so-47-tem-acesso-a-rede-de-esgoto-e-a-nossa-verdade-inconveniente>. Acesso em: 20/01/2014.

GOVERNO DO AMAZONAS. **Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa, na abertura da segunda sessão extraordinária da decima segunda legislatura**, pelo Exm<sup>o</sup>. SNR. DR. EPHIGENIO FERREIRA DE SALLES, Governador do Estado, em 15 de Janeiro de 1926.

GOVERNO DO AMAZONAS. **Mensagem do Governador Álvaro Botelho Maia à Assembleia Legislativa, na abertura da Sessão Ordinária**, em 3 de Maio de 1937.

GOVERNO DO AMAZONAS. **Regulamento do Serviço Sanitário do Estado do Amazonas: a que se refere o decreto n<sup>o</sup> 802 de 12 de Novembro de 1906**. Manaós, AM: Imprensa Oficial, 1906.

GROS, Frédéric. **O Cuidado de Si em Michel Foucault**. In: VEIGA-NETO, Alfredo, RAGO, Margareth (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

GUIMARÃES, Cristiana Maria. **Entre o Progresso e a Incompletude da Modernidade**. Belo Horizonte, BH. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.14 - n.15 - dezembro 2007.

GUNTHER, H. ELALI, G. A. PINHEIRO, J. Q. **Multimétodos**. IN: CAVALCANTI, S. ELAL I, G. A. Temas Básicos em Psicologia Ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HELLER, L (Coord.). **Panorama do saneamento básico no Brasil: elementos conceituais para o saneamento básico**. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2011. (Panorama do Saneamento Básico no Brasil, v.1). Disponível em: [http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/271/PANORAMA\\_Vol\\_1.pdf?sequence=1](http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/271/PANORAMA_Vol_1.pdf?sequence=1). Acesso em: 07/08/2014.

HELLER, L. **Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento**. Revista Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 73-84, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v3n2/7152.pdf>. Acesso em: 22/03/2015.

HELLER, Leó. REZENDE, S. REZENDE. HELLER, PEDRO G. Barbosa. **Saneamento Básico no Brasil: o desafio de universalização do saneamento básico no Brasil**. In: Ângulos da Água: desafios da integração. Belo Horizonte, MG: editora UFMG, 2008.

HERSCHMANN, Micael M. PEREIRA, Carlos A. Messeder. **A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)**, 2 ed. São Paulo: Cia da Letras, 1995, p. 198-199.

HOBSBAWN, Eric. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOCHMAN, Gilberto. **Salud Pública, Endemias Rurales y la Construcion de la Nacionalidad (Brasil, 1910-1920)**. IN: AGOSTINI, C. GUERRA, Elisa. De Normas y Transgresiones Enfermedad y Crimem em America Latina. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Benefícios econômicos da expansão do saneamento: qualidade de vida produtividade e educação valorização ambiental**. Relatório de pesquisa produzido para o Instituto Trata Brasil e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, SP: Trata Brasil; CEBDS, 2014. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/expansao/Beneficios-Economicos-do-Saneamento.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2015.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **No ritmo atual, universalização de coleta de esgoto só ocorrerá em 2060, aponta TCU**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/no-ritmo-atual-universalizacao-de-coleta-de-esgoto-so-ocorrera-em-2060-aponta-tcu>. Acesso em: 05 abr. 2015.

INTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS. **Livro das Atas: 1928-1935**.

INTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS. **Livro das Leis: 1935-1937**.

INTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS. **Livro de Atas: 1915.**

INTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS. **Livro de Atas: 1917 – 1919.**

INTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS. **Livro de Transcrições de Leis da Câmara Municipal: 1927-1930.**

INTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS. **Livros de Atas: 1919 – 1927.**

JONAS, Hans. **O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica.** Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

**JORNAL O TACAPE:** litterario, scientifico e noticioso. Portaria 46. Parintins, Am. Ano I. Ed. n° 8, p.4, 04/01/1903.

**JORNAL O TACAPE:** litterario, scientifico e noticioso. Parintins, Am. Ano I. Ed. n° 11 de 25/01/1903.

**JORNAL O TACAPE:** litterario, scientifico e noticioso. Editais. Parintins, Am. Ed. n° 33, p.4, 12/07/1903.

**JORNAL O TACAPE:** litterario, scientifico e noticioso. Carta aberta ao Dr. Silva Campos. Parintins, Am. Ed. n° 42, p.1, 27/10/1903.

**JORNAL O TACAPE:** litterario, scientifico e noticioso. Parintins, Am. Relatório Intendencia Municipal de Parintins na 4° reunião ordinária do anno de 1903, pelo Superintendente João Carlos Salgado. Parintins, Am. Ed. n° 46, 27/10/1903.

**JORNAL PARINTINS:** órgão do Partido Republicano Federa. Parintins, Am, Edição n° 5, de 18/08/1907.

**JORNAL PARINTINS:** órgão do Partido Republicano Federal. Diversos: Resolução 172. Edição n° 3, p.2, 30/07/1907.

**JORNAL PARINTINS:** órgão do Partido Republicano Federal. Parintins, Am. Edição. n° 10, p. 03, 1907

**JORNAL PARINTINS:** órgão do Partido Republicano Federal. Relatório da Superintendencia: Limpeza Pública. Parintins, Am. Edição n° 11, p. 2, 20/10/1907.

**JORNAL PARINTINS:** órgão do Partido Republicano Federal. Editor Político: Coronel Furtado Belém. Edição n°12 de 27/10/1907.

**JORNAL PARINTINS:** órgão do Partido Republicano Federal Político. Intendencia Municipal: Lixo. Parintins, Am. Edição n° 19, p.4, 23/01/1908.

**JORNAL PARINTINS:** órgão do Partido Republicano Federal Político. Reclamações. Parintins, Am. Edição n° 19, p.3, 23/01/1908.

KARNAL, L. TATSCH, Flavia, G.A Memória Evanescente. IN: PINSKY,C.B. DE LUCA.T.R.(Org.). **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

KILLINGER, Cristina Larrea. **La cultura de los olores: una aproximación a la antropología de los sentidos**. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala,1997.

KIMURA, Solenise P. R. **Caracterização de carga poluente na lagoa da Francesa no município de Parintins/AM**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia Química da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, Campinas, 2011.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Pertencimento, e Estranhamento: sobre a noção de sujeira**. RBSE 10 (29): 218-254, ISSN 1676-8965, Agosto de 2011a. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Kouryrt.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Regras e códigos de conduta moral e ética: um passeio pelo imaginário urbano e pelas vivências, reflexões e comparações sobre a noção de sujo de homens comuns de classe média no brasil urbano do século XXI**. In: FERREIRA, Jonatas. SCRIBANO, Adrián (Org.). *Corpos em Concerto: diferenças, desigualdades e desconformidades*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011b.

KRONEMBERGER, Denise (Coord.). **Análise dos Impactos na Saúde e no Sistema Único de Saúde Decorrentes de Agravos Relacionados a um Esgotamento Sanitário Inadequado dos 100 Maiores Municípios Brasileiros no Período 2008-2011**. Relatório Final. Rio de Janeiro, RJ. Trata Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/drsai/Relatorio-Final-Trata-Brasil-Denise-Versao -FINAL.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. Antigo/moderno. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. v. 1 Memória – História, p. 370-392, 1984.

LE GOFF, Jacques. **O Apogeu da Cidade Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEFF, Henrique (Coord.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEVY, Lídia et al. Mal-estar contemporâneo e conflitos entre vizinhos. **Revista Mal estar e Subjetividade** - Fortaleza - v. XI - Nº 3 - p. 1019-1036 - set/2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v11n3/06.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2014.

LIMA, Tania Andrade. **Humores e Odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX**. Revista História, Ciências e Saúde. Rio de Janeiro, II(3): p, 44-96, nov,1995-fev, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v2n3/a04v2n3.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2014.

LINS, Gustavo Aveiro. **Impactos Ambientais em Estações de Tratamento de Esgotos: ETEs**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Escola Politécnica e Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ,2010.Disponível:<http://dissertacoes.poli.ufrj.br/dissertacoes/dissertpoli491.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2015.

LOBO, Luiz. **Saneamento básico**: em busca da universalização. Brasília: Ed. do Autor, 2003.

LOWY, Ilana. **Vírus, mosquitos e modernidade**: a febre amarela no Brasil entre a ciência e a política. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MACHADO, Roberto (et. al.) **Danação da Norma**: medicina social e constituição da medicina no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MACHADO, Roberto. **Por uma genealogia do poder**. In: Microfísica do Poder. FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

MARINHO, Thiago Pimentel. SCHOR, Tatiana. **Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/am**. Revista Geografares, nº 7, 2009. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/viewFile/152/78>. Acesso em: 29 nov. 2015.

MARINS, Paulo César G. **Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras**. In: NOVAIS, F.(coord.). SEVCENKO, Nicolau (Org.). História da vida privada no Brasil república: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARIOTTI, Humberto. Prefácio. In: MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MARMOS, J. L.; AGUIAR, C. J. B. **Avaliação do Nível de Contaminação dos Aquíferos da Cidade de Parintins (AM)**: relatório técnico. Serviço Geológico do Brasil-CPRM/Manaus,AM,2005.Disponível:<http://www.cprm.gov.br/publique/media/Painel21.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2013.

MARTINS, José de Souza (Org.). **Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole**. São Paulo: Hucitec,1999.

MESQUITA, Otoni. **La Belle Vitrine**: Manaus entre dois tempos (1890-1900). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MIAGUSKO, Edson. FERREIRA, Lúcia M. Puga. **Circunstâncias e coadjuvantes na interação social: o poder da vergonha**. In: MARTINS, José de Souza (Org.). Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole. São Paulo: Hucitec, 1999.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e Elaboração de Trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, M. C. S. **Saúde-doença: uma concepção popular da etiologia**. Cadernos Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 363-381, out./dez. 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

MINAYO, M. C. S.(Org.). **Investigação Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MUCCIACITO, João Carlos. CORDEIRO, Selma Arruda. **A saúde afetada pelos odores provenientes do efluente doméstico e o problema dos esgotos a céu aberto**. *Revista TAE: especializada em tratamento de água e efluentes*. 21 ed., outubro/novembro de 2014. Disponível em: <http://www.revistatae.com.br/artigos.asp?id=249&fase=c>. Acesso em: 09 out. 2015.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NERI, Marcelo Cortes (Coord.). **Saneamento e Saúde**. Rio de Janeiro, RJ: Trata Brasil, FGV, IBRE, CPS, 2007. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-e-saude-2>. Acesso em: 09 jul. 2014.

NETO, Leon Farhi. **Biopolíticas: as formulações de Foucault**. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

NEVES, Agres R. O. **Campanha de Saneamento e Profilaxia Rural do Amazonas**. (1920-1923). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, 2008. Disponível em: <http://www.tede.ufam.edu.br/handle/tede/3736>. Acesso em: 04 mai. 2014.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao, Es: Universidad de Dusto, 1989.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

REVISTA EXAME. OMS: há relação entre saúde e desenvolvimento sustentável. Edição digital, 19/06/2012. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/noticias/oms-lembra-relacao-entre-saude-e-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 02 nov. 2013.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Nuestro planeta, nuestra salud**. Informe de la Comisión de salud y Medio Ambiente de la OMS. Washington, DC: OPS/OMS; 1993. Disponível em:<http://www.desastres.hn/docum/crid/Septiembre-Octubre2005/CD-2/pdf/spa/doc5528/doc5528.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

PEIXOTO, Afrânio. **O Problema Sanitário da Amazônia**. In: REIS, Artur C. Ferreira. Sobre o saneamento da Amazônia. Manaus: Philippe Daou, 1972.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança** (1932). São Paulo: Summus, 1994.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das Ideias**. Manaus: Editora Valer, 2008.

POMBO, Rocha. **Dicionário de sinônimos da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Academia Brasileira de Letras, 2011.

PREFEITURA DE PARINTINS. **Decreto Municipal Nº 062 DE 24 DE JULHO DE 1998**. Regulamenta parte do Código de posturas do Município e dá outras providências.

PREFEITURA DE PARINTINS. **Lei complementar Nº 003/2006/PGMP**. Institui o código ambiental do município de Parintins, e dá outras providências. Sancionada em 26 de Dezembro de 2006.

PREFEITURA DE PARINTINS. **Lei Municipal Nº 09/2006**. Regulamenta o Plano Diretor do Município de Parintins e estabelece diretrizes gerais da política urbana do Município e dá outras providências. Sancionada em 05 de Outubro de 2006.

PREFEITURA DE PARINTINS. **Lei Nº 1478-AEPMP**. Institui o novo código de posturas no município de Parintins e dá Outras providências. Sancionada em 10 de Agosto de 1978.

PREFEITURA DE PARINTINS. **Lei Nº 407/2007-PGMP**. Institui o novo código de posturas no município de Parintins e dá Outras providências. Aprovada e Sancionada em 13 de Novembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS. **LEI MUNICIPAL Nº 09/2006**, regulamenta o Plano Diretor do Município de Parintins e estabelece diretrizes gerais da política urbana do Município e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA. **Relatório mensal de atividades da gerência de sistema de informação e Dants**. Planilha Mensal de Casos de Diarreia, 2014.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e a hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento**: resultados com base no SNIS 2013. Rio de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em: <http://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2015>. Acesso em: 11 jul. 2015.

REIS, Artur C. Ferreira. **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Política de Portugal no Valle Amazônico**. Belém: SECULT, 1993.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REVEL, Judith. **MICHEL FOUCAULT: Conceitos Essenciais**. São Carlos, SP: Clara Luz Editora, 2005.



REZENDE, S. HELLER, L. **O Saneamento no Brasil: políticas e interfaces**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2008.

REZENDE, Sonaly; HELLER, Léo; QUEIROZ Ana C. L. **Água, saneamiento y salud en Brasil: intersecciones y desacuerdos**. Sevilla, España: Anuario de Estudios Americanos, vl 66, 2, julio-diciembre, p. 57-80, 2009. Disponível em: <http://pesquisa.bvs.br/brasil/resource/pt/his-18839>. Acesso em: 23/06/2014.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **Educação escolar e higienização da infância**. Campinas: Cedes, v.2.2003a. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 02 mar. 2015.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003b.

RODRIGUES, José Carlos. **Higiene e ilusão: O Lixo como invento social**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 1995.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

RUBIM, Cristiane. A questão do odor ainda é nova no Brasil. **Revista TAE: especializada em tratamento de água e efluentes**. 25 ed. - junho/julho de 2015 - Ano V. Disponível em: <http://www.revistatae.com.br/artigos.asp?id=282&fase=c>. Acesso em: 02 mar. 2015.

RUBINGER, Sabrina D. **Desvendando o conceito de saneamento no Brasil: uma análise da percepção da população e do discurso técnico contemporâneo**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2008. Disponível em: <http://www.smarh.eng.ufmg.br/defesas/528M.PDF>. Acesso em: 24 jan. 2014.

SÁ, Jorge Franco de. **Manaus: higiene, meio ambiente e segurança do trabalho na época áurea da borracha**. Manaus: Edua, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C; F. LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins: memórias de acontecimentos históricos**. Manaus: Valer, 2003.

SCHIRMER Waldir Nagel, OLIVEIRA Gabriela Laila de. **Desodorização de efluentes líquidos tratados em leito de zona de raízes ("Wetlands")**. Revista Tecno-Lógica, Santa Cruz do Sul, v. 14, n.1, p. 11-19, jan/jun. 2010. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/tecnologica/article/view/1146>. Acesso em: 09 nov. 2014.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. **Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930)**. Manaus: Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde) Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/3982/2/000016.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2015.

SEPLAN. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Condensado de Informações sobre os Municípios do Estado do Amazonas 2013**. Manaus-AM, 2014. Disponível: <http://www.seplancti.am.gov.br/pagina.php?cod=254>. Acesso em: 04 jan. 2014.

SERRANO, G.P. **Investigacion Cualitativa: retos y interrogantes: métodos**. Madrid: La Muralla, 2008.

SILVA, Alyne Alvarez. MÉLLO Ricardo Pimentel, **Subjetivação e governamentalidade: questões para a Psicologia**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 23 –n.2, p.367-388, maio/ago, 2011. Disponível: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3489/1/2011\\_Art\\_RPelloAASilva.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3489/1/2011_Art_RPelloAASilva.pdf). Acesso em: 02 mar. 2015.

SOUZA, José Camilo Ramos de. **O boi-bumbá e a nova estrutura urbana de Parintins**. Manaus, AM. Somalu, v. 2, número especial, p. 77,83, 2002.

SOUZA, Nilciana D. **O Processo de Urbanização na cidade de Parintins (AM): evolução e transformação**. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2013.

STARFIELD, B. **Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologias**. Brasília: Unesco, Ministério da Saúde, 2002.

STRATHERN, Paul. **Foucault em 90 minutos**. São Paulo, SP: Zahar, 1993.

SUPERINTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS. **Livro de Portarias: 1909 – 1918**.

SUPERINTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS. **Relatório Apresentado a Intendência Municipal de Parintins pelo Superintendente Leopoldino de Mirandella Byron**, em sessão ordinária de 12 de Outubro de 1917. Manaós, Am. Secção de Obras da Imprensa Pública, 1918.

SUPERINTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS. **Relatório do Município de Parintins. Superintendente Herbert Lessa de Azevedo**. Manaós, Am: Typographia dos Armazens Palais Royal, 1926.

SUPERINTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS. **Relatórios Apresentado ao Conselho Municipal em suas Sessões de Abril e Novembro de 1923 e Abril de 1924, pelo Superintendente Ten. Coronel Manoel Antônio de Carvalho**. Manaós, Am: Typographia dos Armazens Palais Royal, 1924.

SUPERINTENDENCIA DO MUNICIPIO DE PARINTINS. **Relatórios lidos ao Conselho Municipal, pelo Superintendente tenente Manoel Antônio de Carvalho e professor Leopoldino de Mirandella Byron**, Presidente do Conselho, em exercício, em reunião ordinária em 1º de Outubro de 1924 e 1º de Abril de 1925. Manaós, Am: Typographia dos Armazens Palais Royal, 1925.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As Três Metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

TEIXEIRA, Paulo Lobato. **A longa caminhada**: livro das famílias parintinenses Lobato e Teixeira. Parintins, Am: Edição do Autor, 2007.

TELLES, Vicente Coelho de Seabra Silva. **Sepultura dos Cadáveres**: memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos e métodos de o prevenir. Lisboa: Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

TRINDADE, Deilson. **Ainda se benze em Parintins**: rezas e simpatias nas práticas das mulheres benzedeadas. Manaus, Am: EDUA, 2013.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte, BH: Autentica, 2007.

VERNANT, Jean-Pierre. **Entre mito & política**. São Paulo: EDUSP, 2002.

VEYNE, Paul. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

VIGARELLO Georges. **O limpo e o sujo**: uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WALDMAN, Mauricio. **Lixo: cenários e desafios**. São Paulo, SP: editora Cortez, 2010

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Diarrhoea**: Why children are still dying and what can be done. Geneva, Switzerland. ISBN978-92-4-159841-5, 2009. Disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44174/1/9789241598415\\_eng.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44174/1/9789241598415_eng.pdf). Acesso em: 09 ago. 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Investing in water and sanitation: increasing access, reducing inequalities: increasing access, reducing inequalities. UN-Water Global Analysis and Assessment of Sanitation and Drinking Water. Report 2014**. Geneva, Switzerland. Disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/139735/1/9789241508087\\_eng.pdf?ua=1&ua=](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/139735/1/9789241508087_eng.pdf?ua=1&ua=). Acesso em: 23 dez. 2014.

XAVIER, Janaina Silva. **Saneamento de Pelotas (1871-1915)**: o patrimônio sob o signo de modernidade e progresso. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br/handle/123456789/1055>. Acesso em: 19/092013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

## Apêndice A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### Moradores dos bairros selecionados

Você está sendo convidado (a) a participar do Projeto de Pesquisa intitulado “**Modos de subjetivação presentes no processo de convivência contínua com esgotos a céu aberto de habitantes em Parintins-AM.**” Essa pesquisa faz parte de meu doutorado, em realização no Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas–PPG/CASA-UFAM.

A pesquisa tem como objetivo verificar o que as pessoas pensam sobre viver em contato com os esgotos que correm nas ruas em Parintins. Esta pesquisa está sendo feita com várias pessoas de vários bairros da cidade. As pessoas que participarem da pesquisa serão entrevistadas pelo pesquisador e essa conversa será gravada, se o(a) senhor(a) permitir. A gravação é importante para não perder os detalhes da conversa e respeitar a fala de todos. As gravações servirão para fazer as transcrições e serão destruídas. Todas as informações serão confidenciais, isto é, serão usadas somente para estudos científicos e também será mantido em anonimato, isto é sem identificar os informantes.

Os participantes deste estudo serão pessoas voluntárias, por isso não haverá pagamento por sua colaboração e da mesma forma não terá nenhuma despesa pessoal. Mesmo tendo aceitado a participar, não quer dizer que o(a) senhor(a) não possa a qualquer momento desistir de sua participação. Sua participação não envolverá constrangimento ou prejudicará de alguma forma. Suas opiniões serão, no entanto muito importante para entendermos melhor como as pessoas pensam e vivem na cidade quando o assunto é saneamento básico. Muito do que for apresentado será importante para gestores públicos poderem se inspirar e refletir nas suas atividades de gestão ambiental.

Muito obrigado pela sua colaboração, e para qualquer outra informação, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato pelo telefone (92) 33054068 em Manaus, no PPG/CASA-UFAM ou Paulo Cesar Vieira Archanjo, pelo telefone 9112 5014 em Parintins, ou E-mail: [pcanjo@hotmail.com](mailto:pcanjo@hotmail.com).

Atenciosamente

---

#### Consentimento pós informação

Eu, \_\_\_\_\_,

após esclarecimentos quanto aos objetivos da pesquisa “**Modos de subjetivação presentes no processo de convivência contínua com esgotos a céu aberto de habitantes em Parintins-AM**” aceito participar desta pesquisa. Atesto que entendi do que se trata e sei que a qualquer momento posso me retirar da mesma e que as informações colhidas serão mantidas em sigilo, não causando nenhum dano ou constrangimento a minha pessoa. Atesto ainda que me foi dada uma cópia deste documento.

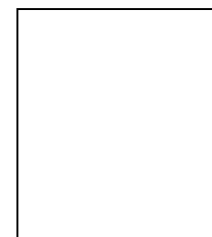
Parintins, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura do Participante

.....

Assinatura do Pesquisador



Impressão do dedo polegar

## Apêndice B

### PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO

1. **Lugares selecionados para observação:** a partir do levantamento das quadras que possuem esgoto será feito um sorteio para observação. No caso dos Currais se incluirá pela importância desses lugares na vida social da cidade.

- Em 1 quadra das ruas em frente aos Currais dos Bois Garantido e Boi Caprichoso;
- 2 ruas de cada bairro participante da pesquisa.

2. **Aspectos a serem observados:**

- Estado da rua e sarjetas (asfalto, vegetação, calçada, lixeira, etc.);
- Estado da construção da residência e /ou comércio;
- Presença de fossas ou sumidouros;
- Presença do poder público (saneamento, infraestrutura, coleta de resíduos, etc.);
- Presença de resíduos e formas de despejo e de escoamento doméstico e/ou comercial
- Aspecto visual e volume do esgoto, se existente;
- Tipos de ação (limpeza, manutenção, etc.) feita pelos moradores/comerciantes no espaço em frente à residência/comércio; Tipos de limpeza e retirada de resíduos na área doméstica e/ou comercial;
- Quem se ocupa do cuidado desse espaço doméstico e/ou comercial;
- Adensamento populacional no lugar;
- Tipos de circulação no local (pedestres, motos, carrinhos, carros, etc.).

3. **Protocolo de Registro:**

- Fotográfico
- Diário de campo em protocolo com anotações de data, local, tempo de duração, entrevistas espontâneas, sequência de acontecimentos observados, contextualização do estado da rua e eventos (chuvas, secas, festas, ação de limpeza pública, etc.) ocorridos que possam ter influenciado ou determinado o estado da rua e despejos
- Croqui da espacialização da situação encontrada baseada em elementos (lixo acumulado; água de esgoto correndo na lateral da rua; água de esgoto parada; proximidades de hospitais, escolas, comércios, etc.; presença de sumidouros; área de disposição final de esgoto mais próxima.

## Apêndice C

Protocolo de entrevista No. \_\_\_\_\_

### DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS:

1. Sexo: \_\_\_\_\_ 2. Idade: \_\_\_\_\_ 3. Escolaridade: \_\_\_\_\_  
 4. Tempo de residência no local: \_\_\_\_\_ 5. Propriedade:  
 \_\_\_\_\_  
 5. Ocupação (tipo de atividade que faz):  
 \_\_\_\_\_  
 6. Número de pessoas residentes na casa:  
 ( ) Crianças ( ) Jovens ( ) Adultos ( ) Idosos

### ASPECTOS FÍSICOS DA RESIDÊNCIA

1. Tipo de moradia: \_\_\_\_\_  
 2. Presença de fossa ou sumidouro no terreno: \_\_\_\_\_  
 3. Tipo de lançamento de águas servidas na rua: ( ) não há ( ) chuveiro ( ) pia ( ) tanque de roupa ( ) todas ( ) outras- qual? \_\_\_\_\_

### ASPECTOS DE SUBJETIVAÇÃO SOBRE OS ESGOTOS, SUJO-LIMPO

1. O que significa para você a palavra saneamento?
2. O que é esgoto para você?
3. O que é esgoto a céu aberto para você?
4. O que é uma rua limpa? *Cidade limpa*? *O quê é necessário para termos uma rua/cidade limpa*?
5. E uma rua suja? *Cidade suja*? *O quê leva uma rua/cidade a ficar suja*?
6. Como você classifica a sua rua (em relação ao sujo-limpo)? *Por quê? Isso lhe afeta de alguma maneira*?
7. E a cidade de Parintins toda? *Por quê? Isso lhe afeta de alguma maneira*?
8. Entre as coisas que uma cidade deve ter para viver bem, o que você acha mais importante?
9. Quando a gente vê tanto esgoto a céu aberto aí na frente das casas, nas ruas do bairro e da cidade, na sua opinião, por que isso acontece?
10. Os problemas de esgoto a céu aberto aqui do seu bairro têm solução? *Como seria? O que deveria ser feito? Quem seria responsável para isso mudar*?
11. Você acha que as pessoas aqui do bairro se importam com o esgoto a céu aberto? *Você acha que as pessoas se mobilizam para resolver os problemas do esgoto*?

12. Você já tomou alguma atitude para resolver o problema do esgoto à céu aberto no seu bairro? Você *pode me falar como foi, o que fez, e quando? Obteve algum resultado? O que você acha que aconteceu para ter esse resultado?*

### PERCEPÇÕES ACERCA DAS ATITUDES e COMPORTAMENTOS EM RELAÇÃO A CONVIVÊNCIA COM ESGOTO À CEU ABERTO

Agora nós vamos para última parte da entrevista. As perguntas serão feitas de forma diferente agora. Para cada uma das frases gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda - *(Depois da resposta acrescentar, se muito ou pouco)*.

( 1 ) DISCORDA PLENAMENTE ( 2 ) DISCORDA ( 3 ) CONCORDA ( 4 ) CONCORDA PLENAMENTE

Dizem por aí que...	Nível de Concordância
As pessoas não se incomodam em viver com o esgoto aos seus pés	
O esgoto a céu aberto é ruim para a saúde das crianças	
As pessoas convivem com o esgoto a céu aberto por que não tem dinheiro para morar num lugar melhor	
Aqui na cidade o esgoto a céu aberto é um costume difícil de ser mudado	
O cheiro do esgoto nem sempre é ruim	
Na cidade de Parintins todo mundo, as casas, o comércio, escolas, hospitais e outras repartições jogam água servida sem nenhum tratamento na rua	
O esgoto só é ruim pra saúde se as pessoas pisarem com pés descalços ou caírem nele	
As pessoas reclamam da presença de esgoto á céu aberto na cidade	

**Agora gostaria que você me dissesse o tipo de coisas que você já fez ou faz no seu dia-a-dia em relação aos esgotos respondendo:**

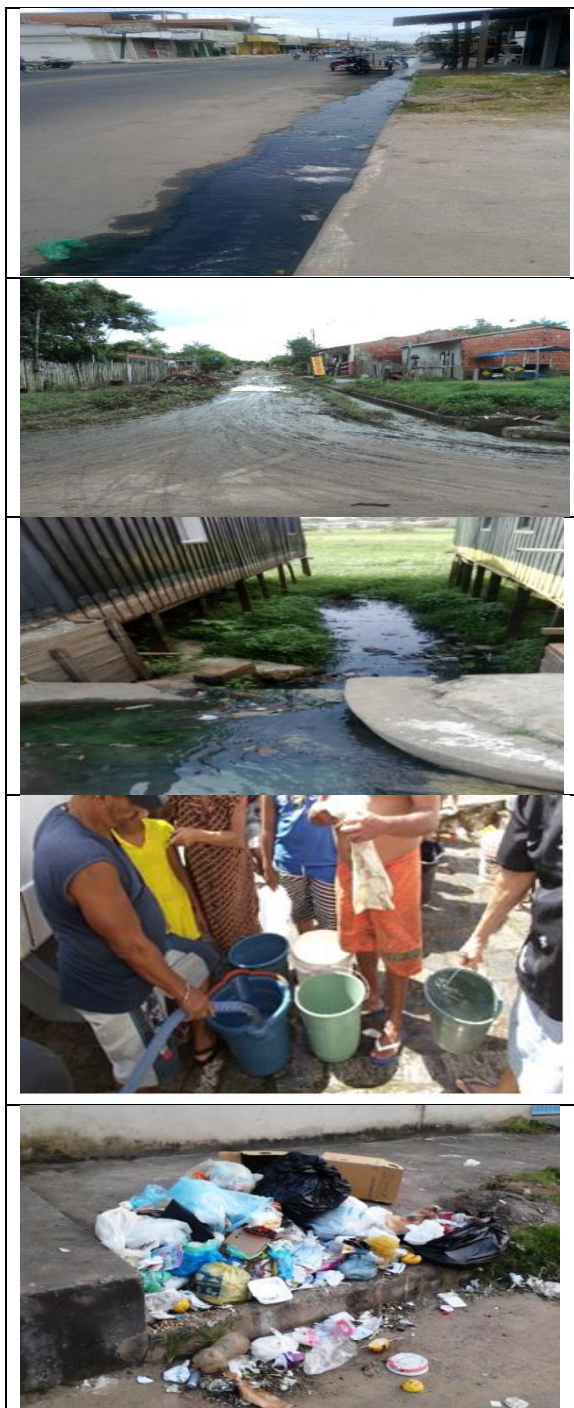
(1) SEMPRE (2) QUASE SEMPRE (3) POUCAS VEZES (4) NUNCA

Ação	Nível de Frequência
Você se incomoda em fazer compras de carne, peixe, verduras, ou quaisquer outros gêneros alimentícios em locais perto de esgotos a céu aberto.	
Você não tolera viver perto dos esgotos à céu aberto	
A aparência do esgoto lhe incomoda	
Tomo banho ou me asseio quando alguma parte do meu corpo é tocado pelos esgotos	
Você se alimenta em lanchonetes, restaurantes, banquinhas de churrasco, entre outros lugares que se localizam próximos de esgotos á céu aberto	



**Para terminar, vou lhe mostrar algumas fotos e gostaria que você me dissesse qual desses problemas mais te incomoda.**

*Mostrar as fotos em cartões com boa resolução, não brilhante. O tamanho de 15cm x12cm. Dispor de modo aleatório e deixar o entrevistado escolher e depois perguntar, por quê?*



## ANEXO A

## Parecer do Comitê de Ética – Plataforma Brasil

The screenshot displays the 'Plataforma Brasil' web interface. At the top, there is a header with the 'Saúde' logo and 'Ministério da Saúde' text. Below this, the 'Plataforma Brasil' logo is visible on the left, and navigation buttons for 'principal' and 'sair' are on the right. A dark blue navigation bar contains buttons for 'Público', 'Pesquisador', and 'Alterar Meus Dados'. The user's name 'PAULO CESAR VIEIRA ARCHANJO - Pesquisador | V3.0' and a session expiration notice 'Sua sessão expira em: 33min 43' are shown on the right side of this bar.

The main content area is titled 'DETALHAR PROJETO DE PESQUISA'. It features a section for 'DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA' with the following information:

- Título da Pesquisa: Convivência contínua com esgotos a céu aberto: modos de subjetivação de habitantes de Parintins-Amazonas
- Pesquisador Responsável: PAULO CESAR VIEIRA ARCHANJO
- Área Temática:
- Versão: 1
- CAAE: 41435515.0.0000.5020
- Submetido em: 29/01/2015
- Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
- Situação da Versão do Projeto: Aprovado
- Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
- Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

A circular stamp is visible on the right side of the details, reading 'COORDENADOR ORIGINAL' and 'PLATAFORMA BRASIL'. At the bottom right of the details section, there is a 'Comprovante de Recepção' with a PDF icon and the file name 'PB\_COMPROVANTE\_RECEPCAO\_369559'.

## ANEXO B

### **Só 47% têm acesso à rede de esgoto: é a nossa verdade inconveniente**

sex, 04/10/13  
por Amelia Gonzalez |

Aconteceu em Parintins, durante o Festival dos Bois, onde estive em junho deste ano. Por um golpe de sorte, estava no mesmo lugar onde o governador do Amazonas, Omar Aziz, escolheu para dar uma entrevista coletiva à imprensa local, convocada por ele. Deixei que os colegas fizessem suas perguntas e, já bem no final, quis saber dele porque Parintins, mesmo sendo um local onde uma vez por ano atrai turismo doméstico e internacional em larga escala por causa da festa, ainda tinha esgoto nas ruas. Eu tinha constatado isso durante um pequeno passeio que fizera pela cidade poucas horas antes.

A reação do governador não foi nada boa. Até hoje ainda tenho gravado o carão que levei. Buscando, pelo olhar, a parceria dos meus colegas, o governador criticou minha observação, disse que eu estava com má vontade com a cidade e, depois de receber um sopro do prefeito Alexandre de Carbrás, que também estava ali para responder perguntas, informou-me, categórico:

O que a senhora vê a céu aberto não é esgoto, é água servida, tem uma diferença muito grande. A senhora está ofendendo a nossa cidade falando que aqui tem esgoto a céu aberto. Cada casa tem sua fossa particular, seu sumidouro. Pontualmente pode estourar um cano, e aí ter um vazamento de esgoto. Mas é diferente. O que a senhora viu nas ruas são águas servidas.

Engoli em seco, não tive chance a réplica, mas tudo certo, faz parte do ofício. Vida que segue. Mas tive dúvida: será que eu tinha me enganado? Dormi com essa questão desde então. Até que...

Ontem, muito tempo depois, em conversa pelo telefone com Edison Carlos, que preside o Instituto Trata Brasil, uma organização sem fins lucrativos que se impôs como meta ajudar o país a atingir a universalização do acesso à coleta e ao tratamento de esgoto, fiquei sabendo que não tinha errado tanto.

— A diferença entre esgoto e águas servidas é que o esgoto é uma água que vem da privada e as águas servidas são jogadas na rua depois de terem sido usadas para lavar coisas ou para tomar banho. No fundo, é tudo a mesma coisa. E é evidente que se uma cidade não tem um sistema de coleta de água servida, não tem rede de esgoto, usa fossa, que também é muito ruim garantiu-me Edison.

Com a palavra do especialista, fiquei mais aliviada. Agora, vamos à notícia que me levou a conversar com Edison Carlos. É que o Instituto Trata Brasil divulgou no início da semana um novo ranking sobre a situação do saneamento básico nas cem maiores cidades do país (Manaus entre elas, claro), onde vivem 40% da população, ou seja, 78 milhões de brasileiros. O estudo foi feito em parceria com a consultoria GO Associados, especializada em saneamento básico, considerando vários indicadores, entre eles os índices de população atendida com água tratada e coleta de esgotos, quantidade de esgotos tratados, perdas de água, investimentos feitos nos serviços.

A comparação é feita com um estudo realizado em 2011: de lá para cá, o atendimento com água tratada nestas cidades teve crescimento, atingindo 92,2% da população. A coleta de esgotos chegou a 61,40%, mas quase metade delas tem índices abaixo de 60%. O volume de esgoto tratado chegou a 38,5% nas cem maiores cidades. E se você, leitor, está achando pouco, saiba que este percentual já sofreu um aumento de 2,5% desde 2011. Perguntei a Edison Carlos o que mais o impactou com o resultado do estudo.

O que mais me deixa impressionado é ver que grandes cidades não conseguem fazer a infraestrutura mais básica. Elas deveriam é dar o exemplo para o resto do país poder investir também, dar um salto. Até porque são elas que sabem fazer as obras, têm apoio político – disse ele.

Disponível na íntegra em <http://g1.globo.com/nova-etica-social/platb/tag/trata-brasil/>